

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA**

---

**A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS AVÁ-GUARANI NOS *TEKOHA* DOS  
MUNICÍPIOS DE TERRA ROXA E GUAÍRA/PR**

---



**TERESA ITSUMI MASUZAKI**

**DOURADOS – MS  
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA

TERESA ITSUMI MASUZAKI

---

**A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS AVÁ-GUARANI NOS *TEKOHA* DOS  
MUNICÍPIOS DE TERRA ROXA E GUAÍRA/ PR**

---

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. João Edmilson Fabrini

**Linha de Pesquisa:** Espaço e reprodução social: práticas e representações

Área de concentração em Produção do Espaço Regional e Fronteira.

DOURADOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M424o Masuzaki, Teresa Itsumi

A organização produtiva dos Ava-Guarani nos Tekohá dos municípios de Terra Roxa e Guaíra/PR [recurso eletrônico] / Teresa Itsumi Masuzaki. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: João Edmilson Fabrini.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Indígenas Ava-Guarani. 2. Organização produtiva. 3. Território. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**“A organização produtiva dos Ava-Guarani nos Tekohá dos municípios de Terra Roxa e Guaíra/PR”**

**BANCA EXAMINADORA**

**TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA**

Presidente/Orientador  
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

---

1º Examinadora  
Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki

---

2º Examinadora  
Profª Drª Juliana Grasiéli Bueno Mota

---

3º Examinador  
Prof. Dr. Djoni Roos

---

4º Examinadora  
Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Participação Remota)

---

Dourados, 04 de abril de 2019.

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Virginia e Seiko,  
pelo apoio constante.  
Aos Avá-Guarani, em reconhecimento  
à sua luta e resistência.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram de maneiras distintas para elaboração desta Tese, as quais têm meus agradecimentos.

Ao professor João Edmilson Fabrini, pela orientação, sem ela nada seria possível.

Aos Avá-Guarani dos acampamentos-*tekoha* dos municípios de Guaíra e Terra Roxa, pelo aprendizado e possibilidade, de alguma forma, de estar juntos no processo de luta.

À Camila, Tereza e Eliza, mulheres guerreiras que trabalham no Centro de Trabalho Indigenista – CTI, sempre abertas a contribuir com a pesquisa; bem como pelo compartilhamento e desenvolvimento de ideias.

Aos meus parceiros e amigos que acompanharam e auxiliaram no trabalho de campo, Vanessa, Alexander, Idalina, Raquel e Iumar.

Ao Gilson, Solange e Kelli pela amizade e força de sempre.

Aos membros/as da banca de qualificação e defesa: os professores/as Djoni Roos, Juliana Grasiéli Bueno Mota, Márcia Yukari Mizusaki e Elizeu Ribeiro Lira pelas contribuições.

Ao Ferdinando Nesso Neto e ao Diogo Oliveira da FUNAI, por estarem sempre abertos a contribuir com a pesquisa.

Aos meus pais, Virginia e Seiko, pelo apoio durante anos de pesquisa.

E por fim, reconheço a CAPES, pela concessão de bolsa de pesquisa durante dois anos, fundamental para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O processo de retomada dos territórios dos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no Oeste do Paraná, é um tema ainda pouco explorado, mas que tem um grande apelo para a Geografia. Estudamos os fatos históricos, econômicos e sociais que levou a expulsão dos Avá-Guarani de suas terras de ocupação tradicional, destacando-se as suas relações com o agronegócio, assim como sua resistência e sua luta pela retomada da terra da qual foram expulsos no passado. É a terra onde viveram seus ancestrais, que lhes é garantida pela Constituição. A ausência de terra, de um território, para a sua reprodução social, os faz ainda mais dependentes dos programas assistenciais, das relações de consumo e interações desiguais com o agronegócio, dominante na região em estudo, assim como com o Estado. A luta dos Avá-Guarani pela retomada da terra nos municípios de Guaíra e Terra Roxa envolve inúmeros conflitos, um desses sobre o qual se pretende refletir, envolve de um lado, a lógica do modo de produção capitalista, pautada na mercadoria, na propriedade capitalista da terra e na acumulação de riqueza. De outro, a lógica de produção não capitalista dos Avá-Guarani, alicerçada no uso comum das suas terras, tendo como base a sua cultura e espiritualidade. Contudo, o avanço das frentes de ocupação não indígena sobre o território Avá-Guarani trouxe alguns impactos à sua organização produtiva coletiva, uma vez que ocasiona o distanciamento de seus costumes e tradições. Esse distanciamento levou os Avá-Guarani a inserir à sua organização produtiva algumas práticas que não são próprias de sua cultura, como a venda de sua força de trabalho e a transformação dos produtos do seu trabalho em valores de troca não capitalista. Neste sentido, entende-se que os Avá-Guarani produzem mercadorias, mas o seu modo de produção se diferencia dos parâmetros do modo de produção capitalista. Enquanto no capitalismo a produção tem como objetivo principal o lucro, a produção indígena tem como objetivo a sua reprodução física e espiritual. Analisamos o tema através de trabalhos de campo, visitas e entrevistas, abertas e estruturadas, além de pesquisas sobre as determinações governamentais, decisivas para a realidade conflituosa, de longa data e que ainda se apresenta neste momento.

**Palavras-chave:** Indígenas Avá-Guarani; organização produtiva; território

## ABSTRACT

The process of resumption of the territories of the Avá-Guarani in the municipalities of Guaíra and Terra Roxa, in the West of Paraná, is a subject still little explored, but that has a great appeal for Geography. This process involves numerous conflicts, one of which is intended to reflect, involves, on the one hand, the logic of capitalist occupation, based on the commodity, capitalist ownership of land and accumulation of wealth. On the other hand, the logic of occupation of the Avá-Guarani, based on the common use of their lands based on culture and spirituality. We study the historical, economic and social facts that forced them to leave their lands of traditional occupation, their relations with agribusiness, as well as their resistance and their struggle for a land that is not "any land." It is the land where their ancestors lived, guaranteed to them by the Constitution. The absence of land, a territory, for their social reproduction, makes them even more dependent on welfare programs, consumer relations and unequal interactions with agribusiness, dominant in the region under study, as well as with the State. The Avá-Guarani develop a productive organization in tekoha camps, in order to guarantee their physical and spiritual reproduction. However, the advance of the fronts of non-indigenous occupation on the Avá-Guarani territory brought some impacts to its collective productive organization, since it causes the distancing of its customs and traditions. The Avá-Guarani began to insert into their productive organization some practices that are not specific to their culture, such as the sale of their work force and the transformation of the products of their work into values of non-capitalist. In this sense, it is understood that the Avá-Guarani produce commodities, but their model of production differs from the parameters of the mode of capitalist production. While in capitalism production aims to profit, indigenous production aims at its physical and spiritual reproduction. We analyze the subject through fieldwork, visits and interviews, open and structured, as well as research on governmental determinations, decisive for the conflictive reality, of a long standing and still present at this moment.

**Keywords:** Avá-Guarani Indians; territory; productive organization

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização dos acampamentos- <i>tekoha</i> de Guaíra e Terra Roxa.....	17
<b>Mapa 2:</b> Vilas espanholas e Missões Jesuíticas do início do século XVI .....	44
<b>Mapa 3:</b> Terra Indígena <i>tekoha Guasu Guavirá</i> .....	84

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Croqui da área do <i>tekoha Y'hovy</i> antes da retomada pelos Avá-Guarani.....	99
<b>Figura 2:</b> Croqui do <i>tekoha Y'hovy</i> .....	103
<b>Figura 3:</b> Croqui do <i>tekoha Poha Renda</i> .....	158
<b>Figura 4:</b> Croqui <i>tekoha Mirin</i> .....	163
<b>Figura 5:</b> Croqui do <i>tekoha Karumbe'y</i> .....	167

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1:</b> <i>Tekoha Yvyraty Porã</i> .....	101
<b>Foto 2:</b> Casa de moradia no <i>tekoha Yvy Porã</i> .....	113
<b>Foto 3:</b> Casa de reza ( <i>opy</i> ) do <i>tekoha Jevy</i> .....	115
<b>Foto 4:</b> Casa de reza ( <i>opy</i> ) feita de madeira serrada e telha <i>tekoha Y'hovy</i> .....	116
<b>Foto 5:</b> Cachimbo usado no Batismo ( <i>Nheemongarai</i> ) das sementes e das mudas.....	117
<b>Foto 6:</b> Colares de sementes/ <i>tekoha Karumbe'y</i> .....	119
<b>Foto 7:</b> <i>Amba – Tekoha Poha Renda</i> .....	119
<b>Foto 8:</b> Chacoalho e cocar - <i>tekoha Guarani</i> .....	120
<b>Foto 9:</b> Apresentação cultural e uso de indumentárias – <i>tekoha Poha Renda</i> .....	121
<b>Foto 10:</b> Artesanatos produzidos pelos Avá-Guarani nos acampamentos- <i>tekoha</i> .....	125
<b>Foto 11:</b> Flexas utilizadas na caça – <i>tekoha Guarani</i> .....	126
<b>Foto 12:</b> O trabalho indígena na reciclagem no aterro sanitário de Guaíra .....	143
<b>Foto 13:</b> Carregamento dos recicláveis coletados pelos indígenas.....	145
<b>Foto 14:</b> Depósito improvisado de resíduos plásticos – <i>tekoha Karumbe'y</i> .....	147
<b>Foto 15:</b> Fogão à lenha/ <i>tekoha Karumbe'y</i> .....	160
<b>Foto 16:</b> Fogo à lenha <i>tekoha Mirin</i> .....	162
<b>Foto 17:</b> Moradias do <i>tekoha Mirin</i> .....	163
<b>Foto 18:</b> Plantações ao entorno da moradia – <i>tekoha Tejy Poty</i> .....	165
<b>Foto 19:</b> Cultivo de feijão e milho no <i>tekoha Yvyraty Porã</i> .....	166
<b>Foto 20:</b> Distribuição de mudas nativas pelo CTI – <i>tekoha Karumbe'y</i> .....	169

<b>Foto 21:</b> Roçado de mandioca e cebolinha – <i>tekoha Porã</i> .....	169
<b>Foto 22:</b> Semente de milho de pipoca e variedade de feijão cultivadas no <i>tekoha Yvyraty Porã</i> .....	172
<b>Foto 23:</b> Armazenamento de sementes <i>avaxi</i> .....	173
<b>Foto 24:</b> Criação de suínos – <i>tekoha Mirin</i> .....	176
<b>Foto 25:</b> Limpeza do roçado – <i>tekoha Yvyraty Porã</i> .....	179
<b>Foto 26:</b> Bastão ( <i>sarakua</i> ) utilizado para o plantio .....	180
<b>Foto 27:</b> Antes e depois da retomada dos Avá-Guarani no acampamento- <i>tekoha Y'hovy</i> .....	182

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Estrutura Fundiária de Guaíra e Terra Roxa .....	39
<b>Gráfico 2:</b> População Residente em Guaíra .....	55
<b>Gráfico 3:</b> População Residente em Terra Roxa .....	55
<b>Gráfico 4:</b> Área plantada (há) em Guaíra .....	88
<b>Gráfico 5:</b> Área plantada (ha) Terra Roxa.....	88
<b>Gráfico 6:</b> Destino da produção do artesanato nos acampamentos- <i>tekoha</i> .....	123
<b>Gráfico 7:</b> Principais artesanatos comercializados pelos Avá-Guarani nos <i>tekoha</i> .....	124
<b>Gráfico 8:</b> Mão-de-obra indígena dos acampamentos- <i>tekoha</i> dos municípios de Guaíra e Terra Roxa – abril/dezembro de 2017 .....	148
<b>Gráfico 9:</b> Mão de obra indígena na poda do pendão de milho em 2017.....	150
<b>Gráfico 10:</b> Mão de obra indígena na colheita da maçã em 2017 .....	151
<b>Gráfico 11:</b> Suínos produzidos nos acampamentos- <i>tekoha</i> .....	176

### LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Estrutura fundiária do Brasil – 2012 .....	38
<b>Tabela 2:</b> Acampamentos- <i>tekoha</i> dos Avá-Guarani em Guaíra e Terra Roxa.....	91
<b>Tabela 3:</b> Ações de reintegração de posse.....	95
<b>Tabela 4:</b> Indígenas que coletam materiais recicláveis .....	143
<b>Tabela 5:</b> O uso do fogo nos acampamentos- <i>tekoha</i> .....	160
<b>Tabela 6:</b> Benefício assistencial em cada <i>tekoha</i> .....	188
<b>Tabela 7:</b> Benefícios recebidos pelos indígenas.....	189

## LISTA DE SIGLAS

CCY	Comissão Guarani Yvyrupa
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CTL	Coordenação Técnica Local
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTE	Grupo Técnico Especializado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
MAIS	Movimento de Agroflorestores de Inclusão Sintrópica
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGDIP	Organização Nacional de Garantia ao Direito à Propriedade
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PRM-GUA-PR	Procuradoria da República no Município de Guaíra
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena

SNI	Serviço Nacional de Informação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPITULO 1 OS INDÍGENAS E O AGRONEGÓCIO NOS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA E TERRA ROXA .....</b>	<b>28</b>
1.1 O que é o Agronegócio? .....	31
1.2 A ocupação capitalista da terra e expulsão dos indígenas de Guaíra e Terra Roxa no Oeste do Paraná .....	43
1.3 Fronteira em conflitos: as frentes de expansão e pioneira e a expulsão dos indígenas da região de Guaíra e Terra Roxa.....	56
1.4 A expulsão dos indígenas na fronteira retratada na música sertaneja .....	66
<b>CAPITULO 2 A LUTA DOS AVÁ-GUARANI PELA RETOMADA DO <i>TEKOHA</i> ..</b>	<b>73</b>
2.1 A luta dos Avá-Guarani pelo território.....	73
2.2 A luta dos Avá-Guarani pelo <i>Tekoha Guasu Guavirá</i> .....	82
2.3 O processo de retomada da terra em Guaíra e Terra Roxa.....	91
<b>CAPITULO 3 A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS AVÁ-GUARANI NOS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA E TERRA ROXA .....</b>	<b>110</b>
3.1 - A recriação da mercadoria pelo índio: lógica contraditória de reprodução social dos Avá-Guarani .....	111
3.2 As influências das relações de produção capitalista na organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos- <i>tekoha</i> de Guaíra e Terra Roxa .....	127
3.3 A coleta, o fogo doméstico e a agricultura Avá-Guarani nos acampamentos- <i>tekoha</i> ...157	
3.4 Projetos de fomento à agricultura, gestão ambiental e os programas assistenciais como fonte de renda dos Avá-Guarani nos acampamentos- <i>tekoha</i> de Guaíra e Terra Roxa .....	181
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>201</b>

## INTRODUÇÃO

Os indígenas estão presentes na fronteira Oeste do Paraná com o Paraguai desde muito antes da chegada dos europeus ao continente americano, no século XVI. Com a chegada dos europeus instalou-se um contexto de conflitos, principalmente pela posse da terra, nesta região de fronteira. Esses conflitos estão presentes até os dias atuais e se expressam, principalmente, no desencontro entre a concepção de organização produtiva não-capitalista dos indígenas e a do agronegócio, essencialmente capitalista.

Neste sentido, a luta dos indígenas Avá-Guarani pela produção está relacionada a uma condição particular de sua existência, vinculada aos seus costumes, cultura e espiritualidade, mas também a um contexto estrutural de conflitos com os não-indígenas, proprietários capitalistas da terra.

A luta indígena não ocorre da mesma forma em todos os lugares, ou seja, existe uma geografia das lutas indígenas. Existem vários grupos indígenas no território brasileiro, sendo que a etnia Avá-Guarani, presente no Oeste do Paraná, tema deste estudo, vive conflitos que não são os mesmos de outras regiões. Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa observa-se, atualmente, um conflito direto com o agronegócio. É neste sentido que a pesquisa se torna importante, para entender as particularidades da luta dos Avá-Guarani no Oeste Paranaense e os conflitos que se estabelecem, contribuindo para compreendermos a geografia das lutas no campo, tendo como referência a luta deles pela terra e sua organização produtiva.

Observa-se que, recentemente, a luta dos indígenas Avá-Guarani no Paraná emergiu com mais intensidade, sobretudo na região Oeste. Os conflitos nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, fronteira com Paraguai e com o estado do Mato Grosso do Sul, contribuem para uma reflexão sobre a propriedade privada capitalista da terra e o direito ao uso dela pelos indígenas.

Em Guaíra e Terra Roxa, muitos indígenas que, no passado, foram obrigados a se retirarem de suas terras, se refugiando em outras regiões do próprio estado paranaense, Paraguai ou Mato Grosso do Sul, começam a retornar aos seus locais de origem. Somados àqueles que permaneceram na região, formam a base para a organização de um importante movimento social de reconquista do seu território.

Estima-se que, atualmente, vivam nos municípios de Guaíra e Terra Roxa aproximadamente 1.600 indígenas (cerca de 470 famílias), organizados em quatorze

acampamentos de retomadas, oito no município de Guaíra e seis no município de Terra Roxa.

Os indígenas que vivem nos acampamentos de retomadas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa se auto-denominam como Avá-Guarani e Guarani. É um dos grupos atuais que pertencem ao tronco linguístico tupi-guarani. Conforme Ladeira e Faria (2016) os Guarani no Brasil, vigente a partir do século XX, estão classificados em três grupos – Kaiowa, Nhandeva e Mbya – pode não equivaler às autodenominações dos Guarani, que são pautadas em relação aos lugares de origem, à consanguinidade, às performances rituais, aos processos históricos de contato, entre outros aspectos. Mas explicita as distinções indicadas pelos próprios Guarani, relacionadas aos lugares e às regiões em que ocupam. (LADEIRA; FARIA, 2016, p.57)

Ladeira (2008) aponta que os Kaiowá se concentram na região oriental do Paraguai e na região sul do Mato Grosso do Sul. Os Nhandéva/Chiripa, no Paraguai e no Brasil, vivem em aldeias situadas no Mato Grosso do Sul, no Interior dos estados de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul e no litoral de São Paulo e de Santa Catarina. Já os Mbya, conforme Mota (2011), estão presentes na região oriental do Paraguai, nordeste da Argentina e norte do Uruguai. No Brasil, estão presentes no interior e no litoral dos estados do Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e no Espírito Santo, junto à mata Atlântica do litoral.

A parcialidade Guarani Nhandeva abrange os Avá-Guarani, que vivem nas margens do rio Paraná, conhecidos por Avá-Katu-Ete (autênticos e verdadeiros homens) e Chiripa no Paraguai. (LADEIRA; FARIA, 2016) Nos acampamentos-*tekoha*<sup>1</sup> situados em Guaíra e Terra Roxa, os indígenas se auto identificam, em sua maioria, como Avá-Guarani ou Guarani, mas foram encontradas algumas famílias que se auto identificam como Kaiowá e Mbya-Guarani. Neste trabalho, tratar-se-á Avá-Guarani ao se referir especificamente aos indígenas que vivem em Guaíra e Terra Roxa porque assim se autodenominam, e Guarani quando se referir a todos os indígenas que compõem o tronco linguístico tupi-Guarani.

Em geral, os indígenas que vivem em Guaíra e Terra Roxa, se encontram em condições sub-humanas, em decorrência da negação de seus direitos. Na maioria dos acampamentos de retomada, as famílias indígenas não têm a garantia de condições e direitos básicos mínimos, como acesso à água potável, energia elétrica, escola, saúde, dentre outros.

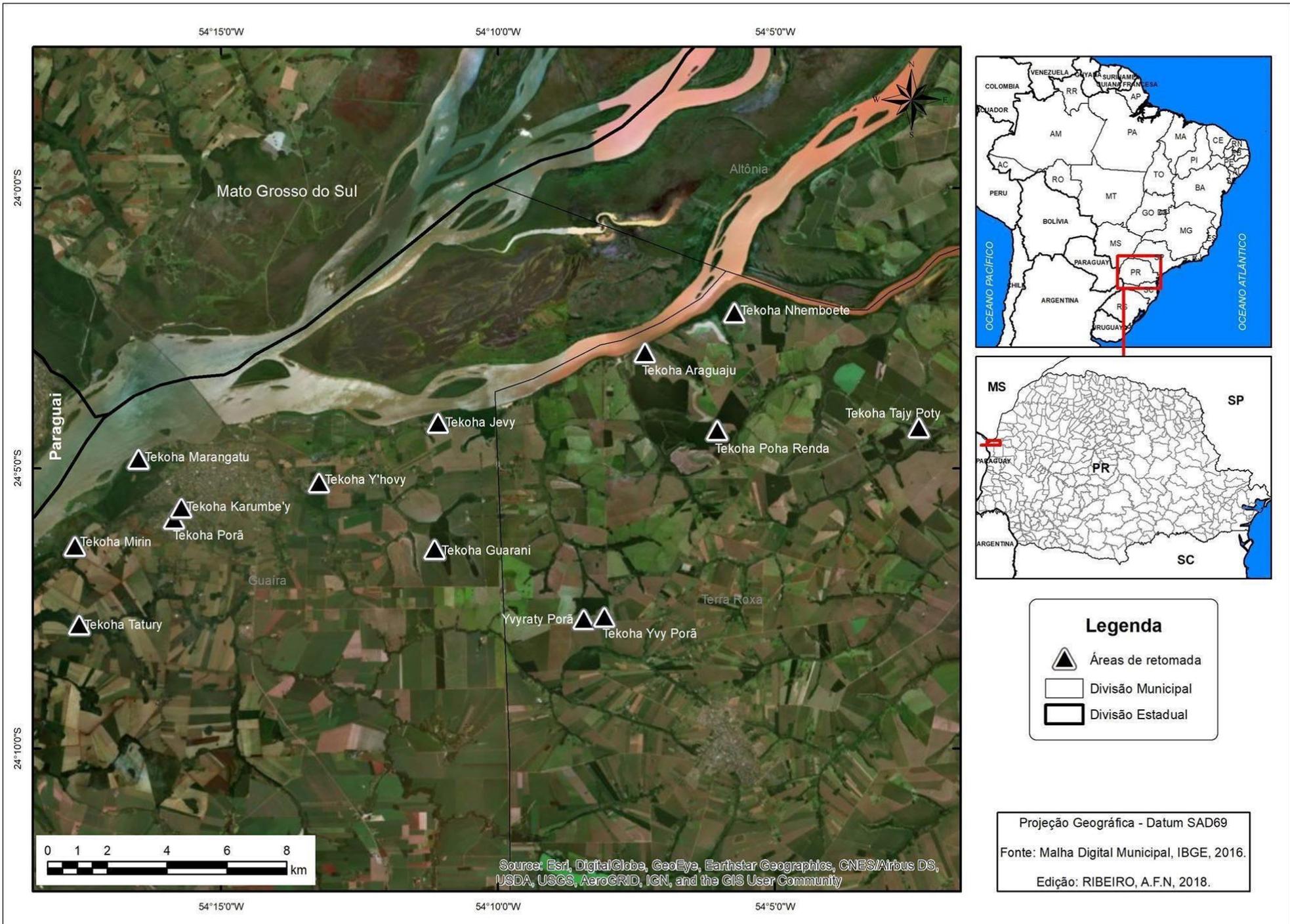
---

<sup>1</sup> Acampamento-*tekoha* foi utilizado por Mota (2015,p.23) : “É a junção da ideia de acampamento, muito presente entre os indígenas, com o *tekoha*, pois estão territorializados em seus territórios étnicos ancestrais.” Nesta pesquisa acampamento-*tekoha* foi utilizado para evidenciar que os *tekoha* localizados em Guaíra e Terra Roxa não estão localizados no interior de uma reserva indígena ou Terra Indígena, pois a condição de acampamento é provisória e reivindicatória. Ou seja, os indígenas estão territorializados em seus territórios étnicos ancestrais, mas ainda estão lutando pelo reconhecimento do seu território perante o Estado e a sociedade não indígena.

Além disso, enfrentam diariamente a forte hostilidade da população não indígena local e, de algumas lideranças, sofrem constantes ameaças.

Os 14 (quatorze) acampamentos-*tekoha* de retomada se encontram em pequenos fragmentos florestais em áreas de reserva legal ou de proteção permanente, cercadas pelos imóveis do agronegócio ou pela periferia da cidade (conforme no mapa1), dificultando, assim, a sobrevivência da população, por não haver espaço suficiente para plantio, além da restrita disponibilidade de matas para coleta, caça e pesca.

**Mapa 1:** Localização dos acampamentos-*tekoha* de Guáira e Terra Roxa



Desde o início do processo de colonização, o Estado brasileiro desconsiderou a presença indígena na região, fazendo com que se originem no senso comum, discursos que questionam a identidade indígena dos Avá-Guarani, taxando-os de “paraguaios”, mais recentemente, ou “bugres”, como eram, e ainda são, comumente denominados os indígenas ou mestiços no centro-sul, do Brasil. Conforme Ian Packer (2013), essa seria uma forma de negar-lhes direitos e qualquer tipo de proteção pela legislação indigenista vigente à época, e assim, não prejudicar o avassalador processo de colonização que se instaurava com o projeto de “Marcha para o Oeste”.

Mas o território Guarani<sup>2</sup> era muito mais abrangente para além das atuais fronteiras com o Paraguai e com a Argentina e, dentro do território brasileiro, para os estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. As regiões Sul do Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná eram extensivamente ocupadas pelos Guarani até as décadas finais do século XX.

Destacar que a região Oeste do Paraná é uma área de fronteira internacional é de fundamental importância para a compreensão da forma como se deu o avanço da ocupação colonial, nos séculos XIX e XX, sobre o território Guarani e, também, da forma como o Estado brasileiro simplesmente ignorou a presença indígena ali, caracterizando-a como um vazio demográfico.

O discurso da necessidade de proteger a faixa do território situada em torno do limite internacional e povoar as terras ainda não ocupadas em favor do desenvolvimento, fez com que o processo de colonização e o avanço da fronteira (expansão capitalista), resultasse na expropriação dos indígenas, combinado com a exploração de sua força de trabalho em regime de semi-escravidão, acompanhado de violência e mortes.

A expropriação dos indígenas no século XX no Oeste do Paraná teve início, especialmente em Guaíra e Terra Roxa, com a instalação da Companhia Matte Laranjeira, em 1912, cujas atividades se utilizavam de intensa mão de obra indígena. Eles eram obrigados a trabalhar na extração da erva-mate, abertura de estradas, dentre outros serviços. Entretanto, o processo de colonização veio a se consolidar mais tarde, a partir da década de 1950.

Os anos que antecedem 1950, o próprio SPI – Serviço de Proteção ao Índio, criava postos indígenas com objetivo de concentrar mão de obra para ser explorada nos ervais. O aldeamento Rio das Cobras, localizado em Laranjeiras do Sul, foi criado ainda em 1901, assim como vários outros postos indígenas no Mato Grosso do Sul. No extremo Oeste

---

<sup>2</sup> Refere-se aos grupos indígenas falantes da língua Guarani.

paranaense nenhuma reserva foi criada.

O projeto de povoar as terras, pretensamente ainda não ocupadas a favor do desenvolvimentismo tornou-se a plataforma política nos finais da década de 1940, com o então governador do estado da época, Moisés Lupion (1947/1950). O projeto era de promover uma colonização intensa, através da pequena propriedade agrícola, mas o governo passou a distribuir títulos de posse das terras às companhias colonizadoras, comercializando, por vezes, inclusive títulos duplicados. “São 815.640,8 hectares de terras com títulos duplos e, em alguns casos, triplos.” (MYSKIW, 2002,p.153). Conforme Myskiw (2002), o Oeste do Paraná se transformou em um palco de conflitos na área rural, decorrentes das irregularidades dos títulos de propriedade da terra e atuação de jagunços e pistoleiros, a partir do final da década de 1950.

O processo de colonização se deu com o incentivo para a vinda de migrantes nacionais de outros estados, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para ocuparem as áreas consideradas devolutas. No entanto, o que houve foi uma “limpeza” de áreas ocupadas por indígenas e posseiros, que foram expulsos por jagunços e até mesmo policiais do Estado.

O projeto de desenvolvimento da região foi parte do projeto desenvolvimentista no Brasil, dos anos 40 a 70 do século XX, criando um novo contexto social, pautado nas relações de mercado, de início tomando as terras dos antigos ocupantes e transformando-a em propriedade privada, em renda capitalizada, que produz mercadoria e gera lucro.

O avanço da frente colonizadora e a modernização da agricultura provocaram a expulsão dos indígenas, que foram ocupar locais de difícil acesso nas margens do rio Paraná e seus afluentes, ou foram para outras áreas do Paraguai, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, ou outras, no interior do próprio estado do Paraná. Ficaram em áreas restritas, insuficiente para sua sobrevivência e reprodução de sua cultura. Muitos destes indígenas, que no passado foram forçados a se retirarem de suas terras, hoje retornam para suas *tekohas*. Os acampamentos de retomada localizados nos municípios de Guaíra e Terra Roxa expressam a forma que encontram para lutar e resistir.

Ainda, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Oeste do Paraná, implicou em um mais um processo de expropriação territorial dos Guarani. Os índios não foram, de forma alguma, consultados ou sequer informados, nem pela Itaipu, nem pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, dos planos de alagamento para a construção e funcionamento da usina.

É a partir da década de 1970 que foi surgindo a necessidade dos Avá-Guarani

referenciarem primordialmente os territórios tradicionalmente ocupados como *tekoha*, que sinalizam que seu uso é também político. Para os Avá-Guarani a palavra *teko* denota o modo de ser guarani, que abrange a religiosidade, o modo de reprodução de vida, modo de organização política e social. *Tekoha* é o lugar de realização da vida, o local de reprodução da existência em todos os seus sentidos.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é compreender a luta pelo uso da terra dos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa no Oeste do Paraná, conflito em que estão estabelecidos, de um lado, os indígenas e, de outro, o agronegócio. A maior reivindicação dos Avá-Guarani é a demarcação de suas terras, sendo que, para eles, o território é importante não apenas para sua reprodução material, mas também simbólica.

Destaca-se, assim, a importância da pesquisa também para entendermos a luta dos Avá-Guarani pelo uso da terra. Saber o que eles querem fazer com a terra pela qual estão lutando; entender como, na prática, a demarcação da terra indígena contribuirá para a reprodução de sua cultura e sobrevivência e, neste sentido, trazer contribuições que possam se somar à luta indígena, colaborando com o debate sobre a questão indígena, na tentativa de desconstruir difamações e falsas informações, que são divulgados nos principais meios de comunicação sobre os povos indígenas.

O histórico de expulsão dos Avá-Guarani de suas terras acompanhou a um conjunto de perdas em relação a seu modo de vida, quanto a seus costumes, saberes, tradições e organização produtiva coletiva. Essas perdas ocorrem também porque o modo de vida Avá-Guarani e sua organização produtiva não são aceitos pela sociedade capitalista e encontra dificuldades em reproduzir-se.

Entende-se que a existência indígena não é centrada na produção, entretanto, nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa os Avá-Guarani tem uma organização produtiva não-capitalista que garante a sua reprodução física e espiritual. Essa pesquisa, tem como objetivo principal, entender a organização produtiva reproduzida pelos indígenas nos acampamentos de retomadas. Entender as práticas produtivas que são próprias de sua cultura, quanto aos costumes e saberes milenares, bem como, compreender as práticas de produção que se distanciam da cultura e espiritualidade Avá-Guarani e se comunica mais com o mundo da mercadoria.

Existem práticas produtivas reproduzidas pelos Avá-Guarani que são próprias de sua existência, como um conjunto de saberes e técnicas milenares utilizadas na produção, tais como na caça, pesca, coleta, roçados, produção de artesanatos, dentre outros. E outra prática

produtiva que se comunica com o mundo da mercadoria. A título de exemplo, quando produtos de seu trabalho que foram produzidos como valores de uso (para atender suas próprias necessidades), são transformados em valores de troca (não capitalista), para adquirir outros produtos dos quais necessitam, mas não produzem.

O objetivo dessa pesquisa é compreender como os indígenas se comunicam com o mundo da mercadoria. Contudo, entende-se que o mundo da mercadoria não é o mundo do indígena. O mundo do indígena é outro, centrado em sua espiritualidade.

Tivemos como objetivo entender como os acampamentos se constituem, enquanto estratégia de luta dos Avá-Guarani, para a demarcação de seus territórios étnicos ancestrais. E, entender, como se estabelece o conflito pela terra entre indígenas e o agronegócio nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, que trata-se também de dois modelos de produção muito distintos, a produção não capitalista dos indígenas e a produção do agronegócio, essencialmente capitalista. Assim, a organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa é objetivo da pesquisa, que incluiu a construção dos espaços de convivência, como casa de reza, escola, moradias, agricultura, a coleta, produção artesanatos, a comercialização dos produtos e a venda da força de trabalho.

A organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos de retomada é um fator importante, pois diante da condição de vida precária, com poucos recursos materiais e simbólicos, desenvolvem um conjunto de estratégias e relações solidárias que garantem os meios necessários para sua reprodução física e cultural.

A pesquisa foi realizada a partir do levantamento de referenciais teóricos sobre a temática e a problemática proposta, e, a análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, INCRA e Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Seu desenvolvimento contou com informações e dados levantados a partir de questionários aplicados às 14 lideranças indígenas das áreas de retomadas localizadas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Houve também entrevistas aleatórias com outros indígenas que não eram liderança. Houve várias visitas aos acampamentos indígenas para diálogos, participação nas relações cotidianas, atos religiosos e reuniões políticas, que possibilitaram maior envolvimento com os indígenas e compreensão da realidade vivida pelos Avá-Guarani, o que contribuiu com os objetivos propostos.

Esta tese é também o resultado de uma vivência, de um saber empírico, para além do levantamento teórico, como explicitamos nos parágrafos a seguir, onde estão expostas as atividades que compuseram a metodologia utilizada.

A partir de 2010 começou uma maior articulação e organização da luta dos Avá-Guarani pela retomada de suas terras e o fato começou a ganhar espaço na imprensa regional, o que fez surgir uma necessidade de se saber o que estava acontecendo na região, em relação à presença indígena, especialmente no âmbito universitário e dos movimentos sociais.

Em 2012, através do laboratório de pesquisas Geolutas – Geografia das Lutas no Campo e na Cidade, do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, seção local de Marechal Cândido Rondon, estes órgãos marcaram um diálogo com um representante da FUNAI e, posteriormente, uma visita aos *tekoha Y'hovy* e *tekoha Poha Renda*. Depois da visita, foi elaborada uma carta de apoio à luta dos Avá-Guarani na região Oeste do Paraná intitulada “Manifesto de Apoio aos Indígenas de Guaíra e Terra Roxa”. Várias entidades apoiaram e assinaram o manifesto.

É importante ressaltar que antes do início da pesquisa e também durante ela, a relação foi estreitada com algumas lideranças diante do apoio à luta indígena na região. Esse apoio tinha o objetivo de amenizar o preconceito e trazer esclarecimentos para a sociedade local e regional diante das falsas informações veiculadas nos meios de comunicação dominantes. Obtivemos aberturas em algumas emissoras de rádios para discutir a questão indígena, com a presença de indígenas e representantes da FUNAI, assim como foram realizados eventos na Unioeste-Marechal Cândido Rondon e outros. Sempre apoiando a luta dos Avá-Guarani e, sempre que possível, estando presente nos atos organizados pelos indígenas, assim como em várias situações contribuindo e aprendendo junto com os Avá-Guarani.

Foi então criado um comitê local de luta e resistência, não formalizado, mas que reuniu um grupo de pessoas que apoiavam a causa indígena, assim como realizadas várias reuniões com as lideranças indígenas, sempre respeitando as suas decisões. Conforme as demandas que os Avá-Guarani levantavam o comitê procurava atuar, fazendo notas, manifestações, cartas, denúncias, solicitações ao Ministério Público e órgãos competentes.

Diante da inoperância do Estado e da urgência das demandas, o grupo se articulava para uma ação quase que assistencialista, o que não era o objetivo, mas a necessidade era imediata diante da situação de vulnerabilidade em que vivem os Avá-Guarani. Neste sentido, o grupo articulava para angariar recursos monetários e doações de roupas, alimentos, materiais escolares e etc. Foi organizado também um cursinho pré-vestibular, que ocorria no espaço da escola do *tekoha Marangatu*.

O conhecimento sobre a realidade indígena e de como viviam nos *tekoha* se deu também pelas frequentes visitas em alguns acampamentos de retomadas, especialmente os

*tekoha Tatury, tekoha Poha Renda, tekoha Y'hovy e tekoha Karumbe'y.* Essas visitas se davam durante alguma atividade festiva promovida pelo grupo de apoiadores, ou organizadas pelos próprios indígenas, como os rituais e apresentações culturais abertas aos não indígenas.

Da mesma forma participamos de cursos voltados para alguns acampamentos de retomadas como o curso sobre agrofloresta e agricultura sintrópica, assim como acompanhando e ajudando integrantes do Centro de Trabalho Indigenista – CTI na entrega de mudas frutíferas e árvores nativas, sementes e entregas de ferramentas. Foi possível, desta forma, observar a atuação do CTI junto aos indígenas e, também, suas limitações diante das demandas dos Avá-Guarani.

Houve também a mediação de trabalhos de campo, juntamente com algumas universidades, tais como a UFGD, a Unioeste – campus de Marechal Cândido Rondon, UFPR-Curitiba, UNESP-Ourinhos e outras, oportunizando acompanhar, dialogar e aprender com a fala das lideranças e com demais professores e estudantes. Também a organização de eventos com a participação ativa das lideranças indígenas e grupos místicos, formados por crianças e a liderança religiosa.

Tais atividades possibilitaram o estreitamento das relações com alguns indígenas, surgindo, inclusive, momentos de espontaneidade, conversas descontraídas e brincadeiras, um vínculo que não era apenas de alguém que apoia a causa indígena ou de pesquisadora, mas de amizade, embora ainda fosse “o outro”, e realmente é, o “*juruá*” ou “*karai*”, como chamam os indígenas. Entretanto, permaneceu o distanciamento com algumas lideranças e comunidades, em que as visitas e o contato eram e são menos frequentes, e permanecendo nestas a tensão do estranho que chega no acampamento-*tekoha*, da estudante e pesquisadora.

Houve também um diálogo próximo com o representante da FUNAI em Guaíra, Ferdinando Nesso, sempre aberto ao diálogo e a disponibilizar os dados e demais informações necessárias.

Foram realizados trabalhos de campo sistematizado junto às 14 lideranças indígenas. Os trabalhos de campo foram todos acompanhados por algum ou alguma indígena, no caso Iumar Rodrigues, ex-funcionário do Coordenação Técnica Local – CTL e estudante de Geografia, Idalina Rodrigues e Raquel Martines indígenas do *tekoha Karumbe'y*. Em alguns trabalhos de campos contou-se com o auxílio da Vanessa Arruda, especialmente em algumas fotografias e gravações das entrevistas. Vanessa pesquisava a questão indígena pelo curso de Geografia da Unioeste-Marechal Cândido Rondon e tinha atuação política e participava de atividades com os Avá-Guarani. Em alguns trabalhos de campo também contou-se com a

participação do pesquisador e estudante de antropologia da UFSC, Alexsander Brandão Carvalho Souza, que acompanhou e participou levantando alguns questionamentos e gravando as entrevistas.

E, conforme a pesquisa de campo foi sendo realizada, diante da dificuldade de levantar os dados da produção, foco da pesquisa, algumas perguntas foram sendo excluídas da entrevista. Entretanto, antes mesmo do Exame de qualificação, no processo de produção textual, sentiu-se a necessidade de fazer um novo levantamento de dados, mais sistematizado, realizado em dezembro de 2017.

A entrevista visava entender melhor o processo de retomada dos Avá-Guarani, um pouco de sua trajetória de vida, de seus hábitos e costumes, sobre a participação no mercado de trabalho e a organização da produção para sua reprodução física e espiritual, com base em sua cosmovisão. Assim foram levantadas informações sobre a prática da coleta, da caça, construção de suas moradias, como construíam e faziam a manutenção da casa de reza, a limpeza do *tekoha*, a produção dos roçados para subsistência, criação de animais, produção de artesanatos e a informações sobre a comercialização de seus excedentes. Algumas entrevistas foram gravadas e transcritas e, outras, anotadas na folha do questionário.

Em relação ao levantamento de dados e informações, houve momentos da escrita que algumas dúvidas pontuais emergiram e puderam ser sanadas via telefone, whatsapp, ou através de mensagem de textos com indígenas dos acampamentos-*tekoha*.

Houve também a aplicação de entrevista com o representante da FUNAI, para levantar informações e dados, especialmente sobre o histórico da presença indígena na região, a presença do CTL em Guaíra, a atuação do Ministério Público e sobre os projetos de produção que existiram e existem nos acampamentos de retomadas, sua abrangência e eficiência, assim como a atuação da prefeitura por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e da Itaipu junto aos indígenas, em relação a sua organização produtiva.

Juntamente com o estudante de antropologia da UFSC, Alexsander Brandão Carvalho de Souza, foram solicitados ao Ministério Público, documentos relacionados ao conflito entre indígenas e proprietários rurais de Guaíra/PR, tais como atas de relatórios de reuniões em que o Ministério Público Federal – MPF atuou como mediador, bem como eventuais Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Em nome de Alexsander, foi solicitado acesso aos documentos encaminhados pelo MPF e FUNAI e pelos Avá-Guarani, relatando ameaças, discriminação e outros tipos de violência, praticados contra indígenas e servidores da

Autarquia, bem como acesso aos documentos que demonstram as ações adotadas pelo MPF a partir do recebimento daqueles relatos, no período de 2012 a 2017.

O MPF demonstrou-se aberto a colaborar com a pesquisa, fornecendo um relatório escrito pelo procurador sobre a atual situação em que se encontram os Avá-Guarani na região e disponibilizando vários inquéritos, tais como sobre saneamento, direito a alimentação, kits moradia, prática discriminatória envolvendo a Organização Nacional de Garantia ao Direito à Propriedade – ONGDIP, suicídios indígenas e os números de diversos processos de ação civil pública, buscando medidas para tutelar boa parte dos Direitos Fundamentais indígenas. Entretanto, o acesso aos documentos deveria ser solicitado para pesquisa local, com data e horário marcado, visto que a instituição não tinha recursos para fazer cópias e os documentos não poderiam ser retirados do local. Como não havia tempo hábil para analisá-los no local, parte dos autos foram fotografados. Entre os autos solicitados estavam: Inquérito Civil nº 1.25.012.000141/2013-91 sobre o direito à alimentação; Inquérito Civil nº1.25.012.000333/2013-06 sobre kits moradias, Inquérito Civil nº1.25.012.000396/2013-54 sobre fomento à agricultura e Inquérito Civil nº1.25.012.000384/2014-19 sobre prática discriminatória.

Para evidenciar a reprodução social dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*, foram elaborados alguns croquis. No primeiro croqui procurou-se elaborar maiores informações sobre como os indígenas se organizam no interior do acampamento-*tekoha*. O *tekoha* escolhido foi o *Y'hovy*, localizado no município de Guaíra. Para o processo de elaboração e desenho, obteve-se o auxílio do Alexsander (estudante de antropologia da UFSC) que estava permanecendo uns dias com os Avá-Guarani do *tekoha Y'hovy* e, com a ajuda da liderança Ilson Soares e a receptividade dos moradores do *tekoha*, que nos passavam as informações necessárias, tais como o sobrenome dos núcleos familiares e sobre a produção.

O *tekoha Y'hovy* foi escolhido devido à relação mais estreita com as lideranças e porque o acampamento se destaca em sua organização quanto aos costumes, a cultura e a espiritualidade Guarani. Outro critério levado em consideração é que há elementos peculiares na organização deste *tekoha*, como a tentativa de conciliar os aspectos culturais e religiosos de famílias que se identificam como Mbya-Guarani e Avá-Guarani, em uma região que majoritariamente as famílias são Avá-Guarani. E o croqui da área do *tekoha Y'hovy* antes da retomada da área pelos Avá-Guarani, foi feito com objetivo de fazer uma análise comparativa antes e depois da retomada.

O segundo *tekoha* escolhido para elaboração do croqui foi o *tekoha Mirin*, também localizado no município de Guaíra. A área em que se encontra este *tekoha* foi comprada pela Itaipu e repassada para a prefeitura, com a qual existe um convênio para o uso dos Avá-Guarani. A Itaipu, ao oferecer uma infra-estrutura mínima, como moradias, banheiros e escola, não considerou a cultura e o modo de ser Guarani, visto que a disposição desses elementos se assemelha muito com um loteamento popular urbano. Entretanto, ao ocuparem a área, os Avá-Guarani foram trazendo novos elementos próprios de sua cultura e religiosidade que podem ser observados na paisagem. A elaboração do desenho contou com a ajuda e informações da liderança Arsênio e sua esposa.

O terceiro *tekoha* desenhado foi o *tekoha Poha Renda*, localizado no município de Terra Roxa. Esse *tekoha* foi escolhido, primeiramente, para termos uma representação de um acampamento de retomada localizado no município de Terra Roxa e, também, por estar localizado longe do perímetro urbano. A comunidade se identifica como Avá-Guarani, como a maioria dos indígenas da região. As informações detalhadas do *tekoha* foram repassadas pela liderança Gilberto Benites. A organização se assemelha aos demais *tekoha* de Terra Roxa, com a diferença que nos *tekoha Yvyraty Porã*, *tekoha Araguaçu* e *tekoha Yvy Porã* há um elemento que diferencia que é a presença da igreja evangélica. No *tekoha Yvy Porã*, existem algumas famílias Kaiowá.

O quarto e último *tekoha* que foi desenhado foi o *tekoha Karumbe'y*, localizado no município de Guaíra. Este *tekoha* foi escolhido por estar situado na área urbana. Sua área é muito restrita, pois a cidade de Guaíra cresceu ao seu entorno e o acampamento-*tekoha* foi perdendo espaço de forma considerável, principalmente a partir de 2013. No município de Guaíra existe o problema de moradia, e no ano de 2012, houve um despejo de famílias que moravam no bairro Vila Alta. Muitas dessas famílias passaram a ocupar a área do acampamento indígena, que naquele ano estava sem uma liderança. Neste sentido, a organização deste acampamento-*tekoha* está limitada pela falta de espaço, dificultando a produção com base em sua cultura para a existência do grupo.

Para elaborar os croquis e identificar os elementos foram utilizadas cópias de imagem de satélite, juntamente com identificação de elementos de cada *tekoha* e informações repassadas pelas lideranças. A área de cada um foi medida através de aplicativo GPS de celular em conformidade com os limites informados pelas lideranças.

Quanto à tabulação dos dados levantados nos 14 questionários, nestes foram calculados o número de aposentados, de famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família

e das que recebem cestas básicas. Em relação à tabulação do número de indígenas com trabalho remunerado, primeiramente, foram levantadas as atividades a que eles se dedicam, assim como o agrupamento das mesmas para elaboração de gráficos. Quanto à produção, para o levantamento de área e quantidade, houve maior dificuldade de tabulação, mas foi possível evidenciar o percentual destinado para o autoconsumo e eventual comercialização.

A presente tese está organizada em três capítulos. O primeiro trata da relação dos indígenas e o agronegócio, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Debate também a influência das frentes de expansão e frentes pioneiras na expulsão dos indígenas da região; a presença destes conflitos na arte, especificamente nas letras da música sertaneja, e, ainda, como se deu esse processo de expulsão dos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, sua resistência e luta pela retomada de seus territórios ancestrais, e, os conflitos decorrentes.

O segundo capítulo discorre sobre o histórico da luta dos Avá-Guarani pelo seu território étnico ancestral, sobre como se deu o processo de retomada de suas terras. Compreende-se também o conceito de *tekoha* para os Avá-Guarani, e a importância da memória coletiva deste grupo para a conquista do seu território, expresso, sobretudo na terra. E por fim, compreende-se o conflito entre duas concepções e organizações produtiva, a não capitalista dos indígenas e a capitalista do agronegócio.

Já o terceiro capítulo, trata da organização produtiva dos Avá-Guarani, sua produção no espaço urbano e as influências das relações capitalistas no seu modo de viver, além da efetividade dos programas assistenciais e desenvolvimento de projetos de fomento, executados por entidades, universidades e órgãos governamentais. Procura-se compreender como os Avá-Guarani se comunicam com o mundo da mercadoria, mesmo que o centro da sua existência não seja a produção de mercadorias. Pretende-se, neste sentido, compreender a organização produtiva não capitalista dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*. Essa organização produtiva envolve um conjunto de práticas que têm fortes relações com sua cultura e espiritualidade, quanto as práticas de produção que lhes foram impostas através do contato com a sociedade organizada sob o modo de produção capitalista.

## CAPÍTULO 1

### OS INDÍGENAS E O AGRONEGÓCIO NOS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA E TERRA ROXA

Os Avá-Guarani estão presentes no Oeste paranaense desde muito antes da chegada dos europeus ao continente americano, no século XVI. Desde esse passado distante, os indígenas sofreram ataques e investidas diversas de não indígenas visando sua expulsão das terras. Esses ataques e investidas se intensificaram a partir da década de 1950, com a frente de ocupação capitalista, que forçou muitos indígenas a se deslocarem para outras regiões, principalmente para o estado do Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

Diferentemente de como aconteceu em outros estados, como no Mato Grosso do Sul onde o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) criou diversas reservas para confinar os indígenas e engajar sua mão de obra nos ervais e nas madeireiras, no Oeste do Paraná, nenhum posto foi criado, com exceção da reserva indígena do Rio das Cobras, criada em 1901, no município de Laranjeiras do Sul, para receber os indígenas Kaingang. Muitos dos Avá-Guarani que viviam nos municípios de Guaíra e Terra Roxa foram removidos para esta Reserva, enquanto outros, pela falta de documentação deslocaram-se para as Reservas Indígenas do sul do Mato Grosso do Sul, como as de Porto Lindo, em Japorã, e Jaguapiré, em Tacuru, onde eram obrigados a residirem entre cinco a dez anos. (PACKER, 2013, p. 41)

Conforme Carvalho (2013), as regiões Sul do Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná, foram extensivamente ocupadas pelos Guarani até as décadas finais do século XX, embora ao longo do tempo, os Guarani já eram compulsoriamente forçados a emigrar do Brasil, se deslocando principalmente em direção ao Paraguai, país que contava com uma acentuada concentração demográfica das populações Guarani.

Os Avá-Guarani que resistiram ao processo de expulsão de seus territórios, somados àqueles que estão retornando de outras regiões, principalmente do Mato Grosso do Sul, devido à expansão do agronegócio, especialmente da cana-de-açúcar, e, a violência a que são submetidos naquele estado, formam a base de um importante movimento de luta pela terra e pelo território nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Os atuais acampamentos de retomada constituem-se como estratégia de luta dos Avá-Guarani para a demarcação de seus territórios étnico ancestrais perante o Estado brasileiro, direito garantido pela Constituição brasileira de 1988. O artigo 20, XI, da Constituição diz

que os territórios indígenas são de propriedades da União. Essa norma garante o direito ao usufruto da terra pelos indígenas, como um direito à ocupação tradicional.

Mas estes pressupostos legais nunca foram levados em conta. A presença indígena não foi levada em consideração no processo de ocupação do Oeste do Paraná. Os Avá-Guarani foram expulsos de suas terras e não tiveram suas terras demarcadas. Os problemas relacionados à má distribuição de terras no Paraná existem desde o processo de colonização e a modernização da agricultura contribuiu para acentuar a concentração fundiária. A expansão da fronteira agrícola, principalmente durante o regime militar surgiu, ao menos no plano discursivo, como uma saída para os problemas fundiários. Na prática, resultou na manutenção do padrão de concentração da propriedade da terra em níveis elevados.

Faria (2013) aponta que, neste período, o governador do Paraná tinha como bandeira resolver o conflito instalado na região. Contudo, as pequenas propriedades se configuravam como empecilho para a política de desenvolvimento da economia paranaense, pois sua forma de produção não era considerada moderna (noutras palavras, não faziam uso de insumos agrícolas industrializados) e de alta produtividade. O governo destinou então incentivos dos fundos públicos para médias e grandes propriedades, no intuito de garantir maior produtividade, aumentando ainda mais a concentração de terras.

Oliveira (2003), afirma que a modernização da agricultura foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural e povos originários que ainda resistiam. No Brasil, conforme o autor, entre 1960 e 1980, foram 28,5 milhões de pessoas que deixaram o campo. A migração campo-cidade se destacava principalmente nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização ocorreu primeiro e de forma mais intensa, como nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. A moderna agricultura brasileira esconde o êxodo rural, superexploração de empregados e a concentração de terra e renda.

A modernização da agricultura e a incorporação de novas terras à dinâmica capitalista provocaram a expulsão de milhares de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, posseiros, quilombolas, dentre outros camponeses e, também, dos indígenas de suas terras. Aqueles que foram expulsos ou expropriados de suas terras mudaram para as cidades, fronteira amazônica ou Leste paraguaio na década de 1970. Outro caminho encontrado por esses diferentes grupos expulsos/expropriados da terra foi a organização nos movimentos sociais, dentre tantos exemplos, o movimento dos indígenas que lutam pela retomada de suas terras.

Conforme Carvalho (2009) esta modernização agrícola trouxe fortes transformações para região Oeste do Paraná. As políticas de colonização caracterizaram a região como uma grande área agrícola de produção familiar, mas o processo de modernização agrícola, a partir de 1970, resultou na introdução maciça de avançadas tecnologias de cultivo, da substituição das culturas alimentares pela produção de *commodities*, mudando completamente as relações de trabalho. O resultado foi a diminuição da demanda de mão de obra no campo e um intenso processo de urbanização, estimulado também pelos efeitos do megaprojeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que também atingiu os indígenas da região.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Oeste do Paraná implicou em um novo processo de expropriação territorial dos Guarani. Os índios não foram de forma alguma consultados ou informados, pela Itaipu ou pelo INCRA, dos planos de alagamento para a construção e funcionamento da usina. Os indígenas ficaram sabendo dos projetos e ações do governo através de boatos, o que causava sentimento de pânico e medo. Conforme Carvalho (2013), o INCRA era responsável de encontrar terras para onde a população indígena pudesse ser removida e a FUNAI, durante o regime militar, subordinada que estava aos interesses econômicos locais e regionais, tinha como política não demarcar terras indígenas na zona de fronteira, sobretudo num lugar que desde os anos 1960, era objeto de estudo de um grande empreendimento econômico e geopolítico, que era a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Packer (2013) aponta que, para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná, muitos títulos de terras irregulares foram às pressas regularizados pelo INCRA e o Estado Brasileiro. O processo de indenização de terras, e, a forma como foi conduzido pela usina, foi bastante conturbado, gerando um movimento de luta dos desapropriados contra a usina, que foi monitorado e reprimido com apoio do Serviço Nacional de Informação – SNI e do Exército Brasileiro, em colaboração com a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

De acordo com Carvalho (2013), em 1982, com a inundação do território indígena pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, somente uma parte dos indígenas que viviam nas áreas inundadas foram compulsoriamente reterritorializados para a Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y. A transferência, legalmente, deveria ser de todo agrupamento indígena para terras de igual extensão e ambiente semelhantes à anterior, e, ainda, para seu uso exclusivo. Oco'y apresentava, e ainda apresenta, dimensões insuficientes, menores que a anterior e ambientalmente comprometida.

Assim como em outros estados, os Avá-Guarani do Oeste do Paraná, dentre eles os de Guaíra e Terra Roxa, nunca aceitaram viver na condição de reserva, e acabavam se

deslocando para outros *tekoha*, próximos às cidades ou em acampamentos às margens de fragmentos florestais, onde encontravam condições ecológicas mínimas para sua sobrevivência.

A discussão deste capítulo tem como objetivo trazer o conceito de agronegócio, evidenciando a diferença existente na produção de alimentos no modo de vida dos Avá-Guarani e a atividade econômica voltada para produção de *commodities*. Também é uma tentativa de desmistificar o imaginário de eficiência econômica e produtividade que o agronegócio passa para a sociedade, através da grande mídia. Entretanto, sabemos todos que a realidade do campo brasileiro ainda é marcada pela má distribuição da terra.

Posteriormente, busca contextualizar o agronegócio nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, importante para compreender o conflito que se estabelece entre proprietários de terras e indígenas na região. Em outras palavras, entender como se estabelece o conflito pela terra entre indígenas e o agronegócio nos referidos municípios.

Diferentemente do agronegócio latifundiário, a região Oeste do Paraná, onde estão localizados os municípios de Guaíra e Terra Roxa, é caracterizada pela presença de médias e pequenas propriedades rurais. O conflito que se verifica, então, não é entre empresários capitalistas da indústria que atuam no campo ou grandes proprietários de terras e os indígenas, mas sim um conflito entre pequenos e médios agricultores, principalmente, e indígenas.

A disputa pela terra se torna ainda maior porque a região possui características naturais favoráveis para agricultura, tais como solos férteis, relevo com baixa declividade, presença de recursos hídricos e o clima subtropical, propriedades que contribuem para elevação do preço da terra por hectare. É a forma de auferir a renda diferencial e absoluta, pois essas condições do solo e clima são propícias para os principais monocultivos da região, a soja e o milho, em vista da facilidade de mecanização. Destaca-se que esses monocultivos, nesta região, são produzidos, em sua maior parte, por pequenos e médios proprietários rurais.

## **1.1 O Que é o Agronegócio**

Este subitem tem como objetivo compreender o agronegócio, o seu papel ideológico e as transformações que trouxe para o campo e para economia de mercado. Considera-se necessária esta compreensão porque a luta dos Avá-Guarani pelo uso da terra, nos municípios em questão, entra em conflito com interesses de proprietários de terra, numa região em que predomina o pequeno agronegócio, pequenas e médias propriedades, voltadas,

principalmente, para a produção dos monocultivos da soja e do milho. Os indígenas de Guaíra e Terra Roxa estão na contramão e negam, por meio de sua luta e de sua organização produtiva não-capitalista (ou anticapitalista), a produção do agronegócio, seja ele grande ou pequeno.

Oliveira (2007), parte do princípio de que o capitalismo gera relações capitalistas e não-capitalistas, em decorrência do processo contraditório intrínseco a seu desenvolvimento. A produção do capital nem sempre decorre de relações especificamente capitalista de produção, fundadas no trabalho assalariado. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Conforme Oliveira (2007, p.40), na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção dá-se, sobretudo, pela sujeição da renda ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista, existente na agricultura. O capital, agora, apropria-se da renda da terra, transformando-a em renda capitalizada da terra

A expansão capitalista no campo foi pensada, estrategicamente, por teóricos que visavam atender os interesses do imperialismo estadunidense, após a Segunda Guerra Mundial. Em um contexto de crise econômica mundial, o agronegócio surgiu como uma das saídas para o problema da superacumulação no mundo, contudo, muitas contradições existem neste processo, em que o próprio sistema capitalista cria barreiras para seus padrões de acumulação. Neste sentido, criou-se, pelo menos no plano do discurso, a ideia de que o Estado teria uma interferência mínima na economia com a abertura das fronteiras dos países periféricos para o capital internacional, baseados na ideologia neoliberal.

A produção de monocultivos no campo, voltados para exportação, é chamado mundialmente de *agribusiness*, sendo que no Brasil ficou conhecido como agronegócio. A palavra agronegócio surge como forma de diferenciar a produção de alimentos fundamentais à existência da humanidade da atividade econômica de produção de *commodities*, ou seja, de mercadorias para o mercado mundial.

O agronegócio, entendido como um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro é visto como um modelo agrícola que, a princípio, se sustenta no desenvolvimento da ciência e tecnologia, garantindo o aumento da produtividade, emprego, contribuindo para Produto Interno Bruto – PIB do País. O conceito de agronegócio carrega a ideia de desenvolvimento linear e progressivo. Contudo, é notório que a realidade do campo brasileiro é muito diferente deste imaginário nacional, sobre a eficiência do agronegócio,

insistentemente divulgado pela grande mídia.

Mendonça (2013) escreve sobre a construção do conceito de agronegócio, e como a expansão e reprodução do capitalismo no campo foi pensado e estudado, estrategicamente, para todas as partes do mundo, tendo em vista e levando em conta o papel dos estados nacionais, para atender os interesses de acumulação do capital.

Conforme Chesnais (1996), para superar as contradições do capitalismo da fase concorrencial, principalmente a disputa por mercados e matérias-primas entre as empresas, estrategicamente, buscou-se integrar o capital em escala mundial. E as empresas, que antes disputavam entre si, passaram a cooperar umas com as outras, e, através da facilidade de comunicação e integração entre elas, houve a abertura de filiais, associações, fusões, surgindo assim as empresas mundiais. Processo que o autor denominou de mundialização do capital.

Para o processo de mundialização, o capital contou e conta com a forte atuação dos governos nacionais e dos órgãos de intercâmbio internacional, que surgiram com objetivo de intermediar e controlar a economia e a política mundial, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização Mundial do Comércio - OMC, que, atendendo os interesses dos países Centrais, ditam as regras àqueles que estão do lado mais fraco no campo das negociações.

Tendo como base a reflexão teórica sobre a mundialização do capital em Chesnais (1996), Oliveira (2014) faz a discussão sobre a mundialização da agricultura brasileira, que, “sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se na tríade: produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais.” (OLIVEIRA, 2014, 2081) O autor explica que a produção de alimentos deixou de ser estratégia nacional, passando a ser mercadoria, atendendo aos interesses do mercado mundial. As bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*, e, os monopólios mundiais na agricultura permitiram o controle monopolista da produção das *commodities* do setor.

As empresas capitalistas necessitam dos estados nacionais para se tornarem mundiais e enfrentar a mundialização, e, o Estado, em contrapartida, também se alia a elas para se legitimar perante a sociedade, apresentando-as como resultado das políticas implantadas, com a ideia de progresso e desenvolvimento.

Contrária a essa ideia, Mendonça (2013) afirma: “Periferia é tão moderna quanto o centro.” (MENDONÇA, 2013, p.32) Para a autora, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são estágios do crescimento. A existência de muitos países na

condição de periféricos tem seu papel a cumprir no modo capitalista de produção, e sem eles, não ocorreria acumulação de capital. Podemos observar que é nas eventuais crises econômicas que existe maior necessidade de deslocamento de capitais para a valorização, e que as desigualdades espaciais são estratégicas para o capital, como se pode observar no caso da crise das dívidas dos países periféricos e também na forma como ocorreu a industrialização da agricultura no Brasil.

Com a crise da superacumulação que marca o período do Pós-Guerra, houve o deslocamento de capital, aplicados em países periféricos. O dólar se tornou moeda internacional para gerar disponibilidade financeira em todo mundo capitalista. No Brasil, esse período ficou caracterizado como milagre econômico, em que houve a industrialização da agricultura, com a entrada de capitais internacionais e aumento das importações industriais. O país aderiu às imposições das negociações da dívida externa e destinou recursos públicos para abrir novos créditos agrícolas, atendendo aos interesses do capital privado.

O processo de modernização da agricultura, caracterizado pelas mudanças no processo produtivo, pela dependência cada vez maior de maquinários agrícolas, sementes elaboradas em laboratórios, insumos agrícolas, dentre outros produtos industrializados, elevou os custos da produção agrícola. Neste período, o papel dos bancos passa a ser crucial, com o aumento das demandas de crédito, a curto e longo prazo.

Mendonça (2013), analisando as obras dos principais ideólogos do agronegócio, John Davis e Ray Goldberg, observa que estes partem da premissa de que o campo está passando por transformações tecnológicas, tendo como base o progresso científico na agricultura. O agronegócio passa a ser entendido pela dependência entre setores que marcam o processo de fusão entre agricultura e a indústria.

A produção agrícola passa a ter função essencialmente comercial e, o armazenamento, processamento e distribuição de alimentos, ficam sob responsabilidade de outras empresas, que também têm sua produção voltada para a agricultura, como tratores, ração, fertilizantes, caminhões, dentre outros. Assim, o desenvolvimento do agronegócio é controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos setores da economia.

Mendonça (2013) aponta que o agronegócio, para Davis e Goldberg, seria um sistema complexo que compreende a agricultura, indústria, mercado e o setor financeiro. Esses ideólogos, inclusive, não negam a necessidade de políticas de apoio por parte do Estado para a expansão agrícola, para reduzir os custos de produção, processamento e distribuição.

Segundo Mendonça (2013), houve forte aparato político do governo dos Estados Unidos para a expansão do agronegócio em diversas partes do mundo, buscando manter o controle sobre as exportações e garantindo que as empresas multinacionais se estabelecessem em diversos países. Os organismos multilaterais oferecem facilidade de acesso ao crédito, subsídios e outros programas assistenciais, garantia de preços mínimos para o mercado interno e aumento da demanda, através de acordos de abertura comercial para seus produtos, além de protecionismo alfandegário quando necessário, dentre outros.

Baseado em todos os pressupostos acima mencionados, o neoliberalismo, que no discurso visa uma economia baseada no livre mercado, com mínima interferência do Estado, na verdade é uma relação entre forças desiguais e desleais. Apesar da pretensa lógica das grandes potências, os países periféricos nunca tiveram uma relação de igual para igual na economia mundial. O discurso que o Estado não deve interferir na economia sempre foi uma grande falácia.

No Brasil, a partir de 1990, com o aprofundamento das políticas neoliberais, houve privatizações dos setores públicos, fusões entre capitais privados e empresas estatais, buscando colocar em prática o discurso de redução do papel do Estado na economia. Porém, o próprio processo de privatizações e fusões contou com financiamento por parte do Estado, que destinou dinheiro público para o setor privado e grandes empresas do agronegócio, e, ainda, se utilizou de suas forças políticas que buscaram, e ainda buscam, flexibilizar a legislação ambiental e trabalhista.

Mendonça (2013) em seu estudo sobre o avanço do agronegócio no Brasil entende que o principal produto do agronegócio é a dívida, ao contrário do que os meios de comunicação dominantes apresentam sobre a importância da participação do agronegócio no PIB brasileiro. Eles, os meios de comunicação, financiados que são pelas grandes corporações internacionais, não mostram para a população a quantia que é retirada dos cofres públicos, do conjunto da sociedade, para o setor.

O PIB do agronegócio é contabilizado pela soma do que é arrecadado pelos diversos setores do sistema. A autora faz uma comparação entre a quantia que o Estado brasileiro arrecada, e, aplicando a mais-valia social, a que é extraída pelo setor do agronegócio, através dos créditos subsidiados. Isso sem contar as negociações e perdão de dívidas, uma prática bastante corriqueira, quando se trata do agronegócio.

Mendonça (2013) aponta que em vários períodos pesquisados, os subsídios estatais para o agronegócio superaram o saldo deste setor na balança comercial agrícola. Em 1980,

por exemplo, o governo concedeu o perdão de uma dívida de 13 bilhões de dólares do agronegócio, montante que representava o dobro de seu saldo na balança comercial. E chega a conclusão:

[...] o produto do agronegócio não seria, por exemplo, soja, gado, cana-de-açúcar, laranja ou eucalipto, mas sim apropriação de capital, seja na forma financeira, através de dívidas, ou da extensão da fronteira agrícola no sentido de apropriar forças produtivas naturais monopolizáveis como terra, água e biodiversidade. (MENDONÇA, 2013, p.34)

Segundo a autora, existe por parte do agronegócio uma apropriação das forças produtivas naturais como a terra, água e biodiversidade. Em especial da terra, pois a estrutura fundiária brasileira continua tão concentrada como sempre foi. Isso porque a terra, no modo capitalista de produção, é uma mercadoria, e, embora não tenha valor, por não ser resultado do trabalho humano, ela tem um preço. A terra é um equivalente de mercadoria. É neste sentido que Oliveira (2007) afirma que, no estudo da agricultura, a renda da terra é uma categoria fundamental. A renda da terra é um lucro extraordinário e suplementar, permanente, que ocorre no campo e na cidade. No campo ela é um lucro permanente, pois existem diferentes tipos de solos, é, portando produto do trabalho excedente, um componente particular e específico da mais-valia.

Conforme Oliveira (2007), a renda da terra em sua forma menos desenvolvida, ou seja, pré-capitalista, é diretamente produto excedente, como exemplo uma fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra. Já no modo capitalista de produção, a renda da terra é a sobra acima da fração do valor das mercadorias, mais-valia, ou seja, o trabalho excedente dos trabalhadores empregados em sua propriedade na produção.

Oliveira (2007), explica que a renda da terra absoluta é a garantia de uma renda excedente acima do lucro médio do capitalista para todos os proprietários de terra, incluindo aqueles proprietários cujas terras possuem baixa fertilidade. Essa renda é possível devido ao monopólio que os proprietários têm sobre a terra. Os proprietários podem obter além do lucro médio capitalista, também a renda da terra. A partir da renda absoluta, surge a renda diferencial, em que o preço das terras passa a ser definido pela sua capacidade produtiva natural e localização, tais como fertilidade, presença de fontes de água, clima, etc. E a renda de monopólio, que é o lucro suplementar, oriundo do monopólio de uma mercadoria produzida em uma porção de determinada superfície terrestre, dotada de qualidades especiais.

O autor supracitado, aponta que o capital abre várias possibilidades de enriquecimento ao capitalista que emprega seu dinheiro na compra da terra. O dinheiro empregado na compra

da propriedade é recuperado mais tarde, com acréscimos. Enquanto mercadoria, a terra tem um preço, mas não tem valor. A renda absoluta da terra existe porque o Estado garante a propriedade privada da terra, e assim, a sociedade inteira sempre terá de pagar aos seus proprietários um tributo (a renda capitalista da terra) para que as terras sejam colocadas para produzir. Como exemplo, temos os arrendamentos em troca de trabalho, dinheiro ou produto. Assim, a compra da terra é a compra da renda antecipada, que pode ser obtida colocando a terra para produzir, ou através de sua venda.

Desta forma, a terra enriquece seu dono mesmo não sendo colocada para produzir. Ela se valoriza “sozinha”. O capital é imobilizado na propriedade privada da terra, mas o capitalista pode especular a terra, vendendo-a quando ocorre o aumento do preço da terra. No Brasil, a terra assume esse caráter de reserva de valor, reserva patrimonial. Assim, ela é apropriada principalmente com fins especulativos e não para produzir. O que explica a presença de latifúndios improdutivos, conforme destaca Oliveira (2007)

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, o Brasil tem uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, um desenvolvimento capitalista que gera enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2007, p.133)

Segundo o autor, com o processo de modernização da agricultura, não observamos o latifúndio gerar empresários capitalistas, mas capitalistas industriais e urbanos se tornarem latifundiários, inclusive com incentivos fiscais. Exemplo disso ocorreu na Amazônia, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Oliveira (2007), refere-se à grilagem de terra como o caminho “gratuito” ao acesso à renda, sem mesmo ter pagado pela terra. Conforme Girardi (2008), as terras griladas no Brasil somam 36,7 milhões de hectares, sendo que na Amazônia Legal estão 254 milhões de hectares. Conforme o autor, além da Amazônia Legal, os grilos também se concentram no Oeste da Bahia, Sul do Piauí, Leste do Tocantins e de Goiás e no Noroeste mineiro.

Outro problema agrário que se observa no contexto da expansão do agronegócio é a concentração de terras no país. Os dados do INCRA indicam que a estrutura fundiária do Brasil continua concentrada. Conforme a tabela (1) abaixo, no ano de 2012, as propriedades com área de até 100 ha correspondiam a 86,2% do total de imóveis e uma área de 104.020.700,41ha, equivalente a 17,2% do total. Já as propriedades entre 100 a 1000 ha correspondiam a 678.462 do total dos imóveis (12,3%) e uma área de 181.757.801,33 (30%). As propriedades com mais de 1000 ha correspondiam 81.331 imóveis (1,5%) e uma área total

de 319.609.244,32 ha (52,8%).

**Tabela 1:** Estrutura fundiária do Brasil – 2012

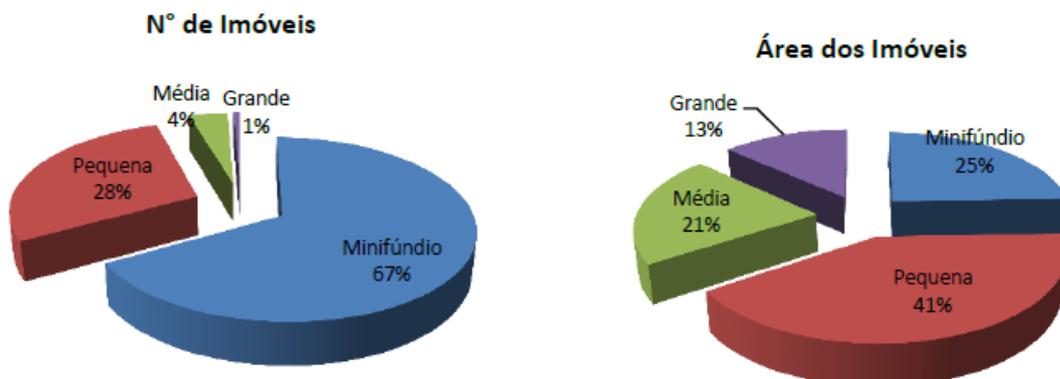
<b>Estratos de Área</b>	<b>Nº de Imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área em há</b>	<b>%</b>
Menos de 10 ha	1.874.969	34,1	8.834.571,15	1,5
10 a < de 100 ha	2.863.773	52,1	95.186.129,26	15,7
Menos de 100 ha	<b>4.738.742</b>	<b>86,2</b>	<b>104.020.700,41</b>	<b>17,2</b>
100 a < de 1.000 ha	678.462	12,3	181.757.801,33	30,0
1.000 ha e mais	81.331	1,5	319.609.244,32	52,8
<b>Total</b>	<b>5.498.535</b>	<b>100</b>	605.387.746,06	<b>100</b>

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.2012

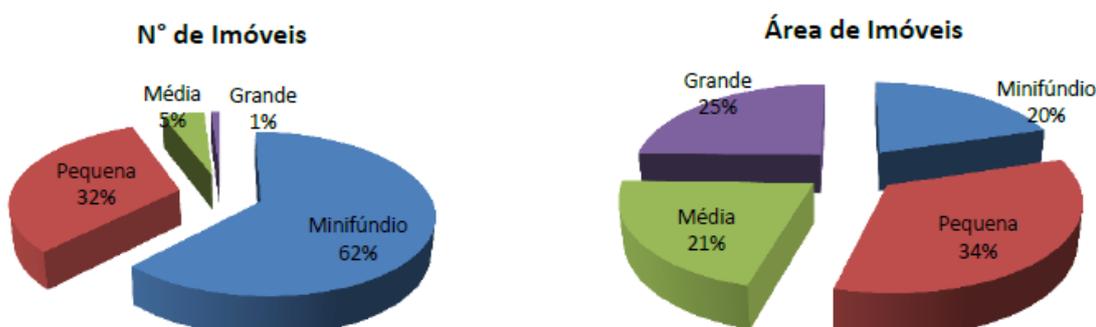
Em relação aos municípios em estudo, conforme dados cadastrais do INCRA (2010), Guaíra conta com 76,54% e Terra Roxa, 92,67% de suas áreas cadastradas como imóvel rural. Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, embora predomine as pequenas e médias propriedades, uma área considerável de terras está concentrada nas mãos de um pequeno número de proprietários, conforme observa-se no gráfico (1) abaixo.

**Gráfico 1:** Estrutura Fundiária de Guaíra e Terra Roxa

## Guaira - 2010



## Terra Roxa - 2010



Fonte: INCRA, 2010. Org. Faria, 2013.

Conforme o gráfico 1, em Guaira, 5% dos imóveis são médias e grandes propriedades<sup>3</sup> e detém 34% do total da área dos imóveis. As pequenas propriedades representam 28% dos imóveis e 41% da área total dos imóveis. Já os minifúndios que chegam a 67% dos imóveis ocupam apenas 25% da área. Em Terra Roxa, 6% dos imóveis são de médios e grandes proprietários e ocupam 46% da área total dos imóveis cadastrados. Os pequenos proprietários representam 32% dos imóveis e ocupam 34% da área. Os minifúndios que representam 62% dos imóveis ocupam apenas 20% do total da área rural cadastrada.

Segundo Martins (1981) a propriedade privada capitalista da terra, dá ao seu proprietário o direito de se apropriar de uma parte da riqueza (mais-valia) socialmente produzida, mesmo que não a coloque para ser trabalhada. É o caráter irracional da

<sup>3</sup> Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados pelo INCRA em: Minifúndio, é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade, o imóvel de área compreendida entre 1(um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade, o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais) e a Grande propriedade, o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. Em Guaira 1 (um) módulo fiscal corresponde a 20 ha e Terra Roxa 1 (um) módulo fiscal corresponde a 18 ha.

propriedade fundiária, pois ela é parte da acumulação de capital, se valoriza mesmo estando improdutiva, não incorporando trabalho e sem devolver produtos.

É a terra não sendo fruto do trabalho humano, em que não pode-se produzir novas terras, sendo que, dela depende a produção de alimentos para a humanidade, para sua sobrevivência. E, é neste sentido que se revela o lado perverso da propriedade capitalista da terra, porque ela vai contra os interesses da coletividade, ficando evidente seu lado exploratório e socialmente injusto.

O agronegócio trouxe a forte ideia de efetividade econômica, blindando assim o latifúndio rentista, esquecendo que o agronegócio, na essência não se difere deste, pois sua base de sustentação continua sendo rentista, nutrindo-se da violência, da superexploração do trabalho, da renda da terra e do fundo público.

Oliveira (2007) afirma que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório. O capitalismo em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. Como a terra é entendida como renda capitalizada, o processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pode subordinar a produção na terra (como acontece com o campesinato), pode especular a terra, comprando e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra.

O modelo de produção não-capitalista dos indígenas não é aceito pela sociedade capitalista, que considera as áreas retomadas pelos indígenas improdutivas. A legitimidade da luta dos indígenas não é centrada na produção de alimentos para o mercado. Os indígenas não se preocupam, a princípio, em produzir para “alimentar a nação” ou com soberania alimentar nacional. Diferentemente da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em que a luta ganha legitimidade, entre outros, na produção de alimentos que abastece o país. Com a demarcação da terra indígena esse processo de territorialização do capital sobre as terras indígenas é mais difícil de acontecer (embora já existam casos) porque a concepção da organização produtiva dos indígenas é diferente da concepção da organização produtiva da sociedade capitalista.

Entretanto, o contato com a sociedade capitalista trouxe impactos ao modo de vida indígena, como a inserção forçada dos indígenas aos ciclos produtivos do capital, desde o início do processo de colonização, em que a mão de obra indígena foi, e ainda é, explorada nas mais diversas atividades, assim como o surgimento de novas necessidades de consumo, faz com que muitos indígenas reproduzam relações capitalistas.

Neste contexto, compreende-se o desenvolvimento da agricultura comercial no interior de algumas terras indígenas. A prática do arrendamento, apesar da proibição legal, ainda ocorre com a exploração de terras já demarcadas. Muitos dos indígenas que desenvolvem a agricultura comercial, por meio de arrendamento ou não, sempre trabalharam em fazendas, aprenderam a operar máquinas e a usar insumos agrícolas químicos. Existem situações em que as terras são arrendadas e o próprio indígena trabalha na terra, enquanto o parceiro não-indígena custeia a mão-de-obra, os insumos, sementes, combustível e as máquinas.<sup>4</sup>

A relação especificamente capitalista de produção é a relação social de produção baseada no trabalho assalariado. Na agricultura, para que essa relação ocorra é preciso que o capitalista compre ou arrende a terra, adquira os demais meios de produção como máquinas agrícolas, ferramentas e outros, e, contrate no mercado trabalhador livre de todos meios de produção e lhe pague um salário em dinheiro, para que esse compre o necessário para se reproduzir enquanto trabalhador, ou seja, sendo obrigado a vender sua força de trabalho. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório, pois, ao mesmo tempo que destrói as relações não capitalistas em um determinado lugar, abre caminhos para a sua reprodução em outro, como acontece com o camponês. Quanto aos indígenas, existe o interesse capitalista de incorporá-los aos ciclos produtivos do capital. Conforme o pronunciamento feito pela atual ministra da Agricultura, Teresa Cristina: "Eles não podem arrendar porque é proibido, mas isso vamos nos sentar com as diversas etnias do Brasil para discutir. Além disso, os deputados que mudam as leis estão aí". No mesmo sentido, segue a pronúncia do atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles: "Não tem sentido ter na legislação uma proibição de transgênico só por ser terra indígena e também não é motivo para se insurgir subitamente contra essa atividade lavrando multas em montantes que são insuportáveis para a atividade produtiva e que precisam ser revistas. A lei tem que ser igual para todos"<sup>5</sup>

Há um interesse pelas Terras Indígenas por parte da cadeia produtiva do agronegócio, conforme observa-se na pronúncia de Antônio Costa, ex-presidente da Funai: "o momento da Funai assistencialista não cabe mais, temos que produzir sustentabilidade, ensinar a pescar" e

---

<sup>4</sup> <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/02/14/ministros-dancam-com-indios-durante-encontro-em-mt-que-discute-agricultura-em-terras-indigenas-veja-video.ghtml>

<https://reporterbrasil.org.br/2009/03/povo-paresi-os-indigenas-sojicultores-do-mato-grosso/>

<sup>5</sup> Pronunciamentos realizados durante um evento na Terra Indígena de Utiariti, em Campo Novo do Parecis, fevereiro de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/02/14/ministros-do-meio-ambiente-e-da-agricultura-visitam-terra-indigena-que-planta-soja-e-quer-autorizacao-para-arrendar-area-em-mt.ghtml>

que o “plano de ação é eles produzirem. O governo não tem mais condição de ser tutor.”<sup>6</sup>

Conforme Adoue (2017), atualmente se busca uma integração mais profunda e intensa dos territórios às cadeias produtivas em escala planetária. O que interessa às empresas que comandam as cadeias produtivas em escala global é o controle do uso da terra, independente da sua titulação. Na maioria dos casos, quem tem operado localmente para colocar Terras Indígenas na dinâmica das cadeias produtivas vêm sendo os fazendeiros e médios produtores, muitas vezes expulsando os indígenas por meio da “pistolagem”, tentando deixar as terras disponíveis para produção de *commodities*. Mas as grandes cadeias produtivas precisam alterar os marcos legais, para garantir a fluidez e a velocidade dos seus investimentos.

O Estado brasileiro tem retardado os processos demarcatórios das Terras Indígenas e os deixado em situação de completo abandono. Diante da situação precária de vida que se encontram os indígenas, a integração às cadeias produtivas surge como forma de auferir alguma renda para a sua reprodução física e espiritual.

Não existem elementos suficientes para afirmar que a organização produtiva dos indígenas seguirá o mesmo caminho de muitos camponeses, de terem seu território monopolizado pelo agronegócio. Os diferentes grupos e etnias indígenas lutam pelo seu território, que é também a luta pelo seu modo de ser e viver específico, que em sua essência, nega a lógica de reprodução capitalista. Os indígenas também têm se articulado numa importante luta contra a lógica destrutiva do capital, no que tange à destruição do meio ambiente e seu caráter socialmente excludente, buscando formas de produção alternativas com base em sua cultura.

É neste contexto que entendemos que o conflito dos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no Paraná é contra o agronegócio, mas não o agronegócio latifundiário, e sim o pequeno agronegócio, que se reproduz nas pequenas e médias propriedades rurais.

Era fácil nos anos 80 e 90, encontrar, na região, pequenas e médias propriedades, cuja terra era totalmente destinada ao plantio de *commodities*, havendo, inclusive, um ditado popular regional que diz que “aqui se planta soja até nos vasos”. O ditado espalhou-se nas décadas de grande incentivo ao plantio da leguminosa. Atualmente, parte destes pequenos e médios agricultores diversificaram suas atividades, mas continuam ligados ao agronegócio, produzindo suínos e frangos destinados aos grandes frigoríficos que se instalaram na região.

---

<sup>6</sup> Em notícia publicada em 13/02/2017, pelo Valor Econômico, intitulada “Presidente da FUNAI quer renda própria para as aldeias”, disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4866742/presidente-da-funai-quer-renda-propria-para-aldeias>

## **1.2 A ocupação capitalista da terra e expulsão dos indígenas de Guaíra e Terra Roxa no Oeste/PR**

A história do território que compreende Guaíra e Terra Roxa antecede a emancipação desses municípios, e está associada aos caminhos pré-coloniais que levaram à exploração da Província do Guairá, como a navegação no rio Paraná, a comercialização da erva-mate, a fixação das fronteiras nacionais, dentre outras relações possíveis.

O Brasil, assim como toda América, era povoado por diferentes etnias indígenas antes da chegada dos europeus. Com a chegada dos colonizadores, surge uma situação conflitante quanto à posse das terras, sendo que as etnias indígenas se constituíam como um obstáculo para ocupação da colônia.

A conquista colonial foi movida pelos interesses da expansão mercantilista e do universalismo religioso. De início, não havia interesse de povoar a nova colônia, mas apenas o interesse comercial de explorar suas riquezas. A vinda de europeus para América, em troca de recompensas e privilégios era o caminho escolhido para garantir a posse territorial das colônias.

No Brasil, o plano inicial de ocupação das terras se deu pela criação das chamadas Capitânicas Hereditárias, que eram a divisão da costa brasileira em 15 setores lineares que variavam, em extensão, de 30 a 100 léguas. Juntamente com as capitânicas hereditárias, uma Lei portuguesa, chamada Sesmaria e criada em 1375, serviu para incentivar a ocupação e cultivo em território brasileiro. Aqueles que foram agraciados com a posse da terra geralmente tinham algum vínculo com a nobreza. Já o sesmeiro tinha como responsabilidade promover o cultivo, medir e demarcar as terras doadas. (LORENSETTI, 2017)

A exploração agrária no Brasil se iniciou assentada na monocultura (cana-de-açúcar), trabalho escravo, voltada para o mercado externo e na grande propriedade. A posse da terra era permitida àqueles que dispunham de escravos, sendo o direito a ela proporcional ao número de escravos que o donatário, ou, em geral, que o sesmeiro possuía. Já a pequena propriedade surge devido à existência dos despossuídos de escravos, os posseiros que desbravavam a terra, produziam gêneros alimentícios e vendiam o pequeno excedente nas cidades.

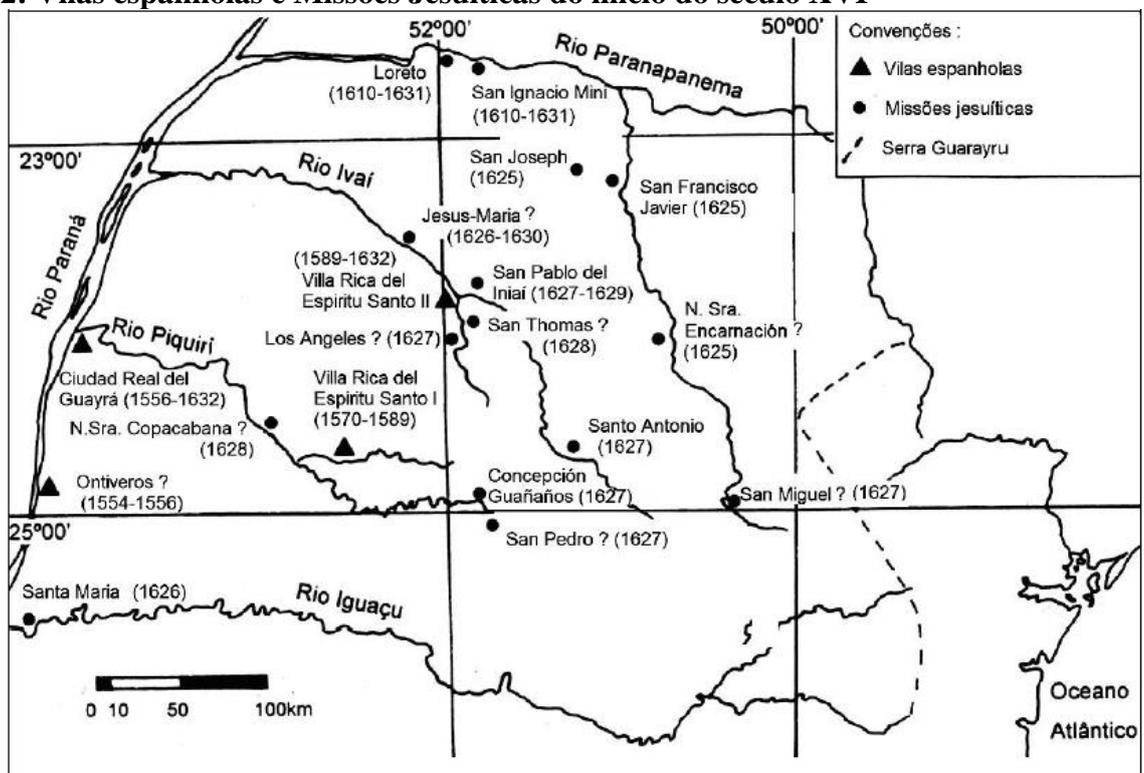
O Tratado de Tordesilhas, de 1496, foi a primeira decisão externa de divisão do “Novo Mundo” pelos europeus. Havia, assim, a necessidade de Portugal ampliar seu plano de povoamento, para confirmar a posse do território brasileiro aos portugueses, pois a Espanha

também tinha seu plano de ação para garantir a ocupação e exploração de seu espaço colonial. Essa corrida para demarcar o território da conquista irá intensificar a expulsão dos indígenas de suas terras e a fragmentação de seus territórios.

O Tratado de Tordesilhas colocava o território paranaense, sul do Brasil, a Oeste de Paranaguá, como sendo espanhol. Havia uma discussão onde passaria a linha imaginária do meridiano de Tordesilhas. Para os espanhóis ficaria na baía de Paranaguá, e, para os portugueses na altura de Laguna, atual Santa Catarina.

Conforme Parellada (2009), a então Província do Guairá, era espanhola, e tinha como limites, ao Norte o rio Paranapanema, ao Sul o rio Iguazu, ao Oeste o Rio Paraná e a Leste as serras do *Guarayrú*, conforme o mapa 2 abaixo. Guairá era habitado principalmente por grupos indígenas do tronco linguístico tupi-Guarani. As principais razões para a ocupação do Guairá pelos espanhóis foram a busca por metais e pedras preciosas, necessidade de submissão dos indígenas para domínio daquela região, efetivação do domínio espanhol das terras frente às investidas dos portugueses, e, uma saída para o Atlântico.

**Mapa 2: Vilas espanholas e Missões Jesuíticas do início do século XVI**



Fonte: (Parellada, 1997, p.10)

A primeira vila espanhola na Província do Guairá foi Ontiveros, localizava entre a foz do rio Iguazu e rio Piquiri, que teve curta duração (1554-1556). A segunda comunidade foi a Ciudad Real del Guairá (1556- 1632), confluência do rio Piquiri com o rio Paraná. Atualmente, as ruínas da Ciudad Real del Guairá (sítio arqueológico tombado em 2007, em nível estadual) situam-se no município de Terra Roxa e, no local, encontra-se atualmente um acampamento de retomada Avá-Guarani, o *tekoha Nhemboeté*.

Os colonizadores ocuparam o território sob a ótica da cultura europeia, subjugando a diversidade étnica e cultural das populações nativas. Os Guarani tiveram seu território fragmentado com a delimitação das fronteiras nacionais e a apropriação de suas terras com o assentamento agrícola, através de *encomiendas* e a fixação dos sítios missioneiros, através da redução dos Guarani.

O sistema de *encomienda* havia afetado profundamente o modo de ser e viver Guarani, através do trabalho forçado e da cultura não indígena, o afastamento dos núcleos familiares. Segundo Gregory e Schallenberger (2008, p.57), o anúncio de liberdade frente a *encomienda* garantiu aos missionários um terreno fértil para evangelização, mas as reduções jesuítico-guarani correspondiam a conjunção de interesses missionários de defesa dos indígenas e das autoridades coloniais, que queriam preservar um potencial humano para o futuro colonial. Era possibilidade única de transformar a população nativa em súditos do rei e fiéis da Igreja. No apostolado missionário no Guairá, os padres jesuítas constituíram um conjunto de 14 povoados indígenas, reduzidos à vida cristã e civil. A religião complementava e servia ao domínio mercantil.

Conforme Gregory e Schallenberger (2008, p.76-77), os missionários passaram a disputar os indígenas com os colonizadores espanhóis, que os mantinham sob seus domínios nos povoados de colonização. Havia posturas antagônicas em relação a integração indígena na sociedade colonial. O objetivo dos jesuítas era “civilizar” e cristianizar os nativos, por isso iam atrás dos nativos afugentados da ação dos bandeirantes e encomendeiros.

A conquista espiritual, no Guairá, foi considerada necessária pela Coroa espanhola como uma forma de combater a resistência indígena, já que em outras regiões como no Uruguai e na Argentina houve intensos conflitos entre colonizadores e os nativos. Conforme Chmyz (1976) a curta existência de Ontiveros, por apenas dois anos, se deveu às rebeliões indígenas.

Importante destacar que as reduções ofereciam também uma base material para a conquista espiritual, a formação de um povoado urbano apropriado, com construções de casas

para abrigar as famílias indígenas e um sistema de abastecimento, como hortas, pomares, criação de gado e roçados, que representavam uma nova forma de produção para os indígenas.

A relação entre os jesuítas e os colonizadores era ambígua. Conforme Chmyz (1976) e Parelhada (1997), no primeiro momento houve apoio e ajuda mútua entre as reduções e as vilas espanholas, posteriormente, os espanhóis permitiram o ataque dos bandeirantes às reduções, e mais tarde, as próprias vilas espanholas foram destruídas pelos bandeirantes.

Segundo Gregory e Schallenberger (2008) diante da omissão das autoridades coloniais do Brasil e do Paraguai, os jesuítas estiveram sozinhos defendendo os indígenas da ação dos bandeirantes e aproximadamente 200 mil indígenas foram cativos ou mortos, inclusive pela fome. Outros cerca de 12 mil, foram levados num êxodo promovido pelos jesuítas em direção às missões do Uruguai.

As reduções jesuíticas sofreram também diversos ataques dos bandeirantes. O maior impacto foi com o Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha, em 1750, que estabeleceu o princípio do direito internacional sobre os territórios da conquista colonial. O Tratado passou garantir a posse a quem primeiro tivesse ocupado e colonizado. Em 1752, iniciaram-se as definições dos marcos da fronteira no Prata, que teve reação imediata dos indígenas, desencadeando conflitos em torno do território das missões, conhecidos como Guerra Guaranítica, que perdurou até 1753, quando os Guarani perderam força para o exército luso-espanhol. Com o fim da guerra e a expulsão dos jesuítas, o tratado de Madrid caiu por letra morta, mas as potências colônias continuaram a defender suas fronteiras e ocupar os espaços “vazios” com a fundação e povoamento de pessoas em pontos estratégicos. (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p.96)

No Paraná, a colonização começou a se fixar com a política do governo imperial de atrair imigrantes europeus para o Brasil, pois a fronteira Nacional ainda se apresentava muito vulnerável de Oeste a Sul. Por isso, as terras devolutas precisavam ser ocupadas e povoadas, intuito que se evidencia com a criação, em 1850, da Lei de Terras, novo regime fundiário para substituir o regime das sesmarias, suspenso em 1822. A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e a aquisição, agora, se daria apenas por meio da compra.

Conforme Martins (1981), a Lei de Terras foi criada tendo em vista o fim da escravidão. Essa lei se dirigia contra os camponeses da época, que se deslocavam para abrir posses em áreas ainda não concedidas em Sesmarias para os fazendeiros. Era o caminho previsto para manter a economia da grande fazenda, a substituição do trabalho escravo pelo

regime do trabalho livre, executado por imigrantes europeus, que só seria possível se a terra deixasse de ser livre, para manter os imigrantes presos ao trabalho nas fazendas.

Com a constituição da república em 1891, as terras devolutas são transferidas para o Estado e colocadas nas mãos das oligarquias regionais, que, por sua vez, começará uma política de concessão de terras para grandes fazendeiros e empresas de colonização. Esse processo aconteceu mais no sul e no sudeste do país.

Conforme Gregory e Schallenger (2008), no Paraná a fronteira, enquanto marco político de referência de um território, começou a ter significado concreto a partir do Tratado de Paz de 1872, decorrente do final da Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai, quando o rio Paraná passou a ser identificado como marco divisório do território brasileiro e paraguaio.

A disputa em torno das fronteiras internas esteve relacionada com intensos conflitos relativos à ocupação e posse de terras. Mas eles eram também internacionais, havendo, por exemplo, o litígio de áreas de Santa Catarina, a partir da criação da Província do Paraná, visto que a Argentina também reivindicava aquelas terras.

Conforme Gregory e Schallenger (2008), a história do Oeste do Paraná, no que concerne a ocupação e colonização, teve como pano de fundo as disputas de fronteiras. Como estratégia de segurança da fronteira nacional, foi fundada em 1889, a Colônia Militar, que deu origem ao atual centro urbano de Foz do Iguaçu. Isso porque havia forte presença de empresas de capital estrangeiro que atuavam na exploração da erva-mate e da madeira no Oeste/PR. Essas empresas eram chamadas de *obrages*, que contratavam trabalhadores da região sob um regime de semi-servidão, geralmente paraguaios, chamados de guarani modernos, que se sujeitavam ao trabalho braçal nas *obrages*.

Mesmo que a Colônia Militar tenha sido extinta em 1910, ela alavancou a ocupação na região. Iniciando por Foz do Iguaçu, o Estado brasileiro passou a construir estradas ligando Foz do Iguaçu à Guarapuava, Foz do Iguaçu à Santa Helena, esta à Guaíra e de Guaíra à Umuarama, como também a abrir picadas que ligava vilas e portos que margeavam o rio Paraná. A mão-de-obra indígena foi fortemente empregada para realização dessas obras, sob condições de trabalho sub-humanas e de forma violenta.

As concessões de terras às *obrages* incidiram sobre regiões habitadas pelos Guarani, como também fizeram amplo uso de sua força de trabalho. Conforme Packer (2013), essa situação é mais conhecida no Mato Grosso do Sul, onde a exploração da erva-mate ocorreu sob o controle da Companhia Mate Laranjeira, cujo proprietário, Thomaz Laranjeira, obteve o monopólio ainda durante o Império (1877), tendo suas concessões de exploração renovadas e

ampliadas durante a República, totalizando 5 milhões de hectares de terras em 1895, incidindo também sobre terras paranaenses, atuais municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Conforme o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena *Tekoha Guasu Guavirá* (PR), RCID, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 15 de outubro de 2018:

Em 1870, com final da Guerra do Paraguai (1865-1870), o território atual do estado do Mato Grosso do Sul foi incorporado ao Brasil, sendo criado o distrito de Campanário do Sul (atual Ponta Porã/MS), que ficou sob o controle dos sócios portugueses Francisco Murtinho e Francisco Mendes Gonçalves, que, com o gaúcho Tomás Laranjeira, passaram a explorar os ervais na região da Serra do Maracaju, no atual município de Guaíra, fundando no ano 1902 uma fazenda-modelo da Companhia Mate Laranjeira. Uma farta documentação histórica registra o processo de esbulho territorial e de uso da mão de obra indígena pela Cia Matte Laranjeira que perdurou até meados do século XX, quando essa passou a colonizar e comercializar os títulos advindos do desmembramento de lotes de título original. (BRASIL, 2018, p.30)

Nesta época, final do século XIX, Guaíra era apenas um porto fundado pela Companhia Mate Laranjeira para o escoamento da erva-mate e da madeira através do rio Paraná. A partir de 1915, além das concessões de terras, o Estado brasileiro criou, em Mato Grosso do Sul, reservas indígenas por meio do Serviço de Proteção ao Índio, com a função de concentrar e organizar a mão de obra indígena para o trabalho nos ervais. A partir da década de 1920, até a década de 1940, Guaíra e seu entorno passou a ser foco de expedições a mando do Governo Federal, visando efetivar ocupação da terra.

Conforme Myskiw (2003), o governo paranaense começou a tomar medidas para desarticular as empresas estrangeiras, criando o decreto de nº 300, de 03 de novembro de 1930, para retomar ao patrimônio público as terras confiadas a empresas nacionais e estrangeiras para a exploração e ocupação que não obtiveram êxito. Efetivado o cancelamento das concessões, o governo cria o decreto de nº 800 do dia 08 de agosto de 1931 e a Lei de nº46, de 10 de dezembro de 1935, para a venda de terras devolutas para empresas e particulares.

A partir da década de 1940, intensificou-se a atuação das empresas colonizadoras a região Oeste do Paraná, consolidando o processo de ocupação dos espaços considerados “vazios”. Esse processo trouxe intensas transformações na dinâmica da região e, conseqüentemente, para a vida dos Guarani.

Gregory e Schallenberger (2008) apontam que, antes de 1940, a região Oeste do Paraná era habitada por uma população de remanescentes indígenas, mestiços caboclos<sup>7</sup>, descendentes de portugueses, espanhóis, ingleses, dentre outros. Muitos posseiros, especialmente de origem paraguaia viviam na região, “roçavam o mato a facão e, depois, derrubam as árvores a machado” (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p.144), homens e mulheres que não foram contemplados pelos registros históricos da região.

A utilização da mão-de-obra desta população foi fundamental até nas décadas de 1940 e 1960, pois os paraguaios eram, segundo relatos dos primeiros moradores e funcionários da Maripá no Porto Britânia, pessoas com muito mais habilidade e resistência física no trabalho de derrubada de árvores, na montagem de jangadas de toras e no carregamento de madeira serrada nas embarcações. Sabiam como enfrentar a mata densa e aguentar o calor intenso e úmido nas barrancas do rio Paraná ou em meio à floresta. Foi com os trabalhadores paraguaios e indígenas que migrantes gaúchos, catarinenses e outros tiveram que conviver e suportar carretos, borrachudos, mosquito, pólvora e cobras. (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p.145)

A presença desta população da faixa de fronteira foi importante para que o avanço da frente pioneira tomasse força. Foi essencial para o abastecimento de alimentos dos núcleos urbanos, através da economia de excedentes, como também para a exploração da mão de obra na derrubada da mata, transporte da madeira e no caso da região Oeste do Paraná, igualmente na exploração da erva-mate. A frente de expansão criava assim, as condições necessárias para a chegada da frente pioneira através das empresas colonizadoras, absorvendo o excedente demográfico que não poderia ser contido na fronteira econômica, como destacado anteriormente.

O plano de colonização do Oeste do Paraná, que acabou por expropriar definitivamente os indígenas da região, fazia parte do programa nacionalista do então presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1950-1954), sendo que a faixa de fronteira passou a integrar a estratégia de fortalecimento do Estado. A “integração nacional” tornou-se lema do governo e a forma encontrada foi o incentivo à migração interna, visando ocupar as áreas de fronteira.

Em 1937, foi criado o Sistema Federal de Segurança e a ele foi acrescida a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Esta estabeleceu em 150 quilômetros a largura da faixa limítrofe, determinando que esta área deveria ser ocupada somente por pessoas e empresas

---

<sup>7</sup> Goettert e Mondardo (2007, p.40) trazem a definição do caboclo a partir de diversos autores: Para Jacques Lambert (1953) o termo caboclo refere-se a mais antiga das mestiçagens entre o índio e o europeu, que depois passou a ser usado para designar o homem do campo, seja qual for a sua raça ou cor, o caboclo é o camponês brasileiro, branco, pardo, negro ou amarelo. Para Pierre Monbeig (1975) o caboclo ou mameluco é um tipo de homem original, resultado da mestiçagem entre portugueses e índios. E para Mario Maestre (2005) o caboclo é o nativo semi-aculturado, com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência.

brasileiras, dificultando a presença de pessoas e empresas estrangeiras na região. Foi nos governos de Moysés Lupion (1947-1950, 1955-1960) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), que se intensificou o processo de colonização no estado do Paraná, tendo como base a pequena propriedade agrícola e industrial, com o discurso de “ocupar” e “colonizar” os pretensos vazios demográficos.

Em 1947, Getúlio Vargas implantou um quartel do exército na cidade de Guaíra. Packer (2013), afirma que essa medida veio atingir diretamente a vida dos Avá-Guarani porque o quartel foi construído sobre uma área ocupada por eles, onde, inclusive, haviam moradias. A mão de obra indígena foi incorporada aos serviços militares e de colonização da região, como abertura de estradas, conforme podemos constatar nos depoimentos de Pivo Benites e Maria Gonçalves, respectivamente:

Eu nasci naquela mata em que hoje é o Exército, o quartel, o exército brasileiro. E ali viviam muitos índios, que ocupavam aquela mata em que hoje é o Exército (atual *tekoha Marangatu*). E descia pra baixo, pegava a faxinha, tinha o Taturi. Daí pegava o Taturi, o Cachimbeiro, Água do Bugre (...) Daí os índios se espalharam, com a chegada do Exército. Uns foram pra cá, e outros foram pro Mato Grosso do Sul e outros foram pro Paraguai (...). Então, esses Guarani, como o Honório né, eram os Guarani mais velhos, que deviam ter lá uns 20 anos, e que foram trabalhar no quartel, porque precisava de peão né?<sup>8</sup>

De Guaíra pra Terra Roxa e Umuarama não tinha estrada, só uma picada...naquela picada eles construíram a estrada, abriram espaço pra entrar um carro (...). Essa estrada que está agora com asfalto é tudo construção dos índios. Eram eles que trabalhavam antigamente.<sup>9</sup>

A presença do Exército em Guaíra tinha como objetivo proteger a fronteira nacional e criar condições para a chegada dos colonizadores. Conforme a frente pioneira avançava sobre o território Guarani, estes se viam cada vez mais restringidos quanto ao uso de suas terras, e, acabaram se deslocando para outras regiões, principalmente para o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, fugindo de possíveis conflitos.

A partir da segunda metade do século XX, o fluxo migratório dos colonos se intensificou, através da reocupação das fronteiras, em decorrência da política da Marcha para Oeste, cujo objetivo era a criação de novas fronteiras agrícolas, inseridas na dinâmica do mercado e da industrialização nacional.

Conforme Gregory e Schallenberger (2008), os agricultores nacionais de origem germânica e italiana eram os primeiros escolhidos, os preferidos pelo projeto de colonização

---

<sup>8</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 3 de julho de 2013, na Tekoha Araguaju, município de Terra Roxa – PR. (PACKER, 2013, p.28)

<sup>9</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 15 de junho de 2013, na Tekoha Jevy, município de Guaíra – PR. (PACKER, 2013, p.28)

que vinha acontecendo pelo Oeste de Santa Catarina e pelo Sudoeste e Oeste do Paraná. Depois vinham os paulistas e mineiros, que expandiram a cafeicultura por São Paulo, Norte e Noroeste do Paraná, e que, agora, conseguiam adquirir pequenas propriedades no Oeste, em virtude do baixo preço da terra. Em torno do Rio Piquiri, os migrantes tinham origem paulista, mineira, capixaba e nordestina. Guaíra e seu entorno, tendo o rio Piquiri como fronteira, constituíram-se em áreas de encontro e desencontros desses fluxos migratórios.

Se a ocupação do espaço rural de Guaíra teve início a partir das instalações da Companhia Mate Laranjeira e sua sucessora, a autarquia denominada de Serviço de Navegação da Bacia do Prata, ela era ainda incipiente. É através da atuação das empresas colonizadoras, principalmente a partir da década de 1950, que os camponeses proprietários começam a se instalar em Guaíra, o que resultou na expulsão de camponeses posseiros, os caboclos, assim como dos indígenas que ainda resistiam em suas terras.

As companhias colonizadoras que adquiriram glebas do Estado exploravam e comercializavam a madeira de valor econômico. Para a derrubada da mata, contratavam posseiros paraguaios e brasileiros. Depois vendiam as glebas de terra para os colonos, que passaram a produzir excedentes agrícolas.

Conforme Ianni (1981), a terra passa ser apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra que parecia sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. “De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança quer título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade.” (IANNI, 1981, p. 154)

Packer (2013) apresenta vários relatos dos Avá-Guarani sobre atuação das empresas colonizadoras na região Oeste do Paraná. Conforme os depoimentos a seguir, aviões sobrevoavam a área para medir e demarcar os lotes. Posteriormente, a força policial era utilizada para submeter os indígenas ao trabalho da derrubada da mata, sem direito a remuneração. A apropriação das terras dos Guarani também contou com ação de jagunços.

Isso foi quando eu nasci, mais ou menos em 1948. E daí pegaram o meu pai, minha mãe e o parente tudo e usavam pra abrir picada, picada aqui picada ali, até outra cidade. Pra fazer entrada por aqui, por essa região. E quando ele faz todas as picadas, vem o fazendeiro de toda parte. Vem com avião. E põe a estaca, a baliza. E daí pegavam os índios com força, polícia federal, e mandava fazer a picada pras fazendas. Fazia a picada onde tinha posto a baliza pra fazer a fazenda. Pra dividir a terra. Vinha a polícia e o fazendeiro. Ia dividindo. E daí quando ele faz tudo isso aí, daí mataram todos os índios. (Assunção Benites, 65 anos)<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 1 de julho de 2013, na Tekoha Tadjy Poty, município de Guaíra – PR.

Damásio: Eu tinha vindo da Nova Roma, eu estava trabalhando lá, pra um fazendeiro. Estava começando a escurecer, a gente estava tomando chimarrão. E tinha uma lâmpada acesa e as mulheres estavam na casa fazendo comida. E daí o cachorro começou a latir. Eu não dei muita importância, era uma pessoa que estava vindo...” quem é que está vindo? Cuidado com o cachorro...”. E começou a atirar. Eu sentei e tinha uma criança nos meus braços. Quando deram os tiros eu já vi o meu pai deitado no chão. [...] foram os brancos porque eles já tinham vindo pedir pro meu pai as terras e o meu pai não quis dar. Ele era tipo um cacique. Ele era o mais velho. Foram os brancos que mandaram o jagunço. Depois que o meu pai morreu as pessoas começaram a sair. Uns foram pro Mato Grosso, outros pro Paraguai, outros pro centro. (Damásio Martinez, 83 anos)<sup>11</sup>

A partir de meados de 1970, com a modernização da agricultura, a mão de obra indígena, que durante a primeira metade do século XX, foi explorada na extração da erva-mate, na derrubada da mata, abertura de estradas e nos serviços braçais das fazendas, passou a ser descartada. Esse processo fez aumentar a pressão territorial sobre suas terras.

Os direitos territoriais indígenas derivam do reconhecimento de sua posse imemorial constatados em várias leis coloniais, em especial o Alvará Régio de 01 de abril de 1680, que declarava os índios habitantes primários e naturais da terra. Entretanto, ao longo do processo de colonização do Sul e Sudeste do Brasil, não houve, por parte dos governos, políticas muito claras para a delimitação dos territórios indígenas.

Conforme Oliveira<sup>12</sup> (2013), durante o século XX, o Estado não regularizou nenhuma área de terra para os Guarani viverem no Extremo Oeste do Paraná. Existia um movimento intencional do Estado brasileiro de expulsar os indígenas e liberar as terras do Oeste do Paraná. Para isso, os Guarani foram levados a força para as reservas do Mato Grosso do Sul e do Paraná, criadas pelo SPI já na década de 1920, ou eram expulsos para o Paraguai e a Argentina.

Posteriormente, outros projetos levaram a um novo desterramento da população indígena no Oeste do Paraná, entre eles, o Parque Nacional do Iguazu criado em 1939, com 185 mil hectares, e a Usina Hidrelétrica de Itaipu concluída em 1982, com 770 km<sup>2</sup> de áreas a serem ocupadas do lado brasileiro (e 580 km<sup>2</sup> do lado paraguaio). Os dois projetos previam a evacuação da população da área. Desta forma, o INCRA teria que reassentar a população retirada dessas duas áreas (os colonos), bem como o contingente de imigrantes que viriam para trabalhar no projeto de construção da Usina, em Foz do Iguazu.

---

<sup>11</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado em língua Guarani dia 19 de junho de 2013, na Tekoha Y Hovy, município de Guaíra – PR.

<sup>12</sup> Antropólogo responsável em coordenar os estudos antropológicos para a demarcação das terras indígenas no Oeste do Paraná no Paraná.

Conforme Carvalho (2013), para realizar o assentamento dessas populações foi criado o Decreto de nº 69.412, de 22 de outubro de 1971 do INCRA, que reservou porções de terras destinadas para o assentamento de colonos. Em 1973, os colonos retirados do Parque Nacional do Iguaçu foram reassentados no território dos Guarani, denominado Oco'y Jacutinga. Com isso, os Guarani ficaram em uma área restrita do próprio território, encurralados entre as margens do Rio Paraná e os colonos assentados.

Posteriormente, essa área onde os indígenas permaneceram foi inundada pela formação do reservatório de Itaipu. Os Guarani que lá viviam foram removidos em 1982, para local onde hoje é a Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y e outras duas áreas adquiridas pela Itaipu em Diamante do Oeste. A área havia sido reservada para ser a Área de Preservação Permanente da Itaipu, incidindo sobre terras de colonos. Para os Guarani serem reassentados, houve a remoção dos colonos.

Os impactos da Usina Hidrelétrica de Itaipu não se limitaram às famílias que viviam no Oco'y Jacutinga, haja vista que os Guarani viviam distribuídos em toda a margem do rio Paraná até a foz do rio Piquiri, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Apesar do processo intenso de colonização, que levou a expulsão de muitos Guarani de suas terras, haviam ainda muitos pontos de ocupação nas margens daquele rio que foram diretamente impactados pela formação do reservatório de Itaipu.

Conforme Packer (2013) no relatório escrito pelo Centro de Trabalho Indigenista – CTI à Comissão Nacional da Verdade, a partir dos depoimentos dos Avá-Guarani, a Itaipu sequer avisou os indígenas sobre as consequências da realização de seu empreendimento.

Os Guarani que viviam nos municípios acima de Foz do Iguaçu (sobretudo Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Terra Roxa), não foram sequer avisados sobre a realização do empreendimento e sobre as consequências que a hidroelétrica teria para eles. Ao contrário, a notícia parece ter chegado a eles por meio de boatos e dos colonos, e quando da boca de funcionários da Itaipu, sob a forma de ameaças e de injunções para que deixassem suas terras imediatamente. Além disso, como indicam os Guarani, funcionários da Itaipu estavam amparados por força repressiva militar no momento em que iam “avisar” os índios dos riscos que corriam. Como se vê, Itaipu não realizou nenhum procedimento quanto a essas famílias Guarani; ao invés disso, perpetuou a prática do esbulho e as violências contra os índios que eram costume na região. (PACKER, 2013, p.80-81)

Ainda segundo este relatório, a Itaipu reconheceu a precariedade dos estudos para avaliar os impactos ambientais decorrentes da formação do reservatório. Estes estudos, apesar de insuficientes e precários, nortearam a base das políticas compensatórias, que só foram realizadas em virtude da pressão externa, por meio da Conferência de Estocolmo (1972) e da participação de entidades internacionais. Sob a alegação de que os indígenas eram

“paraguaios” ou “aculturados”, a Itaipu simplesmente desconsiderou as inúmeras aldeias que existiam às margens do rio Paraná, tanto do lado brasileiro, como do lado paraguaio.

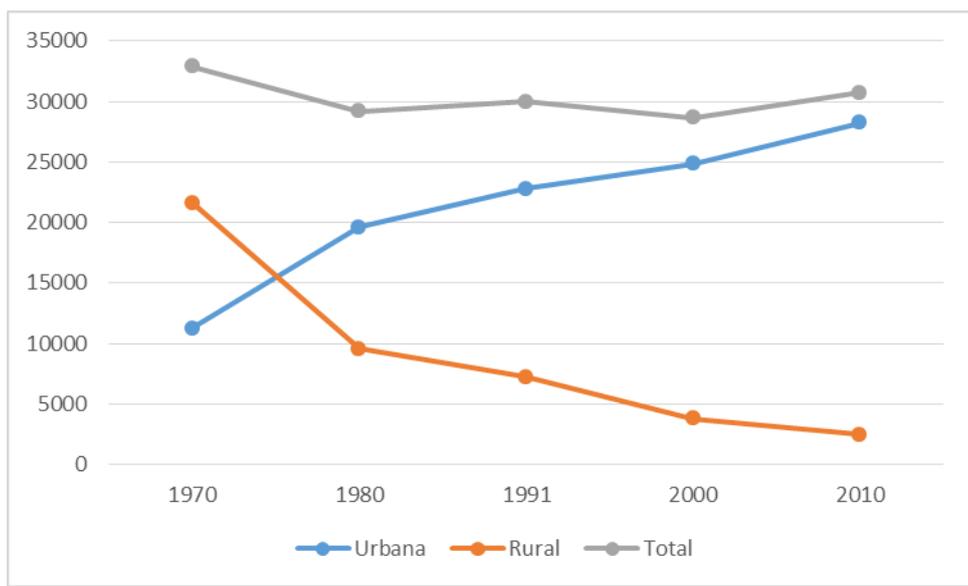
A Itaipu, contando com a atuação do INCRA e da própria FUNAI no período da ditadura militar (1964/1990), contribuiu com parte dos problemas fundiários ainda existentes no Oeste do Paraná, de modo geral, e, mais especificamente, na região alvo deste estudo, atingindo indígenas, que foram obrigados a um deslocamento forçado para outras regiões do país, e também para o Paraguai e a Argentina, assim como de colonos.

Conforme Mazzarollo (2003), aproximadamente oito mil famílias de colonos foram obrigadas a deixarem suas terras, casas e benfeitorias. Os que tinham propriedade foram indenizados, e dentre esses, há aqueles que conseguiram fazer bom negócio e aqueles que se arruinaram. Muitos trabalhavam e viviam da terra, mas não eram proprietários (eram posseiros, arrendatários, empregados e boias-frias). Estes, salvo exceções, tiveram que abandonar as terras sem nenhuma indenização, largados à própria sorte.

A modernização e industrialização da agricultura, incentivada na região, proporcionou aos proprietários de terras acesso a crédito e financiamentos, operacionalizados pelo Banco do Brasil, principalmente, e não atingiu somente os indígenas, mas também os camponeses. Entretanto, é importante salientar que este processo de modernização da agricultura, especialmente a partir da década de 1970, provocou a migração de muitas famílias camponesas do campo para a cidade.

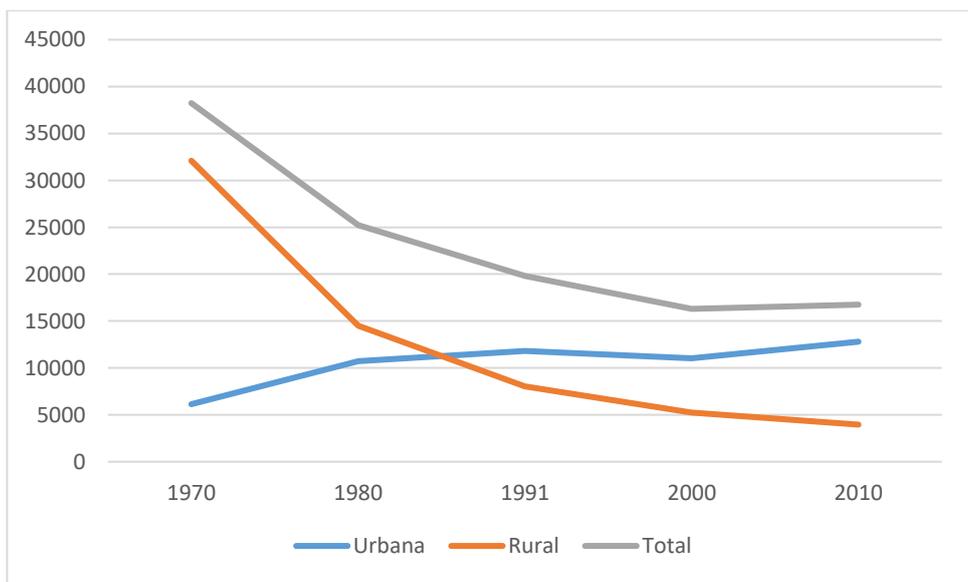
Conforme se pode observar no gráfico 2 e gráfico 3 abaixo, os municípios de Guaíra e Terra Roxa tiveram uma expressiva redução da população do campo a partir de 1970. No município de Guaíra houve, inclusive, uma pequena redução da população geral, mas nota-se que houve uma considerável migração do campo para a cidade. Em Terra Roxa, houve um expressivo esvaziamento da população geral do município. Mas a cidade não foi capaz de absorver o contingente populacional que saiu do campo, embora apresente um pequeno crescimento.

### **Gráfico 2:** População Residente em Guaíra



**Fonte:** SIDRA, senso demográfico, 1970-2010.

**Gráfico 3:** População Residente em Terra Roxa



**Fonte:** SIDRA, senso demográfico, 1970-2010.

Muitos desses pequenos agricultores perderam as suas terras nesse processo e tiveram que migrar dos municípios. Acrescenta-se, também, que muitos camponeses não eram proprietários das terras em que viviam e, com a modernização, foram obrigados a migrar para o Paraguai, Amazônia ou para as cidades.

Essa dinâmica populacional deveu-se a vários elementos: a construção da Hidrelétrica de Itaipu, que alagou muitas terras; o histórico de grilagem de terras, expulsão de camponeses

posseiros; a modernização da agricultura, assim como o baixo dinamismo de seus mercados de trabalho na cidade.

Os Avá-Guarani que hoje vivem nestes municípios de Guaíra e Terra Roxa, estão organizados em uma luta pela retomada de suas terras. Entende-se que a situação conflitante em que se encontram, na atualidade, é resultado do processo histórico de apropriação capitalista das terras, sobre o qual discorreremos neste item, e que se iniciou no período colonial, se intensificando a partir da década de 1950, com o processo de colonização. Neste sentido, o estudo teve como objetivo entender tais fatos históricos, que levaram a expulsão dos Avá-Guarani de seu território, para a uma melhor compreensão das características desse conflito, e da atual luta pela retomada desses territórios como Terra Indígena.

### **1.3 Fronteira em conflitos: as frentes de expansão e pioneira e a expulsão dos indígenas da região de Guaíra e Terra Roxa**

A expulsão dos indígenas do Oeste/PR está relacionada ao processo de ocupação do espaço (Oeste/PR), considerado uma fronteira para expansão do capital a partir da década de 1950, principalmente. Essa região foi “tomada” pelo capital no processo de ocupação por meio de duas frentes: a frente de expansão e a frente pioneira. Nesse sentido, será abordado sobre fronteira enquanto o espaço a ser ocupado pelas frentes de expansão e pioneira, responsáveis pela expulsão dos indígenas de suas terras.

Carvalho (2013) e Packer (2013) destacam que o fato da região estar localizada em uma faixa do território nacional situada em torno dos limites internacionais é de fundamental importância para a compreensão da forma como se deu o avanço do capitalismo nos séculos XIX e XX sobre o território Guarani e a forma como o Estado brasileiro, no processo de ocupação, simplesmente ignorou a presença indígena, caracterizando-a como um vazio demográfico.

Neste sentido, compreende-se os processos de avanço da sociedade não-indígena sobre o território dos Guarani no Oeste do Paraná. Esse movimento na fronteira que é impulsionado pela lógica de reprodução capitalista, tanto a frente de expansão e a frente pioneira, representam momentos distintos do avanço do capital sobre os territórios indígenas e que resultou em intensos conflitos. Conforme José de Souza Martins (2009), a fronteira é essencialmente o lugar de alteridade:

“À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito

faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e desencontro.” (MARTINS, 2009, p.133)

Portanto, segundo Martins (2009), a fronteira no Brasil é caracterizada e definida em uma situação de confronto e conflito social em uma dada espacialidade.

Conforme Martins (2009), a fronteira é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si. Na fronteira o “outro” é degradado, para desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. Todavia, os conceitos, como o conceito de fronteira, se estruturam em situações específicas e sofrem alterações de significados dentro de um contexto histórico.

Conforme aponta Santos (2015), a definição de fronteira foi abordada no Brasil e nos Estados Unidos, para identificar uma determinada região, mas, devido às diferenças históricas entre os dois países e ao fato do termo ser aplicado em realidades bem específicas, diferentes estudiosos precisaram fazer algumas redefinições, imprimindo a ele novos conteúdos, capazes de captar a realidade que se quer explicar.

Um dos autores clássicos sobre a discussão sobre a fronteira é o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner (1871-1932), um dos nomes mais conhecidos da historiografia dos Estados Unidos, que teve suas ideias incorporadas nas obras de muitos pesquisadores brasileiros. O objetivo principal da obra de Turner foi entender o Oeste americano e o movimento de expansão da fronteira de colonização dos Estados Unidos.

Conforme Knauss (2004, p.13), Turner permitiu uma leitura da história dos Estados Unidos que valoriza o papel do pioneiro e da progressão geográfica em direção ao Oeste, a partir da ocupação de terras livres. O Oeste americano, como fronteira, passa a ser um dos temas da identidade nacional estadunidense. Turner concebeu a fronteira pelo movimento expansivo da sociedade, a Fronteira em Movimento. A construção desdobra-se na hipótese de que, na dinâmica social da fronteira, residem os fundamentos da democracia americana.

A perspectiva de democracia foi compreendida através do Oeste, que passou a ser mais do que uma “área” ou “lugar”, mas referente a um estágio de uma sociedade e a possibilidade de ocupação de terras livres nos limites a oeste da área já colonizada. Para Knauss (2004), “essas terras livres promoveram o individualismo, a igualdade econômica, a afirmação da liberdade, a democracia [...] Em resumo, pois, terras livres significaram oportunidades livres.”<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Contribuições do Oeste para a democracia Americana. (KNAUSS, 2004,p.13)

O avanço em direção às novas áreas, inóspitas e selvagens possibilitou a construção de uma nova identidade, no caso, a identidade norte-americana. Isso porque a natureza inóspita é dominada pelo colono, que ao marchar para o Oeste, vai deixando suas características europeias, formando um novo “produto”, que é o americano. A “Marcha para Oeste” nos Estados Unidos significava ficar cada vez mais longe do Leste, que era muito ligada à metrópole inglesa, criando identidade própria de fronteira e independência em relação ao leste. No Brasil não havia esta conotação, mas o objetivo expansionista e demográfico aplica-se, especialmente no século XX.

Nos EUA, a expansão da fronteira para Oeste representou uma diminuição na dependência dos Estados Unidos para com a Inglaterra. Turner apontava que no século XVIII faltavam indústrias diversificadas no Leste, que pudessem dar conta de prover o país com gêneros alimentícios e industrializados. Mesmo para a Inglaterra se tornava inviável o transporte de fornecimentos diretamente aos colonos na fronteira, assim o Oeste passou a diversificar sua agricultura e criar para si uma demanda de comerciantes. (SANTOS, 2015, p.36)

Leo Waibel, em sua obra “Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil”, faz um estudo comparativo da expansão da fronteira nos Estados Unidos, para explicar as frentes pioneiras no Brasil, considerando em seus escritos, que a situação brasileira era a mesma dos Estados Unidos há 150 anos. O autor destaca que, ao contrário da Europa em que a palavra “*frontier*” significa o limite político que separa países vizinhos, nos Estados Unidos a fronteira recebeu um sentido econômico e traz a seguinte definição do homem “pioneiro”:

A expressão *pioneiro* é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar a mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que, com isso, promove o deslocamento da *frontier* sertão a dentro. (WAIBEL, 1979, p. 280, grifo do autor.)

Para Waibel (1979), se a fronteira enquanto limite político representa uma linha nitidamente demarcada, no sentido econômico ela é caracterizada como uma Zona, mais ou menos larga que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A Zona, portanto, eram paisagens econômicas contínuas, e poderia ser Zona de cultura de hortaliças, Zonas de laticínios, celeiros de cereais, pomares, etc. Foi através do conceito de Zona Pioneira, que o autor trouxe suas interpretações sobre a expansão da fronteira agrícola.

O pioneiro não é apenas o “*frontiersmen*” (homem da fronteira), que vive no espaço de fronteira, como os caçadores, extrativistas e os criadores de gado que penetravam na mata. Waibel (1979) atrela ao pioneiro uma importância maior em relação ao “*frontiermen*”, pois

consegue ir além, porque o homem da fronteira não só expande e intensifica o povoamento, como também cria novos e mais elevados padrões de vida, com introdução de melhoramentos no campo da técnica e até mesmo da vida espiritual.

Para Waibel (1979), o caboclo é aquele que enfrenta a mata e o índio. Ele é o colono que se aventura, mas se assemelha ao indígena quanto às práticas de roçados e ao modo de vida, permanecendo igualmente na miserabilidade. Esses, os caboclos e colonos, fazem parte da fronteira demográfica. Diferentemente do pioneiro dos Estados Unidos que enfrentavam o índio, derrubavam a mata e evoluíram suas condições de vida, o pioneiro brasileiro não tem essa figura de herói. Muitas vezes nem precisaram enfrentar os indígenas, porque a frente pioneira vem depois da fronteira demográfica.

Waibel (1979) ainda afirma que o agricultor é o único sujeito que é apto para constituir uma zona pioneira porque é o único capaz de tornar uma mata virgem em uma paisagem cultural, e, de conseguir alimentar um número grande de pessoas em uma área pequena. Do mesmo modo que, nem todo homem da fronteira pode ser considerado um pioneiro, nem toda área ocupada por agricultores pode ser caracterizada como uma zona pioneira.

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um *boom* ou *rush*. Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoadas e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade a população. (WAIBEL, 1979, p. 282, grifos do autor)

É interessante destacar que o autor considera como zona pioneira uma área que passa a se desenvolver rapidamente, com o crescimento populacional, construção de casas e estradas, com toda uma estrutura que favoreça o desenvolvimento de economia propriamente capitalista.

Waibel classificou as zonas pioneiras do Brasil em zonas antigas e atuais.<sup>14</sup> As primeiras zonas pioneiras surgiram na segunda metade do século XVIII, nas regiões que desenvolviam o sistema das plantations, tais como a do algodão no Maranhão; cana-de-açúcar, que não se restringiu a faixa litorânea e propiciou o alargamento espacial, como Paraíba do Sul. No século XIX, o desenvolvimento do café no Brasil centro-oriental (depressão do Paraíba, zona central de São Paulo, Ribeirão Preto e Botucatu) e no Sul do

---

<sup>14</sup> O capítulo do livro que Waibel refere-se a zona pioneira teve sua primeira versão publicada no Brasil pela Revista Brasileira de Geografia, nº4, ano XVII, outubro-dezembro de 1955.

Brasil, as zonas pioneiras eram dinamizadas por imigrantes europeus e a economia principal girava em torno da produção de gêneros alimentícios, a comercialização dos excedentes abastecia o mercado interno e, no alcance de um porto, tinham como destino a exportação.

As zonas pioneiras que foram classificadas como atuais por Waibel (lembrando que ele escreveu o texto na década de 1950) são a região de Chapecó – noroeste de SC e Pato Branco – sudoeste do Paraná, o norte do Paraná, o oeste de São Paulo, o “Mato Grosso” de Goiás e a região norte do rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Essas novas zonas pioneiras surgiram a partir da Primeira Guerra Mundial, diante da necessidade de abastecer o mercado interno de alimentos e produtos de importância comercial, como o fumo e o algodão. A maior demanda de gêneros alimentícios era das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. “Os novos proprietários rurais eram os ex-colonos, isto é, meeiros que provinham das antigas zonas cafeeiras de São Paulo, ou eram imigrantes, vindos de além-mar e de outros estados do Brasil.” (WAIBEL, p.1979, p.297)

Para Waibel (1979) a mata era um fator importante para a criação de novas zonas pioneiras, pois se antes elas eram um empecilho para o surgimento da lavoura, nas zonas atuais elas são vantajosas em vista da exploração madeireira e instalação de serrarias, que penetram na mata antes que o colono, facilitando o trabalho árduo. O estágio “pré-pioneiro” também conta com a presença das companhias de terras, que as adquirem do governo a preços irrisórios, para vendê-las em parcelas maiores ou menores, auferindo grande lucratividade. Os grileiros de terras, posseiros que não adquiriram o título legal das terras acabam retardando e mesmo prejudicando o avanço da frente pioneira. A partir do momento em que há maior desenvolvimento em infraestrutura, serviços e a formação de centros urbanos, termina o estágio pioneiro e começa a fase civilizada.

Waibel (1979) retomou a obra de Frederick J. Turner para fazer seu estudo comparativo sobre a expansão da fronteira nos Estados Unidos e do Brasil. Um dos problemas apontados do tipo de povoamento do Brasil é que este não seguiu áreas contínuas como nos Estados Unidos. Os núcleos de povoamento no Brasil estavam distantes um do outro e economicamente estagnados, com a presença de uma população pobre, caboclos, que nas palavras do autor “vegetam numa vida inútil”.

Waibel traz propostas para o governo brasileiro sobre o processo de colonização, entre elas, desenvolver primeiro o povoamento do Leste, construindo mercados locais, centros industriais para, depois, se direcionar a Oeste, com a criação de um mercado lucrativo para os produtos agrícolas dos colonos.

Para o autor, a Marcha para Oeste nos Estados Unidos, realizada por imigrantes europeus, criava, a partir do momento que adentravam para o interior do país, níveis elevados de vida e formavam também uma nova identidade, surgindo assim um novo sujeito, o americano.

Bem diferente é a situação do Brasil. Aqui o sistema da queimada e da rotação de terras tornou-se não apenas um fenômeno transitório, mas uma situação permanente. Em combinação com o igualmente primitivo sistema de criação de gado, isto teve como consequência um escasso povoamento em grande parte do interior do Brasil, e por uma população, culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo. Isto, exatamente, é o sertão com os seus caboclos, que produzem apenas o suficiente para suprir suas insignificantes necessidades. (WAIBEL, 1979, p.307)

No Brasil, o imigrante europeu adentra o interior do país, transformando a área de mata em um sertão permanente, que vive uma economia estagnada e acaba por perder suas características europeias, para se assemelhar aos nativos, surgindo assim, o sujeito caboclo.

Outra comparação feita por Waibel, é que nos Estados Unidos só havia uma fronteira e o pioneiro, que derrubava a mata e enfrentava os indígenas. “As zonas pioneiras não são um fenômeno primário da conquista de novas terras, mas consequência das mesmas.” (WAIBEL, 1979, p.305)

Antes da chegada da frente pioneira há a fronteira demográfica. Isso significa que a frente pioneira chega numa zona já povoada. Atrás da frente pioneira vem a fronteira econômica. O olhar de Waibel (1979) para a fronteira é um olhar direcionado para o pioneiro, aquele que chega com algum capital, que mercantiliza a terra, transforma a agricultura em uma agricultura de negócios, que faz predominar as relações capitalistas de produção.

Verifica-se que Waibel (1979) tem um olhar, tanto para a natureza como para a população nativa, como sendo uma barreira para o avanço da fronteira, um empecilho para o desenvolvimento econômico e social. A cultura, crença e visão de mundo do cristão, branco e europeu é entendida como a única possível. Por isso, os indígenas, a mata e toda natureza “selvagem” deveria desaparecer, assim como os camponeses posseiros da frente demográfica, que se assemelhavam aos indígenas quanto ao seu modo de vida, reproduzindo as mesmas técnicas de cultivo e a prática da caça. Se formos comparar tais afirmações com a retórica das frentes colonizadoras, a partir dos anos 50 na Região Oeste do Paraná, é notória a semelhança com a dos migrantes que vinham dos estados do sul do Brasil.

Toda discussão de Waibel tinha um conteúdo ideológico, como o próprio termo “sertão” ou “vazio demográfico”, que reforçava a colonização como uma necessidade, e o caboclo, como forma pejorativa de se referir ao indivíduo do sertão, sempre de maneira depreciativa e, em contrapartida, exaltando o pioneiro.

Em sua pesquisa, Waibel se propôs a mostrar como se configurava a ocupação do território brasileiro, para então trazer planos estratégicos que contribuíssem com os interesses do governo brasileiro quanto à efetiva ocupação e povoamento do território, tendo em vista, é claro, o desenvolvimento de uma economia capitalista.

A visão eurocêntrica, que desconsidera outros modos de vida e estabelece como não aceitável um mundo em que trabalho e a produção não estejam centrados no mundo da mercadoria e da acumulação de capital, subjogou as sociedades indígenas e os camponeses posseiros, que reproduziam uma economia simples, fundamentada na subsistência e não na reprodução ampliada de capital.

Entretanto, na atualidade, a produção de Waibel possibilita a compreensão do pensamento e do debate intelectual da época, as ideias que orientaram o processo de colonização, bem como os desafios enfrentados e algumas das características desse processo, como, por exemplo, a presença do caboclo no sertão. Ou o indígena, no caso da região de Guaíra e Terra Roxa, elemento importante que fazia parte da configuração da região de fronteira entre Brasil e Paraguai.

Em contrapartida, o antropólogo Otávio Guilherme Velho faz uma abordagem voltada especialmente para as frentes de expansão, que no Brasil estabeleceram as bases do que ele chama de capitalismo autoritário, uma modalidade de desenvolvimento capitalista com características autoritárias, que ocorrem em países que não passaram pelo processo de uma revolução burguesa.

Velho (1979) entende que o desenvolvimento capitalista não ocorre de forma única, apresentando peculiaridades em cada lugar, sendo necessário evitar generalizações, tal como a visão mais usual de que, para a criação de uma sociedade capitalista, supõe-se sempre a revolução para uma democracia liberal, pois isso nem sempre ocorre.

Nos países em que houve uma revolução burguesa, a acumulação capitalista primitiva levou à expropriação do camponês, e dos produtores em geral, através do cercamento dos campos. Os camponeses foram forçados a deslocarem-se para a cidade para trabalhar nas fábricas, sofrendo um processo de proletarização. Com a Revolução Industrial, em que a maquinaria substituiu parte do trabalho, e a continuidade do processo de proletarização, a massa de trabalhadores passou a se constituir num exército de reserva para a indústria, que, por sua vez, garante a sequência da acumulação de capital através da extração da mais-valia.

Para Velho (1979), nem todo desenvolvimento capitalista se dá aos moldes do capitalismo burguês. No capitalismo autoritário, a base camponesa não é totalmente destruída

pelo desenvolvimento capitalista, mas é mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva ocorre às suas custas. No capitalismo autoritário, a chamada fase de acumulação primitiva se baseia na exploração de formas não capitalistas de produção, combinada com a acumulação propriamente capitalista.

Para o autor, o capitalismo autoritário se desenvolve pelas possibilidades que se abrem diante da abundância de terras livres, em países que não passaram por revolução política comandada pela burguesia. Esses países tornaram-se atrasados no cenário mundial, em relação aos países que se lançaram a frente do ponto de vista capitalista, sofrendo pressões externas que forçavam o autoritarismo e a centralização política, sob o comando do Estado, em geral ligado aos latifundiários.

Para o desenvolvimento do capitalismo autoritário era necessário um sistema institucionalizado de repressão da força de trabalho, pois dessa forma o campesinato não desaparece. As terras livres garantiriam que estes permanecessem no campo, mas integrados, através de uma forma de produção subordinada ao sistema autoritário, não sendo necessário o processo de proletarização que ocorre nas cidades. Desta forma, o campesinato compreendido como modo de produção, não poderia se reproduzir a si mesmo, “isolado”. “É a própria subordinação que garante a sua reprodução.” (VELHO,1979, p.44).

Conforme Velho (1979) as *plantations* eram a forma dominante da sociedade brasileira, mas não era o único elemento. Todas as diferentes formações eram análogas as *plantations*, ou subordinadas a ela, com uma forma de economia próxima à subsistência e à marginalidade, esta última representando a face contraditória da repressão da força de trabalho.

Houve desta forma, uma expansão territorial rarefeita, formando assim três regiões, cada uma com a predominância de um tipo de ocupação. A região da plantation da Costa (caracterizada pelo café no Centro-Sul); a extensa região de criação de gado (que abrange áreas mineradoras e plantation decadentes) com ocupação rarefeita; e uma região de floresta tropical, politicamente garantida, mas não efetivamente ocupada, a não ser por precárias atividades extrativistas. Dentro dessas grandes regiões desenvolveu-se um campesinato “marginal” (conhecidos como caboclos ou caipiras), que produziam basicamente para o autoconsumo, apresentando laços frouxos com o mercado. Esse campesinato oferecia assim, um exército agrícola de reserva para as plantations. Havia aqueles que não tinham uma relação evidente com a plantation, não sendo apanhados por ela.

Velho (1979) aponta que durante a década de 1920 houve um crescimento das cidades brasileiras e, de forma quase que despercebida, o crescimento do campesinato marginal. Isso porque a plantation, em declínio, estava liberando a mão-de-obra excedente, através de vários artifícios, como dívidas, doações de lotes ou até mesmo situações extremas de violência. O declínio deste período econômico suscitou um processo de migração interna que perduraria por quase todas as décadas do século XX, e que ainda continua, mas de forma bem ínfima, diante dos números verificados no citado período.

A migração forçada, para a cidade ou para novas fronteiras agrícolas, no caso dos camponeses expropriados, assim como dos indígenas que habitavam os municípios alvos deste estudo, e que foram palco ou objetivo final deste processo de migração não índia, traz no seu bojo uma sensação de despertencimento para os que deixaram o seu lugar, onde vínculos sociais, afetivos e econômicos os identificavam, sentimento explicado por Gaudemar (2002) como uma abdicação de si mesmo.

Velho (1979) trabalha o conceito de fronteira de forma semelhante a Turner, embora um como fronteira democrática, outro como fronteira autoritária, mas ambos, como uma faixa que avança sobre uma região inexplorada. Esse avanço ele denomina de frentes de expansão que são “constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas.” (VELHO, 1972 p.13). Graças a determinadas condições, essas áreas conseguem absorver um contingente populacional e apresentar um certo grau de desenvolvimento, que Waibel denominou de frente pioneira.

Velho (1972) utiliza duas categorias para discutir essa mobilidade na fronteira, a de “centro e beira”. O “centro” é o local onde se situa a roça de um ou mais lavradores e a “beira” se refere à beira do rio, onde estão situados os aglomerados maiores e mais antigos, que ele denomina também de civilização. O centro, no caso, se refere ao interior da mata, de natureza intocada, onde o conflito então é entre posseiros e indígenas.

Outro autor que trata do tema da fronteira é o sociólogo José de Souza Martins, que caracteriza a fronteira no Brasil como uma situação de conflito social, defendendo a ideia que a frente de expansão e a frente pioneira são concepções distintas nessa realidade conflituosa. A frente de expansão, defendida pelos antropólogos, expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, como Darcy Ribeiro. (MARTINS, 2009; VELHO, 1979)

Já os geógrafos têm a concepção de frente pioneira ou zona pioneira, tendo como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor, não levando em consideração os índios, como é possível observar nos estudos realizados por Waibel (1979), igualmente mencionado por Martins 2009. Nos dois casos, “são lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor, e, o do antropólogo, preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas.” (MARTINS, 2009, p.135)

Martins (1975) observa que as concepções dos geógrafos e dos antropólogos não chegam a ser conceitos, mas apenas designações, pois não há, à primeira vista, a intenção de supor cada realidade específica e substantiva (modo de organização da vida social, de definição dos valores e das orientações sociais), mas percebe-se que veem de diferentes modos a forma como ocorre a expansão territorial.

A concepção de frente pioneira, dos geógrafos, traz a ideia implícita de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Para os antropólogos, a concepção é que a frente de expansão “sobre os territórios tribais move a fronteira populacional e cultural dos brancos”. (MARTINS, 2009 p.135). Essas observações foram feitas em desiguais lugares sociais, que correspondem à própria realidade da fronteira. Logo, tanto o geógrafo quanto o antropólogo, através dos seus vínculos científicos, viram o que a fronteira lhes mostrava e o que estavam profissionalmente dispostos a ver. (MARTINS, 2009)

Para Martins, quando os geógrafos falavam da frente pioneira estavam se referindo “as faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria” (MARTINS, 2009, p.137) Estavam, assim, falando da renda capitalizada da terra, companhias de terras e negócios imobiliários, ferroviários, comerciais e bancários nas áreas de fronteira. E, quando os antropólogos falavam, originalmente, sobre frente de expansão, estavam se referindo a uma forma de expansão do capital que não é caracteristicamente capitalista, mas que avançava sobre território indígena.

Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. O mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolistas, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho (sendo aí característica a peonagem ou escravidão por dívida). (MARTINS, 2009, p.137)

Conforme Martins (1975) ainda, a frente de expansão está integrada na formação capitalista, porque ela absorve parte da população crescente que não consegue alcançar os meios de ganhar a vida na fronteira econômica, e, pela produção de excedentes, que se realizam como mercadorias. No entanto, as relações sociais que se reproduzem na frente de expansão não são determinadas pela produção de mercadorias, porque a terra não é tida como empreendimento econômico, como mercadoria. Isso só aconteceria na sequência, na frente pioneira. “Por isso, a figura central na frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.” (MARTINS, 1975, p.46)

A frente de expansão está entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Por isso, as tensões que marcam a frente de expansão ocorrem com a sociedade capitalista, que se encontra na fronteira econômica e que se nutre da renda da terra. Isso porque a implantação da frente pioneira é caracterizada pela propriedade privada da terra. Nela a terra não é ocupada, é comprada. Com o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão, há o conflito entre a lógica da compra e a lógica da ocupação. Como exemplos disso, podemos citar os movimentos messiânicos como Contestado/SC (monge João Maria), no Oeste de São Paulo (Frei Damião) e o movimento não messiânico do Porecatu/PR, dentre outros.

O conflito decorrente da chegada de frente pioneira, que se nutre da renda da terra, pressiona a frente de expansão a avançar sobre as terras devolutas e os ocupantes ou posseiros avançam sobre as áreas não exploradas. Fazem a derrubada da mata e, com frequência, entram em conflito com as sociedades indígenas.

O fato da fronteira no Brasil ser marcada por situações de conflito social é expressado em muitas letras de músicas, onde se observa nos versos cantados os conflitos decorrentes do avanço da frente de expansão sobre os territórios indígenas e, igualmente, sobre o avanço da frente pioneira sobre a terra ocupada por posseiros. A seguir, serão analisadas duas músicas sertanejas com objetivo de dialogar com a discussão realizada por José de Souza Martins sobre a fronteira.

#### **1.4 - A expulsão dos indígenas na fronteira retratada na música sertaneja**

Os versos de músicas sertanejas cantadas retratam a expulsão dos indígenas de suas terras no contexto da ocupação do espaço a partir das frentes de expansão e pioneira na década de 1950, principalmente. A ocupação das terras a partir dessas frentes, bem como a

expulsão dos indígenas, retratadas nas letras e composições de versos das músicas é verificada também em Guaíra e Terra Roxa.

Conforme Martins (1975), a música sertaneja utiliza-se de uma linguagem dissimulada, porque a linguagem das classes dominantes não transmigra simplesmente para o universo do trabalhador, mas o faz de forma redefinida, incorporando inevitavelmente a tensão que permeia as relações de classe.

Contudo, embora a música sertaneja se origine das classes dominantes, ela não é instrumento de alienação absoluta, pois nela está presente, também, a experiência de vida das classes subalternas, a necessidade da interpretação e compreensão das condições sociais de existência, a partir da perspectiva do subalterno. (MARTINS, 1975)

Através da música sertaneja, é possível descobrir evidências históricas, em especial a situação de conflito que caracteriza a fronteira no Brasil, como a música “Sertão do Laranjinha”, da dupla Tonico e Tinoco:

No sertão do Laranjinha, escute o que eu vô dizê  
Foi um causo verdadeiro, que eu vou conta pra você  
O Sr. Francisco Neve tinha muito bom vivê  
Levo cachorrada e arma que podia lhe valê  
E o sertão do Laranjinha lá foi ele conheçê

Um dia de tardezinha, era já no escurecê  
Veio caçula correndo, a chorá e a tremê  
Ai, mamãe vamos s'imbora se nós não quisé morrê  
Que papai, os meus irmão, ai, mamãe nem posso crê  
Tão na bataia de bugre nem é impossível de vencê

Mas a mãe desesperada nem não pode se conte  
Correu e pegou uma arma pra sua gente defendê  
Ela pegou a espingarda manobrando sem sabê  
Mas parece que o destino veio pra lhe protege  
Cada tiro que ela dava fazia um bugre gemê

O bugre tem capitão, ela pode conheçê  
No arto de uma peroba fazia os outros fervê  
Ela puxou o gatilho, a fumaça nem deixo vê  
Ele já se despenco, ai desceu mesmo sem querê  
O sinar que fez na terra não vai desapareçê

Veno o capitão já morto saíro bugre a corrê  
Francisco Neve ferido tava atrás de um pé de ipê  
Ele junto com os treis fio pra não chegar a morrê  
No sertão de Laranjinha inté costuma dizê  
Só por milagre divino é que podia aconteçê.

Há evidências de que a música “Sertão do Laranjinha” se baseia na história do processo de ocupação de terras do norte do Paraná, mais especificamente onde hoje se localiza o município de Ribeirão do Pinhal, que nos primórdios chamava-se Sertão do

Laranjinha. Os “desbravadores” teriam entrado em conflito com indígenas de etnia Kaingang<sup>15</sup> e ocupado as terras da região.

Ou seja, a música “Sertão do Laranjinha” está se referindo ao avanço da frente de expansão sobre os territórios indígenas. Para Martins (2009), a fronteira é a fronteira da humanidade, além dela está o não-humano, o natural, o animal. Desta forma, a fronteira tem dois lados, os que estão do lado de cá, os supostos civilizados, e os que estão do lado de lá. Martins denomina essa dicotomia de alteridade. A frente de expansão avança sobre territórios indígenas, gerando conflitos sangrentos. As populações indígenas tentaram resistir a esse avanço, mas acabaram sendo empurrados para territórios de seus grupos vizinhos mais distantes, que leva aos conflitos entre grupos de diferentes etnias, e até mesmo o extermínio de um grupo pelo outro. No caso do nosso estudo, os indígenas de Guaíra/Terra Roxa foram para o Paraguai e para o estado do Mato Grosso do Sul.

O entoar da música “Sertão do Laranjinha”, acontece como se o cantor estivesse contando um caso para o espectador. No caso, o caso do Sr. Francisco Neves, que precisou abandonar a vida que tinha e enfrentar os perigos do sertão, mais especificamente o Sertão do Laranjinha.

O verso da música “*O Sr. Francisco Neve tinha muito bom vive*”, faz referência a uma vida que Sr. Francisco Neve deixa para trás, que era boa, comparada aos perigos do sertão. Por isso, a necessidade de levar consigo o cão (para avisar sobre qualquer movimentação na mata fechada, seja de humano ou algum animal selvagem) e arma.

Na segunda estrofe, existe a informação de que o Sr. Francisco Neve não migrou sozinho, mas levou consigo a esposa e os filhos, enfim, a família. É revelado o eixo central da música, o conflito direto que a família do Sr. Francisco Neves teve contra os indígenas. O verso “*Correu e pegou uma arma pra sua gente defendê*”, revela que é um combate entre diferentes grupos, aqueles que se situam do “lado de cá”, os civilizados, já que aqueles que estão do “outro lado”, são chamados de “bugres” – termo usado como sinônimo de selvagem, forma pejorativa de se referir aos indígenas. A música faz, assim, uma referência à alteridade e a particular visibilidade do “outro”.

Na divisão do trabalho familiar, não cabia à mulher o papel de proteger a família de certos perigos, eis o fato da esposa não saber manobrar uma arma, ficando ao destino a incumbência de cada tiro certo (e não as habilidades da mulher). Esse fato, na música,

---

<sup>15</sup> <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/um-fato-veridico-no-sertao-do-laranjinha-583318.html>

fortalece a ideia de que essas batalhas eram sangrentas, uma questão de vida ou morte, justificando uma mulher pegar em arma.

No verso “*Cada tiro que ela dava fazia um bugre gemê*”, verifica-se que, os que estão do lado de cá, não reconhecem a humanidade daqueles que estão do outro lado. Conforme Martins (2009), na fronteira, o homem não se encontra, se desencontra. Por isso, na frente de expansão não era raro a verbalização “amansar os índios”, porque no lugar que o índio ocupa no imaginário do civilizado da fronteira, geralmente é classificado como animal. Houve várias expedições de caça ao índio na frente de expansão, para expulsá-los de suas terras e evitar ataques.

Martins (2009) afirma que os indígenas também fizeram suas próprias interpretações sobre a chegada do não-índio sobre seus territórios. Vários grupos indígenas se designaram a si mesmos como gente, para diferenciar-se dos outros humanos. Mas o contato com uma humanidade diferente resultou aos indígenas muitas perdas, não apenas de seus territórios, mas também de vidas e de elementos culturais. Ressalta assim, que, no Brasil a fronteira é situação de conflito social, “e nesse lugar, a fronteira é essencialmente lugar de alteridade”. (MARTINS, 2009, p. 133).

Voltando-se para os elementos da música, o primeiro verso da quarta estrofe, é dividido em duas orações, a primeira refere-se ao conhecimento prévio de que “*o índio tem capitão*”, e, a segunda, refere-se a identificação do capitão pela mulher no momento da batalha. Ou seja, é uma mulher da fronteira, embora nunca tenha pegado em armas, carregava consigo a informação de que, é através da liderança ou do capitão, que se consegue desmobilizar um grupo, fazendo-o recuar.

A presença indígena e da mata (que fica evidente com a presença do pé de peroba e do pé de ipê) demonstra que a família avançou sobre áreas ainda não exploradas pela “civilização”, sobre território indígena. O verso da música “*O sinar que fez na terra não vai desaparecer*”, evidencia que o conflito foi pela terra, o sinal na terra é a comprovação de que aquela batalha foi vencida pela família do Sr. Francisco Neves, diante o recuo dos indígenas com a morte do capitão que liderava o grupo.

Outra música que traz referência a situação de fronteira e o conflito presente nesse espaço é “Terra Bruta” de autoria de Moacyr dos Santos e Jacozinho:

Você vê essa cidade que agora está de pé  
O meu pai aqui plantou milhões de pés de café  
A primeira casa erguida foi seu rancho de sapé  
O velho chegou sozinho pra o que der o que vier  
Com amor e muita luta, enfrentou a terra bruta  
Com coragem e muita fé

Quando os índios atacavam gritando lá das fronteiras  
Meu pai manobrava firme carabina e cartucheira  
Os bicho ferozes das matas também morreu na chumbeira  
Pros bandidos e assaltantes o meu pai foi a barreira  
Pra defender esta terra, o velho fez uma guerra  
Sem precisar de trincheira

Eu passo nesta cidade e vejo a população  
Movimento de transporte cereais e algodão  
Vejo escola e ginásio e uma fina educação  
Ao ver uma carabina já me dói o coração  
Quem lutou por tudo isso, sofreu igual Jesus Cristo  
E não teve compensação.

Dessa história do meu pai me lembro e pego a chorar  
Lutou por uma cidade e não pode aproveitar  
Ele morreu na miséria dentro de um rico lugar  
É como diz o ditado pra vocês eu vou falar  
Morre o homem e fica a fama, lutando ele fez a cama  
Pra outros poder deitar.

A música “Terra Bruta” refere-se ao processo de ocupação de uma extensa área de terras, a partir da participação dos posseiros que avançam sobre terras indígenas. Na primeira e na segunda estrofe, a música faz referência ao avanço da frente de expansão sobre território indígena. O narrador personagem conta a história do pai, a coragem de enfrentar a terra bruta, a resistência às investidas indígenas e a defesa armada da posse, possivelmente diante do surgimento de um povoado. Criando-se, assim, condições para o surgimento de uma cidade.

Neste sentido, terceira e última estrofe referem-se às consequências do avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão. Nota-se o crescimento populacional e o surgimento da cidade, o comércio e serviços. Conforme Martins (1981, p.114) a frente pioneira é o “território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada por bases modernas, por cidades, por uma infraestrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização de mercadorias.”

A música relata a injustiça sentida pelo filho, ao saber do sofrimento do pai ao enfrentar a terra bruta, criando assim condições para surgimento de uma cidade (e suas riquezas) e acabar morrendo na miséria. É a história do posseiro, que tinha sob seu domínio extensas áreas de terras (que se evidencia na plantação de milhões de pés de café), mas que foi expulso da terra com a chegada da frente pioneira. O filho (o narrador) é estranho à cidade (observa-se nos três primeiros versos da terceira estrofe), excluído da economia capitalista e dos seus serviços, como o acesso à educação.

Essa música faz alusão à história de muitas pessoas que precisaram, em suas vidas, estarem constantemente migrando neste país, que nunca conseguiram se fixar por muito

tempo num mesmo lugar, que sempre estiveram em uma situação indefinida entre a de posseiro, arrendatário ou de agregado. Uma vez expulsos, por não terem o título de compra da propriedade, juntavam seus poucos pertences e se deslocavam para novas áreas de terras devolutas, enfrentando a resistência indígena, derrubando a mata, “limpando” a terra, como diz a música “fazendo a cama” para a chegada daqueles que se diziam proprietários “poder se deitar”.

É uma situação semelhante à vivenciada também na região de Guaíra e Terra Roxa, objeto deste estudo. Contudo, a fase extrativista, que se manteve nesta região até meados do século XX, necessitava do trabalho indígena, ensejando outra relação com eles, na maioria das vezes de servidão.

O posseiro é essencial para o capital, pois é ele quem, geralmente, “limpa” a terra para os fazendeiros e para as grandes empresas. O posseiro é responsável pelo abastecimento de alimentos de grandes regiões, através da comercialização simples de seu excedente agrícola, um negócio lucrativo para os intermediários, que compra essa mercadoria a baixo preço, chegando a preços mais altos ao consumidor final. Por essas razões, é que o avanço dos posseiros sobre terras devolutas é, muitas vezes, incentivado pelos fazendeiros, empresários e até governantes. Contraditoriamente, a presença do posseiro é contrária aos fundamentos da sociedade capitalista, que se baseia na propriedade capitalista. A posse é a negação da propriedade, pois com a presença do posseiro, não há como extrair a renda da terra, que se inicia com a compra e a venda de imóveis.

Martins (1981) entende que o posseiro, ao contrário do indígena, é produto do capital. Por essa razão, quando o posseiro resiste à expulsão, muitas vezes ele consegue ser indenizado, pelos seus serviços contidos na terra, pelo seu trabalho, tais como a derrubada da mata, benfeitorias, casas e plantações. Isso porque “ele não compreende a lógica do capital, mas o capital compreende a sua lógica, que não é de quem acumula, mas de quem trabalha.” (MARTINS, 1981, p. 117) Já o indígena, não pode ser indenizado pela terra, porque ele não tem a terra como uma coisa, um objeto, nem mesmo uma mercadoria.

A terra para o indígena é sagrada, é nela que reproduz sua cultura e procura reproduzir seu modo de ser e viver. Quando os indígenas lutam pela retomada de suas terras e se inicia o processo para demarcação da terra indígena, o estudo antropológico irá identificar o seu território tradicional e a área a ser delimitada, nas regiões onde já se consolidou o processo de colonização, a ocupação não indígena acaba incidindo sobre esses territórios, gerando

intensos conflitos, desde o pequeno proprietário de terra, aos grandes latifundiários, e, até mesmo posseiros.

A fronteira é a fronteira da humanidade, ou seja, da negação da existência do “outro”. Atualmente, observa-se na sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, o “outro”, no caso os Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa tem sua existência negada, especialmente porque possuem uma organização produtiva muito específica, diferente dos parâmetros capitalistas. Por isso, apesar de existir produção nos acampamentos-*tekoha*, geralmente essa produção não é reconhecida pelos não indígenas. Pois a produção de bananas, abóboras e feijão para o auto-consumo, bem como, a coleta da madeira e a preparação do fogo para cozer alimentos não é percebido como produção, porque não segue a lógica do lucro e da acumulação de capital. Por não seguir essa lógica, seu modo de produção específico então é negado, o que explica os discursos discriminatórios de que “índio não trabalha”, “a terra de índio é improdutiva”.

Os discursos que negam a existência da organização produtiva indígena, nega o seu modo específico de estar na terra. A organização produtiva dos indígenas não está dissociada de sua cultura e sua cosmovisão, muito embora, o fato de não estarem isolados, acabam reproduzindo os costumes e vícios da sociedade capitalista. Neste sentido, o capítulo a seguir tratar-se-á da luta dos Avá-Guarani pelo território, que se desencadeia em intensos conflitos, essencialmente no desencontro entre a concepção e organização produtiva não capitalista dos indígenas e a concepção e organização produtiva do agronegócio, essencialmente capitalista.

## CAPÍTULO 2

### A LUTA DOS AVÁ-GUARANI PELA RETOMADA DO *TEKOHA*

A noção de território para os Guarani ultrapassa os limites das áreas das terras indígenas demarcadas, pois ela é baseada, sustentada, na mobilidade espacial, no movimento, como uma forma de vida, uma dinâmica sociocultural que é parte de um território muito mais amplo, que ultrapassa os limites jurídicos-políticos do Estado Nação.

Seus arranjos territoriais e espaciais hoje são impostos pelo Estado, através da demarcação das Terras Indígenas. Entretanto nem mesmo esse direito tem sido respeitado, apesar dos anos de luta pelo direito da sua reprodução física e cultural, garantidos, inclusive nestes termos, pela Constituição de 1988.

Trata-se, assim de uma luta pelo território, mas que representa também a luta pelo reconhecimento de sua história enquanto povo, visto que eles conseguiram manter, por séculos, apesar das perseguições, das fugas, das dificuldades que lhes foram impostas, aspectos importantes de sua cultura, seus costumes, a ligação com seus ancestrais e sua história. A luta dos Avá-Guarani pelo território se desencadeia em intensos conflitos, de um lado a concepção e organização produtiva não capitalista dos Avá-Guarani e de outro, a concepção e organização produtiva capitalista do agronegócio.

#### 2.1 A Luta dos Avá-Guarani pelo Território

Os acampamentos/*tekoha* dos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa são formados a partir da articulação de famílias. Algumas viviam em aldeias que resistiram ao processo de ocupação, localizadas em áreas de preservação permanente, outras viviam na cidade como não indígena e, outras, retornaram de outras regiões do próprio Estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul e do Paraguai.

Eles se organizaram na luta pela retomada de seus territórios. Essas retomadas se oficializam por meio da demarcação das Terras Indígenas, prevista pela Constituição. Contudo, a relação que eles estabelecem entre as diversas aldeias, que vai para além das fronteiras nacionais, demonstra que seu território não se limita às áreas demarcadas.

Carvalho (2013) e Ladeira (2000) afirmam que o conceito de território vem sendo insuficiente, e incorretamente substituído, pelo conceito de terra indígena, pois vários espaços por eles utilizados interferem no seu modo de vida, como matas e rios, que extrapolam os limites das áreas oficialmente demarcadas.

[...] os Guarani mantêm forte relação simbólica e prática com todas as parcelas do território ocupado ao longo dos séculos, sem perder de vista o macroterritório Guarani original, mantendo tradicional circulação de famílias, entre as diversas aldeias e trilhas existentes em seu interior. Os Guarani mantêm assim a presença – mesmo que em espaços diminutos – em praticamente toda extensão do seu território tradicional. (CARVALHO, 2013, p. 118)

A territorialidade<sup>16</sup> Guarani é construída pela própria mobilidade espacial, porque não se trata de um movimento pelo movimento, completamente sem rumo, pois eles têm conhecimento de onde vem e para onde vão. O macroterritório Guarani tem na centralidade do movimento uma forma de vida. Conforme sugere Haesbaert “a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/o qual nos identificamos.” (HAESBAERT, 2004, p.237)

Neste sentido, os Guarani se deslocam constantemente em um espaço do qual eles têm conhecimento de como era antes da chegada do homem branco, onde se localizava cada aldeia, onde havia presença de matas, fontes de água, e etc. Ou seja, conseguem identificar cada objeto no espaço hoje, mesmo transformado pelos não indígenas, com alusão ao passado, pois sempre pertenceram a este espaço.

Os deslocamentos que grupos de Guarani realizam no interior do macroterritório são também compreendidos como forma e meio de ocupação e conservação, visto que a territorialidade Guarani se manifesta em suas expressões e técnicas, e, em uma dinâmica de ocupação fundamentada na cosmologia, que envolve circulação de pessoas, bens, conhecimentos e em novas e sucessivas relações. Pode-se dizer que o território guarani é sustentado por numerosas aldeias que se interagem por meio de dinâmicas socioculturais, o que implica em constante movimentação. (FARIA; LADEIRA, 2016, p. 54)

Conforme Carvalho (2013, p.93), o território Guarani ultrapassa a fronteira brasileira, ocupando um vasto território que compreende parte de vários países da América do Sul: Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru. Considerando o território brasileiro, é possível verificar presença Guarani do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Com o processo de colonização, seus territórios passaram a constituir áreas menores, algumas reconhecidas

---

<sup>16</sup> As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios. (FERNADES, 2015)

oficialmente como terras indígenas, e localizadas em uma região com intensa densidade demográfica não indígena e economicamente mais valorizada, o que dificulta ainda mais o reconhecimento das terras indígenas e consiste, na prática, na sua desterritorialização.

Para Haesbaert (2004) a desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, quando os limites desse território são definidos sob o controle e comando dos outros. Assim, podemos observar que as ações por parte do Estado, no Oeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1950, com a frente pioneira, promoveram a desterritorialização dos Guarani para consolidar o processo de ocupação e promover o desenvolvimento da região, em cima do território que antes era ocupado pelos indígenas. Estes foram realocados para reservas em regiões distantes de onde tradicionalmente se localizavam suas aldeias. Aqueles que resistiram a esse processo, firmando-se ou retornando-se aos locais de origem, encontram-se acampados em áreas cada vez mais restritas, lutando pela demarcação e regularização de seu território.

As ações, por parte do Estado, tiveram como finalidade a contenção do território Guarani, impedindo diversas de suas territorialidades, como a sua mobilidade em espaços importantes para atividades voltadas para o mercado capitalista, como o agronegócio, devido ao clima favorável e solo fértil. Consequentemente, desorganizaram os arranjos espaciais construídos por esses povos historicamente.

Neste sentido, tanto os Avá-Guarani, como muitos outros grupos indígenas estão na luta pelo seu território. Os que estão em reservas ou em terras indígenas também são protagonistas de luta e resistência, haja vista que a pressão territorial não cessa com o confinamento.

Brand (2008) entende por confinamento, no contexto do Mato Grosso do Sul, a concentração dos Guarani e Kaiowá dentro das reservas indígenas demarcadas até 1928. Ao demarcar essas pequenas porções de terras, o governo liberava as terras para a colonização. Esse processo de criação das reservas (limites definidos pelo Estado) e concentração indígenas em seu interior, em nenhum momento tem-se em conta, a concepção dos indígenas de território e as formas de se relacionar e fazer uso dos recursos naturais aí localizados. Esse processo de confinamento acentua-se com a mecanização da agricultura e ampliação do desmatamento do território tradicional dos Guarani e Kaiowá. Nesta pesquisa, a ideia de confinamento se comunica com o entendimento do autor supracitado, no sentido que os Avá-Guarani no Oeste do Paraná também sofreram restrições quanto ao uso de suas terras, devido

ao processo de ocupação do território por frentes não indígenas, que resultou em perdas territoriais.

A Terra Indígena também restringe os indígenas quanto o uso de suas terras, pois é apenas uma fração do seu território, entretanto, a luta pela demarcação das terras indígenas na atualidade é expressão da luta por um território possível. A Terra Indígena é uma garantia mínima que os diferentes grupos indígenas têm para reproduzir seu modo de vida específico. Contudo, continua existindo a pressão da sociedade não indígena, levando às reconfigurações territoriais nos limites das Terras Indígenas. E, aqueles que ainda não tiveram seus territórios demarcados, estão na luta pela retomada da terra, como os Avá-Guarani no Oeste do Paraná, especificamente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Essa conquista, no entanto, é dificultada por esta ser uma região densamente povoada, com produção agrícola mecanizada e altos índices de produtividade, o que aumenta o preço da terra, tornando-a mais valiosa para o agronegócio.

As terras indígenas, para os povos originários, é uma determinação imposta pelo Estado, de uma nova forma de viver. Contraditoriamente, dentro do contexto histórico de expulsão da terra e de negação aos seus direitos necessários a vida, a demarcação significa a materialização de um protagonismo de anos de luta pela terra, indispensável para reprodução física e cultural dos povos indígenas.

É neste sentido que entendemos as diferentes escalas do território Guarani, que vai do território das aldeias, dos limites das terras demarcadas a um território mais amplo, que está para além dos limites jurídico-políticos do Estado. Os acampamentos de retomada consistem numa tática de ocupação prévia das áreas pretendidas, sejam áreas em posse de proprietários rurais ou terras da União, como forma de pressão política para a demarcação de suas terras. É a retomada do *tekoha*.

A noção de *tekoha* é frequentemente traduzida pelos Guarani como “aldeia” mas, ao mesmo tempo, é por meio dessa noção que criticam a aceção que os brancos têm de “aldeia” como um território circunscrito, fechado, limitado, e que já é resultado do processo de redução e confinamento territorial a que foram sendo submetidos com o avanço das *frentes de expansão* sobre suas terras. Isso fica claro quando, juntamente com o termo *tekoha*, empregam o aumentativo *guasu* para se referir a seu território como um todo, para além dos pequenos pedaços de terra em que se encontram hoje, e que englobam todos os *tekoha* de uma região, as matas, os caminhos que levavam de um *tapy'i* a outro. (PACKER, 2013, p. 9-10)

Conforme Mota (2011), foi principalmente a partir da década de 1970 com o avanço da expansão agrícola, que foi surgindo a necessidade dos povos Guarani referenciarem primordialmente os territórios tradicionalmente ocupados como *tekoha*, que sinalizam que seu uso é também político.

Conforme Mota (2015) os acampamentos se constituem como estratégias de luta<sup>17</sup> dos povos Guarani perante o Estado brasileiro para a demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados. Sob a ótica da autora, os “acampamentos” de retomadas, são expressão de resistência e práticas descolonizadoras, pois contesta os processos de territorialização impostos nas reservas e é uma forma de resistência ao Estado colonialista brasileiro, que foi um dos principais responsáveis pela situação atual em que vivem os indígenas, ao promover a colonização em seus *tekoha*, e, atualmente, não cumprir os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios.

Para Quijano (2005), o padrão de poder baseado na colonialidade implica na perspectiva de conhecimento dentro da qual o não europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. Os europeus, no processo de colonização da América, se depararam com grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, cultura, memória e identidade. Trezentos anos mais tarde, todos eles foram reduzidos a uma única identidade, que chamamos de índios. As práticas descoloniais seriam as lutas e resistências contrárias a colonialidade do poder.

Verifica-se que a visão eurocêntrica contribuiu para legitimar a exploração de um grupo de indivíduos sobre o outro, e, orientado também o processo de colonização e a formação do Estado-Nação, negando a diversidade cultural existente no país, conforme observa-se nas iniciativas do Estado de confinar diferentes etnias indígenas em uma única reserva indígena, num único espaço, para liberar as terras para a frente pioneira e garantir a apropriação individual das terras.

Muitos indígenas Avá-Guarani que hoje estão acampados nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, retornaram de reservas indígenas criadas pelo Estado, a partir de 1915, em regiões distantes de suas *tekohas*, para onde haviam sido deslocados. Essas reservas tinham como objetivo não apenas confinar indígenas de várias etnias em uma única área, para liberar espaço para o processo de colonização e concentrar mão de obra, como também, assimilá-los a cultura não indígena. Essa reunião de vários grupos étnicos acarretou conflito entre as diferentes etnias.

---

<sup>17</sup> A referida autora teve sua pesquisa voltada para os povos Guarani e Kaiowá em Dourados/MS.

Como exemplo, temos a Reserva Indígena de Dourados, onde os Guarani e Kaiowá foram retirados de seu território e confinados juntamente com os Terena. Contudo, o retorno de muitos desses indivíduos para seus locais de origem, seu *tekoha*, mostra que a estratégia não foi bem sucedida, talvez, por não levar em conta as especificidades de cada grupo étnico, sua língua, seus costumes, seus rituais.

No caso dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná, eles foram levados forçadamente para a Reserva Indígena Rio das Cobras, juntamente com os Kaingangs, grupo étnico com quem tinham rivalidade histórica. Alguns registros ressaltam o conflito entre essas duas etnias, inclusive de maus tratos e exploração do trabalho Guarani pelos Kaingangs.

No contexto histórico e político que as Reservas Indígenas foram criadas, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, não considerou a diversidade cultural dos diferentes grupos étnicos. No interior das Reservas Indígenas houve uma nova forma de organização política e social dos indígenas. As áreas restritas para onde foram deslocados impôs um novo padrão de assentamento, com arranjos políticos novos, como o surgimento de autoridades externas ocupando o centro da vida política, perda do prestígio das lideranças identificadas com base em sua cultura e espiritualidade, com claros intentos assimilacionistas.

Foi somente com a Constituição de 1988, que as relações dentro das reservas sofreram alterações, buscando respeitar as diversidades étnicas. Contudo, ainda perduram relações dentro das reservas que são contrárias ao modo de viver dos Guarani e de outros grupos étnicos que, juntos, estão confinados. Além disso, a área das reservas se tornaram insuficientes para a reprodução física e cultural dos indígenas, devido ao crescimento demográfico do agrupamento.

É neste sentido, que grupos de famílias, geralmente do mesmo parentesco se organizam e saem para viver em acampamentos, na esperança de viver de forma mais próxima aos costumes de seus ancestrais. Saem da Reserva Indígena em busca da “Terra Sem Males”. Muitas vezes, também, devido ao fato que as áreas de terras das reservas, diante do crescimento do contingente populacional, tornaram-se insuficientes para reprodução física e espiritual.

O processo de retomadas de Guaíra e Terra Roxa foi protagonizado por famílias indígenas que no passado foram expulsas de suas terras, principalmente a partir da década de 1950 com processo de colonização, muitas foram forçadas a migrar para as áreas de reserva criadas pelo SPI. Hoje, essas famílias estão retornando para as terras que lhes pertenceram no

passado. Contudo, é importante destacar, existem os indígenas que decidiram não migrar que somam-se a luta pelo território tradicional.

O lugar em que os acampamentos são constituídos, geralmente são lugares onde viveram seus ancestrais, em que se tem o vínculo, que permanece na memória dos Guarani. O *tekoha* é onde seus antepassados viveram, onde muitos foram enterrados, onde se tem uma ligação de pertencimento e espiritualidade memoráveis. É neste sentido que Mota (2011) aponta que o passado, na luta pelo território, é um componente das reivindicações pela demarcação dos territórios ancestrais perante a sociedade e o Estado brasileiro. “*O passado é o grande trunfo. É o passado que garante aos indígenas direitos étnicos-territoriais.*” (MOTA 2015, p. 428)

Conforme Mota (2015) é através da oralidade e da construção de uma memória coletiva que o conjunto da comunidade passa a entender como se deu o processo de desterritorialização de seus *tekoha*, e a esperança de retomá-los, a reterritorialização.

Para a autora, a retomada é a condição primeira para recriação do modo de ser e viver dos Guarani. É o primeiro passo para retomar as práticas vividas pelos ancestrais, a esperança de construir e reconstruir relações vividas pelos antigos. É neste sentido, que a memória coletiva dos Guarani que é a história contada pelos mais velhos, é importante para o processo de retomada. As narrativas históricas sobre como eram antes da chegada do não indígena, a abundância das matas, rios, animais, como eram trilhados os caminhos, como viviam antes de sofrerem o processo de esbulho de seus territórios. Ao retomarem a memória histórica através dessas narrativas, buscam criar relações de pertencimento com o *tekoha*, vivendo na condição de acampado, mas revivendo suas crenças e cultura, conforme podemos observar na fala de Raul Medina do *tekoha Yvyрати Porã*:

Na primeira chegada já encontramos com genro do seu Rosalino. Aí ele perguntou pra mim: Quem mandou vocês aqui? Falei pra ele: Eu venho por minha conta e como eu fiquei sabendo, há muito tempo aqui é aldeia antigo. Não descobriu pra mim a FUNAI, ninguém. O índio Guarani mesmo que descobriu onde que era. Porque há muito tempo a gente conhece essa região, era puro mato, não faltava nada, tinha pesca, tem muito remédio. Aqui ainda acha remédio, para dor de barriga, pra ferida, acha algum remédio para dor cabeça e quando acha alguma muda a gente planta. (Raul Medina – trabalho de campo, abril de 2017)

Conforme observa-se na narrativa de Raul Medina, os Guarani têm como referência a memória dos mais velhos para a escolha das áreas de retomada, preferencialmente em áreas com a presença de mata, para coleta e caça de alimentos, cursos de água natural e terras para a prática dos roçados. Atualmente, nas áreas em que se situam as *tekohas*, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, os recursos naturais já se encontram seriamente comprometidos.

Quanto às especificidades dos mecanismos de resistência dos Avá-Guarani nesta região do Oeste Paranaense, nota-se que os aspectos culturais e religiosos constituem-se num importante fator político na luta pela retomada de seus territórios, mesmo que esta fique restrita pela memória e oralidade, na necessidade de “não esquecer a cultura”.

Para os Guarani, como já mencionamos anteriormente, a palavra *tekoha* significa o lugar onde é possível reproduzir o modo de ser e viver. O prefixo “*teko*” corresponde às normas, leis, costumes e tradições, é a singularidade do modo de vida Guarani e Kaiowá. O sufixo “*há*” dá sentido de lugar onde o modo de vida é/ou pode ser realizado. Assim, pode-se dizer que *tekoha* é o lugar onde é possível a reprodução do modo de vida desses povos, de modo que é necessário considerar que sem “*teko*” não há “*tekoha*”, mas, também, que sem “*tekoha*” não há “*teko*”. (PEREIRA, 2004; MOTA 2011). Assim, a retomada da *tekoha* é uma forma de reconquistar um modo de vida similar aos preceitos de seus ancestrais.

Conforme Bartolomeu Meliá (1990), para o Guarani a terra não é um simples meio de produção econômico. O lado semântico da palavra *tekoha*, ocorre menos pelo lado da produção econômica, que pelo lado da produção de cultura. A terra concebida como *tekoha*, é, antes de tudo, um espaço sócio-político-cultural. O *tekoha* é onde se produz as relações econômicas, se reproduz as relações políticas-sociais, essenciais para a forma de vida Guarani.

Os Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, lutam para retomar parte do seu território ancestral, já que não é mais possível retomar toda área de terras em que viviam no passado. Os governos, federal e estadual, objetivando a efetivação da ocupação territorial e o desenvolvimento do Oeste paranaense, promoveu o desordenamento do território de ocupação tradicional dos Guarani, o *Tekoha Guasu* (Aldeia Grande). Com o deslocamento forçado, muitas aldeias desapareceram, assim como as interações, trocas e fluxos diversos entre os indígenas foram restringidas. Esses acontecimentos os condicionaram a uma situação de vida precária. Contudo, pode-se afirmar que os Guarani têm resistido às formas de dominação do capital. Conseguiram, ao longo dos séculos, manter aspectos importantes de sua cultura, costumes, a forma de ser e viver, diante das dificuldades que lhes foram sendo impostas.

Neste sentido, a terra é o abrigo físico, a fonte de recursos materiais ou meio de produção necessária para a reprodução do modo de vida dos Guarani. Conforme Cruz (2014), o território é ao mesmo tempo meio de subsistência, o meio de trabalho e produção e o meio

de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aquelas que compõem a estrutura social.

A luta indígena é a luta pelo retorno à terra da qual foram expulsos. Essa realidade traz um novo componente no debate sobre a questão agrária no Brasil: o da cultura. É neste sentido que os Guarani não querem apenas a terra, mas querem ser reconhecidos pela sua territorialidade, um sentido determinado de estar na terra, querem o respeito ao seu modo específico de estar na terra. Embora não se refira especificamente ao pleito indígena, o autor define bem quando diz que:

Os grupos sociais não lutam somente por terra, mas por território, estamos afirmando que as suas concepções de emancipação e justiça são mais complexas, pois abarcam dois eixos simultaneamente: o eixo da redistribuição e o eixo do reconhecimento. Trata-se do recurso material, a terra, mais a cultura, o modo de vida, transformando a terra em território. O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados historicamente. (CRUZ 2014, p. 67)

Conforme o autor, trata-se de lutas fundiárias de redistribuição de terra, mas, também, de reconhecimento de elementos étnicos, culturais e de afirmação desses elementos, que apontam para a necessidade do reconhecimento jurídico de seus territórios e territorialidades. É, assim, uma luta epistêmica, política e jurídica, ou seja, é a luta pela redistribuição da riqueza e das condições materiais de uma sociedade, de um lado e de outro, o reconhecimento das diferenças e do direito a diferença.

Quando os Avá-Guarani lutam pela terra, estão reivindicando o direito ao território, o direito à autonomia material e simbólica. O depoimento de Paulina, do *tekoha Y' Hovy*, em Guaíra, é ilustrativo nesse sentido:

“A demarcação não é a solução exata, mas é necessidade para os indígenas. Alguns indígenas preservam a cultura, preservam o conhecimento do cultivo, formas de armazenar os alimentos que a gente, mais novo, tem que aprender com os mais velhos. Acredito que após a demarcação, o índio terá que plantar e voltar aprender algumas técnicas da cultura Guarani. Assim se o governo largar os indígenas, eles têm como sobreviver pelos ensinamentos dos mais velhos.” (Paulina Martinês – trabalho de campo, 2015)

Verifica-se assim a importância da história falada pelos indígenas mais velhos na construção da memória coletiva dos Avá-Guarani, principalmente para o resgate cultural, que se apresenta como uma estratégia de resistência frente a ausência do Estado e perante as necessidades básicas, que garantam sua sobrevivência. Imbricado à luta pela terra, existe o ideário de produção para o autoconsumo ou “mercantil simples”, que garantiria certa

autonomia e independência para os Avá-Guarani, porque são eles também produtores diretos dos seus meios de vida.

Assim, a luta pelo território significa a luta pelas formas próprias de produzir materialmente sua existência, mas, também, o meio de dar sentido ao mundo, através de sua memória, da linguagem, das formas de saberes, crenças e costumes que constituem sua existência e sua cosmologia.

Neste sentido, a seguir, busca-se compreender de forma sucinta, o processo histórico de ocupação do Oeste do Paraná, especificamente dos municípios de Guaíra e Terra Roxa, a consolidação das fronteiras nacionais e as consequências do avanço da frente pioneira na vida dos Avá-Guarani, a redução de sua população e a expulsão de suas terras, pelas quais, atualmente, lutam pela retomada, gerando conflitos com grandes, médios e pequenos proprietários de terra.

## **2.2 A luta dos Avá-Guarani pelo *Tekoha Guasu Guavirá***

Os indígenas Avá-Guarani, que vivem nos municípios de Guaíra e Terra Roxa lutam pela conquista e reconhecimento do seu território ancestral. Ao lutarem pelo direito ao uso da terra, entram em conflito com os interesses dos não indígenas, especialmente com os proprietários rurais. Esse conflito leva a uma reflexão sobre o conflito entre a propriedade privada capitalista da terra e o direito ao uso pelos indígenas.

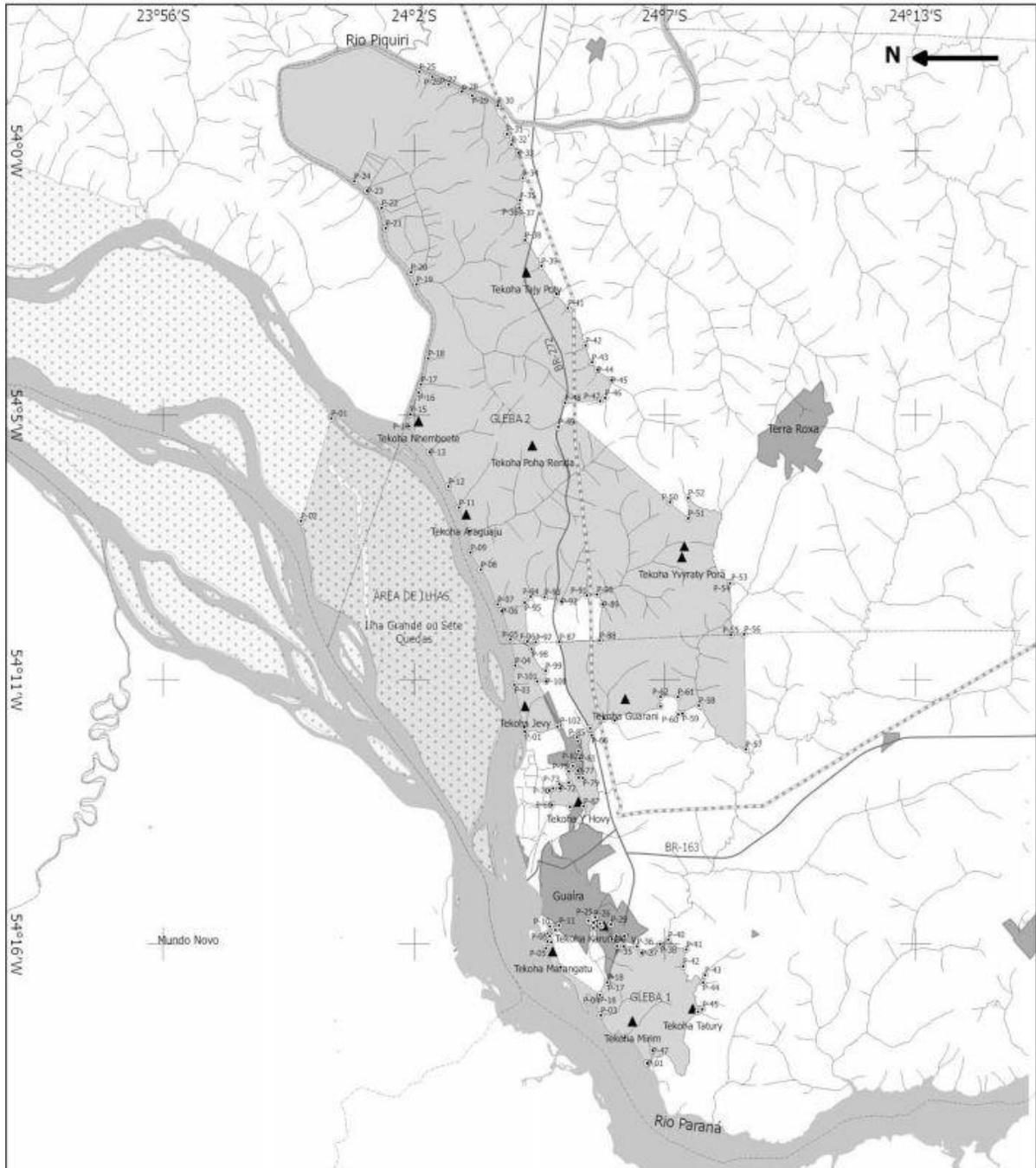
A luta dos Avá-Guarani pela terra é histórica, mas em Guaíra e Terra Roxa ela se tornou mais evidente a partir de 2000 quando muitas famílias que, no passado foram obrigadas a deixarem seus *tekohas*, retornaram e, com as demais famílias indígenas que permaneceram nos municípios em estudo, montaram acampamentos em luta pela retomada de suas terras ancestrais.

Diante da organização dos indígenas, as elites locais (empresários, comerciantes e proprietários fundiários), se articularam politicamente através de suas entidades de base para desqualificar a luta indígena para ter o apoio de boa parte da população, como também, dificultar e impedir o processo de delimitação e demarcação da Terra Indígena.

No dia 15 de outubro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena *Tekohá Guasu Guavirá*, que abrange os indígenas dos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Altônia,

contemplando os quatorze acampamentos de retomadas localizados nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. A área total é de 24.028 hectares, divididos em Gleba 1: 1.396 ha, Gleba 2: 17025 hectares e áreas de ilha: 5607. Na Terra Indígena *Tekoha Guasu Guavirá*, foram identificados 165 imóveis de ocupantes não indígenas, em sua maioria imóveis rurais, de pequenos, médios e grandes proprietários.

**Mapa 3:** Terra Indígena *Tekoha Guasu Guavirá*



LEGENDA	
⊛	Pontos Delimitadores (NN) - Terra Indígena
▲	Aldeias
■	Terra Indígena Delimitada
■	Perímetro Urbano
—	Hidrografia
—	Linha de Transmissão
—	Rodovias
□	Limite Municipal
□	Unidade de Conservação
□	Parque Nacional



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**  
**DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT**

<b>DENOMINAÇÃO:</b> TEKOKHA GUASU GUAVIRÁ(GUAÍRA)		<b>MAPA:</b> DELIMITAÇÃO	
<b>MUNICÍPIO:</b> GUAÍRA, TERRA ROXA E ALTÔNIA		<b>NUMEROS APROXIMADOS:</b> Cota 1 - 17000m Cota 2 - 17000 m Cota 3 - 17000 m	<b>PERÍMETRO APROXIMADO:</b> 1000 x 200m 1000 x 200m
<b>ESTADO:</b> PARANÁ	<b>GR:</b> GR GUARAPUAVÁ	<b>ESCALA:</b> 1:150.000	<b>DATA:</b> 15/08/2018
<b>RESP. TÈC. DEFINIÇÃO LIMITES:</b> Marina Vasconcelos Figueiredo		<b>RESP. TÈC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES:</b> Carvalho Sales de Faria	
<b>PROCESSO:</b> 006.09.000.333-2015-10			
<b>BASE CARTOGRAFICA:</b> SB-275-1-09-0002-1 (2006/2007)			
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Sistema de Coordenadas : Latitude e Longitude Geodésicas.			

Fonte: FUNAI, 2018.

A publicação do relatório causou muita repercussão na região. As elites locais se utilizaram da estratégia de alertar a população no sentido de evitar qualquer tipo de violência contra os indígenas, com objetivo de usar o fato da publicação do relatório e suas imprecisões, para alavancar a candidatura do então presidenciável Jair Bolsonaro, que possuía um discurso claramente anti-indígena, tendo já afirmado em campanha que, caso fosse eleito: “Não vai ter, um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.”<sup>18</sup>. Entretanto, após uma ação da FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná em novembro de 2018, o procedimento demarcatório foi temporariamente suspenso, sob a argumentação de que nem todos os proprietários “afetados” pela demarcação da Terra Indígena *Tekoha Guasu Guavirá* foram citados no relatório.

A partir do momento que os Avá-Guarani passam a se organizar e a lutar pela terra, cultura, religião, valores, dentre outros, passam também a ser vítimas de um forte movimento de difamação e falsa informação, orquestrado pelos setores ruralistas e seus apoiadores, criando um ambiente hostil à sua presença. Os segmentos dominantes locais, incitam o ódio, preconceito e ações contra os povos indígenas na região, por meio de eventos organizados na região e pelos meios de comunicação. A título de exemplo, as denúncias feitas pelos indígenas ao Ministério Público Federal, uma delas denunciam o site Portal Guaíra e a ONGDIP, por terem veiculado no dia 11 de novembro de 2014, notícias racistas e discriminatórias em relação a população indígena. O texto denunciado foi considerado pela Procuradoria da República no Município de Guaíra, como “encorajador de manifestações de ódio e preconceito, bem como perpetuador de preconceito e desinformação, que não atinge apenas adultos, mas também as crianças.” A procuradoria recomendou que retirasse as publicações e adotasse mais cautela nas futuras publicações.<sup>19</sup>

Estes segmentos afirmam que os indígenas são um entrave para o desenvolvimento da região, que são paraguaios que estão reivindicando terras no Brasil e, inclusive, chegaram afirmar que estariam reivindicando 100.000 hectares de terras ou que estariam envolvidos com entidades estrangeiras ou, ainda, atendendo os interesses de contrabandistas e

---

<sup>18</sup> Vídeo publicado por The Intercept Brasil em 05/04/2017, intitulado “Bolsonaro faz discurso de ódio no Clube Hebraica”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zSTdTjsio5g>, acessado em 10/04/2018.

Notícia publicada em 18/02/2018, intitulada “Em Dourados, Bolsonaro volt a atacar demarcação de terras indígenas”. <https://www.campograndenews.com.br/politica/em-dourados-bolsonaro-volta-a-atacar-demarcacao-de-terras-indigenas>, acessado em 10/04/2018.

Em notícia publicada em 13/11/2015, intitulada “Em Cuiabá, Bolsonaro se diz contra terra para índios e cotas para negros.” <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/em-cuiaba-bolsonaro-se-diz-contra-terra-para-indios-e-cota-para-negros.html>, acessado em 24/05/2016.

<sup>19</sup> Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Município de Guaíra, Inquérito Civil nº1.25.012.0003842014-2019.

narcotraficantes<sup>20</sup>, sendo uma ameaça para soberania nacional.

Diante disso tudo, foi criado um ambiente hostil para os Avá-Guarani que estão vivendo nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, em que o racismo e o preconceito que de algum modo sempre existiu, foi fomentado pelo movimento anti-indígena. Essa situação torna a vida dos Avá-Guarani ainda mais difícil, pois, nos acampamentos-*tekoha* encontram-se em condições desumanas, com a negação de seus direitos básicos como água potável, energia elétrica, educação, saúde e sem o direito ao território que se expressa pela demarcação de suas terras enquanto Terra Indígena. Os aldeamentos se encontram em pequenos fragmentos florestais, em áreas de reserva legal ou de proteção permanente, não oferecendo as condições necessárias para a sobrevivência da população. O espaço é restrito e insuficiente para o plantio de alimentos, para a caça, a pesca, coletas de sementes, dentre outros.

A organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos de retomada é um fator importante, pois diante da condição de vida precária, com poucos recursos materiais e simbólicos, desenvolvem um conjunto de estratégias e relações solidárias que garantem os meios necessários para sua reprodução física e cultural.

Como já foi visto, a luta indígena não ocorre da mesma forma em todos os lugares, ou seja, existe uma geografia das lutas indígenas no Brasil. No Oeste do Paraná, o conflito não é o mesmo de outras regiões, pois nos municípios de Guaíra e Terra Roxa observa-se o conflito direto dos indígenas com o agronegócio.

Nos municípios foco deste estudo, o conflito indígena se estabelece contra o agronegócio, mesmo pequeno, visto que é uma região de alta produtividade agrícola, onde a maioria dos produtores rurais pratica uma agricultura moderna e altamente mecanizada. O conflito se estabelece não apenas entre indígenas e grandes proprietários, mas também contra os pequenos e médios proprietários rurais.

As retomadas, de forma geral, se encontram em áreas pertencentes, hoje, a médios e grandes proprietários, entretanto, as pequenas propriedades também ocupam área dos indígenas, e que poderão ficar no interior dos limites da Terra Indígena a ser demarcada. Por isso, pequenas propriedades dos não indígenas, muitas vezes, acabam incidindo sobre as terras indígenas.

---

<sup>20</sup> Em notícia publicada em 03/03/2013, intitulada “ Indígenas – índios atuam sob interesses de ONGS e narcotraficantes”:<https://www.portalguaيرا.com/indigenas-indios-atuam-sob-interesses-de-ongs-e-narcotraficantes/>, acessado em 24/05/2016.

Assim, os pequenos proprietários também acabam entrando em conflito com os Avá-Guarani e temem perder suas terras numa possível demarcação. O temor muitas vezes é causado por um conjunto de desinformações sobre o processo de demarcação, veiculados nos meios de comunicação, nas redes sociais e telefone via aplicativo WhatsApp<sup>21</sup>. São as entidades de classe (setores ruralistas e as elites locais), tais como Sindicato Rural Patronal e a ONGDIP, que reproduzem um discurso de que os pequenos agricultores serão atingidos e perderão suas terras, contribuindo para estimular ódio e preconceito, visando colocar a população contra a luta dos Avá-Guarani.

Conforme Faria (2013) a lógica capitalista atualmente hegemônica age sobre os territórios indígenas através da expulsão e do “cercamento”. No entanto, a lógica indígena de ocupação resiste e se realiza no uso de suas terras baseado em sua cultura, que se revela como contestação em relação a lógica capitalista imposta. A relação entre “ter” e “usar”, na lógica capitalista ter é uma condição para usar. Ou seja, o uso se condicionou a relação de mercadoria, a relação de venda e compra.

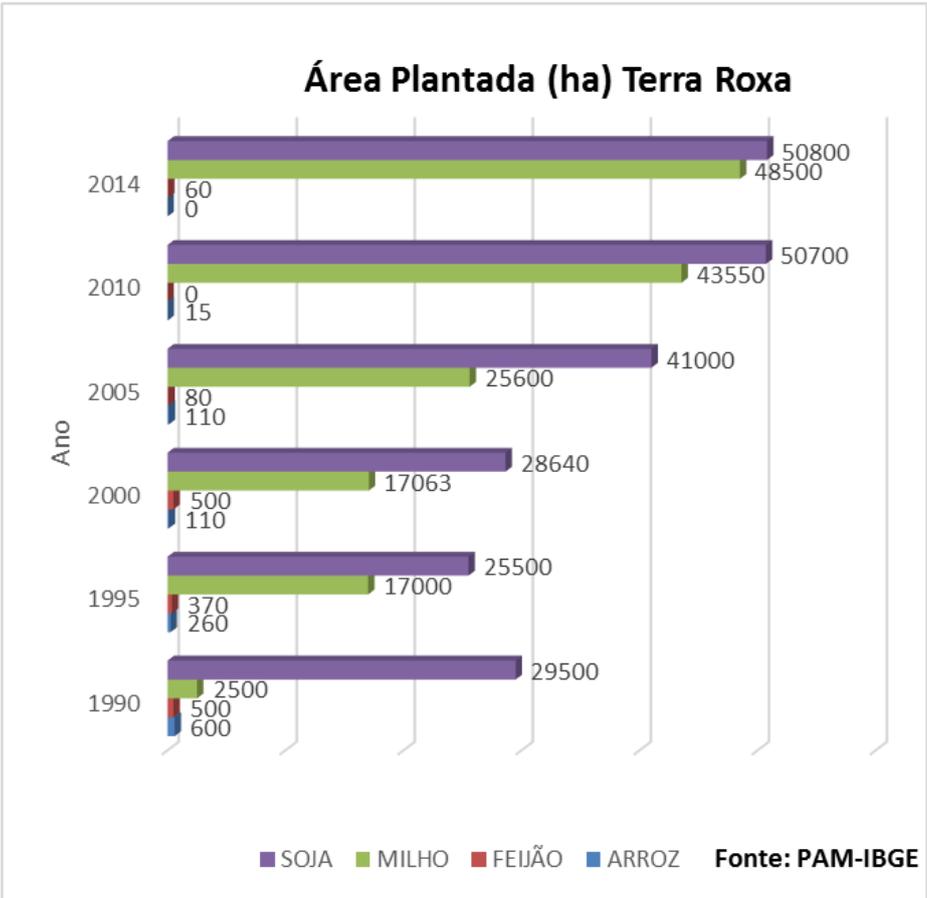
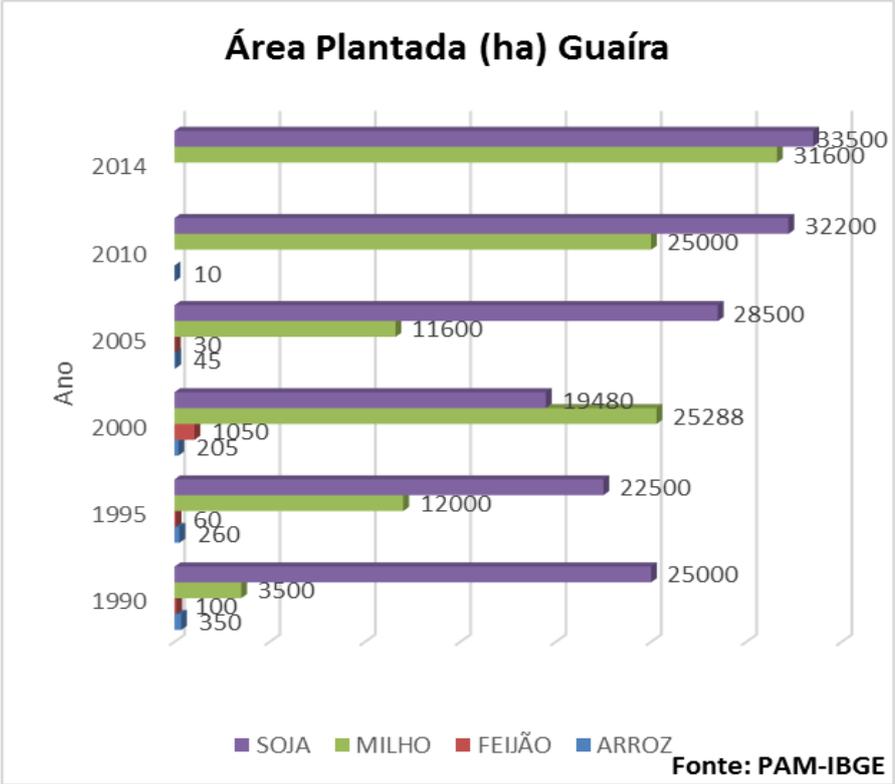
Os Avá-Guarani são vistos, pela maioria da população não indígena, como uma barreira para o progresso e o desenvolvimento da região, pois as áreas a serem retomadas estão sob o domínio do agronegócio, enquanto que, para os indígenas, a luta pelo uso de suas terras tem como objetivo a reprodução do seu modo de ser e viver, em conformidade com suas crenças e costumes, buscando preservar e recuperar o meio ambiente e não a utilização da terra apenas como meio de produção de mercadorias.

O movimento anti-indígena trata os indígenas de forma geral, como uma ameaça aos agricultores que são produtivos e “alimentam a nação”. Contudo, a expansão do agronegócio reduziu a produção de alimentos na região. Conforme o Censo do IBGE (2006), as lavouras temporárias ocupam a maior proporção das áreas cultivadas dos municípios em estudo. Em Guaíra, 72,46% dos estabelecimentos cultivam lavoura temporária, correspondendo a 88,49% da área cultivada do município. Em Terra Roxa 66,22% dos estabelecimentos praticam lavoura temporária, correspondendo a 69,69% da área.

Já os dados da Produção Agrícola Municipal – PAM-IBGE (1990-2014) abaixo, nos anos de 2010 e 2014, no município de Guaíra, não teve nenhum hectare de feijão plantado. Em ambos os municípios é expressivo a área cultivada por milho e soja, as principais *commodities* da região, como é possível verificar nos gráficos a seguir:

---

<sup>21</sup> Whatsapp é um aplicativo de mensagens gratuitos disponível para androids e outras plataformas. Através da conexão com a internet é possível enviar mensagens (fotos, vídeos, documentos e mensagens de voz).



Apesar desta não produção de alimentos, mas sim apenas de commodities, vemos que

muitos órgãos governamentais se colocam contra a luta indígena, certamente defendendo seus interesses e os do agronegócio. Faria (2013) destaca a atuação e posicionamento da Embrapa, por exemplo, que fez um relatório questionando os estudos feitos pela FUNAI sobre a demarcação de terras indígenas na região Oeste/PR. No relatório, que não se tornou público, mas seu conteúdo foi publicado nos principais meios de comunicação de massa, a Embrapa afirma que muitas áreas não são ocupadas por indígenas, mas por paraguaios e que algumas ocupações seriam recentes, que não havia índios nestas localidades antes.<sup>22</sup>

É importante observar que a Embrapa tem contratos e parcerias firmadas com empresas como a Monsanto, a Basf e outras multinacionais do agronegócio, inclusive desenvolvendo pesquisas de sementes de soja e milho transgênicos. Ressalta-se que o Oeste paranaense desponta como uma das regiões pioneiras no plantio de sementes geneticamente modificadas, representando 95% da área plantada na região. (FARIA, 2013)

O movimento anti-indígena na região em estudo é orquestrado por entidades de classe que defendem o agronegócio, como Sindicato Rural de Guaíra e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP), dentre outras, e conta com a participação de figuras públicas, políticos tais como prefeitos, vereadores, deputados da região. Além dos discursos de ódio contribuir para hostilização da presença indígena, também causam um sentimento de medo na população rural e urbana. Como exemplo, a falsa informação de que os indígenas com apoio da FUNAI estariam reivindicando 100 mil hectares de terras e que essas ocupariam 10% das áreas agricultáveis.<sup>23</sup> Enquanto não havia uma informação oficial sobre a possível área a ser demarcada, várias falácias eram divulgadas em relação a demarcação da Terra Indígena dos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Como o processo de ocupação no Oeste do Paraná desconsiderou a presença indígena

---

<sup>22</sup> Notícia divulgada 08/06/2013, pela Gazeta do Povo, intitulada “Embrapa questiona demarcação de áreas indígenas no Paraná”, disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/embrapa-questiona-demarcacao-de-areas-indigenas-no-parana-ek7r6durfcyvtfe6lroq8mhqm>

<sup>23</sup> Notícias publicadas:

Em 08/06/2013 pelo G1 PR, com informações do Jornal Naciona, intitulada “Embrapa diz que terras pedidas pela FUNAI não são ocupadas por índios”, disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/06/embrapa-diz-que-terras-pedidas-pela-funai-nao-sao-ocupadas-por-indios.html>

Em 21/01/2013 pelo G1 PR, com informações da RPC TV, intitulada “Índios reivindicam demarcação de território em área ocupada no Paraná”, disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/01/indios-reivindicam-demarcacao-de-territorio-em-area-ocupada-no-parana.html>

Em 12/06/2013 pelo Jornal do Oeste, intitulada “Produtores da região participam de protesto contra invasões indígenas”, disponível em: <https://www.jornaldoeste.com.br/noticia/produtores-da-regiao-participam-de-protesto-contrainvasoes-indigenas>

Em 22/01/2013 pelo Portal Guaíra, com título “Índigenas – Índios reivindicam demarcação de território em área ocupada no Paraná: <https://www.portalguaira.com/indigenas-indios-reivindicam-demarcacao-de-territorio-em-area-ocupada-no-parana/>

na região, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, os lotes rurais foram delimitados sobre o território indígena e, posteriormente, vendidos, sem que nenhuma área de terra fosse demarcada para os indígenas.

Esse problema foi criado pelo Estado, que não considerou os direitos indígenas às suas terras no processo de colonização, colocando em conflito até os camponeses proprietários de terras contrários à luta dos Avá-Guarani. Mesmo que camponeses e grandes proprietários sejam de classes distintas, estão juntos na luta contra a demarcação da Terra Indígena *Tekoha Guasu Guavirá*. Os grandes proprietários são contrários a luta dos Avá-Guarani porque a terra como propriedade privada capitalista é meio de enriquecimento. Já os camponeses motivados pelo medo de tornarem-se “sem terra”, pois dependem da terra para a sua sobrevivência.

Apesar de a Constituição do Brasil, de 1988, ter reconhecido aos povos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, assegurando também o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, verifica-se que a intensificação do conflito por terra na região não tem feito valer o direito dos indígenas sobre a terra. O direito continua sendo desrespeitado.

A Constituição Federal reconhece que os indígenas são os primeiros povos a terem o direito à terra no Brasil, mas, na prática, a garantia desse direito não acontece, acarretando a ascensão da luta indígena no país, resultando em uma série de conflitos entre indígenas e ruralistas, políticos, empresários e proprietários.

Os setores ruralistas, muito bem articulados politicamente, exigem medidas a serem tomadas por parte do Estado, para garantir o poder e a manutenção das relações capitalistas no campo, mantendo e reproduzindo as características históricas do campo brasileiro como a concentração fundiária, a superexploração do trabalho, a exclusão social e a violência.

A terra é concebida pelos ruralistas, pelo agronegócio, apenas como um bem material, uma mercadoria que pode ser negociada, comprada e vendida. Na produção capitalista, a terra tem um valor de mercado, que pode trazer lucratividade, seja através da exploração dos recursos naturais, para a produção agrícola ou simplesmente pelo valor especulativo. Conforme Fabrini e Roos (2014) a acumulação capitalista não está pautada necessariamente nas relações mercadológicas, mas também na renda da terra:

A acumulação capitalista não está pautada necessariamente nas relações mercadológicas (produção de mercadorias), mas na exploração de mais-valia social (renda da terra). É possível verificar uma acumulação capitalista a partir de uma renda patrimonialista resultante da propriedade da terra, o que faz surgir a classe de proprietários fundiários e não só capitalista no campo. (FABRINI; ROOS, 2014, p. 23).

Pela legislação vigente, os indígenas têm o direito apenas ao usufruto, ou seja, a terra não pode ser negociada ou comercializada. É neste sentido, que a luta indígena é uma negação a propriedade capitalista da terra, aos ditames do agronegócio, pois a forma como a terra é concebida pelos indígenas envolve sua forma de viver, sua espiritualidade e seus costumes. A terra é o espaço compartilhado, de comunhão, de cada grupo étnico reproduzir sua forma de viver buscando respeitar o tempo, a dinâmica da natureza. Os indígenas não compreendem a terra enquanto mercadoria, como ocorre na sociedade capitalista.

### 2.3 O Processo de Retomada da Terra dos Avá-Guarani em Guaíra e Terra Roxa

Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, existem 14 acampamentos de retomadas, que se constituem em 14 acampamentos-*tekoha*. São elas: *tekoha Yvyraty Porã*, *tekoha Yvy Porã*, *tekoha Nhemboeté*, *tekoha Poha Renda*, *tekoha Araguaçu* e *tekoha Tajy Poty*, localizadas no município de Terra Roxa e *tekoha Porã*, *tekoha Marangatu*, *tekoha Karumbe'y*, *tekoha Taturi*, *tekoha Mirin*, *tekoha Jevy*, *tekoha Y'hovy*, *tekohá Guarani* localizadas no município de Guaíra.

**Tabela 2:** Acampamentos-*tekoha* dos Avá-Guarani em Guaíra e Terra Roxa

Acampamento	Data da retomada	Famílias	Nº de pessoas	Área (ha)	Município
<i>Tekoha Araguaçu</i>	2005	48	163	30	Terra Roxa
<i>Tekohá Yvyraty Porã</i>	2011	27	150	43	Terra Roxa
<i>Tekoha Yvy Porã</i>	2011	17	61	12	Terra Roxa
<i>Tekohá Nhemboeté</i>	2009	4	21	5	Terra Roxa
<i>Tekoha Poha Renda</i>	2012	20	71	17	Terra Roxa
<i>Tekoha Tajy Poty</i>	2012	8	21	24	Terra Roxa
<i>Tekoha Karumbe'y</i>	-	21	62	1,5	Guaíra
<i>Tekoha Porã</i>	2000	45	116	10	Guaíra
<i>Tekoha Marangatu</i>	2004	87	258	44	Guaíra
<i>Tekoha Jevy</i>	2006	94	245	30	Guaíra
<i>Tekoha Y'hovy</i>	2009	54	167	30	Guaíra
<i>Tekoha Taturi</i>	2010	25	85	28	Guaíra
<i>Tekoha Mirin</i>	2011	27	105	10	Guaíra
<i>Tekohá Guarani</i>	2012	22	75	12	Guaíra

Fonte: FUNAI, 2017.

Conforme já mencionado ao longo da pesquisa, os acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa são formados por famílias Avá-Guarani que estão retornando às suas terras de onde foram expulsas no passado, e, também as famílias que não migraram e permaneceram na região.

Conforme Pereira (2005) a *tekoha* implica a reunião e cooperação entre várias parentelas, aliadas ou aparentadas, que se constitui como uma unidade política e religiosa. Nela acontecem, situações de conflitos e disputas internas, que podem levar um indivíduo, ou um grupo, a se deslocar para outros lugares, formando até mesmo uma nova *tekoha*. Pode ocorrer também o deslocamento de um indivíduo ou uma família inteira entre os *tekoha*.

Para o processo de retomada é necessário recompor comunidades. Por isso é importante o papel desempenhado pelas lideranças, para mobilizar e aglutinar famílias, parentes e aliados que, muitas vezes, se encontram dispersos por várias localidades, com o objetivo de viabilizar a retomada da área a ser reconhecida como terra indígena.

Nesse sentido, as retomadas ocorreram através da organização e aglutinação de famílias e indivíduos provenientes de outras regiões, que somaram forças com os indígenas que aqui permaneceram, se reorganizando e reunindo condições para enfrentar a demanda territorial.

A maioria das retomadas de Guaíra e Terra Roxa ocorreram entre os anos de 2005 e 2012. O *tekoha Karumbe'y* é o acampamento mais antigo dos Avá-Guarani na região. Sua existência antecede a própria emancipação do município de Guaíra, em 1951. Por estar localizado na área urbana, a cidade cresceu em torno do *tapy'i*<sup>24</sup>, que, aos poucos, foi perdendo espaço, encontrando-se hoje espremida em uma área de fundo de vale, entre o córrego Karumbe'y e moradias (não indígenas) de ocupação irregular, com 21 famílias indígenas vivendo num espaço inferior a dois hectares.

No ano 2000, os Avá-Guarani retomam outra área, surgindo o *tekohá Porã*, cujas famílias eram oriundas principalmente da *tekoha Karumbe'y*. Em 2004, algumas famílias retomaram uma área próxima ao quartel de Guaíra, onde se localiza hoje a *tekoha Marangatu*. Conforme Packer (2013) o quartel de Guaíra foi instalado em cima de um *tapy'i* na década de 1940, expulsando os Avá-Guarani que ali viviam. Outra parte da área onde viviam foi inundada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu e parte incorporada a sua Área de Proteção Ambiental. A Itaipu chegou a entrar com um mandado de reintegração de posse, negado em

---

<sup>24</sup> Conforme Ismael Martins, o *tapy'i* refere-se aos locais em que as famílias Guarani estabeleciam seus assentamentos, conhecida pelo não índio como aldeia. A localização seguia critérios de ordem ecológica e também redes de parentesco.

2007, pelo Juiz Federal de Umuarama-PR, Luiz Carlos Canalli, que julgou improcedente o pedido, por serem terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

Os Avá-Guarani que estão no *tekoha Mirin*, também foram esbulhados de seus territórios a partir da década 1940. Parte do território foi inundado com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1980. Posteriormente, uma parte do seu território foi incorporado a Área de Proteção Ambiental da Itaipu. Montaram o primeiro acampamento à beira do rio Apepu, chamado de *tekoha Apepu*. A Itaipu, porém, entrou com mandado de reintegração de posse em 2007, e, neste mesmo ano, essas famílias foram removidas para reserva de Marrecas, situada nos municípios de Turvo e Guarapuava, região central do Paraná. Não se sujeitando às condições de vida dentro da reserva, retornaram para o município de Guaíra. Em 2011, montaram acampamento nas proximidades do Rio Paraná, numa Área de Preservação de Itaipu, denominado por eles de *tekoha Mirin*.

A retomada do *tekoha Araguaju* ocorreu em 2005, por oito famílias que retornaram do Mato Grosso do Sul. Essas famílias viviam na cidade de Terra Roxa e foram forçadas a se deslocar para o Mato Grosso do Sul para fazerem seus documentos pessoais. Contudo, foram obrigados a ali permanecer de cinco a oito anos. Conforme aponta a Marciliano Lopes Cardoso (liderança indígena), no passado, a área que estão ocupando era uma aldeia, sendo que ali existe um cemitério indígena. Conforme Marciliano, houve pressão por parte do “proprietário” fazendeiro para se retirarem da área, inclusive com apoio da polícia militar e, também, um processo de reintegração de posse.

O processo de retomada do *tekoha Jevy* se iniciou com três famílias provenientes de outros *tekohas* do município de Guaíra. Parte da área que estão ocupando é de propriedade do município de Guaíra e, outra parte, é da empresa Mate Laranjeira. Com processo de retomada, os indígenas sofreram 4 ações de reintegração de posse. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, encontrou materiais arqueológicos que comprovam que a área era ocupada por indígenas no passado, o que soma de forma favorável para os estudos demarcatórios.

As seis famílias que protagonizaram o processo de retomada do *tekoha Nhemboete* retornaram do Mato Grosso do Sul, pois num passado não muito distante foram forçados de forma violenta a deixarem a região. A partir de 2009, passaram a ocupar uma pequena área

nas proximidades do Rio Paraná e ao lado esquerdo do Rio Piquiri, onde no passado existia Cidade Real<sup>25</sup>.

O processo de retomada do *tekoha Guarani* se deu inicialmente com 14 famílias, provenientes da região da antiga Cidade Real, do *tekoha Araguaçu* e do *tekoha Porã Renda* em Terra Roxa. Estão ocupando uma área de Preservação Permanente (elemento importante na hora da escolha do local da retomada) e duas propriedades rurais no município de Guaíra. O processo de retomada ocorreu em 2012 e, até o momento, sofreram três ações de reintegração de posse por parte dos proprietários rurais.

A retomada do *tekoha Renda* ocorreu em 2012, com 9 famílias provenientes dos *tekohas Nhemboete* e *tekoha Y'hovy*. A área ocupada é propriedade do grupo I. Riedi, empresa de comercialização agrícola. Houve uma ação de reintegração de posse contra os indígenas e uma audiência, oportunidade em que o juiz determinou que os Avá-Guarani podiam permanecer ocupando a área por não ser produtiva.

A retomada do *tekoha Taturi* se deu em 2010, com 18 famílias provenientes de outros acampamentos-*tekohas* de Guaíra. No passado a área ocupada era habitada por indígenas, segundo a liderança José Carlos. Há também, nesta localidade, um antigo cemitério indígena. A área ocupada consta como propriedade de uma empresa mineradora. Seu proprietário entrou com uma ação de reintegração de posse contra os indígenas. Segundo a liderança indígena, houve várias tentativas de intimidação, através de ameaças e tiros, executados durante a noite.

Os *tekoha Yvy Porã* e *Yvyraty Porã* se formaram a partir da articulação de seis famílias provenientes de Guaíra e do Mato Grosso do Sul, que ocuparam uma área em 2011, no município de Terra Roxa. Segundo as lideranças, na região onde os *tekohas* se localizam havia uma antiga aldeia muito conhecida pela variedade de remédios (ervas medicinais), que os Avá-Guarani encontravam na mata. Atualmente o fragmento florestal existente oferece aos Guarani parques recursos, em especial alguns alimentos, ervas medicinais e matérias-primas. A área onde estão é parte de uma fazenda e cada *tekoha* sofreu uma ação de reintegração de posse.

O *tekoha Tajy Poty* se formou a partir da retomada em 2012, por sete famílias que saíram do *tekoha Y'hovy*, *tekoha Porã* e do *tekoha Mirin* e montaram acampamento em uma

---

<sup>25</sup> Cidade Real foi a mais importante povoação colonial administrada por representantes da Coroa Espanhola no Oeste do Paraná. Esta área pertencia ao município de Guaíra antes da emancipação de Terra Roxa em 1961. (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008)

área rural localizada em Terra Roxa. Contra a retomada existe um processo de reintegração de posse.

A retomada do *tekoha Y'hovy* ocorreu em 2011 e as famílias que lá vivem retornaram de várias localidades, como dos municípios de Santa Helena, Diamante d' Oeste e Guarapuava, no estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul e do Paraguai. A área que estão ocupando atinge três propriedades. O *tekoha* sofreu quatro processos de reintegração de posse.

A luta dos Avá-Guarani pelo uso da terra resulta no conflito fundiário na região entre indígenas e proprietários de terras ou entre indígenas e a Itaipu. Há assim, uma nova tentativa de expulsão dos indígenas de suas terras, que podemos observar através dos mandados de reintegração de posse. Dos 14 acampamentos de retomadas, 12 sofreram ações de reintegração de posse, conforme a tabela (05) abaixo:

**Tabela 3** -Ações de Reintegração de Posse

<b>Acampamento</b>	<b>Processos</b>
Tekoha Guarani	3 Processos
Tekoha Jevy	4 Processos
Tekoha Marangatu	4 Processos
Tekoha Porã	1 Processo
Tekoha Taturi	1 Processo
Tekoha Mirin	3 Processos
Tekoha Ivyraty Porã	1 Processo
Tekoha Araguaçu	1 Processo
Tekoha Pohã Renda	1 Processo
Tekoha Tajy Poty	1 Processo
Tekoha Yvy Porã	1 Processo
Tekoha Y'hovy	4 Processos
Tekoha Nhemboete	Não
Tekoha Karumbe'y	Não

**Fonte:** FUNAI – CTL -Guaíra/PR

O conflito pela terra acaba gerando os processos de reintegração de posse, feitos judiciais que servem como fonte de pressão contra as comunidades. A situação jurídica dessas

terras é de propriedade privada, com registro imobiliário em nome de pessoas físicas ou jurídicas. Atualmente, nove acampamentos estão com processos de reintegração de posse que afligem os indígenas da região. O *tekoha Mirin* é a única área em que a posse da terra encontra-se regularizada, em que duas propriedades foram compradas pela Itaipu e concedida aos Avá-Guarani. Nos demais acampamentos, os Avá-Guarani têm a posse de suas terras ameaçadas.

Os Avá-Guarani procuram viver próximos aos fragmentos florestais que ainda restaram do processo de ocupação do não índio, fazendo uso dos recursos naturais disponíveis, realizando um manejo de um modo que contribui para o enriquecimento da diversidade das espécies. A escolha da área também se dá pela história oral/falada pelos mais velhos, onde no passado viveram seus familiares, na maioria das vezes tendo como referência os cemitérios onde seus ancestrais foram enterrados. Conforme Terésio Ortega:

[...]Nosso parente passou por aqui e também faleceu por aqui. E avô, bisavô passou para o neto dele que tem um cemitério aqui. [...]Aqui tem nosso tio e avô, ficou como historiador. Ele contou pra gente que essa área ele mesmo trabalhava aqui, antigamente quando entrava Mate Laranjeira né. Então começou a ficar por aqui. Na verdade esse lugar não era pra gente, mas como a gente não tem espaço. Então ele falou pra gente vir aqui, essa terra boa para plantar, pra sobreviver pelo menos até metade do ano. [...]Então na Cidade Real já não tem assim remédio e nem para sustentar família. E nós procuramos aqui. Aqui tem mato, bastante remédio, tem também pra alimentar nossa família, peixe e bicho. Agora nós consegue pouco, porque tem que deixar né. (Terésio Ortega – *tekoha Guarani*. Entrevista realizada em abril 2017)

Conforme Terésio, a nomeação de cada *tekoha* tem relação intrínseca com as características naturais do espaço geográfico por eles ocupados. Segue alguns exemplos das nomeações dadas aos acampamentos de Terra Roxa e Guaíra: *tekoha Yvyraty Porã*, significa arvoredo bonito. Segundo Raul Medina, liderança do *tekoha*, a área ocupada por eles ainda oferece uma boa variedade de plantas medicinais e, no passado, “era uma floresta muito bonita”.<sup>26</sup>

O *tekoha Taturi* recebe o nome do rio que passa próximo ao acampamento de retomada. O rio faz referência a um prato da culinária Guarani, caldo de tatu-galinha.

O *tekoha Y'hovy* significa rio azul, segundo a vice-liderança Paulina Martines<sup>27</sup>: “quando retomamos aqui, a gente chegou perto do rio e no nosso imaginário e no imaginário das crianças, esse rio era tão limpo que chegava ser azul”. Era única fonte de água disponível para o grupo no momento da retomada.

---

<sup>26</sup> Entrevista realizada em abril de 2017.

<sup>27</sup> Entrevista realizada em abril de 2017.

A *tekoha Renda* faz referência ao nome do rio e a mata de onde coletam plantas para fins medicinais. A história, contada pelos Avá-Guarani sobre esta *tekoha*, aborda a fuga de seus ancestrais da perseguição do *jurua*<sup>28</sup>, e que, no passado ao chegarem a este local, a mata densa, encontraram remédio para lombriga, causada, no entendimento dos Avá-Guarani, pela fumaça de arma de fogo.

A nomeação *tekoha Karumbe'y* corresponde ao nome do curso d'água que circunda a área ocupada, em tempos passados se encontrava um número grande de uma espécie de cágados, denominados pelos Avá-Guarani de *karumbe'y*.

Para os Avá-Guarani, os elementos da natureza presentes no espaço, compõem significados para o lugar, a partir da relação homem-natureza, sobretudo os cursos de água natural. Antes da chegada do *jurua* não havia necessidade de nomear os espaços ocupados pelos Avá-Guarani, com a chegada do não indígena que os lugares por eles vividos passam a ser definidos. Conforme o *xeramoy* Claudio Barros, de 99 anos, do *Tekoha Porã*:

Nesse tempo se chamava *tapy'i* (...) não punha nenhum nome separado, só *tapy'i*. *Tapy'i*... índio estava lá. Só nome que mudou [hoje] né?!, *Tekoha Porã*, *Tekoha Marangatu* [nomes das aldeias Guarani em Guaíra –PR]. Daí vai para outro lugar, para onde você vai? Vou lá no *tapy'i*. Não é assim agora, agora chama *Tekoha Porã*, né?! (OLIVEIRA, 2013, p.9)

Assim, verifica-se que o processo histórico de expulsão dos Avá-Guarani de suas terras no Oeste do Paraná, também está associado a um modelo de desenvolvimento que levou ao desmatamento e a “limpeza” das terras, a implementação das atividades agropecuárias, determinando um tipo de uso do território.

Segundo Mota (2011), ao estudar os Guarani e Kaiowá, no contexto do Mato Grosso do Sul, aponta que os laços simbólicos com o território estão relacionados à sua geografia, com uma diversidade de espacialidades que possibilitam a reprodução de diversos modos de viver. O território possibilita a criação de identidade, da identificação do grupo com os lugares-territórios vividos, no sentido de que esta identidade torna-se cultural, ao mesmo tempo em que é, inseparavelmente, uma identidade territorial.

A situação que os Avá-Guarani encontraram, ao retomarem às suas terras é de uma área em que a natureza deu lugar à monocultura do agronegócio, enfrentando assim muitas dificuldades para a garantia da reprodução física e cultural no território retomado.

O território do indígena e o território do agronegócio produzem relações sociais distintas. O território do agronegócio é caracterizado pela produção em larga escala,

---

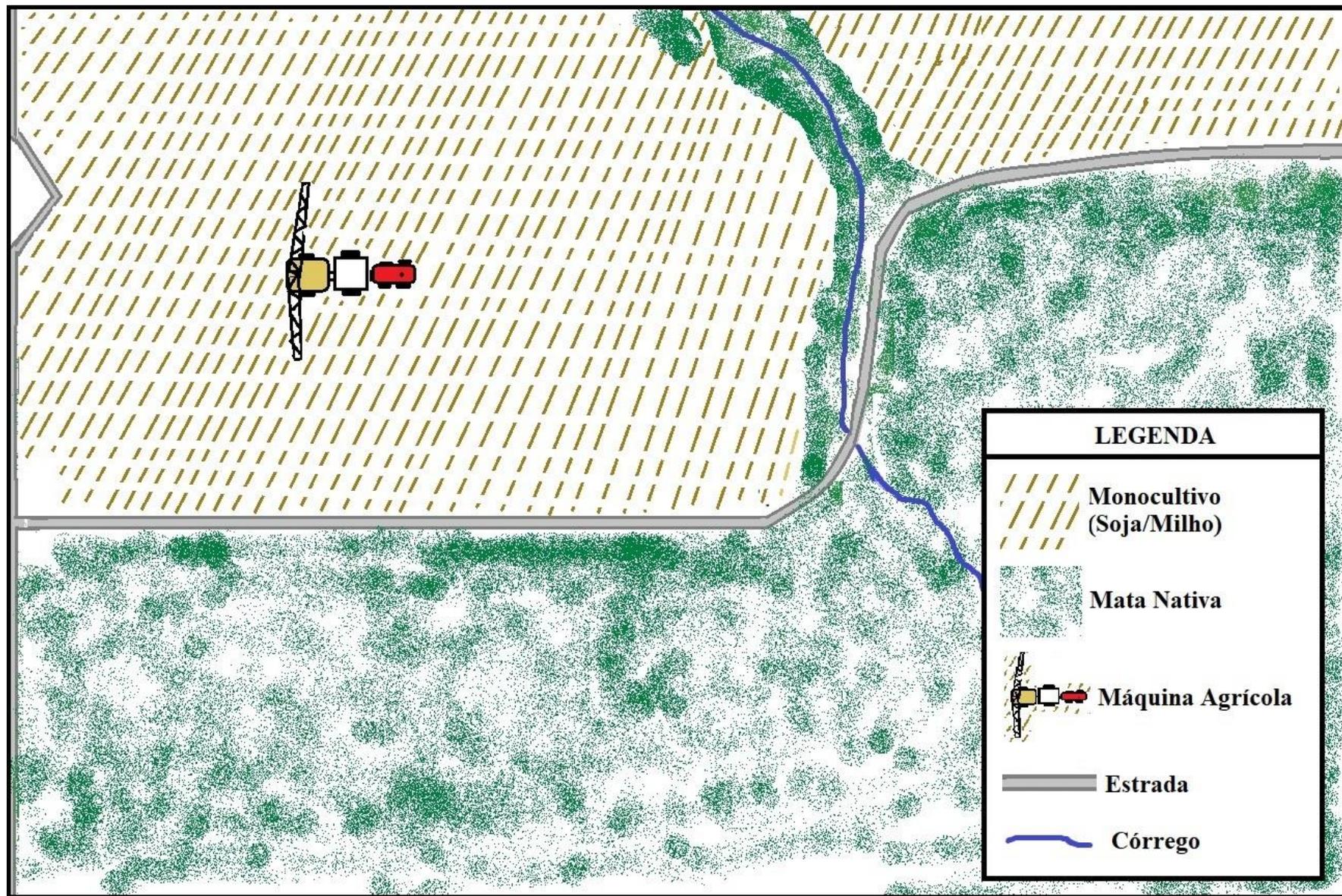
<sup>28</sup> Não índio.

homogeneidade da paisagem, desertificação populacional e produção voltada para o mercado externo. O agronegócio pode também monopolizar o território camponês, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities*, que se utilizam dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008)

A figura (1) abaixo é o croqui da área onde atualmente localiza-se o *tekoha Y'hovy* anterior o processo de retomada pelos Avá-Guarani. O *tekoha Y'hovy* abrange uma Área de Preservação Permanente e uma propriedade rural ao lado, separada por uma estrada. Anteriormente a retomada das famílias indígenas, a propriedade rural era destinada a produção de grãos, especialmente a entressafra da produção da soja e milho. O proprietário não residia na área, que era destinada exclusivamente ao agronegócio.

No croqui há também a representação de uma máquina agrícola (um trator e uma máquina pulverizadora) retrata uma agricultura mecanizada, que dispensa grande número da força de trabalho na agricultura. E a máquina pulverizadora, que representa a contaminação a água, o ar e o solo com a pulverização do veneno. O veneno empobrece o solo matando seus microrganismos, mata também outras formas de vida animal e vegetal, que são essenciais para o sistema natural.

**Figura 1:** Croqui da área do *tekoha Y'hovy* antes da retomada pelos Avá-Guarani



Fonte: Trabalho de campo, abril de 2017.

Os Avá-Guarani que vivem em acampamentos-*tekoha* cercados pelo agronegócio denunciam os problemas que enfrentam devido ao intenso uso de agrotóxicos pelos agricultores. O agrotóxico é muitas vezes levado pelo vento ou contaminam os cursos d'água, prejudicando a saúde dos indígenas. E igualmente, prejudicam a produção dos roçados. Conforme denunciado por Terésio Ortega<sup>29</sup>: “Cada um plantou um pouco de milho aí na divisa. Mas aí o fazendeiro passou veneno na lavoura dele e matou nosso milho. O que não matou, não ficou bom. Quase não produz nada”.

Fernandes (2015) aponta que diferentes relações e classes sociais<sup>30</sup> produzem diferentes territórios e espaços que se reproduzem em permanente conflitualidade. Essas conflitualidades, produzidas pelos diferentes modelos de produção, que causam impactos territoriais e acabam criando formas de resistências.

Na foto (1) abaixo, onde é retratada uma área localizada no município de Terra Roxa, é possível observar do lado direito, o território do agronegócio, com uma paisagem homogênea, caracterizada pelo monocultivo da soja, e, do lado esquerdo o acampamento Avá-Guarani *tekoha Yvyraty Porã*, que apresenta uma paisagem heterogênea, caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste espaço que constroem sua existência. É possível observar na paisagem a existência de várias moradias, espaço mais arborizado e policultivos, que passam a caracterizar o espaço onde, anteriormente, predominava pastagem.

**Foto 1:** *Tekoha Yvyraty Porã*

---

<sup>29</sup> Entrevista realizada em abril de 2017.

<sup>30</sup> As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. (FERNANDES,2015,p.207)



**Fonte:** FARHERR, 2017.

Paulina Martines, vice-liderança da *tekoha Y'hovy*, se refere às transformações na paisagem ao retomarem uma área que, antes, era território do agronegócio. A situação descrita por ela, abaixo, é uma realidade enfrentada pela maioria dos acampamentos de retomada, pois estão cercados pelos cultivos destinados ao agronegócio. Conforme seu depoimento abaixo:

Os mais velhos ficaram contentes com a visão do local. Antes era abandonado, soja dos dois lados. Na época era só barraco de lona do lado da mata, aí vinha o proprietário e passava veneno. O veneno contaminava o ar e a maioria ficou com diarreia. Aí a gente ocupou o outro lado também para evitar o veneno. Uma forma de protesto que deixou os proprietários nervosos. Hoje percebe a diferença, percebe as mudas de árvores frutíferas, medicinais. A gente consegue respirar bem melhor e quando fica doente a gente consegue tirar remédio do espaço onde tinha soja. (Paulina Martines – Entrevista realizada em abril de 2017)

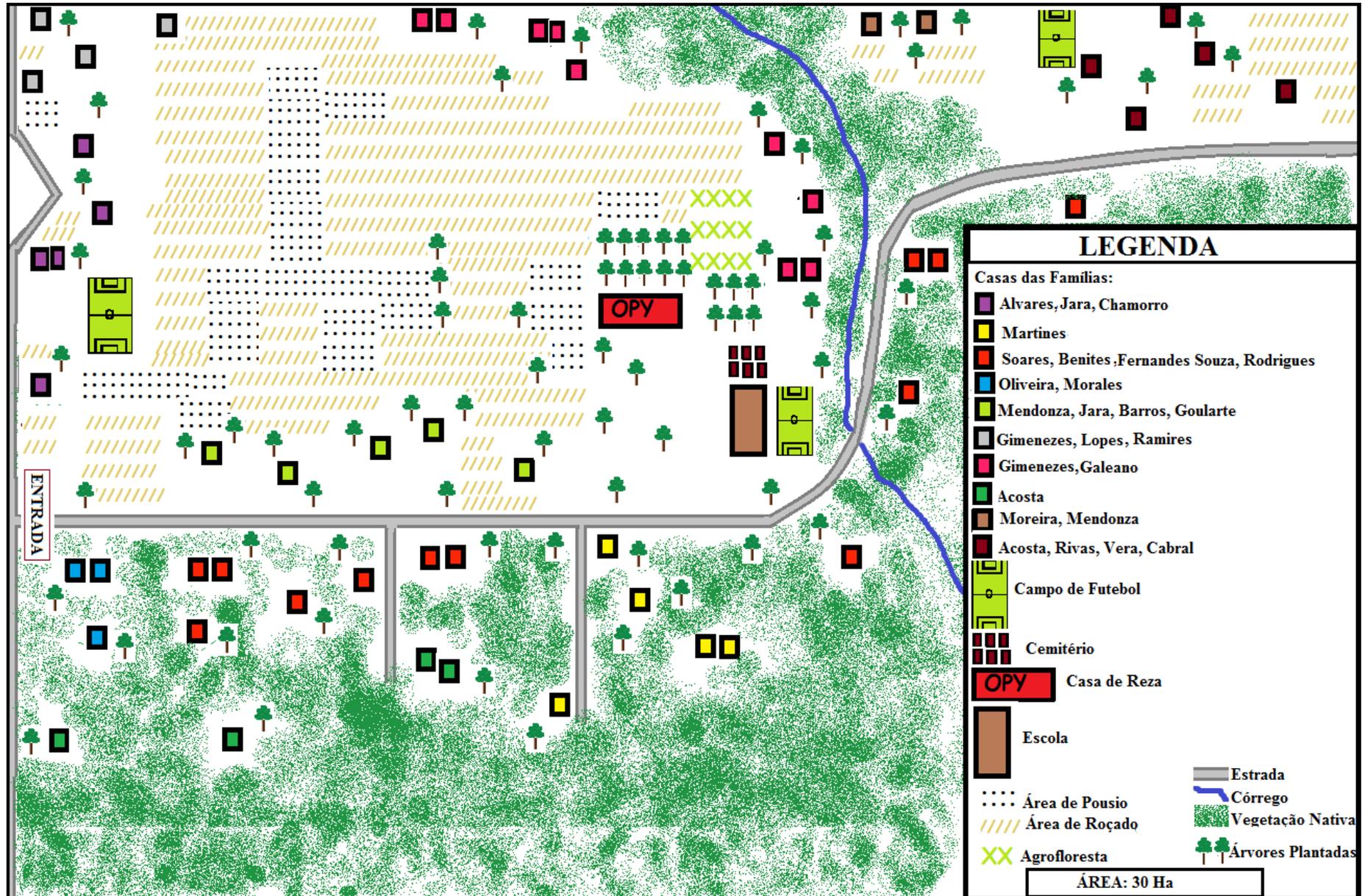
O início do processo de retomada dos Avá-Guarani da *tekoha Y'hovy* se deu numa faixa estreita da Área de Preservação Permanente, paralela à estrada e tendo do outro lado, uma pequena propriedade rural. Conforme Paulina Martines, a ocupação da área de produção de soja se deu mais para evitar a pulverização do veneno e a contaminação daqueles que estavam vivendo no acampamento.

Quando os indígenas retomam suas terras, procuram viver o mais próximo possível de sua cultura e costumes nos acampamentos de retomada. A expulsão dos indígenas de suas terras resultou em perdas territoriais, ou seja, perda de costumes, saberes e de organização produtiva coletiva. Observa-se que por essas perdas e por não estarem isolados da sociedade capitalista, os indígenas acabam reproduzindo os

costumes e vícios da sociedade não indígena, organizada a partir do modo de produção capitalista.

A partir da organização social dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*, é possível observar que o modelo de organização produtiva não capitalista dos indígenas conforme o “croqui do *tekoha Y’hovy*” (figura 2, abaixo) é diferente do agronegócio, essencialmente, capitalista. São visíveis os diferentes elementos na paisagem que compõem a organização produtiva dos indígenas e que garantem a sua reprodução física e espiritual, tais como as áreas de roçado, escola, casa de reza, cemitério, disposição das moradias, campos de futebol, dentre outros. Conforme observa-se na figura (2) abaixo:

Figura 2: Croqui tekoha Y'hovy



Fonte: MASUZAKI, I. Teresa; SOUZA, B.C. Alexander; SOARES, Ilson. (Orgs.) Trabalho de campo. Abril de 2017.

Observa-se que no croqui do *tekoha y'hovy* (figura 2, acima), que a disposição das casas não acontece de forma aleatória. O grupo que reúne parentes próximos costuma construir suas moradias próximas umas das outras. Pereira (2004) ao estudar a organização social dos Kaiowá, trabalha com o termo “fogo doméstico” (traduzido da língua guarani), para entender como as famílias nucleares vivem organizadas em parentelas. O termo “fogo doméstico” remete à lareira, representa a força atrativa do calor do fogo que aquece e protege as pessoas em convivência íntima e afetiva.

Um núcleo familiar costuma reunir um homem, a esposa, seus filhos e filhas solteiros. Mas podem existir muitas variações, como agregar a este núcleo um parente do esposo ou da esposa, alguém solteiro, órfão ou filho de casais separados. Netos, sobrinhos residirem com casais mais velhos. Casais virem morar com ou próximo aos sogros. As disposições das casas também ocorrem por conta dos laços de amizade e afinidade política. O acampamento-*tekoha* é o lugar onde as famílias podem viver próximas umas das outras. Conforme pondera Ismael do *tekoha Karumbe'y*<sup>31</sup>: “O Guarani gosta de viver perto um do outro. O filho quando casa não vai morar longe do pai. O filho fica morando perto do pai. Assim o jeito Guarani mesmo. Por isso nós precisa de terra. A família cresce, onde vai mora?”

A disposição próxima das casas permite relação intensa entre os indivíduos, com alto grau de solidariedade, com troca de bens e serviços. Certamente que essa relação de solidariedade tende a ser mais difusa entre os parentes mais distantes e na comunidade.

Na maioria dos acampamentos de retomada, uma porção do espaço é destinada para as roças individuais, os principais cultivos são de feijão, mandioca e milho. Geralmente, as roças localizam-se em área que a terra já tenha sido limpa pelo agronegócio. Os Avá-Guarani raramente abrem clareira para fazer seus roçados, uma forma de manter o que restou dos recursos naturais.

Na escola, um elemento da cultura não indígena, mas que os Avá-Guarani resignificaram, pois a escola se tornou um espaço importante onde as acontecem aulas voltadas para as crianças, da língua, escrita e a cultura Avá-Guarani. A escola é também um espaço de convívio, local onde recebem muitos visitantes não indígenas e também onde acontecem reuniões importantes com lideranças indígenas e com apoiadores da luta dos Avá-Guarani. Contudo, o espaço preferido para as reuniões é na casa de reza (*opy*), geralmente em meio a cerimônias religiosas. A maioria das escolas dos

---

<sup>31</sup> Entrevista realizada em setembro de 2015.

acampamentos-*tekoha* de Guairá e Terra Roxa são construídas e mantidas (mutirão de limpeza e reformas, escala para preparar a refeição dos alunos e etc.) pelos próprios indígenas.

A casa de reza (*opy*) assume papel central no *tekoha*, porque é no entorno deste espaço que gira a vida da comunidade, é o espaço de socialização e ponto de encontro. É na casa de reza que os Avá-Guarani realizam as cerimônias mais importantes e buscam socorro para a saúde física e espiritual, orientação de ordem política, espiritual e pessoal. É o espaço onde acontecem os rituais, reuniões, as danças, rezas, benzimentos, os cânticos e as brincadeiras. Na casa de reza (*opy*) que é fortalecida a espiritualidade Avá-Guarani, e, por ser o ponto de encontro, reforça e estreita as relações entre famílias no acampamento-*tekoha*. A integração contempla o auxílio mútuo entre as famílias, os esforços para cuidar da escola, da casa de reza e outros espaços do *tekoha*.

Os campos de futebol presente na maioria dos acampamentos-*tekoha* são da cultura não índia, entretanto, os indígenas absorveram o gosto pelo futebol e se tornou um espaço de convívio e contribuiu inclusive para estreitar relações com indígenas de outras aldeias. No *tekoha Y'hovy*, por exemplo, existem três campos de futebol. O mais utilizado pela comunidade é o que se localiza ao lado da escola. Todos participam da brincadeira, homens, mulheres e crianças. Em alguns acampamentos realizam torneios, muitas vezes em alguma data comemorativa em que são convidados times de outros *tekohas*.

A casa de reza (*opy*) e o campo de futebol enquanto espaços de socialização, estreitam relações entre famílias e integra a comunidade, mas estreitam relações também entre os *tekohas*.

Esses espaços contribuem para a troca de informações e discussões dos mais variados assuntos. Essas discussões informativas e espontâneas que acontecem em momentos de diversão e prazer das conversas podem ser potencializadas e se desdobrar em ações coletivas em torno dos movimentos sociais

No *tekoha* há sempre um cemitério, um dos elementos que torna a terra sagrada. Conforme nos afirma Paulina Martines: “Nós queremos ficar perto de nossos parentes. Somos diferentes dos brancos que enterra os parentes longe. Os espíritos de nossos parentes não querem ficar longe de nós.” O cemitério do *tekoha Y'hovy* localiza-se próximo da casa de reza e da escola.

A floresta é outro componente importante na vida dos Avá-Guarani, percorrem trilhas em busca de remédios, caça, retirada de madeira para construção, para artesanato,

para fabricar e consertar ferramentas e para lenha (troncos e galhos secos, sobras do que foi coletado como matéria-prima). E o córrego, única fonte de água que podiam utilizar no momento da retomada é que inspirou no momento de nomear o *tekoha Y'hovy*, significa rio azul.

A negação do direito da terra é a principal dificuldade enfrentada pelos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, porque ao negar o direito à terra, lhes são negados outros direitos básicos à vida, como trabalho, moradia, educação, saúde, alimentação, dentre outros. A luta pela terra é meio material e espiritual necessário para a reprodução do modo de vida dos Avá-Guarani.

A vida dos indígenas nos acampamentos de retomadas é precária. Existe constante disputas territoriais com o não indígena e a luta histórica pelos seus direitos básicos necessários a vida que lhes são negados. Em suma, podemos dizer que a terra é onde os Avá-Guarani podem, minimamente, reproduzir seu modo de vida.

A luta indígena se amplia pelos movimentos, mas os movimentos também se alimentam de uma “energia” local, do território. Os acampamentos indígenas se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam a ação dos movimentos, assim como a organização de entidades nacionais e transnacionais. O território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista.

Fabrini (2008), aponta que existem diversas formas de resistências a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Estas práticas de resistências “assentadas no território poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos da ordem dominante.” (FABRINI, 2008, p.255)

Neste sentido, na luta indígena, em especial dos Avá-Guarani, evidencia-se um conjunto de relações que se assentam no território, com base em saberes, costumes e solidariedade, que se tornam uma estratégia de resistência frente ao processo histórico de esbulho de suas terras, e, aos projetos de assimilação cultural. É possível averiguar diversas ações locais tais como as práticas de ajuda mútua, mutirões, técnicas de plantio e manejo florestal.

De igual forma, também se reproduzem contradições, conflitos internos, disputas, dominação e, mesmo, a reprodução da estrutura da sociedade capitalista, como é o caso da religião, costumes, consumo, trabalho e, inclusive, as relações de produção dos não indígenas.

Muitas indígenas, especialmente aqueles que vivem próximos ou na área urbana, foram influenciados pelo meio urbano, em que trouxe muitas mudanças em seus hábitos, costumes e na organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*.

Lima (2013), aponta que o processo de urbanização é fruto do modelo de produção capitalista. É o processo no qual se constitui a cidade e é resultado das mudanças no modo de produção e trabalho, tanto na cidade quanto no campo. Essas relações promoveram a reorganização espacial das relações de trabalho, na qual se engendra a migração do campo para a cidade. A cidade, a industrialização e o modo de produção estão interligados, assim como a migração do campo-cidade. A organização da cidade permite a concentração dos meios de produção, tal como, ferramentas, matérias-primas e mão-de-obra, facilitando o processo produtivo para o capital.

No processo de urbanização, muitos elementos da cidade alcançaram o campo, entretanto, é possível afirmar, que elementos do campo, também chegaram na cidade. Como Lima (2013) aponta em sua pesquisa “Constituição do Território a partir do Movimento dos Trabalhadores do Bairro Jardim das Américas – Guarapuava/PR”, ao migrarem para a cidade, os camponeses levaram consigo muitos elementos de seus hábitos e costumes, inclusive, elementos da produção camponesa, que passaram a ser reproduzidos na cidade, como as hortas, a criação de animais e a utilização de transporte com tração animal.

O mesmo acontece com os Avá-Guarani que vivem nos acampamentos-*tekoha* localizados na cidade, onde vários hábitos do meio urbano são incorporados à sua reprodução social. Em contrapartida, existem nos *tekoha* localizados na cidade, outras formas de produção e reprodução, que não são propriamente urbanas, como a produção de hortas, os roçados, o fogo à lenha, a utilização de transporte com tração animal e criação de animais. A criação de animais é uma atividade presente em todos os acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa, tanto nos acampamentos da área rural, como nos acampamentos da área urbana.

Em Guaíra e Terra Roxa, dois acampamentos de retomadas indígenas estão localizados na área urbana, são estes os *tekoha Porã* e o *tekoha Karumbe'y*. E outros dois, o *tekoha Y'hovy* e o *tekoha Marangatu*, localizam-se em áreas do perímetro urbano.

A área do *tekoha Karumbe'y* é insuficiente para a reprodução física e cultural dos Avá-Guarani. Não existe espaço nem para as casas, tanto que alguns núcleos

familiares foram forçados a morar em outro *tekoha*. Há uma escola no *tekoha*, mas não há uma casa de reza, por falta de espaço. Os rituais são realizados embaixo de um pé de manga, ao ar livre. Apesar dessas limitações, a comunidade ainda reproduz aspectos de sua cultura, como a língua, os rituais, o artesanato, o fogo a lenha e algumas comidas típicas.

Os indígenas do *tekoha Karumbe'y* têm acesso à água encanada e energia elétrica. Alguns banheiros foram construídos pela FUNAI, entretanto, não atendem toda demanda e a estrutura encontra-se danificada. O *tekoha* recebe o nome de um córrego (*Karumbe'y*, uma espécie de cágado) que passa na lateral do acampamento-*tekoha*, e, os Avá-Guarani fazem uso dessa fonte de água para lavar roupas e tomar banho, haja vista que algumas casas não possuem banheiro estruturado. É possível que dejetos urbanos sejam lançados ao córrego, e, ainda, por ser uma área de várzea, os indígenas tem sofrido com enchentes que atinge as casas.

Os indígenas do *tekoha Karumbe'y* não praticam a agricultura, pois a área do acampamento-*tekoha* é insuficiente para os roçados. Entretanto, observa-se no *tekoha* o uso de carrinho puxado por tração animal e a criação de animais como galinhas, patos e porcos.

O *tekoha Porã* se localiza na área urbana, mas conta com um espaço mais amplo possibilitando a prática dos roçados por algumas famílias. Entretanto, nem todas as famílias praticam a agricultura. No *tekoha Porã* e no *tekoha Karumbe'y*, a prática da coleta de matérias-primas da mata (como frutos, madeira, sementes e outros) é mais limitada do que em outros *tekoha*, pois não contam com fragmentos florestais, pois estão em meio à área urbana.

Os indígenas que vivem nos acampamentos-*tekoha* localizados próximos ou na área urbana são mais influenciados pelo mundo da mercadoria, pelos hábitos urbanos. Como afirma Paulina Martines – *tekoha Y'hovy*: “A gente não consegue mais viver isolado e longe da cidade. Eu mesmo, por mais que a gente produza boa parte de nossos alimentos, às vezes preciso ir na cidade, comprar alguma coisa”. Neste sentido, os Avá-Guarani buscam na cidade uma variedade de mercadorias, como produtos industrializados como alimentos, roupas e produtos eletrônicos, além de uma variedade de serviços. Dentre eles serviços de táxi nos acampamentos-*tekoha*, serviço de entregas (lanches, gás, e etc.) Contudo, para adquirir esses meios, é necessário desenvolver alguma relação monetária com os não indígenas, por isso, muitos indígenas destes *tekoha*, procuram trabalho assalariado.

A maioria das famílias contam como fonte de renda os programas assistenciais do governo e procuram inserção ao mercado de trabalho. Os principais empregos são os cargos criados por meio de políticas de Estado, como professores, agente de saúde e motoristas do SESAI, que atendem à demanda do próprio *tekoha*. Muitos indígenas encontram-se na condição do emprego temporário, na construção civil, na limpeza de lotes urbanos, na coleta de recicláveis e inclusive nas colocações sazonais resultantes dos ciclos agrícolas.

As atividades remuneradas são mais desenvolvidas pelos indígenas que vivem próximo ou na área urbana, pois a distância dificulta o deslocamento diário entre os acampamento-*tekoha* localizados na área rural até a cidade, haja vista que a maioria dos indígenas não possui meio de transporte, sendo preciso fazer longas caminhadas. E a renda não possibilita pagamento do custo com transporte, para aqueles que possuem carros ou motos.

Os acampamentos-*tekoha* localizados no meio rural também desenvolvem atividades que são próprias da área urbana, mesmo que em menor proporção. Entre essas relações que são específicas do urbano, destaca-se o trabalho assalariado. Muitos indígenas que vivem nos acampamentos-*tekoha* localizados na área rural, migram temporariamente para outras cidades para realizarem algum trabalho assalariado. E, outros indígenas que vivem em acampamentos-*tekoha*, também localizados na área rural (*tekoha Tatury e tekoha Mirin*), devido à proximidade com aterro sanitário da cidade, adquirem parte da sua renda com a coleta de materiais recicláveis, uma atividade que é mais comum nas cidades.

No capítulo seguinte, busca-se compreender um pouco sobre esta organização produtiva dos Avá-Guarani, nas áreas dos acampamentos-*tekoha* de retomadas dos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

## CAPÍTULO 3

### **Organização Produtiva dos Avá-Guarani nos Municípios de Guaíra e Terra Roxa**

O contexto que se encontram os Avá-Guarani na atualidade não é mais a mesmo que viviam antes da chegada dos europeus na América. O contato com a sociedade não indígena e o avanço da lógica produção capitalista de produção, trouxeram fortes mudanças ao “modo de vida” Avá-Guarani e, conseqüentemente, em sua organização produtiva.

Existem acampamentos-*tekoha* que estão localizados na área urbana de Guaíra. O meio urbano trouxe algumas transformações as práticas de produção dos Avá-Guarani, diante das restrições ao uso de terras e maior contato dos indígenas com o “mundo da mercadoria”. Contudo, é possível perceber que nos acampamentos-*tekoha* localizados nas áreas urbanas persistem práticas de produção que não são próprias do urbano, mas indígena, como roçados, criação de animais, fogo à lenha, dentre outros. E, em contrapartida, muitos aspectos do urbano, têm alcançado os acampamentos-*tekoha*, localizados na área urbana e rural, como exemplos, o trabalho assalariado e a coleta de materiais recicláveis. Neste sentido, pretende-se compreender a organização produtiva dos Avá-Guarani, entender os aspectos de sua cultura e espiritualidade que ainda está presente, e como as influências externas, da lógica de reprodução capitalistas vão sendo adaptadas ao seu modo específico de produzir.

A produção dos Avá-Guarani é voltada para a reprodução do seu modo de ser e viver com base em sua cultura e espiritualidade. Entretanto, no contato com a sociedade não-indígena, os Avá-Guarani incorporaram novas necessidades, como a de produtos que são de fora, produzidos nos interstícios das relações capitalistas. Como os Avá-Guarani não conseguem mais produzir tudo que necessitam nos acampamentos-*tekoha*, muitas vezes seus produtos, que só tinham valor de uso, passam a assumir parte das relações de troca. Busca-se compreender essas relações de troca como um processo de recriação do modo de vida Avá-Guarani, pois elas propiciam aquisição de renda para as famílias, auxiliando a sua reprodução física e cultural.

As atividades remuneradas para o não-indígena são outro meio que os Avá-Guarani têm encontrado para auferir alguma renda, na maioria das vezes sob condições de trabalho muito precárias. Neste sentido, o objetivo é compreender como os indígenas

se inserem na lógica capitalista de produção, e, entender em quais condições se relacionam com mercado de trabalho e a produção de mercadoria.

Esse capítulo busca entender também qual a influência dos projetos de produção desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, projetos de produção e gestão ambiental, desenvolvido pelo CTI e o Movimento de Agroflorestores de Inclusão Sintrópica –MAIS, na organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos de retomadas dos municípios de Guaíra e Terra Roxa e como tem sido a atuação do Ministério Público Federal em relação às políticas de fomento à agricultura.

### **3.1 A recriação da mercadoria pelo índio: lógica contraditória de reprodução social dos Avá-Guarani**

Historicamente, diversas mercadorias foram utilizadas estrategicamente no primeiro contato entre colonizadores e diversos grupos étnicos que viviam na América. Existem vários relatos que, ao adentrar o interior do continente, os europeus encontravam vestígios de grupos indígenas que viviam na mata. Esses diferentes grupos étnicos ao verem o território invadido com a chegada do estranho, abandonavam seus pertences e fugiam em meio a mata, em outras situações, resultava em conflitos sangrentos.

Os objetos, mercadorias produzidas pela sociedade não indígena, que Melo (2008) denomina de “coisas de não índio”, foram utilizadas como marcadores do contato e promoveram as primeiras relações entre os indígenas e a sociedade envolvente. Esses objetos marcaram as primeiras relações da fronteira, que é a fronteira da condição humana e de concepções da humanidade. (MARTINS, 2009). A mercadoria deixada pelos “brancos” tinha um valor de uso para os indígenas, pois facilitava sua vida cotidiana. Para os agentes do governo<sup>32</sup>, por exemplo, carregava o propósito de anunciar uma passividade.

Esses objetos mediaram a comunicação, que era não verbal, mas carregada de ações, emoções, sentidos, ideais e vinculados ao pressuposto de um contato pacífico.

---

<sup>32</sup> As diferentes etnias ao entrarem em contato com o branco, contataram diferentes concepções de humanidade: o camponês, o garimpeiro, o grande fazendeiro, o empresário, o religioso, o funcionário público, o antropólogo. (MARTINS, 2009,p.142)

Tinham voz própria, a partir do seu valor de uso, mas essa relação de troca teve desdobramentos avassaladores, como o extermínio de populações indígenas.

No que concerne aos objetos que eram entregues aos indígenas, nos primeiros contatos, estes assumem uma duplicidade contraditória. Para os indígenas, assumia um valor de uso, um presente que facilitava sua vida. Para o “branco”, havia o interesse de dominar e subjugar os indígenas, era uma mercadoria. Conforme Martins (1986, p.16)

Parece absurdo que uma mercadoria possa ser dada e continuar sendo, ao mesmo tempo, mercadoria. Mas não é. Continua sendo mercadoria, já que, como tal adquirida, como tal estava sendo usada para atrair os índios, esvaziar o território e permitir sua ocupação por empresas de mineração, por uma hidrelétrica, por uma rodovia. Trata-se de investimento.

Foi na fronteira, no primeiro contato entre índio e não índio, que a mercadoria começou a adentrar na vida dos indígenas. As coisas produzidas pelo não-índio tornaram-se uma necessidade para os indígenas. Para isso, os indígenas precisavam se comunicar com o mundo da mercadoria, reproduzir relações capitalistas.

Contudo, os desdobramentos da mercadoria na vida dos indígenas não é uma via de mão única. Se a mercadoria foi apresentada aos indígenas com o propósito de dominá-los e subjugá-los, e, tirar-lhes o direito à terra e ao território, contraditoriamente, ela assume também outros conteúdos, sentidos e significados. A lógica de reprodução capitalista trouxe algumas influências ao modo de vida Avá-Guarani, alterando alguns aspectos da organização da produção com bases em saberes e técnicas milenares, entretanto, sem destruir o seu modo ser específico.

Neste sentido, nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa, observa-se vários elementos que apontam essa ressignificação da mercadoria pelos Avá-Guarani. A mercadoria que era para subjugar e destruir sua cultura e espiritualidade, assume novos conteúdos. A mercadoria que, para o não índio é uma abstração, destituído de humanidade, nas mãos dos Avá-Guarani pode vir a ser instrumento de luta pela terra e pelo território, de fortalecimento de sua produção, cultura e espiritualidade.

Entre os conjuntos de mercadorias adquiridas pelos indígenas podemos citar: materiais de construção; instrumentos musicais (violino e violão); utensílios; materiais escolares; aparelhos eletrônicos; ferramentas; vestimentas; gêneros alimentícios, dentre outros.

Os materiais de construção civil, como telhas, madeiras, amianto e outros, muitas vezes são adquiridas no comércio, e modificam a forma como os Avá-Guarani produzem suas moradias, casa de reza (*opy*) e a escola.

As habitações geralmente são feitas de madeira e chão batido (algumas são levantadas do chão com assoalho de madeira) e cobertas com telhado ou amianto. Em número menor são as casas feitas de alvenaria (com exceção o *tekoha Mirin*) e alvenaria mista. E, em quantidade considerável, existem casas construídas com restos de madeiras, taquara e outros materiais descartados pelos não indígenas e que são reaproveitados. Por essa razão, algumas habitações são muito precárias, construídas apenas com troncos de árvores, taquaras e lonas. Essas pertencem às famílias com baixa condição de renda ou pertencem às famílias recém chegadas no acampamento-*tekoha*, conforme a foto 2 abaixo:

**Foto 2:** Casa de moradia no *tekoha Yvy Porã*



**Fonte:** Pesquisa de campo. 2017

Os materiais de construção para as casas, como madeiras e amianto, são concedidos pela FUNAI, através da distribuição de “kit moradia”. Conforme a FUNAI, em 2014, 96% das famílias necessitavam de “kit moradia”, mas, dessas, apenas 55% receberam o material. Em 2016, conforme as denúncias feitas pelas lideranças ao Ministério Público, as famílias ainda não haviam recebido os “kits moradias”. Por essa razão, mesmo que a FUNAI distribua os materiais para construção das casas, a quantidade é insuficiente. Os Avá-Guarani acabam reaproveitando os materiais (madeira, portas, eternit, janelas e etc.) descartados pelos não indígenas. As casas construídas de alvenaria, o são por famílias indígenas que tem alguma fonte de renda fixa, em que se destacam os cargos públicos.

O trabalho na construção das habitações é realizado pelos próprios indígenas, geralmente homens, o pai e filhos, que contam com ajuda de parentes próximos e vizinhança, havendo sempre uma troca de serviços. A tarefa dos homens é pregar a madeira, colocar as telhas, e etc. As mulheres costumam auxiliar com algumas atividades consideradas menos pesadas e perigosas, como o transporte de alguns materiais.

No interior das casas, as famílias com mais recursos possuem alguns móveis, como fogão a gás, cama, guarda-roupas, geladeira, televisão. Contudo, a realidade da maioria das famílias mostra que os móveis são resultantes de materiais reaproveitados, como mesa, a cama, espaço para guardar utensílios. Alguns móveis são descartes ou doações feitas pelos não-indígenas.

Em dois acampamentos-*tekoha*, a escola foi construída com recursos do Estado, o *tekoha Marangatu* e o *tekoha Jevy*. Já o *tekoha Y'hovy* recebeu materiais doados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI e pelo CTI para construção da escola e da casa de reza (*opy*). Na maioria dos acampamentos-*tekoha* as escolas e a casa de reza são construídos com materiais improvisados pelos próprios indígenas. Os Avá-Guarani utilizam materiais descartados pelo não indígena e, até mesmo, compram parte do material necessário, como madeira e pregos.

A comunidade se reúne e constrói coletivamente, sendo que a construção das casas e da escola, geralmente é realizada pelos homens. Neste sentido, embora possam existir conflitos no interior dos acampamentos-*tekoha*, a prática do “trabalho coletivo” estreita as relações entre os membros da comunidade. Entretanto, é importante destacar que a produção nos roçados costuma ser de base familiar.

Em alguns acampamentos-*tekoha*, como no *tekoha Jevy* e *tekoha Poha Renda*, a casa de reza (*opy*) é coberta com sapé. Entretanto, essa matéria-prima não é facilmente encontrada na região. Essa é uma das razões porque em muitos dos acampamentos-*tekoha*, a cobertura das casas é com telhas ou amianto. A madeira para construção também é retirada dos fragmentos florestais. Contudo, a retirada de qualquer elemento da natureza é condicionada a sua preservação, haja vista que há uma preocupação dos Avá-Guarani em preservar os recursos naturais disponíveis nos acampamentos-*tekoha* para necessidades futuras.

Por essa razão, às vezes, os Avá-Guarani preferem comprar a madeira necessária para a construção e preservar as áreas de reservas onde se encontram os *tekoha*. Erguer esses espaços de vivência é importante para o fortalecimento da

identidade Avá-Guarani, pois é na casa de reza que acontecem os rituais sagrados, a dança e os jogos, e, é na escola que as crianças aprendem a escrever a língua Avá-Guarani. Muitos professores indígenas, inclusive, propõem atividades de valorização da língua, da cultura e religiosidade Avá-Guarani.

**Foto 3:** Casa de reza (*opy*) do *tekoha Jevy*



**Fonte:** Pesquisa de campo. 2017.

Na foto (3) acima, percebe-se que a casa de reza foi construída com madeira retirada da mata, utilizada nos pilares. A matéria-prima retirada da mata também está presente nos objetos sagrados, como o altar (*amba*), a taquara (*taqua*) e canoa (*Yvyra Ña'e Guasu*). A cobertura é de sapé e a estrutura que a segura com madeira comprada de uma serraria. Nem toda matéria-prima foi retirada da mata nativa, haja vista que a madeira comprada, embora igualmente seja natureza, é uma mercadoria, proveniente da monocultura de pinus. Já no *tekoha Y'hovy* (foto 4 abaixo), o material da casa de reza é proveniente de doações, mas sempre um material ou outro acaba faltando. Ademais, a construção apresenta características muito diferentes das casas de reza que eram feitas pelos seus ancestrais. Entretanto, possibilita a sacralidade, como o acontecimento dos rituais, cantos, danças, as reuniões e outros momentos de convivência.

**Foto 4:** Casa de reza (*opy*) feita de madeira serrada e telha *tekoha Y'hovy*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015.

Outro produto importante para a reprodução da cultura Avá-Guarani é o fumo, alguns acampamentos-*tekoha* contam com a produção interna, em outros, o fumo é comprado. O fumo é utilizado no cachimbo (*petygua*), especialmente durante as rezas, conforme Paulina Martines:

“Os Avá-Guarani não acham ruim o cheiro da fumaça, porque a fumaça é que purifica o nosso corpo. A gente reza com o *petygua*, os brancos chamam de cachimbo. É com banho de fumo que nós Avá-Guarani abençoamos as sementes e as mudas. Toda semente que Deus deixou pra nós ele batizou. Nós também tem que batizar a semente para poder plantar.” (Paulina Martines – *tekoha Y’hovy*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

**Foto 5:** Cachimbo usado no Batismo (*Nheemongarai*) das sementes e das mudas



Fonte: CTI (2018).<sup>33</sup>

Os artesanatos que são itens sagrados utilizados nos ritos, em sua maioria, são produzidos com matérias-primas coletadas da natureza. Somente alguns produtos são comprados no comércio. Dessa forma, alguns objetos sagrados são produzidos combinando matérias-primas naturais com as industrializadas, tais como tintas para coloração das penas, missangas, fios encerados, barbantes, verniz, base de brincos, dentre outros. Algumas ferramentas, tanto para a coleta da matéria-prima, como para a produção do artesanato também são compradas, como facão, facas, serras, canivetes, estiletes e cunhas.

Conforme Gilberto Benites:

Tudo é retirado da mata, agora a gente só compra o barbante, porque acabou a árvore grande de onde a gente tirava as linhas pra fazer os colares e as varas de pesca. A linha, antes era feito com casca de tronco de árvore que nós Avá-Guarani chamamos de *ka'i kaigua*. (Gilberto Benites – *tekoha Poha Renda*. Entrevista realizada em abril de 2017)

Observa-se que para a confecção de alguns objetos sagrados que são utilizados em cerimônias religiosas, esta não seria possível sem a mediação da mercadoria, e nem por isso, perde seu conteúdo simbólico, cultural e religioso.

---

<sup>33</sup> Imagem do vídeo curta metragem “Tekoha Guasu Guavirá: Yvy Omanoe'ÿva - Terra Viva”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YYOKXJTzKJ8>

Através de Mota (2011), compreende-se que o artesanato é um elemento de resistência e/ou re-existência aos novos modos de viver dos Guarani, sendo parte de recriação do seu modo de vida. Para a autora a transformação das relações com os objetos materiais da cultura é também parte integrante da transformação das relações sociais, referindo-se a relação que se cria do encontro com o outro, das negociações com o não indígena. O artesanato, que tem valor de uso para os indígenas, passa ser parte também das relações de troca, propiciando aquisição de renda para sua reprodução física e espiritual.

Para Mota (2011) o artesanato é também um importante marcador do modo de vida das sociedades indígenas e um marcador de suas diferenciações. O artesanato é importante para os Guarani como afirmação de sua identidade étnica, que evidencia-se nas falas “esse é próprio do Guarani”. A afirmação da identidade mostra que, em meio a um processo de trocas culturais, entre diferentes etnias indígenas e com o não indígena, os Avá-Guarani continuam a ter referências que os distingue dos outros.

Conforme Gilberto Benites:

Meu tio sempre falava pra mim: os colares são a identidade dos Guarani. A forma como é feito os colares e os materiais utilizados são a identidade do Avá-Guarani. Os colares Avá-Guarani são feitos com lágrimas de nossa senhora, pitanga, *aguaí*, bambu. Essas são as características próprias dos colares Avá-Guarani. (Gilberto Benites – *tekoha Poha Renda*. Entrevista realizada em abril de 2017)

Em todos os acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa existe a produção do artesanato como valor-de-uso, em especial para representações simbólicas, culturais e espirituais, estes de uso pessoal ou parte integrante dos elementos da casa de reza, considerados sagrados para os Avá-Guarani. Eles são utilizados nas cerimônias religiosas.

Os principais artesanatos são:

Colares: produzidos com sementes naturais de uma planta conhecida pelos Avá-Guarani como *mbo'y rakyta* e *yvau*. Dois colares trançados ao pescoço identificam quem é o *xamoy* daquela comunidade;

**Foto 6:** Colares de sementes/*tekoha karumbe'y*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Canoas: *Yvyra Ña'e Guasu* (tamanho maior, utilizada pelos adultos) e *Yvyra Ña'e Miri* (tamanho menor, utilizado pelas crianças). Esses instrumentos são utilizados em cerimônias importantes como o *Nheemongaraí* e outros rituais. Neles são servidos uma bebida sagrada, a *chicha*, preparada com cana-de-açúcar, milho ou casca de cedro. A matéria-prima utilizada para produção dessas canoas é a madeira do cedro;

Altar ou *ambá*: Construído com cedro, são fixadas três estacas de cedro na vertical e três estacas amarradas na horizontal na casa de reza. Conforme a foto 7 abaixo:

**Foto 7:** *Amba – tekoha Poha Renda*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Taquara ou *taku'a*: instrumento feito com bambu, utilizado pelas mulheres nos rituais.

Chocalho ou *mbaraka miri*: confeccionada com porunga e sementes de *mbo'y rakyta* ou *yvau*. Instrumento utilizado nos rituais pelos homens (*xondaros*-guerreiros);

**Foto 8:** Chocalho e cocar - *tekoha Guarani*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

As indumentárias também apresentam tanto elementos adquiridos no mercado, como aqueles coletados da natureza. As principais indumentárias são os cocares, os colares, arco e flechas, os chocalhos (*mbaraka*) e as grinaldas. Os indígenas não fazem o uso desses utensílios e roupas em seu cotidiano, mas em seus rituais, nas apresentações culturais e em suas manifestações políticas. As vestimentas e os acessórios não servem para identificar um indígena, pois ser indígena trata-se de “um modo de ser e não um modo de parecer” (CASTRO, 2009 *apud* MOTA, 2011, p. 15)

**Foto 9:** Apresentação Cultural e uso de indumentárias – *tekoha Poha Renda*



**Fonte:** Acervo Geolutas, 2017.

Os objetos artesanais, vestimentas e acessórios servem para a afirmação da identidade Guarani, ou seja, fortalecem a identidade dentro dos acampamentos de retomadas e reafirmam diante do não-indígena. Segundo Mota (2011), as sociedades não-indígenas têm um imaginário sobre os indígenas muitas vezes atrelados a uma condição do passado, relacionado à história da colonização, em que estas sociedades aparecem de forma descompassada com a realidade presente. Para a autora, a identidade de uma sociedade ou de um grupo étnico-cultural está no modo em que estas sociedades se reconhecem e são reconhecidas entre si, nos distintos e diversos modos em negociam a identidade indígena com outras sociedades indígenas e não indígenas.

Para Mota (2011), a identidade é construída e redefinida a partir das condições do presente. Portanto, a identidade étnica não está apenas na continuidade de um modo de vida atrelado ao passado, mas é igualmente construída com a participação dos de “fora”, especialmente a sociedade envolvente, que estão tentando inventar e definir o outro, como quem é índio e quem não é.

Os Guarani, na luta pela terra, enquanto povos originários acionam sua identidade como uma estratégia de re-existência. Há momentos que é necessário acionar a identidade, em outros, de negar. Para conseguir um trabalho remunerado, por exemplo, muitas vezes os Guarani negam sua identidade, afirmando que são paraguaios.

Como afirma Mota (2011), na fronteira do encontro e desencontro com o diferente, as identidades podem vir a ser negociadas de acordo com as conjunturas sociais.

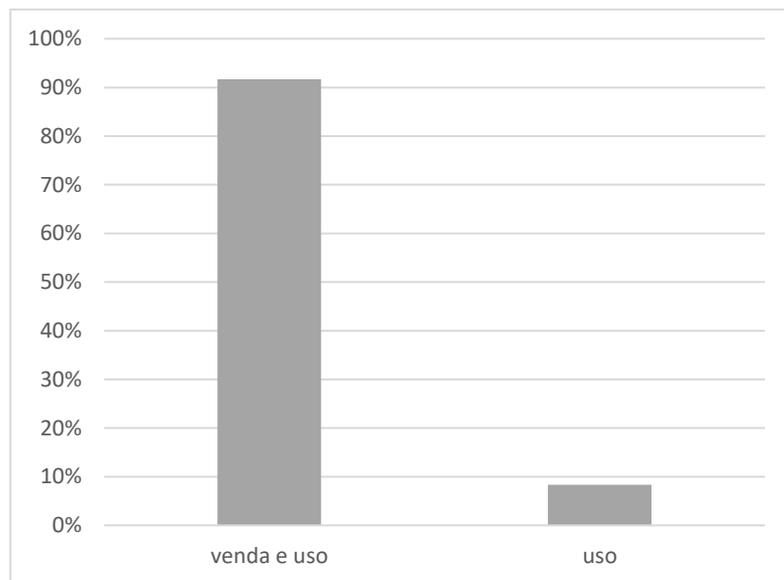
Conforme a autora, ainda, as identidades indígenas estão sendo construídas de distintas maneiras, e podem ser visualizadas por meio dos objetos materiais de sua cultura, como o artesanato, como uma forma de recriação e reinvenção dos modos de viver, e que, inclusive, está relacionado às negociações com os não indígenas. “De modo que a transformação na relação com os objetos materiais de sua cultura é parte integrante das transformações nas suas relações sociais.” (MOTA, 2011, p. 256)

Nota-se que os Avá-Guarani que vivem nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa estão transformando a relação com os objetos materiais, símbolos de sua cultura e espiritualidade. Antes, esses objetos tinham apenas valor de uso, e, atualmente, passaram a fazer parte das relações de troca, que auxiliam a sua reprodução. Mas não são trocas dos parâmetros das relações de reprodução capitalista, pois nem todas as trocas são capitalistas.

Como já afirmado anteriormente, todos os acampamentos-*tekoha* produzem artesanato para o próprio uso, especialmente para a casa de reza. Entretanto, em alguns acampamentos-*tekoha* existe uma produção de artesanatos voltado para o valor de uso, e outra, voltada especificamente para as relações de troca não-capitalistas.

Dos quatorze acampamentos-*tekoha* existentes no município de Guaíra e Terra Roxa, 92% da produção dos artesanatos é destinada tanto para venda, quanto para seu próprio uso. Ou seja, mesmo que nestes acampamentos não tenha uma produção expressiva, sempre tem uma ou outra pessoa produzindo artesanato para vender ou que eventualmente os colocam a venda. Apenas 8% dos acampamentos-*tekoha* que produzem artesanato tem como destino apenas o uso.

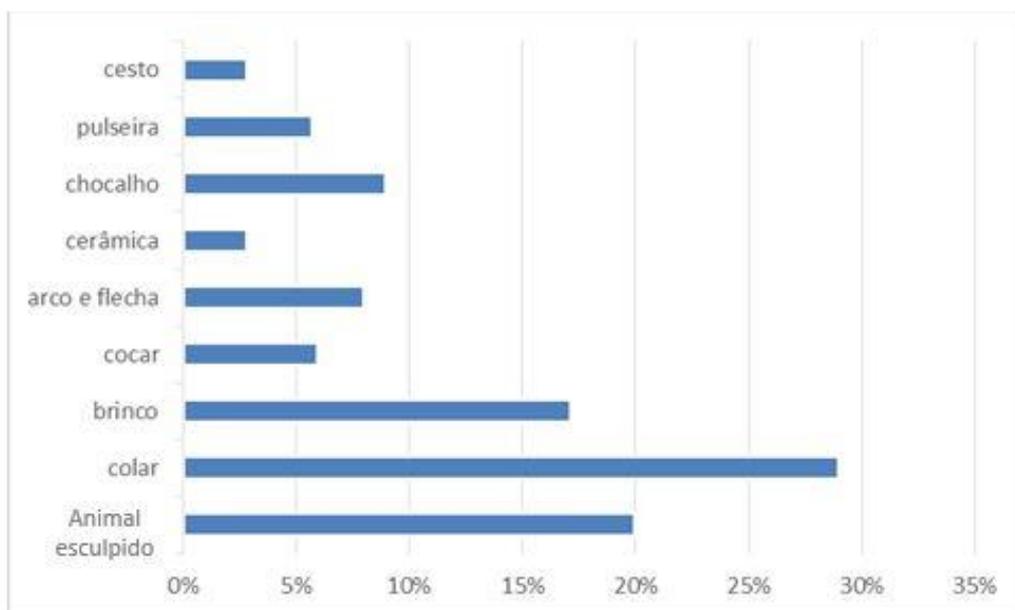
**Gráfico 6:** Destino da produção do artesanato nos acampamentos-*tekoha*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Os acampamentos-*tekoha* que ganham maior expressão nas vendas de artesanatos são aqueles que possuem maior interação com os não-indígenas. Geralmente estão mais próximos ao perímetro urbano, embora a maior parte das vendas seja para pessoas que eles chamam de “turistas”, que são os não-indígenas apoiadores da luta, estudantes e professores que visitam os acampamentos e demais grupos que vão até os acampamentos-*tekoha* para conhecer a cultura Guarani. Conforme o gráfico (2) a seguir, entre os artesanatos que são mais produzidos pelos Avá-Guarani para a comercialização estão os colares, animais esculpido na madeira, brincos e chocalhos. Os cocares aparecem no gráfico, entretanto a venda é para os próprios indígenas, especialmente as lideranças políticas ou religiosas.

**Gráfico 7:** Principais artesanatos comercializados pelos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

A produção do artesanato, mesmo quando voltada para a venda, se comunica com o mundo e o imaginário indígena. O ato de fazer os artesanatos envolve uma série de processos. Como exemplos, para os animais esculpidos na madeira, é preciso adentrar a mata, escolher a melhor madeira, pensar o desenho, cortar, modelar e polir. Posteriormente, é necessário fazer uma fogueira e queimar a ferramenta de metal para traçar as linhas e desenhos. Neste processo, a madeira é colhida pelos homens e as mulheres e crianças preparam o fogo, envolvendo uma série de relações que resultam em diálogos que mexem com o imaginário Avá-Guarani, conforme Gilberto Benites:

A gente faz os bichinhos para enfeitar a nossa casa, para colocar na casa de reza e as vezes para vender. A gente esculpe os animais com simbologia para os Guarani, como o tatu. A gente gosta de esculpir o tatu, porque o tatu é igual nós, procura as coisas, o alimento para comer. Mesmo não tendo alimento porque o branco acabou com tudo, o tatu procura o alimento e nós fazemos o mesmo. E a coruja? A coruja enxerga longe. A gente gosta do papagaio, porque o papagaio é sagrado para os Guarani, por isso o índio gosta de fazer o cocar com pena de papagaio. (Gilberto Benites – *tekoha Poha Renda*. Entrevista realizada em janeiro 2018)

Verifica-se que o artesanato, seja para o consumo ou como objeto de troca, faz parte do imaginário dos Guarani, ou seja, como estes veem e se percebem no mundo. Portanto, o artesanato acaba expressando parte da sua cosmovisão. Na foto 10 abaixo, alguns artesanatos produzidos pelos Avá-Guarani:

**Foto 10:** Artesanatos produzidos pelos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*



Fonte: Pesquisa de campo, 2017;2018.

A existência Avá-Guarani se fundamenta junto da natureza. Trata-se de uma relação de pertencimento, pois ela faz parte do indígena, do seu mundo e de seu cosmo. E, nesta relação do indígena com a natureza, não existe pressuposto de superioridade, mas de convivência e respeito. Conforme Paulina Martines:

A gente vive em uma região, em um país que desvaloriza tudo que a gente é. Desde a nossa cultura, o nosso artesanato, a nossa língua, a nossa dança e nosso canto. Mas para nós isso não é apenas demonstração. Quando a gente faz o artesanato, a gente canta e dança, não é só para mostrar. Porque tudo isso faz parte de como a gente é. Pra nós tem um sentido espiritual muito forte. A maioria dos brancos não conseguem entender isso. (Paulina Martines – *tekoha Y'hovy*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

Neste sentido, existe a necessidade da reafirmação da identidade indígena. Porque os Avá-Guarani querem o reconhecimento do seu modo específico de ser e viver. Por esta razão, o artesanato pode ser considerado uma forma de resistência, pois além de representar elementos da cultura Guarani, como meio de troca não-capitalista, é uma forma de obter recursos financeiros, para comprar alimentos, roupas, e outras coisas das quais necessitam.

Outra produção artesanal dos indígenas são o arco e flecha. O arco e flecha possuem três finalidades para os Avá-Guarani: comercialização, símbolo de luta e para caça (*marika*). A matéria-prima utilizada para produção também se diferencia. Quando a produção do arco e da flecha é para fins comerciais e simbólico, o material utilizado pode ser adquirido através da compra, como barbantes, a madeira, tinta para colorir as penas.

Já para o arco e flecha produzido com finalidade de uso pelos indígenas, ou seja, para a caça, a madeira é retirada da mata, e tanto a madeira como as borrachas e linhas utilizadas nas amarrões são produzidos com materiais mais resistentes comparados com aqueles produzidos para fins simbólicos ou comerciais. Para a caça também são utilizadas as lanças e armadilhas.

**Foto 11:** Flechas utilizadas na caça – *tekoha Guarani*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Conforme o indígena José Esquivel<sup>34</sup>, do *tekoha Guarani*, cada flecha é produzida com tamanho, espessura e pontas diferentes. Cada uma tem uma forma de ser manejada e é utilizada para caça de determinados tipos de animais, conforme o tamanho e o peso do animal a ser caçado. Como exemplos, a flecha que se chama *kureí* é utilizada para caçar cateto (javali), a flecha *b'yka* é utilizada para caçar pássaros e a flecha *takepê* utilizada para caçar animais de porte maior, como onças.

As caças não servem apenas para alimentação. Parte da caça é utilizada como remédio, como a gordura, usada para curar feridas e resfriados, e o casco de tartaruga usado para curar hemorroidas. Outras partes da caça, como o couro, é utilizada para produzir roupas e outros acessórios. Os dentes utilizados nos artesanatos.

A interação com a sociedade não-indígena introduz novas necessidades aos Avá-Guarani, resultando em adaptações em suas práticas produtivas. A produção dos Avá-Guarani é marcada por essas combinações entre formas de produção indígena e não-indígena, que garantem a sua existência.

### **3.2 As influências das relações de produção capitalista na organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* de Guaira e Terra Roxa**

A produção dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* está respaldada no seu modo de ser e viver, com base em sua cultura e espiritualidade, em que a natureza faz parte do ser Guarani. A terra para os Guarani não é mercadoria ou meio de produção. A floresta, os frutos, os rios e os animais não são reduzidos a recursos naturais, pois são considerados por eles sagrados. Por isso, ao fazerem uso da natureza, mantém a crença e o costume de pedir licença ao sagrado para coletar, caçar e pescar, igualmente agradecer a sua divindade. O modo de ver mundo dos Avá-Guarani contribui para que desenvolvam uma forma de produção própria, diferente da produção desenvolvida pelo não indígena, que se orienta exclusivamente pela lógica capitalista de produção.

Entretanto, o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe alguns impactos ao modo de ser e viver Avá-Guarani, mudando em muitos aspectos a sua realidade de vida, que não é mais a mesma da que viviam antes da chegada dos europeus na América.

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada em abril de 2017.

Conforme Smith (1988) a tendência do capital de acumular quantidades cada vez maiores de riqueza social sob seu controle, transforma o mundo inteiro, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada e nenhum ser vivo deixa de ser afetado. Um dos processos de desdobramento da produção da natureza é a produção do espaço geográfico, pois este é resultado das relações sociais. No capitalismo, o contexto histórico do desenvolvimento da paisagem apresenta-se como um processo de produção da natureza, em que se unem os valores-de-uso e os valores-de-troca e o espaço da sociedade. A primeira natureza é produto dessa relação, passando a ser parte da segunda natureza.

A produção do espaço, segundo Smith (1988), é resultante do desenvolvimento desigual do capitalismo. Em outros modos de produção também havia desigualdades espaciais, mas na Geografia do capitalismo essa desigualdade é mais sistemática e parte integral desse modo de produção.

Segundo o autor, a produção do espaço pelo capitalismo segue duas tendências contraditórias necessárias para o seu desenvolvimento, a de igualização e a de diferenciação. A tendência de diferenciação é resultado da base natural da diferenciação e da divisão territorial do trabalho, e, a tendência para igualização é a capacidade de o capital criar condições para sua reprodução em todas as partes do mundo. O desenvolvimento desigual é, tanto produto, quanto premissa geográfica do desenvolvimento capitalista.

O capitalismo se expande buscando vantagens nas diferenças naturais, e, com o desenvolvimento das forças produtivas são capazes de modificar a realidade existente, criando novas possibilidades a partir das novas bases materiais criadas para sua reprodução.

Quanto a divisão territorial do trabalho, o autor aborda várias escalas: a divisão geral do trabalho e do capital em diferentes departamentos; a divisão em diferentes setores particulares; a divisão do capital social e a divisão específica do trabalho no interior da fábrica.

Das escalas citadas acima, interessa destacar a divisão geral do trabalho, a divisão entre o campo e a cidade. Para Smith (1988) o capitalismo igualizou o campo e a cidade através da industrialização, nivelando as relações de produção ao nível do capital, incluindo a transformação da natureza em um meio de produção universal.

Para o autor, a equalização das condições de produção significa que, tanto o valor de uso, assim como o valor de troca, é resultante da universalização do trabalho abstrato na forma de valor. Conforme o autor:

A acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital. O desenvolvimento da divisão do trabalho é possível somente na medida em que o capital conquista o modo de produção. (SMITH, 1988, p.170)

Conforme Oliveira (2007), o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nesta expansão, ou seja, não implanta a um só tempo o trabalho assalariado em todos os setores e lugares. A agricultura, de modo geral, desenvolveu-se seguindo duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos e, de outro lado, agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalista. O autor cita alguns exemplos de relações de produção não capitalistas que, articuladas com o comércio capitalista puderam se desenvolver, tais como a agricultura do camponês produtor individual de mercadoria, do escravismo produtor de mercadorias e outras formas comunitárias de produção.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada de capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada suas contradições. (OLIVEIRA, 2007, p.20)

O desenvolvimento capitalista que se dá por um movimento desigual e contraditório permite a existência de ocupações com lógicas e conteúdos diferentes, mas que se articulam. Conforme Faria (2016), esse movimento contempla também a propriedade capitalista, que se constitui pelas relações não-capitalistas, como as diferentes formas de apropriação privada das terras, em quais se destaca a “tomada” das terras dos indígenas.

Quando a lógica da propriedade privada expulsou o indígena, devido a ameaças e intimidação quanto ao uso de suas terras, estes se deslocaram para ocupar outras terras, fragmentos das suas terras historicamente ocupadas, até que o processo viesse a se repetir, o que levou a ocuparem áreas cada vez mais restritas. Algumas dessas áreas eram fundos das fazendas da região. A ocupação no fundo das fazendas, muitas vezes, acontecia a convite dos próprios fazendeiros, pois interessava a exploração da mão de obra indígena.

As relações dos fazendeiros com os indígenas que vivem no fundo das fazendas não se caracterizam como relações de trabalho tipicamente capitalistas, pois essas assumem outras características. Não é um negócio de compra e venda de mercadoria (trabalho, terra, etc), mas como se o fazendeiro estivesse fazendo um favor, cedendo um pedaço de suas terras para os indígenas se abrigarem e cultivarem seus alimentos, em troca de sua força de trabalho.

Há também a exploração da mão de obra indígena que obtém sua remuneração trabalhando como diaristas, ou em cargos implantados no interior do acampamento de retomada por meio de políticas públicas. Mas, esse trabalho remunerado torna-se um trabalho acessório para o indígena, pois realizam outras formas reprodução nos acampamentos-*tekoha*.

A produção e a reprodução social dos Avá-Guarani não têm os mesmos parâmetros das relações do modo de produção capitalista, uma vez que está centrada em elementos não-econômicos, mas acabam reproduzindo relações capitalista de produção, através da venda de sua força de trabalho e, quando, eventualmente, os produtos do seu trabalho assumem relações de troca.

Conforme Faria (2016), o desenvolvimento do capital é contraditório porque afirma e nega as formas não-capitalistas de apropriação privada das terras, como a posse e a auferição de rendas. A apropriação privada capitalista da terra produz também a desigualdade, em que, de um lado se tem o sujeito proprietário que tem a terra como geradora de riquezas e, de outro, o sujeito não proprietário, como o indígena que teve sua terra tomada e que hoje se encontra à margem da nossa sociedade.

Mizusaki (2017) propõe algumas reflexões sobre a análise marxista dos movimentos indígenas na questão agrária brasileira. Aborda uma análise histórica das características gerais do processo de formação sócio espacial latino-americano, especialmente brasileiro. Referindo-se a expansão capitalista que, ao incorporar as formas de trabalho em torno do eixo do capital, utilizou-se como critério a divisão racial do trabalho, contexto que compreende também o movimento negro.

A expansão do capitalismo na América se deu de forma muito distinta de como ocorreu na Europa. Sobre a formação sócio espacial da América, a autora ressalta que os povos originários não surgiram de dentro do capitalismo, pois já se encontravam neste continente antes da chegada dos europeus e cada grupo étnico possuía suas próprias formas de organização sócio espacial. A partir de Anibal Quijano (2005; 2006; 2007), Mizusaki (2017) considera que no período de expansão colonial foram utilizadas

práticas de apropriação da riqueza e de controle do trabalho na América Latina, como a servidão, que foram naturalizadas a partir da ideia de raça. A colonização se deu com as perspectivas cognitivas centradas na Europa e a ideia de raça foi um elemento central de dominação colonial. Os europeus criaram a categoria “índios” para legitimar e naturalizar o domínio e a exploração colonial, é uma classificação que garante a superioridade do branco europeu sobre os amarelos, indígenas e negros. Assim “a ideia de raça esteve estruturalmente articulada à divisão do trabalho, ou seja, impôs-se uma divisão racial do trabalho”. (QUIJANO, 2005, *apud* MIZUSAKI, ano 2017, p.46).

A discussão proposta por Mizusaki (2017) traz elementos para compreendermos como os indígenas foram e ainda são incorporados à lógica de acumulação capitalista, de como o racismo atuou e atua historicamente na constituição do Estado Nacional Brasileiro. No período colonial, os indígenas e negros foram incorporados pela divisão racial do trabalho, em condições de servidão e escravidão. O regime das Sesmarias negou ao índio e ao negro o direito à terra e, posteriormente, a política de branqueamento da população brasileira, com a entrada de imigrantes, levou à segregação da população negra e indígena. Atualmente, os indígenas continuam subalternizados e inferiorizados racialmente, e é nessa condição que sua mão-de-obra continua sendo explorada pelos não-índios nas mais diversas atividades, como é possível observar no âmbito dessa pesquisa com o trabalho temporário na colheita da maçã e mandioca, trabalho na construção civil, limpeza de terrenos urbanos, recicláveis e etc.

É importante salientar que a autora entende que os indígenas, assim como os negros, não são sujeitos passivos na história, porque têm sempre criado e recriado estratégias de luta e resistência. Considera que as próprias áreas em que se encontram os indígenas, como as reservas e acampamentos-*tekoha*, são expressões das contradições territoriais de como se deu o processo de expansão do modo de produção capitalista da América.

Neste sentido, a expansão da lógica capitalista de produção, de um lado, nega a existência da identidade indígena, porque seu modo de ser e viver apresenta uma dimensão territorial que entra em conflito com a lógica de reprodução capitalista. De outro, contraditoriamente, o capitalismo incorpora o indígena em sua lógica de acumulação de capital.

Se a expulsão dos indígenas resulta na propriedade privada das terras, há também um movimento contrário, que é o retorno dos indígenas que ocupam e lutam

para permanecer e retomar seus territórios ancestrais. A lógica de ocupação dos Avá-Guarani é diferente da lógica de ocupação capitalista. Daí os conflitos, pois ela está alicerçada no uso comunitário de suas terras, em sua cultura e espiritualidade, no seu modo de ser e viver, na sua compreensão cosmológica sobre o mundo. Já a lógica capitalista de ocupação está pautada na mercadoria, na acumulação do lucro e de riquezas, fundamentada na propriedade privada capitalista.

Segundo Löwy (1995), as relações capitalistas e não-capitalistas não coexistem lado a lado, como se estivessem congeladas, mas elas se articulam, se combinam e se amalgamam. Os Avá-Guarani desenvolvem nas áreas de retomadas suas formas de produção com base em sua cultura e espiritualidade, como a agricultura de base familiar, a caça, a coleta e a produção de suas ferramentas, utensílios e acessórios de uso simbólicos. O capitalismo subverte o sistema de produção indígena, seja através da venda de sua força de trabalho, ou a eventual venda de algum valor de uso ou, até mesmo, uma produção destinada para a troca comercial. Contudo, sua produção é essencialmente não-capitalista, pois seus parâmetros de produção são outros, muito diferentes do mundo da mercadoria.

Nas áreas de retomadas dos indígenas há uma organização produtiva orientada pelas necessidades físicas e espirituais, consumo e sobrevivência dos Avá-Guarani, com relações de produção diferenciados dos parâmetros da produção capitalista. A produção agrícola, por exemplo, não segue as regras da produção agrícola empresarial do agronegócio. O tempo de plantio e colheita dos indígenas, por exemplo, ainda é comandado pelo calendário lunar e dos astros, em consonância às suas crenças e espiritualidades vinculadas diretamente à natureza. É costume dos Avá-Guarani pedir permissão ao sagrado para realização de algumas atividades, como para a caça, coleta, o plantio e a colheita agrícola. Do mesmo modo, alguns rituais sagrados importantes seguem o calendário agrícola, como o batismo da semente do milho que acontece juntamente com o batismo das crianças. Neste sentido, a terra, a natureza e até mesmo a sua produção não podem ser reduzidos à simples condição de mercadoria, pois fazem parte da cosmovisão Avá-Guarani.

Faria (2016) diz que a relação do indígena com a natureza apresenta-se como um conteúdo de resistência no processo de retomada de suas terras, com base no seu uso comunitário. “Isso porque a natureza é base imprescindível para sua reprodução social – e não simplesmente material, como na lógica capitalista do lucro – ou seja, fundamento para seu sustento e para sua existência como Guarani.” (FARIA, 2016, p. 220).

Conforme Martins (1986), a terra indígena não pode ser considerada como meio de produção. A terra se converte em meio de produção quando, como tal, é explorada pelo capital, com apropriação da renda da terra pelos setores proprietários e capitalistas. “Para os povos indígenas, a terra aparece fundamentalmente como meio de re-produção, de recriação de estruturas, relações, instituições, ritos, que a simples conversão do *território em terra*, isto é, em *meio de produção*.” (MARTINS, 1986, p.36). Neste sentido, para os indígenas a terra não se reduz a um meio econômico. Ela aparece em primeiro lugar como condição da vida, como meio de reprodução social.

A situação de insuficiência e o cerco de suas terras pelo agronegócio e a produção capitalista é que impõe aos indígenas a necessidade de converterem parte de sua produção em objetos de trocas (não capitalistas) e, também, a venderem a sua força de trabalho.

O cerco e a remoção, a definição de um território não mais pela tribo e sim pelo Estado, introduzem a mediação do mercado e da terra-mercadoria na relação do homem com a natureza. A terra convertida em equivalente de mercadoria *dos outros* impõe o cerco e a remoção e impõe, como resultado as *insuficiências* no interior do grupo tribal. (MARTINS, 1986, p. 35)

Neste sentido, o processo histórico de expulsão dos Guarani de suas terras resultou nas *insuficiências*, que inviabilizam muitas práticas do passado, trazendo alterações na agricultura indígena, na qual era comum a mudança das aldeias em função do deslocamento das roças. A natureza de onde tiravam seus meios de vida como a caça, pesca e a coleta tornou-se escassa, as aldeias fixadas, ou seja, a própria perspectiva do espaço completamente alterada.

A situação que encontram ao retomarem suas terras é de uma área onde a lógica da propriedade privada da terra alterou as condições materiais que sustentavam o modo de vida Avá-Guarani. Ou seja, foram varridos os seres humanos, a diversidade natural da qual os indígenas faziam parte e uso, dando lugar à monocultura do agronegócio, restando apenas o sentido simbólico-espiritual que fundamentam a luta dos Avá-Guarani. Por isso, no ato da retomada, acabam enfrentando muitas dificuldades para a garantia da reprodução física e cultural no território retomado. Para continuar a ser Avá-Guarani, agora dependem de encontrar soluções que permitam a sobrevivência do grupo no novo contexto, pois a diversidade natural foi reduzida, impossibilitando muitas práticas que eram realizadas pelos seus antepassados.

O contato com a sociedade não indígena, novas necessidades foram incorporadas à organização produtiva dos Avá-Guarani, como a necessidade do consumo de produtos

de são produzidos fora, ou seja, de mercadorias produzidas nos interstícios das relações capitalistas.

Os indígenas incorporaram várias necessidades do mundo dos não indígenas, desde vestimentas, alimentos industrializados e in-natura, utensílios, ferramentas, matérias-primas para o artesanato, dentre outros. A necessidade dessas mercadorias torna-se ainda mais intensa quanto maior for a proximidade com a cidade, como afirma Paulina Martines<sup>35</sup>, indígena do *tekoha Y'hovy*: “Por mais que a gente procura manter nossa cultura, nossos costumes, eu não conseguiria viver mais sem o contato com a cidade, das coisas que a cidade oferece.” Observa-se que os indígenas têm dependência em relação à cidade para conseguir alguns gêneros básicos, tais como fubá, sal, arroz, erva-mate, óleo, feijão, carne bovina, leite e até alimentos como salgadinhos, balas, biscoitos e refrigerantes.

O trabalho dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* é voltado principalmente para a produção de valores-de-uso, destinado a produzir coisas úteis para si, para atender suas próprias necessidades físicas ou espirituais. Entretanto, os Avá-Guarani não conseguem produzir tudo que necessitam, tornando-se a ida até o mercado, não necessariamente capitalista, inevitável. Para isso precisam de dinheiro, equivalente universal de todas as mercadorias. Conforme afirma Marx (2011), “o dinheiro não conhece fronteiras: é o representante universal da riqueza material, pois é conversível em qualquer mercadoria.” (MARX, 2011, p.160).

Dessa forma, os indígenas não são apenas produtores de valores-de-uso, mas também de valores-de-troca. Precisam vender produtos do seu trabalho para obter o dinheiro, utilizado para adquirirem outras mercadorias, das quais necessitam e não produzem. “Agora, a *reprodução passa a depender da produção* – a reprodução do povo indígena que a produção produz. A produção repõe as condições novas da reprodução social do índio.” (MARTINS, 1986, p.37).

Como exemplo, os indígenas do *tekoha Y'hovy*, comercializam produtos como o artesanato e compram o fumo que não produzem mais (pelo menos até a data da pesquisa), que é utilizado no cachimbo, da qual a fumaça possui um sentido sagrado presente nos rituais. Do mesmo modo, quando algum outro produto do seu trabalho é eventualmente colocado à venda para comprar algum item de primeira necessidade, como arroz, carne bovina, sal, óleo e etc.

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada em abril de 2017.

Conforme Marx (2011) “a mercadoria é antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas” (MARX, 2011, p.57). É a utilidade de uma coisa que faz dela um valor-de-uso, não importa como ela venha satisfazer a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Marx (2011) explica que uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria, pois quem trabalha para satisfazer a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não gera mercadoria. Para criar mercadoria, é necessário não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, “dar origem ao valor-de-uso social”. Os valores-de-uso são os veículos materiais dos valores-de-troca. Sendo assim, toda mercadoria é simultaneamente valor de uso e valor de troca. A mercadoria deve ter um valor de uso, atender alguma necessidade, do contrário ninguém a compraria. Essa é a duplicidade da mercadoria, por ser objeto útil e veículo de valor.

Temos assim o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria, a substância do valor e a grandeza do valor. A primeira refere-se à qualidade, o tipo de trabalho que é realizado para sua produção, o conteúdo do valor. A segunda refere-se a quantidade do valor, que tem como base a quantidade de trabalho necessária para sua produção:

Toda força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. (MARX, 2011, p.61)

Para que seja possível a troca entre duas mercadorias diferentes, é necessário reduzi-las a uma coisa comum, uma mesma grandeza que seja possível quantificar. Desta forma, a cada tipo de trabalho, criador de valor, torna-se um trabalho complexo, generalizado, social, abstrato, através da qual a mercadoria é medida.

O valor-de-uso só possui valor porque nele está materializado o trabalho humano abstrato. O trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Para se permutar produtos qualitativamente diferentes, se mede através do tempo de trabalho, porque o trabalho qualitativo não há como medir. Não é pela qualidade do trabalho, mas pela quantidade de trabalho que se mede o valor da mercadoria. Se perde a concretude

do trabalho (diferentes tipos de trabalhos úteis) e se mede apenas o tempo (trabalho abstrato).

A forma de calcular os valores da mercadoria muda conforme o contexto histórico de uma sociedade. Como exemplo, o tempo de trabalho necessário para a produção de uma determinada mercadoria pode mudar em consequência dos competidores que mudam as suas condições de produção ou até mesmo, um objeto útil, em um dado momento histórico, ser substituído por outro e deixar de ter um valor social.

Conforme Marx (2011) as mercadorias, encarnação do trabalho humano e, por isso, entre si, comensuráveis, podem medir seus valores pela medida universal do valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro é gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, para equiparar diferentes produtos do trabalho, sendo assim, o processo de circulação não se extingue, como ocorre com a troca direta de produtos.

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. [...] A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência. (MARX, 2011, p.201)

Para facilitar a troca de mercadorias houve o processo de generalização do dinheiro como forma equivalente de valor. Para isso, foi necessário que o tempo de trabalho se tornasse uma medida universal, através da generalização e universalização do trabalho livre<sup>36</sup>. Igualmente, houve a necessidade da divisão social do trabalho, pois com o isolamento econômico não há como medir o tempo de trabalho socialmente necessário.

É a necessidade que tem os indígenas de mercadorias produzidas nos interstícios das relações capitalistas que transforma os produtos elaborados no interior dos acampamentos-*tekoha* em veículos de troca não capitalista. É essa necessidade de objetos úteis, vindo de fora, que instiga os Avá-Guarani a venderem pelo menos parte dos produtos de seu trabalho, ou, a sua própria força de trabalho. Entretanto, nos acampamentos-*tekoha* observa-se que ainda não houve uma dissociação sistemática,

---

<sup>36</sup> O desenvolvimento do capitalismo é contraditório. Existem relações que não são tipicamente capitalistas que desempenham um papel fundamental na reprodução ampliada do capital. A generalização do trabalho livre, por exemplo, não significa acabou com as relações de trabalho consideradas arcaicas, como a escravidão por dívida. (MARTINS, 2009)

entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e das coisas destinadas à troca. Isso porque os preceitos que alicerçam a produção dos Avá-Guarani são muito diferentes daqueles que regulamentados pelo modo de produção capitalista. Busca-se, assim, a interpretação do indígena em um contexto em que as formas de obterem seus meios de vida foram alterados pela expansão capitalista. E o processo de recriação e existência do indígena está relacionado por essa mesma expansão. Conforme Martins (1986), estamos diante de um processo em que a mesma mediação das relações sociais, como a mercadoria e o dinheiro, podem ter o mesmo nome, mas não tem a mesma significação para o indígena e para o não indígena. A mercadoria e o dinheiro operam no limite de dois mundos (e de duas lógicas), o do índio e a do branco, mais precisamente, do índio e do capital. (MARTINS, 1986, p.15)

Quando o indígena vende sua força de trabalho, seja no trabalho do corte da cana-de-açúcar, colheita da maçã, mandioca, dentre outras, para ele, não está vendendo uma mercadoria, haja vista que este não é o seu mundo. Mas para quem compra a força de trabalho, o agronegócio, é uma mercadoria. E se a mercadoria desde o início pretendeu subverter o indígena, trazê-lo para o mundo do “branco”, o indígena ressignificou a mercadoria, dando-lhe outro sentido, como exemplos do fumo que agora é comprado e utilizado no ritual, como já citado acima.

A “agricultura tradicional” que utiliza de ferramentas introduzidas pelo “branco” é outro exemplo, pois o cuidado com os acampamentos-*tekoha*, como a limpeza, que utiliza de máquinas como roçadeiras, motosserra e etc. Assim como as construções das moradias e casa de reza, que agora são cobertas por telhas de barro ou amianto, pois a região não dispõe mais de sapé em abundância.

No modo de produção capitalista, “os produtos assumem a forma mercadoria, têm de ser vendidos depois da produção, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda”. (MARX, 2011, p. 199) O produto não é para satisfazer imediatamente o seu proprietário, pois seu único valor-de-uso é servir como veículo de meio-de-troca, ou seja, para vender e obter dinheiro para, só então, adquirir valores de uso que estão nas mãos de outros proprietários, estes que, também não produzem valores de uso para si, mas para os outros.

Na prática produtiva dos Avá-Guarani, não há esta dissociação sistemática da produção de valores-de-uso e de valores-de-troca. Não há alienação completa dos produtos de seu trabalho, pois, se for necessário, o produto que resultou da

intencionalidade da venda, poderá ser diretamente útil. E os valores-de-uso, ocasionalmente, tornarem-se valores-de-troca.

Na produção agrícola, por exemplo, um determinado cultivo voltado para a venda, poderá deixar de ser mercadoria para saciar a fome da família ou ser trocado entre os membros da comunidade, sem a necessidade da mediação do dinheiro. Como exemplos, no *tekoha Jevy* e no *tekoha Mirin*, alguns roçados de mandioca são destinados para a venda para a feclaria, contudo, pode servir diretamente como alimento. No *tekoha Taturi*, o plantio de banana é voltado para o comércio, mas não deixa de ser uma importante fonte de alimento para as crianças e adultos, em situações, não raras, de não haver outra fonte de alimentos.

A intencionalidade da produção de algum artesanato pode ser a venda, destinada ao não-indígena que visita o acampamento-*tekoha*. Mas, pode ocasionalmente deixar de ser mercadoria para ter um valor simbólico e passar a ser uma cortesia para o visitante ou, então, vendida a qualquer preço, sem o equivalente de trabalho e mediação do valor-de-troca. O indígena tem autonomia de decidir sobre o destino do produto do seu trabalho, o seu produto não serve-lhe apenas como valor-de-troca, não existe uma relação de completa alienação, como acontece no modo de produção especificamente capitalista, em que a divisão social do trabalho já se encontra generalizada.

O preço da mercadoria produzida pelo indígena é regulado por parâmetros muito diferentes das condições gerais da circulação de mercadorias. Na sociedade capitalista, são as leis de mercado que regulam o preço da mercadoria, em que os bens produzidos estarão sempre em constante comparação, pois a medida do valor se dá pela média de trabalho necessário<sup>37</sup> para a produção de uma mercadoria em um dado contexto histórico e social, como já apontado anteriormente. Diversos elementos interferem no processo de trabalho e estes desempenham papéis diferentes na formação do valor dos produtos.

A venda direta do produto ao seu consumidor final oferece maior autonomia em relação à prática de preços. O comércio ocasional praticado pelos Avá-Guarani permite que o preço de um produto da mesma espécie possa vir a ser acima ou abaixo do valor que é praticado pelo viés capitalista. A condição financeira ou a ocupação profissional de quem se interessa pelo produto poderá ser um critério no estabelecimento do preço,

---

<sup>37</sup> Essas variam sempre, independente da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca. (...) A determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos da mercadoria. (MARX, 2011, p. 96)

ou seja, um artesanato vendido para um professor poderá ter um preço maior que um artesanato com as mesmas qualidades, mas vendido para um aluno. Se na avaliação do Avá-Guarani uma pessoa dispõe de dinheiro (por ter boas condições de emprego e renda), irá pagar mais caro pelo produto. Já uma pessoa com baixa condição financeira poderá comprar o produto abaixo do seu valor (vendido a qualquer preço), ou recebe-lo como um agrado, um presente.

No mundo regulado pelo mercado as relações sociais desaparecem, o que fica é a aparente relação de igualdade da troca entre as mercadorias, igualadas pelo seu equivalente geral, o dinheiro. Conforme escreveu Marx (2011), é como se as mercadorias tomassem vida própria e permutassem sozinhas. Todos podem ir ao mercado e comprar, desde que tenha o dinheiro.

O indígena não coloca seu produto em comparação aos outros bens pertencentes ao mundo da mercadoria para fixar seu preço. São as suas necessidades e sua visão de mundo que serão determinantes em suas negociações. Por exemplo, se a necessidade do dinheiro ou de algum produto do qual não produz for imediata, a venda de sua mercadoria poderá ocorrer abaixo do valor sob a lógica capitalista. Do mesmo modo, o produto não perde a suas características de ser o resultado de um trabalho humano e não perde sua condição humana, diferente de como ocorre na mercadoria.

O comércio praticado pelos Avá-Guarani acontece de diferentes formas. Uma delas é levar seu produto até a cidade, para ser vendido na rua ou oferecido de porta em porta nas casas. Outra forma de comércio é quando o não-índio vai até o acampamento-*tekoha* à procura dos produtos. Nestes dois casos, os produtos mais comercializados são os agrícolas, como mandioca, milho-verde, galinha caipira, amendoim, dentre outros.

Outra ocasião que os Avá-Guarani vendem suas mercadorias é quando a comunidade recebe visita, especialmente de estudantes, professores e demais simpatizantes da causa indígena. Nesta circunstância, os artesanatos são os produtos mais vendidos, tais como colares de sementes, brincos de pena, chocalhos, arco e flechas, filtro dos sonhos, animais de madeira, dentre outros. Os eventos (reuniões, encontros, seminários de ordem político-cultural-religioso e/ou acadêmicos) que os indígenas organizam ou são convidados a participar são, igualmente, oportunos para a venda de artesanatos.

No interior dos acampamentos-*tekoha* igualmente ocorre a prática da comercialização em que os próprios indígenas são os consumidores. É possível averiguar algumas plaquinhas de venda em frente as moradias, como de geladinho

(sorvete artesanal), refrigerantes, produtos em catálogos como Avon, por exemplo, mandioca, dentre outros. Mas não se trata de um estabelecimento comercial com suas regras sistemáticas de mercado. É o local de morada do índio, em que, circunstancialmente, algum produto produzido ou comprado por ele vem a ser colocado para a venda. Essa atividade não possui jornada rígida de trabalho, não há exposição das mercadorias e nem mesmo estoque e abastecimento contínuo de produtos.

Esse tipo de comércio no interior do acampamento-*tekoha* depende de algumas condições, tais como, uma quantia em dinheiro ou crédito com algum comerciante local para a compra de uma quantidade de produtos para a revenda, como exemplo a venda de refrigerantes e cervejas. Ao terminar o estoque de mercadorias, não é reinvestido um montante do dinheiro das vendas para que a atividade continue. O dinheiro adquirido com a venda é utilizado para suprir outras necessidades do indígena e o comércio desaparece. Em relação aos produtos agrícolas, eles são destinados principalmente para o auto-consumo. A comercialização é realizada se, eventualmente, aparece algum não indígena no acampamento-*tekoha* para comprar, especialmente mandioca e galinha. A comercialização se realiza apenas se há produto excedente, de modo que não faça falta para o consumo da família ou para a continuidade da produção.

O dinheiro nas mãos do indígena é apenas dinheiro, e se distingue do dinheiro que é capital. Conforme Marx (2011), essa diferença está na forma de circulação. O dinheiro nas mãos do indígena efetua a forma da circulação simples de mercadoria, que é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria. Diferentemente da forma de circulação que corresponde a forma ampliada de capital, em que a finalidade na venda de mercadorias é o dinheiro.

A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra; a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira forma, o movimento começa com a mercadoria, o dinheiro é o intermediário para obter outra mercadoria. No segundo caso, o dinheiro é o ponto de partida e a meta final do movimento.

Mesmo que o indígena invista dinheiro na compra de mercadorias para a revenda, a finalidade do processo é a compra de outras mercadorias e não o retorno do dinheiro. “Só pode ocorrer o retorno do dinheiro ao ponto de partida com a renovação ou repetição do processo por inteiro.” (MARX, 2011, p. 180)

Por isso, o indígena adentra ao mundo da mercadoria com uma lógica diferente da lógica de produção e circulação capitalista. É uma economia mercantil simples. A

finalidade do indígena em vender uma mercadoria não é obter mais dinheiro em forma de lucro, mas sim, obter dinheiro para a compra de outra mercadoria do qual necessita. A venda de mercadorias pelos indígenas é momentânea, as duas formas de circulação se cruzam, mas a circulação simples sempre chega a um fim. Diferentemente do circuito que ocorre o processo de realização do capital, em que se obtém mais dinheiro da circulação do que lançou no início, D-M-D’.

Entende-se que D’ é a “soma do dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. A esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo chamo de mais-valia (valor excedente)” (MARX, 2011, p. 181) O dinheiro inicialmente investido não só se mantém na circulação, mas multiplica-se. Esse movimento o transforma em capital.

O indígena não adentra no mundo da mercadoria de forma similar em todos os lugares. Nos acampamentos de retomadas em estudo, existe a eventual prática de colocar seus produtos para serem vendidos, em que a realização final do processo se dá pela venda direta ao seu consumidor. Outra forma é a venda de produtos que irá servir de matéria-prima para a indústria, como é o caso dos Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa que sobrevivem da catação de materiais recicláveis, assim como aqueles que cultivam mandioca para vender para a indústria, por intermédio de um atravessador.

Conforme Martins (1986) “no próprio mundo do capital a mercadoria esconde, por trás da mesma cara, da mesma forma, conteúdos muito diferentes.” (MARTINS, 1986, p. 15) As mercadorias não são iguais nas suas consequências sociais, pois o mercado não é uniforme e sim, diferenciado. O autor qualifica e diferencia as mercadorias entre si por suas características históricas e por seus efeitos sociais, em especial às comunidades indígenas. A mercadoria típica é o produto, a coisa produzida pelo trabalho e levada ao mercado para ser trocada ou para ser vendida em troca de dinheiro. É típica porque é móvel, circula. A segunda mercadoria é a força-de-trabalho, que não é mercadoria típica porque não é produto do trabalho, é pelos artifícios do mercado que tal mercadoria se separa do trabalhador. E uma terceira mercadoria é a terra, como já visto anteriormente, que não é mercadoria típica, não é mercadoria mas é tratada como se fosse. Para produzir renda que é seu uso capitalista. (MARTINS, 1986)

A terra, para o capital, ganha a condição de equivalente de mercadoria e vem atingir diretamente a vida dos indígenas, como o processo de expulsão de suas terras e negação aos seus direitos territoriais que ocorreram e vem ocorrendo ao longo da história. Mas a terra, enquanto mercadoria para o capital, vem impactar a vida dos

indígenas por meio de outros mecanismos, conforme observa-se em dois acampamentos de retomadas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. A situação jurídica da propriedade da terra é condição mínima para formalizar a comercialização dos produtos agrícolas com a indústria, pois é necessário o Cadastro de Produtor Rural – CAD/PRO para a comercialização formal dos produtos agrícolas. Entretanto, para o indígena, a terra não é uma mercadoria e não se reduz a condição de meio de produção. Entretanto, alguns indígenas comercializam parte da sua produção agrícola, como a mandioca.

Essa realidade é enfrentada pelos Avá-Guarani dos acampamentos *tekoha Jevy* e do *tekoha Yvyraty Porã*, que tentam vender a produção de mandioca para a indústria local. É neste contexto que surge o intermediário ou atravessador, que compra o produto do indígena pela metade do preço praticado pela indústria, sendo que cabe aos indígenas todo o trabalho, eventuais custos da produção e do transporte. Se, de um lado, o atravessador é o caminho que o indígena encontrou para vender seu produto, de outro, essa condição força-o a vender seu produto a um preço mais baixo.

Muitos indígenas, para garantirem a sua sobrevivência são forçados também a vender sua força de trabalho, entretanto, excluídos das relações de trabalho assalariadas e tendo a vida dificultada, ou mesmo, sendo privado das condições mínimas de sobrevivência, sujeitando-se a condições extremamente precárias de trabalho, como na catação de materiais recicláveis nos lixões ou nas ruas das cidades. No entanto, essa coleta não faz o indígena um trabalhador, ou seja, membro da classe trabalhadora.

A expansão da indústria de recicláveis no Brasil está relacionada com a garantia de lucro, através da superexploração de trabalhadores que estão à margem do mercado de trabalho formal. Por essa razão, na necessidade de obterem os meios necessários para a sobrevivência, sujeitam-se ao trabalho na catação de materiais recicláveis.

A miséria, que se agrava com o desemprego, força muitos trabalhadores em geral a viverem da coleta de materiais recicláveis. Conforme Gonçalves (2006), a atividade da reciclagem envolve uma estrutura econômica complexa, que é composta em sua base pelos catadores, pelos compradores (intermediários, atravessadores que vão até os lixões, ou fazem aquisição do material junto aos catadores que atuam nas ruas das cidades), que, por sua vez, podem comercializar com outros intermediários de maior porte, com a capacidade de estocagem ou triagem, ou diretamente com a indústria de reciclagem. Ao exercer o poder de compra final, as indústrias de reciclagem controlam toda essa estrutura.

Na pesquisa, foi possível observar essa atividade desenvolvida pelos indígenas, ou seja, a catação de materiais recicláveis no lixão ou nas ruas das cidades.

**Foto 12:** O trabalho indígena na reciclagem no aterro sanitário de Guaíra



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Existe no município de Guaíra uma Associação Municipal de Catadores de Materiais Recicláveis, mas os indígenas fazem a catação de forma independente, sem qualquer vínculo com a associação. Os indígenas fazem a catação na cidade ou nos lixões, e vendem para comprador/atravessador.

Conforme verifica-se na tabela (06) abaixo, aproximadamente 4% dos indígenas de Guaíra e Terra Roxa realizam a atividade da coleta de materiais recicláveis. Desses, 76% são dos acampamentos-*tekoha* situados na área rural. A atividade é possibilitada porque o material é coletado, separado e ensacado no local, e, posteriormente um intermediário chega com um caminhão e faz o carregamento e transporte do produto. A exceção ocorre com alguns indígenas do *tekoha Tatury*, que acumulam latinhas de cerveja e caminham longas distâncias para vendê-las para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

**Tabela 4:** Indígenas que coletam Materiais Recicláveis

<i>tekoha</i>	Nº total de pessoas do	Local da atividade	%
---------------	------------------------	--------------------	---

	Tekoha		
<i>tekoha Mirin</i>	105	Lixão do município de Guaíra	33
<i>tekoha Araguaçu</i>	163	No entorno e no interior da acampamento- <i>tekoha</i>	2
<i>tekoha Taturi</i>	85	Lixão do município de Guaíra	8
<i>tekoha Karumbe'y</i>	62	Área urbana	5
<i>tekoha Porã</i>	116	Área urbana	3
<i>tekoha Pora Renda</i>	71	No interior do acampamento- <i>tekoha</i>	4
<i>tekoha Marangatu</i>	258	Área urbana	1
<i>tekoha Y'hovy</i>	167	No perímetro urbano	2
<i>tekoha Tajy Poty</i>	21	Não coletam	-
<i>tekoha Guarani</i>	75	Não coletam	-
<i>tekoha Yvyraty Porã</i>	150	Não coletam	-
<i>tekoha Yvy Porã</i>	61	Não coletam	-
<i>tekoha Nhemboete</i>	21	Não coletam	-
<i>tekoha Jevy</i>	245	Não coletam	-
<b>Total</b>	<b>1600</b>		<b>4</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

A maioria dos indígenas, que tem como renda principal a proveniente da coleta de materiais recicláveis, reside no *tekoha Mirin* e no *tekoha Taturi*, acampamentos-*tekoha* localizados na área rural, nas proximidades do lixão do município de Guaíra. Conforme Arsenio Dias, indígena do *tekoha Mirin*:

Aqui quase todo mundo trabalha no lixão. São poucas famílias que não trabalham no lixão, porque aqui em Guaíra é difícil encontrar trabalho pra nós. Então a gente vai no lixão. Se encontra outro trabalho, a gente vai. Mas é difícil, porque o branco não quer dar mais trabalho para índio. Antes a gente trabalhava arrancando mandioca, carpindo, mas agora nem isso, não acha mais. (Arsênio Dias – *tekoha Mirin*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

As famílias do *tekoha Mirin* têm como principal fonte de renda a coleta de recicláveis no lixão diante da dificuldade de encontrarem outro trabalho e, também, porque não possuem terra suficiente para plantar. Permanecem nesta atividade até encontrarem condições que sejam menos piores de emprego e renda, como a colocação sazonal nas propriedades agrícolas.

O “trabalho” diretamente no lixão consiste na catação e separação dos resíduos recicláveis, que são armazenados em grandes volumes e vendidos para um atravessador, que busca os volumes diretamente nos lixões com um caminhão. Esse “trabalho” é realizado sem a mínima proteção, pois não há máscaras para minimizar o mau cheiro,

ou luvas e botas para evitar possíveis ferimentos. Portanto, os indígenas que ali “trabalham” estão expostos a qualquer tipo de contaminação e doenças.

**Foto 13:** Carregamento dos recicláveis coletados pelos indígenas



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

O transporte do lixão para o local da pesagem e da venda é feito por atravessadores. Os não indígenas que carregam e fazem o transporte também realizam um trabalho precarizado, que exige esforço físico e com contato direto com os volumes sujos, mal cheirosos e molhados.

Como os indígenas não possuem nenhum equipamento de proteção adequado, ocorre a improvisação, como luvas de sacolas plásticas, encontradas por eles no próprio lixão, bonés e, até mesmo os volumes com o material reciclado, podem servir de encosto para os indígenas pousarem o corpo quando estiverem cansados.

A faixa de renda mensal desses trabalhadores é R\$180,00 mensais. O valor é pago pelo atravessador a cada quinzena, sendo que o pagamento é feito por dupla de catadores, ou seja R\$180,00 para dividir entre duas pessoas. Destaca-se que há o trabalho não remunerado de muitas crianças, que são levadas pelos pais ou avós para ajudar no trabalho da “catação” e separação do “lixo”. Conforme relata Arsenio Dias –

indígena do *tekoha Mirin*<sup>38</sup>: “O homem que compra o material da gente, paga trinta centavos o quilo. Para o branco que vende pra ele, paga cinquenta centavos o quilo. Só porque a gente é índio ele paga menos para nós.” Ou seja, ocorre um rebaixamento do valor do produto indígena em relação ao produto do não índio, o que indica o cruzamento entre as atividades econômicas e o preconceito.

Conforme José Carlos – indígena do *tekoha Tatury*<sup>39</sup>: “Todo dia a prefeitura descarrega cinco caçambas de lixo. A gente sai daqui umas oito e meia, chega lá umas nove horas. A gente só volta pra casa quando termina o serviço, separa o que presta e o que não presta, a gente volta pra casa bem de tardezinha”

Não há uma jornada regular, e como a remuneração é por produção, fica a critério de cada pessoa ou família o tempo de trabalho ou decidirem se vai para o lixão nos dias de chuva ou em horários de calor extenuantes. Entretanto, a condição que se encontram, o que existe é falsa autonomia, pois o preço do produto é muito baixo, forçando os Guarani a manter a produtividade elevada. A presença dos abrigos improvisados, demonstram que a catação não é interrompida em condições de calor intenso ou chuva.

O produto comercializado abaixo do seu valor se efetiva na supexploração do trabalho do índio, garantindo a lucratividade dos comerciantes e da indústria recicladora. O rebaixamento do valor da mercadoria vendida pelo indígena, seja o rebaixamento do produto do seu trabalho ou da sua própria força de trabalho, é uma prática que se instrumentaliza pelo preconceito étnico racial, o estereótipo do “índio vagabundo que não gosta de trabalhar”. O preconceito étnico-racial é instrumentalizado para auferir o lucro, rebaixando o preço da mão de obra indígena e discriminando o preço de seus produtos.

Essa é uma das consequências sofridas pelos indígenas por ter necessidades de produtos ou objetos produzidos fora do acampamento-*tekoha*. Com a troca desigual, o indígena passa a ser, conforme afirma Martins (1986), mais *vendedor* (produtor de mercadorias vendidas abaixo do seu valor) do que *comprador* (por comprar mercadorias acima do seu valor). Na pesquisa em questão, é mais comum a prática da venda do produto indígena abaixo do seu valor, para a compra de mercadorias equivalentes a seu valor, o que não deixa de ser uma troca desigual.

---

<sup>38</sup> Depoimento coletado em janeiro de 2018.

<sup>39</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2017.

Os catadores de materiais recicláveis da área urbana realizam a coleta nas ruas da cidade e no interior do próprio acampamento-*tekoha*. O material coletado é estocado em suas próprias moradias, conforme é possível observar na foto (14) abaixo:

**Foto 14:** Depósito improvisado de resíduos plásticos – *tekoha Karumbe'y*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Conforme Soeli Escobar – indígena do *tekoha Karumbe'y*:

Eu levanto cedo e saio pela cidade de carroça, porque a pé eu não aguento mais. Vai eu e minhas crianças. Meu marido trabalha fazendo diária. Ele é servente de pedreiro. Eu vendo os produtos ali na associação, eu junto uma quantidade, aí quando tem bastante eles vem buscar aqui na minha casa de caminhão. Eu recebo uns duzentos e sessenta reais por mês, as vezes mais, as vezes menos. Depende do quanto que eu juntei. (Soeli Escobar – *tekoha Karumbe'y*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

O valor é diferente do produto vendido pelos indígenas que trabalham no lixão porque vendem para outro comprador, que busca o material no local. Os indígenas da área urbana, geralmente, vendem o material reciclado para a Associação de Catadores de Materiais Reciclados. Na área urbana, os indígenas que trabalham com reciclados

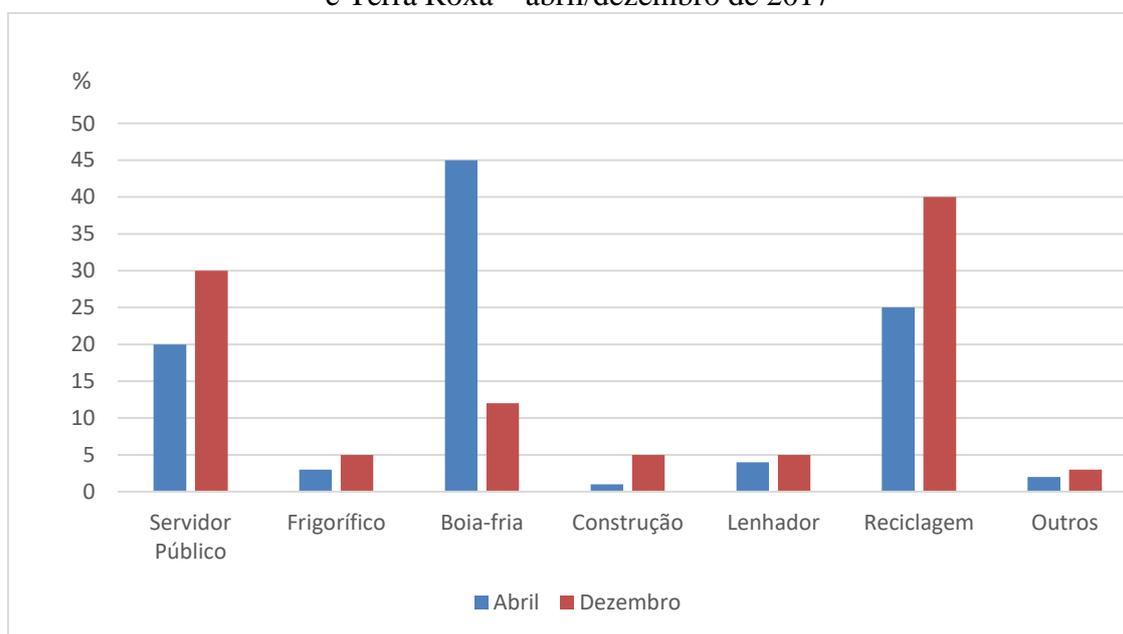
conciliam o trabalho da coleta com outras atividades produtivas, como a criação de animais.

Os Avá-Guarani que vivem da coleta de materiais recicláveis, não vendem todo o produto coletado, pois muitos objetos e materiais encontrados são reaproveitados, transformando-se em um valor-de-uso.

Neste sentido, é possível observar nos arredores das casas dos Avá-Guarani, muitos objetos que são descartados pelos não indígenas, desde cadeiras, brinquedos, carrinhos de bebê e utensílios domésticos, mesmo apresentando defeitos, ganham utilidade para a vida dos Avá-Guarani. São exemplos restos de lona, madeira e portas, que são, muitas vezes, utilizados na construção das habitações.

Outra mercadoria vendida pelos Avá-Guarani é a sua própria força de trabalho. Aproximadamente 5% dos indígenas possuem um emprego fixo. No gráfico (3) a seguir é possível observar as principais colocações<sup>40</sup> em que os indígenas estavam trabalhando em abril e dezembro de 2017.<sup>41</sup>

**Gráfico 8:** Mão-de-obra indígena dos acampamentos-*tekoha* dos municípios de Guaira e Terra Roxa – abril/dezembro de 2017



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

<sup>40</sup>Colocação, refere-se ao lugar que os indígenas ocupam no mercado de trabalho, em quais atividades sua mão de obra é absorvida. O cálculo foi efetuado a partir do total de indígenas que estavam trabalhando no conjunto dos *tekohas*.

<sup>41</sup> O trabalho na coleta de materiais não se trata de regime de trabalho assalariado, mas do pagamento em dinheiro por produção. Embora não seja um regime de trabalho assalariado, foram contabilizados juntamente com as demais colocações, pois para os indígenas a catação foi a única opção que lhes restaram para conseguir alguma remuneração, conforme já apontado anteriormente.

Conforme o gráfico acima, as principais ocupações dos Avá-Guarani estão na reciclagem, no setor público e no campo, como boia-fria e na extração da lenha. O levantamento de dados ocorreu em dois períodos do ano, no mês de abril e no mês de dezembro. Como os indígenas realizam trabalhos temporários e o trabalho sazonal, nota-se que no mês de abril algumas atividades absorvem maior número de mão de obra indígena, como o trabalho de boia-fria. No mês de abril foram contabilizados os indígenas que trabalharam na poda do pendão do milho, que acontece na região entre os meses de março e abril, um pouco antes do período da colheita. A prática explica-se em razão de que, com a poda do pendão da planta, há um maior desenvolvimento dos grãos. No mês de dezembro, o campo já não absorve tanto a mão de obra indígena, o que explica a menor expressão da atividade de boia-fria.

No mês de abril, destaca-se a atividade de boia-fria (45%), seguido da reciclagem (25%) e do serviço público (20%), do total de indígenas inseridos em alguma colocação. Já no mês de dezembro, a reciclagem está com o maior percentual da mão de obra (40%), seguido do serviço público (30%) e boia-fria (12%). Isso porque é um período do ano em que não há muita demanda da mão de obra indígena no campo.

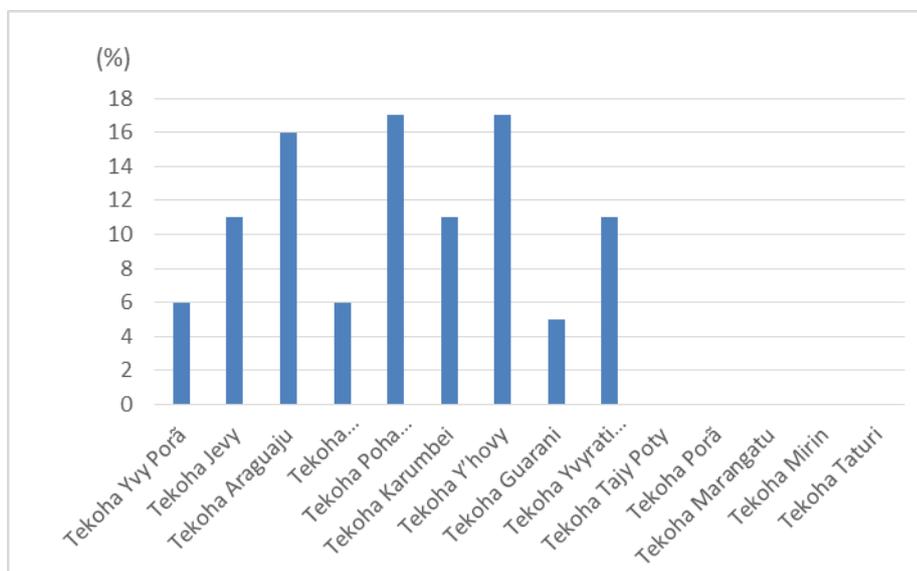
Os indígenas que estavam trabalhando no setor público, estavam ocupando funções criadas para atender as demandas sociais no interior dos acampamentos-*tekoha*, como professores da língua Avá-Guarani, auxiliares de serviços gerais das escolas, agentes de saúde, motorista do SESAI, dentre outros. Esses são assalariados sob o regime de contrato temporário, por tempo determinado, num período que varia de um a dois anos de trabalho.

Os Avá-Guarani se deslocam para trabalhar, por exemplo, na colheita da maçã em Santa Catarina, para a colheita da mandioca nas fazendas do Paraguai e do Mato Grosso do Sul, dentre outras atividades nas áreas rurais como roçar, carpir, tratar animais, operar máquinas. Um grande número de indígenas deixa temporariamente seu local de moradia e a família para trabalhar em lugares distantes. Essa migração temporária é ritmada pelos ciclos agrícolas distintos, como o período de plantio, do crescimento e da colheita do produto agrícola.

Entre os trabalhos sazonais realizados pelos Avá-Guarani que vivem em Guaíra e Terra Roxa, destacam-se a poda do pendão do milho e a colheita da maçã, pois são as atividades que mais absorvem mão de obra indígena. Aproximadamente 88 indígenas

trabalharam na poda do pendão do milho e 198 na colheita da maçã em 2017. A colheita da maçã acontece entre os meses de janeiro a março.

**Gráfico 9:** Mão de obra indígena na poda do pendão de milho em 2017

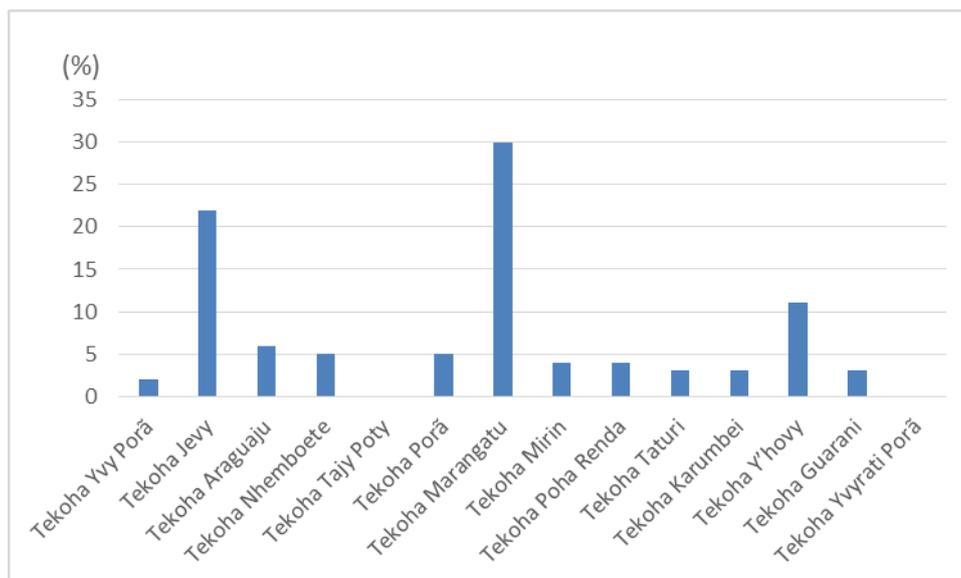


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Conforme o gráfico (9), em cinco acampamentos de retomadas não houve a participação dos Avá-Guarani na poda do pendão do milho, e isso se deve, principalmente, à distância do acampamento da localização da fazenda. O “gato” (ou agenciador) procura os indígenas que vivem nos acampamentos-*tekoha* mais próximas das fazendas, sendo que nas demais os indígenas, em geral, não ficam sabendo do trabalho em tempo hábil. A duração do trabalho no corte do pendão de milho teve duração média de 07 a 15 dias. Destacam-se com maior participação nesta atividade o *tekoha Poha Renda* (17%), o *tekoha Y'hovy* (17%) e *tekoha Araguaju* (16%).

A colheita da maçã é uma atividade que absorve maior número de indígenas, apresentando maior participação dos acampamentos-*tekoha*. Conforme o gráfico abaixo (10), apenas dois acampamentos-*tekoha* não atingiram nenhum percentual: o *tekoha Yvyraty Porã* e o *tekoha Tajy Poty*. Destacam-se com maiores percentuais o *tekoha Marangatu* com 30%, *tekoha Jevy* com 22% e o *tekoha Y'hovy* com 11%. O trabalho na colheita da maçã tem duração de 30 a 90 dias.

**Gráfico 10:** Mão de obra indígena na colheita da maçã em 2017



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Conforme Gilberto Maciel, indígena do *Tekoha Y'hovy*:

“Todo ano vai gente daqui da região pra trabalhar na colheita da maçã, de três a quatro turmas, aproximadamente umas 200 pessoas. A gente daqui da aldeia vai para o Rio Grande do Sul, os gerentes mesmo vêm para cá pra região procurar as pessoas para a colheita, mas tem gente que vai para Santa Catarina.” (Gilberto Maciel – *tekoha Y'hovy*. Entrevista realizada em janeiro 2018)

A empresa contratante oferece o transporte, alojamento e a alimentação. O trabalho é mediante contrato de trabalho formal e a remuneração é um salário mínimo e mais um valor por produção. Recebem entre R\$2400,00 a R\$2900,00 ao mês. Entretanto, a participação dos indígenas de cada acampamento-*tekoha* na colheita da maçã varia de um ano para o outro, embora essa participação continue alta. Em 2018, por exemplo, não houve participação de indígenas do *tekoha Mirin* e nem do *tekoha Renda* na colheita da maçã, pois não foram informados do recrutamento da mão de obra.

O campo continua sendo o lugar que mais absorve a mão-de-obra indígena. Entretanto, trata-se de trabalho temporário e sazonal. O trabalho sazonal é dinamizado pelos ciclos agrícolas, em determinados períodos do ano contingente significativo de indígenas são contratados para trabalhar no campo. A colheita da maçã, acima citada, ocorre entre os meses de janeiro a março, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a poda do pendão do milho, nas fazendas produtoras de sementes transgênicas da região, entre os meses de março e abril,

A mão de obra indígena preenche requisitos para empregos que exigem baixa escolaridade e qualificação profissional, geralmente assumem postos de trabalhos braçais, que exigem muito esforço e resistência física, como é o caso dos boias-frias,

servente de pedreiro, lenhador, o trabalho nos frigoríficos, até mesmo os que estão no serviço público, estão ocupando cargos que exigem baixa qualificação profissional.

A incorporação do indígena na sociedade não-indígena é marginal, ora estão na condição de trabalhadores assalariados, trabalhadores precários, trabalhador escravo (peonagem), ora desempregado, compondo o exército de reserva. Uma vez que são dispensados pelo mercado de trabalho, alguns retornam para o trabalho dos roçados nos acampamentos-*tekoha* de retomada, enquanto que outros submetem-se ao trabalho na coleta de materiais recicláveis no lixão. Esse é o caso de um professor indígena, que não conseguiu renovar seu contrato de trabalho no Estado e, sem alternativa, sujeitou-se ao trabalho da catação e separação de materiais recicláveis no aterro sanitário. O mesmo acontece com aqueles que migram para trabalhar alguns meses na colheita da maçã e, depois, retornam para cuidar dos seus roçados.

Os Avá-Guarani trabalham, assim, apenas temporariamente como assalariados. O dinheiro auferido permite a garantia de sua sobrevivência, pois nos acampamentos de retomada vivem no limite da subsistência. O indígena trabalha temporariamente como assalariado na colheita de maçã não por que é um operário, mas para garantir a existência indígena, o que também indica a sua comunicação com o “mundo” da mercadoria.

Martins (1986) destaca que não é o capital que garante a reprodução do sujeito que vende a sua força de trabalho, quando o salário é apenas para completar a sua reprodução e de sua família. A produção nos acampamentos-*tekoha*, enquanto indígenas é que garante ao capital a força do trabalho do qual necessita. “O capital não paga, assim, o preço da formação da mão-de-obra de que necessita”. (MARTINS, 1986, p.54)

Observa-se que os ciclos agrícolas do capital adentram também a produção dos Avá-Guarani (como o roçado, a construções dos espaços de uso comum como escola e casa de reza, dentre outros) e retiram de lá os trabalhadores com maior vitalidade para essas atividades. No período de ausência dos indígenas que saem para trabalharem fora dos acampamentos-*tekoha*, o trabalho no roçado e outras atividades dentro do acampamento-*tekoha* ficam por conta dos mais idosos, das esposas e das crianças.

O capital tende a flexibilizar o mercado de trabalho para reduzir os custos da produção e garantir a lucratividade. O trabalho sazonal corresponde a essa lógica, em que o capital abre mão de se responsabilizar pela reprodução da força de trabalho quando não há necessidade da mesma, reduzindo a mão de obra “ociosa” no processo produtivo. O capitalismo não reduz o indígena à condição de mero vendedor de sua

força de trabalho, pois a recriação de suas condições de vida, caracterizada pela produção baseada em suas próprias concepções cosmológicas, combinadas com a mediação do mercado, é que garante a exploração temporária e marginal da mão de obra indígena. Contraditoriamente, a comunicação do indígena com o mundo da mercadoria torna-se o único meio para sua reprodução social, da sua existência indígena.

Os Avá-Guarani não dependem exclusivamente do trabalho assalariado para garantir a sua reprodução, e de sua família, pois o tempo que se encontram como assalariados é relativamente curto. Na maior parte do ano precisam encontrar outras formas para garantir seus meios de vida. E é através da reconstrução de seu modo de ser e viver (*nhandereko*), que envolve um conjunto de relações e práticas de produção nos acampamentos-*tekoha*, que asseguram sua existência, mesmo que precariamente. Portanto, sua existência não está centrada no trabalho, seja assalariado ou precário, como ocorre com os não-indígenas, guiados pela “centralidade do trabalho”.

O fato dos Avá-Guarani produzirem parte importante dos seus meios de vida, contraditoriamente, possibilitam ao capital a exploração temporária de sua força de trabalho. Neste sentido, não é o capital que garante a reprodução da mão de obra que ele explora, porque a exploração sazonal da mão de obra indígena é possibilitada pelas próprias formas de produção com base em saberes e técnicas que foram passadas de geração em geração, e que hoje são desenvolvidas pelos próprios indígenas no interior dos acampamentos-*tekoha*. Produção esta, que garante uma condição mínima para a sua existência, sem serem transformados em trabalhadores.

No que concerne as relações de produção e reprodução no interior dos acampamentos-*tekoha*, é importante destacar que o trabalho é de base familiar. Esse é um elemento importante, no que concerne a exploração da mão de obra indígena pelo capital, porque enquanto alguns indivíduos da família trabalham para o capital fora do acampamento-*tekoha*, os que ficam, são responsáveis pelo trabalho no interior do mesmo. “A produção e a reprodução do capital estão num lugar e a reprodução da força de trabalho está fundamentalmente em outro lugar.” (MARTINS, 1986, p. 55)

Dessa forma, nos acampamentos-*tekoha* as relações estão baseadas na produção direta dos meios de vida. Fora dela, suas relações são mediatizadas pelo capital, que domina e controla o processo produtivo. “Num caso, as relações são concretas, no outro são abstratas. Num caso, ele domina o processo do trabalho; no outro, é dominado pelo processo do trabalho.” (MARTINS, 1986, p.59) Isso pode ser observado nos depoimentos dos próprios indígenas, ao discorrerem sobre a venda da sua força de

trabalho. Reclamam do ritmo e do trabalho exaustivo e do tempo/distância longe da família. O período de migrar e retornar para casa é determinado pelo próprio capital.

A gente não ganha muito para trabalhar na colheita da maçã. O serviço lá é bem puxado. A gente fica longe de casa, da mulher e dos filhos e só volta quando acaba o serviço lá, as vezes demora até três meses ou mais. O dinheiro que não é muito, mas a gente precisa e então ajuda. Mas tem esse lado ruim né, de ficar muito tempo longe da família. Quem cuida da roça, das coisas tudo é a mulher e as crianças ajuda. Porque precisa de ajuda a mãe. (José Carlos – *tekoha Tatury*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

Um agravante que acontece aos Avá-Guarani que vivem em Guaíra e Terra Roxa é a articulação dos setores ruralistas e seus apoiadores para não empregar mão-de-obra indígena. Essa prática se iniciou quando os Avá-Guarani passaram a se organizar num movimento de luta pela retomada de suas terras, que é também a luta pelo reconhecimento do seu modo de ser, a sua identidade indígena, como povos originários. Neste sentido, muitos indígenas que antes trabalhavam na construção civil, nas cooperativas agrícolas, frigoríficos e nas lavouras da região, estão com mais dificuldades de encontrar emprego, a partir do momento que a luta indígena passou a ter visibilidade. Por este motivo, muitas atividades que eram realizadas pelos indígenas, como o trabalho nas cooperativas e empresas, não constam nos dados apresentados nesta pesquisa.

Percebe-se que os indígenas, em sua maioria, encontram trabalho quando é extremamente precário, mas quando se trata da contratação formal por empresas e cooperativas, estão excluídos do mercado.

É recorrente na fala dos indígenas da região, que quando vão em busca de emprego, recebem como resposta a frase: “aqui não tem serviço para índio”. A organização dos setores ruralistas (e apoiadores), para boicotar a contratação da mão de obra indígena vem sendo denunciada por diversas entidades que apoiam a luta indígena. O manifesto intitulado “Manifesto de apoio aos indígenas de Guaíra e Terra Roxa no Paraná/Brasil”, assinado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local de Marechal Cândido Rondon/PR e várias outras entidades em março de 2013<sup>42</sup> e, mais recentemente, no “Relatório sobre violações de Direitos Humanos contra os Avá-Guarani do Oeste do Paraná”, publicado pela Comissão Guarani Yvyrupá - CGY, publicado em agosto de 2017<sup>43</sup>, são exemplos disso. Cooperativas como a C.Vale e a Copagrill estão entre as empresas que aparecem constantemente nas entrevistas feitas

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://agb-mcr.webnode.com.br>>

<sup>43</sup> [https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relatorio\\_Guaira&TerraRoxa\\_WEB.pdf](https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relatorio_Guaira&TerraRoxa_WEB.pdf)

pela Comissão Guarani Yvyrupá, como as principais promotoras do boicote empregatício contra os indígenas de Guaíra e Terra Roxa.

Observa-se através dos depoimentos dos indígenas as dificuldades que enfrentam para conseguir trabalho na região. Quando questionados sobre quantas pessoas estavam “trabalhando fora”<sup>44</sup> do *tekoha* no momento da entrevista, os depoentes afirmaram:

“Agora quase ninguém trabalha fora, porque o branco não dá mais trabalho para o índio, nem para carpir mandioca não dá serviço. Seis anos atrás até conseguia serviço para carpir, arrancar mandioca, no frigorífico também conseguia. Aqui umas vinte pessoas trabalhavam na C.Vale, uns setenta, noventa dias durante a colheita. Agora não consegue mais.” (Selma B. Martins – *tekoha Porã*. Entrevista realizada em dezembro de 2017).

Aqui (Guaíra) é difícil trabalho. As vezes consegue, mas ninguém quer o índio. Na verdade, quando vem o gato chamar pra trabalhar, a gente combina que tem que falar pro patrão que vem do Paraguai. Uma vez, o índio tinha moto, o patrão descobriu. Aí mandou todo mundo embora. (Alaudio Ortiz – *tekoha Jevyy*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

As cooperativas e empresas do agronegócio deixaram de contratar mão de obra indígena na região. Alguns proprietários rurais, que antes empregavam mão de obra indígena, também aderiram ao movimento anti-indígena. Conforme João do Santos<sup>45</sup>, agricultor e trabalha como agenciador de mão de obra para propriedades agrícolas:

Os agricultores daqui da região não gosta que chama índio para trabalhar na roça. Eu contratei uns três índios de perto da igreja Santo Antônio para carpi (...) Quando ele (o dono) ficou sabendo, pensa num homem que ficou bravo: Não quero saber de índio trabalhando na minha terra. (...) Tive que mandar tudo embora. Aí domingo fui na missa ali no São Domingos, os agricultores começaram a me criticar. Aí fiquei sem jeito de entrar, nem quis ouvir a missa, voltei pra casa. (...) Vê se pode? Eu tenho um carro. Um dia apareceu uma índia passando mal lá em casa, pedindo pra levar no médico. Os vizinhos lá não gostaram. Você acha que eu ia deixa de socorrer uma pessoa só porque é índio? Eles são gente como nós. (João dos Santos – Depoimento colhido em setembro de 2018)

Em resposta à luta e à resistência indígena, uma série de discursos preconceituosos e falácias também foram propagados para negar seus direitos territoriais, criando um ambiente de hostilidade. A presença indígena interessa ao capital na invisibilidade, nesta condição que é interessante para aqueles que exploram sua mão-de-obra, até porque, eles sempre estiveram presentes, trabalhando nas propriedades rurais e nas cooperativas agrícolas, por exemplo.

---

<sup>44</sup> Termo informal, muito usual na região, refere-se a quem trabalha como assalariado.

<sup>45</sup> Nome fictício. A identidade foi preservada como medida de segurança, porque o depoente (proprietário rural) e a pesquisadora (filha de proprietário rural) encontram-se residindo nas cidades em que ocorre o conflito.

Conforme Mizusaki (2017, p.47) “o trabalho indígena foi historicamente e continua sendo incorporado à lógica de acumulação capitalista e é nessa condição em que é aceito neste modelo de sociedade.” Conforme a autora, quando utilizados como mão-de-obra, a sua identidade, o seu modo de ser é invisibilizado pela sociedade capitalista.

O fetiche do processo de constituição da força de trabalho na América que, ao mesmo tempo em que cria e se ampara na divisão racial do trabalho, nega aos diferentes povos e grupos étnicos o direito ao seu modo de ser específico que, por apresentar dimensão territorial entra em conflito com a lógica de reprodução capitalista. (MIZUSAKI, 2017, p.47)

Os Avá-Guarani sempre tiveram papel importante naquilo que, na sociedade capitalista, se denomina de “desenvolvimento”. Sua força de trabalho foi historicamente explorada no início do século XX e garantiu o enriquecimento de grupos econômicos, como o trabalho na extração e processamento da erva-mate, no período em que a Companhia Mate Laranjeira atuava na região. Trabalharam também na derrubada de mata e na abertura de estradas. Em muitas situações, não receberam o pagamento de seu trabalho, que foi seguido de violência e morte.

Posteriormente, sua força de trabalho foi empregada nas propriedades agrícolas. Hoje, mesmo que o processo de mecanização da agricultura e emprego de novas tecnologias tenha sido adotado, ainda há a necessidade da força de trabalho nas propriedades rurais. O emprego da mão de obra indígena na poda do pendão do milho, colheita da mandioca, trabalho na capina, colheita da maçã e o trabalho no corte da cana-de-açúcar, no Mato Grosso do Sul, dentre outros, são exemplares.

Conforme Martins (1986) essa mão de obra insere-se no mercado de trabalho de um modo peculiar e responde pela extração de um tempo de trabalho excedente maior do que aquele que se pode extrair de um trabalho assalariado regular. Isso fica evidente quando os Avá-Guarani reclamam que recebem menos pelo seu trabalho, ou ainda, quando são despedidos sem pagamento do serviço prestado. O dinheiro não corresponde à reprodução da força de trabalho, sendo que para sobreviver os Avá-Guarani dependem de outros meios, como da produção de alimentos em seus roçados e uma forma de vida peculiar, própria da sua cultura, como o uso de matérias-primas da natureza que garantem a sua existência, como a madeira para construção das casas, a lenha para o fogo doméstico, coleta de alimentos como frutos e palmitos, ervas medicinais, sementes para o artesanato, taquara para fazer seus materiais de pesca e instrumentos para a casa de reza.

### 3.3 A coleta, o fogo doméstico e a agricultura Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*

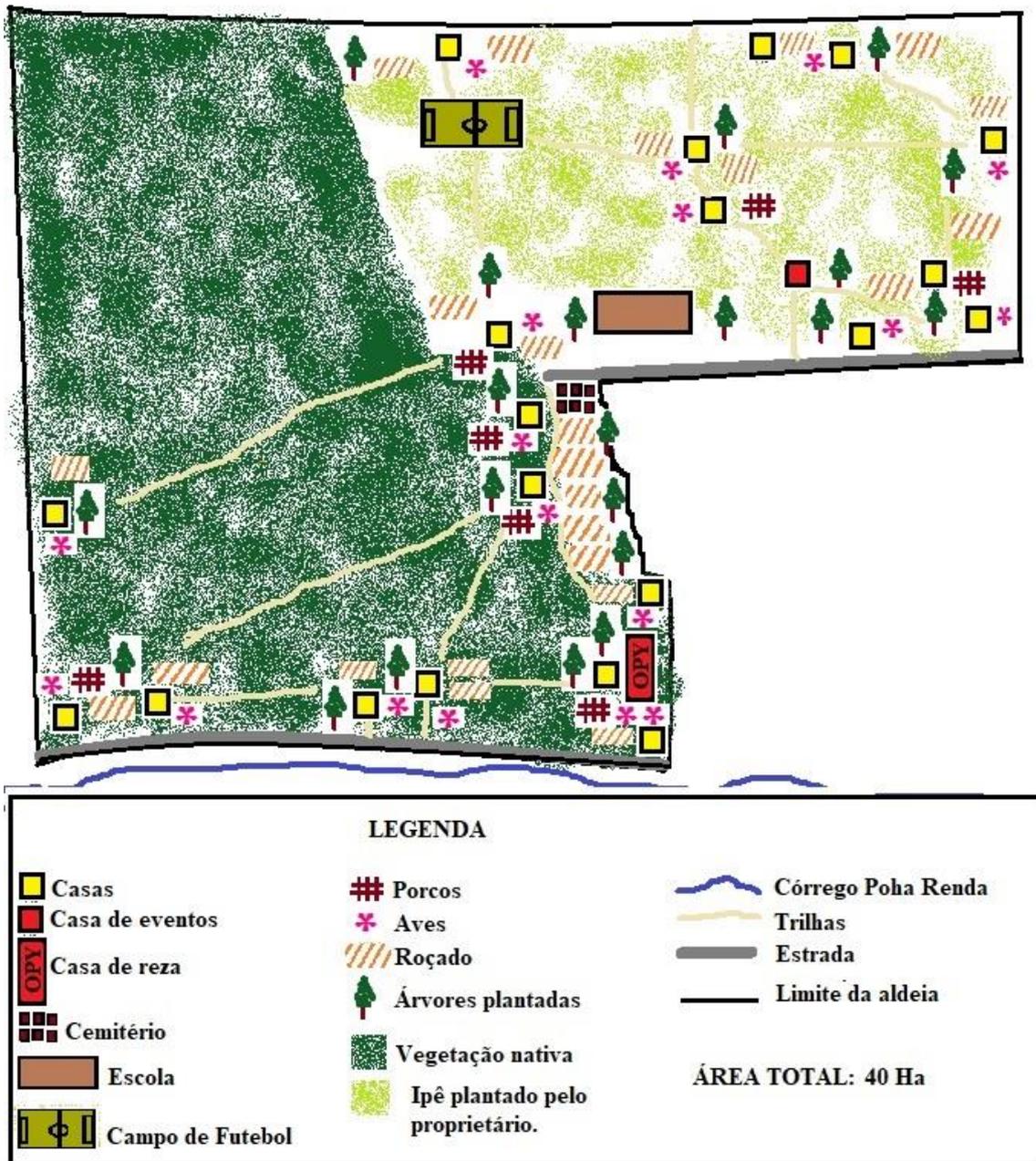
A coleta, o fogo doméstico e a agricultura são práticas importantes da organização produtiva dos Avá-Guarani. Essas práticas de produção, embora tenha sofrido influências externas, como a destruição da natureza e a restrição do uso de suas terras, continuam sendo reproduzidas com base no conjunto de saberes dos Avá-Guarani que foram passados de geração em geração. Acrescenta-se que essas práticas estão calcadas na cultura e espiritualidade, diferentemente do que ocorre com as “atividades de branco”, como coleta de material reciclável, colheitas de maçã, trabalho assalariado, dentre outras, que possuem um componente mais mercadológico do que espiritual. Portanto, a coleta, o fogo doméstico e a “agricultura tradicional” possuem um forte componente espiritual e não necessariamente mercadológico.

Desta maneira, quando os Avá-Guarani montam acampamento, procuram uma área de terra próxima aos fragmentos florestais que ainda restaram do processo de ocupação do não índio, para fazer uso da natureza disponível, realizando um manejo que contribui para o enriquecimento da diversidade das espécies.

É da natureza (mata, rios, e outros) que os Avá-Guarani retiram os meios necessários (ervas medicinais, matérias-primas e alimentação) para sua existência física e espiritual. Por isso, o uso da natureza é condicionado à conservação.

O croqui do *tekoha Poha Renda* (figura 3, abaixo) apresenta a organização dos Avá-Guarani, evidenciando alguns elementos (campo, casa de reza, moradias, criação de animais, roçados e plantio de árvores) de sua produção e reprodução, como a presença da mata da qual os indígenas fazem uso, que não é comum nos *tekoha* que são da área urbana. No interior da mata os Avá-Guarani abrem trilhas (caminhos) que são usadas para facilitar o acesso entre os moradores, o campo de futebol e casa de reza, mas também os caminhos percorridos pelos Avá-Guarani, que facilita adentrar a mata em busca de matérias-primas e para caçar.

**Figura 3:** Croqui do *tekoha Poha Renda*



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Conforme Faria (2016, p.223) “a caça, a pesca e a coleta são atividades importantes para a existência do Avá-Guarani, e que corroboram a manutenção e fortalecimento dos laços sociais entre os acampamentos de retomadas, bem como a transmissão entre as gerações das técnicas tradicionalmente usadas”. A caça, por exemplo, envolve um conjunto de conhecimento e habilidades, desde o conhecimento sobre os hábitos do animal que se pretende caçar, até as técnicas de produção de armadilhas, confecção de arco e flechas, dentre outros. A caça nem sempre se restringe ao consumo alimentar, pois há o máximo aproveitamento da presa, como o uso do couro

e da gordura no preparo de remédios para tratar a saúde humana e dos animais domésticos, além de matéria-prima (como o couro e dentes) para a produção de alguns objetos.

A coleta abrange uma variedade de espécies (cipós, madeira, taquara, fruto, sementes e outros), com diferentes usos, como para alimentação, preparo de remédios, artesanatos, madeira para lenha e construção das casas, sementes e ervas utilizadas em rituais, dentre outros. Como exemplo, da palmeira Jerivá, conhecida pelos Avá-Guarani como *pindó*, é aproveitado o tronco, as folhas, frutos e o óleo. Do tronco retiram o palmito (*pindo ru'a*), fazem armadilhas (*monde*) e artigos para casa (móveis, cama). As folhas são utilizadas para fazer a cobertura das casas, vestimentas tradicionais e outros artigos, já o óleo é utilizado como repelente e remédio para feridas.

A presença da mata é, assim, imprescindível para a constante manutenção das moradias e dos espaços coletivos como a escola e a casa de reza. Quando há o apodrecimento ou envergadura de uma ou outra madeira, especialmente quando se trata de um pilar de sustentação das paredes e do telhado, esta é trocada por outra madeira mais resistente. Essa coleta é feita pelos homens. Geralmente um homem acompanhado de um filho, neto ou sobrinho, para ajudar na retirada e no transporte da madeira.

Não há desperdício no uso das matérias-primas retiradas da natureza. A madeira não utilizada nas construções pode ser utilizada (galhos e troncos que sobraram da derrubada de uma árvore) ou reutilizada (aquela que já teve uma utilidade anterior, como a madeira trocada das casas) no fogo à lenha.

A coleta da lenha geralmente se dá através dos cortes de árvores secas, em que se utiliza desde os troncos mais grossos aos galhos mais finos. Os Avá-Guarani procuram também madeiras descartadas pelo não índio. Se uma árvore é derrubada para construir uma habitação, o que sobra é posteriormente utilizado para a lenha.

A preparação do fogo envolve o trabalho familiar. O trabalho de serrar e cortar a lenha e transportá-la é geralmente feita pelos homens. A mulher, com a ajuda das crianças faz a coleta de pedaços de lenha, coleta gravetos e acendem o fogo. Quando o fogo é utilizado para cozimento de alimentos, este é realizado geralmente pelas mulheres.

**Foto 15:** Fogão à lenha / *Tekoha Karumbe'y*



Fonte: MASUZAKI, T.I. Pesquisa de campo. Agosto de 2018.

Nos acampamentos-*tekoha* dos municípios de Guaíra e Terra Roxa do total de 470 famílias, apenas 17% possuem fogão ao gás. O fogo à lenha é uma prática de produção dos Avá-Guarani, que se apresenta como uma forma de resistência ao mundo da mercadoria. O não uso do fogão a gás é uma forma de economizar parte de sua renda, como também, muitos indígenas não estão habituados a usar o gás de cozinha.

**Tabela 5:** O uso do fogo a gás nos acampamentos-*tekoha*

<b>Tekoha</b>	<b>Nº Total de Família</b>	<b>Fogão à Gás</b>	<b>%</b>
<i>Tekoha Yvy Porã</i>	18	3	17
<i>Tekoha Jevy</i>	72	0	0
<i>Tekoha Araguaçu</i>	48	6	13
<i>Tekoha Nhemboete</i>	6	3	50
<i>Tekoha Tajy Poty</i>	6	0	0
<i>Tekoha Porã</i>	34	10	29
<i>Tekoha Marangatu</i>	76	6	8
<i>Tekoha Mirin</i>	31	8	26
<i>Tekoha Poha Renda</i>	17	7	41
<i>Tekoha Taturi</i>	25	0	0
<i>Tekoha Karumbe'y</i>	22	22	100
<i>Tekoha Y'hovy</i>	49	14	29

<i>Tekoha Guarani</i>	22	0	0
<i>Tekoha Yvyraty Porã</i>	44	3	7
<b>Total</b>	<b>470</b>	<b>82</b>	<b>17%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

As famílias que possuem fogão a gás também fazem o uso do fogo à lenha. Conforme Gilberto Benites – *tekoha Poha Renda*<sup>46</sup>: “A maioria cozinha no fogo à lenha. Sete famílias que tem fogão a gás, mas não usa todo dia, apenas quando chove que aí não tem lenha.”

Conforme aponta Idalina Rodrigues do *tekoha Karumbe’y*<sup>47</sup>: “Aqui no *tekoha Karumbe’y* a maioria tem fogão a gás, mas não usa diariamente porque o gás é muito caro. A maioria usa fogo à lenha mesmo para fazer comida.”

Desta maneira, o fogo a lenha faz parte da reprodução dos meios de vida Avá-Guarani. Aqueles que não possuem o fogão a gás, economizam parte da sua renda utilizando o fogo a lenha, pois o botijão de gás, diante da renda dos Avá-Guarani, possui um custo elevado. As famílias que possuem fogão a gás, o fogo a lenha ainda é uma prática corriqueira, pois é uma forma de economizar o gás de cozinha. Com o prolongamento de seu uso, o indígena demorará mais tempo para ir ao comércio para comprar outro botijão de gás, haja vista que, “a lenha não precisa pagar, temos de graça.” (Marciliano Lopes- *tekoha Araguaju*<sup>48</sup>)

O fogo a lenha não é apenas uma necessidade material dos Avá-Guarani, mas também faz parte de sua cosmologia e espiritualidade, a sua prática é uma proteção, pois expulsa os maus espíritos.

Pereira (2004) trabalha com o termo “fogo doméstico” (traduzido da língua Avá-Guarani) para entender como as famílias nucleares vivem organizadas em parentelas. O termo “fogo doméstico” remete à lareira, representa a força atrativa do calor do fogo que aquece e protege as pessoas em convivência íntima e afetiva.

O fogo é importante para preparar os alimentos, se proteger do frio, em torno do fogo as pessoas se unem para tomar um mate. Quando o fogo não consegue reunir as pessoas ele se dissolve. “O fogo constitui a unidade sociológica mínima, no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade ou política, afinidade ou aliança política.” (PEREIRA,

<sup>46</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2017

<sup>47</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2017.

<sup>48</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2017.

2004, p.7) O fogo a lenha une a parentela e os amigos em seu entorno, condiciona uma socialização, estreitando lações de parentesco e amizade.

**Foto 16:** Fogo à lenha – *tekoha Mirin*

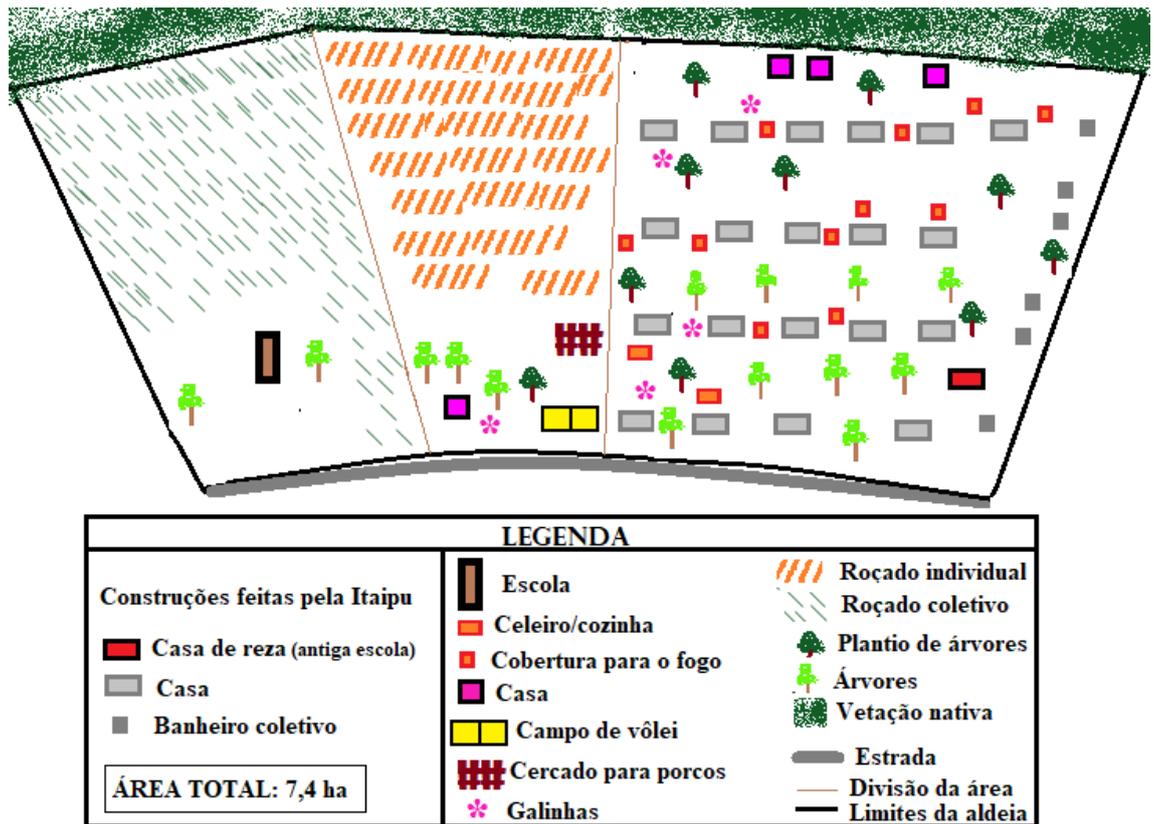


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

É importante destacar, que o *tekoha Mirin*, mesmo situando no meio rural, apresenta características de um loteamento urbano. A construção das habitações, escola e banheiros foi realizada pela Itaipu. A Itaipu não consultou os indígenas para construir a infraestrutura do *tekoha*, assim, a disposição dos elementos no *tekoha* faz ele parecer muito mais com um loteamento urbano, do que com uma aldeia indígena. No *tekoha*, por exemplo, não foi construída a casa de reza, elemento importante da cultura e espiritualidade Avá-Guarani.

Entretanto, os indígenas do *tekoha Mirin*, fizeram adaptações ao modelo executado pela Itaipu. Segue abaixo, o croqui do *tekoha Mirin* (figura 4):

**Figura 4:** Croqui do *tekoha Mirin*



Fonte: MASUZAKI, I. Teresa; Dias, Arcenio (Org.) Trabalho de campo. Agosto de 2018.

Os indígenas do *tekoha Mirin* transformaram o espaço da escola na casa de reza. Assim a casa de reza ficou mais próxima das habitações. A escola foi transferida para um espaço que era de uma igreja católica antes da retomada, situada mais distantes das habitações. A Itaipu construiu as habitações sem consultar os Avá-Guarani quanto às suas necessidades físicas, culturais e espirituais. O modelo das casas não permite, por exemplo, fazer o fogo à lenha. Os Avá-Guarani, para suprir esta lacuna, construíram com madeira novas casas para fazer o fogo e também armazenar os produtos agrícolas. As famílias que não tiveram recursos financeiros para construir esse espaço com madeira, fez uma cobertura improvisada com lona, apenas para poder fazer o fogo. Conforme a foto (17) abaixo:

**Foto 17:** Moradias do *tekoha Mirin*



Fonte: MASUZAKI, T.I. Pesquisa de campo. Dezembro de 2017

Os Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa recriam suas condições de subsistência conforme sua cultura e espiritualidade. Dessa forma, verifica-se que o “mundo material”, no caso a natureza e a produção, se comunica com o “mundo espiritual” e as subjetividades. Assim, os indígenas de Guaíra e Terra Roxa possuem uma organização produtiva, herdada dos antepassados e reproduzida nos dias atuais, como os roçados, a caça, mas também, há a interferência das formas de produção não indígena, que fazem parte das relações de produção capitalista, como a coleta de materiais recicláveis, por exemplo.

Nos acampamentos-*tekoha* em que há terra para a realização de cultivos, os Avá-Guarani desenvolvem uma produção voltada para atender suas necessidades físicas e espirituais. As necessidades espirituais são incluídas porque alguns gêneros da produção agrícola, são utilizados em seus rituais sagrados.

Os principais cultivos dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* são o milho, mandioca, feijão, batata-doce, amendoim, abóbora, cana-de-açúcar e banana, cultivos estes destinados, principalmente, ao próprio consumo da comunidade. Eventualmente, algum produto é vendido para não indígenas, para a compra de óleo, sal e outros artigos que não são produzidos no acampamento, ou trocado entre membros da comunidade.

Com exceção do roçado no *tekoha Jevy* que a produção de mandioca é voltada para comercialização com a indústria, como mencionado anteriormente, os *tekoha Mirin* e *tekoha Taturi* recebem incentivos para a produção e distribuição de alimentos através

do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em 2013 e 2014, através do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A área de plantio varia de acordo com o número de famílias do acampamento-*tekoha*, o tamanho e as condições da área ocupada. Na maioria dos acampamentos-*tekoha* de retomadas, cada família dispõe de uma pequena área destinada ao cultivo, a construção da casa, bem como um espaço destinado para o quintal. O espaço destinado para o plantio encontra-se, geralmente, um pequeno quadro com o consórcio de diferentes culturas. Não há uma distribuição padrão dos diferentes tipos de cultivos, geralmente uma variedade muito grande de plantas cultivadas se encontram distribuídas em todo acampamento-*tekoha* de forma alternada, embora respeitando o ambiente necessário para o desenvolvimento de cada planta, como umidade, iluminação, sombra, e etc. Nas proximidades das casas, encontram-se alguns pés de bananeira, intercalados com algum pé de mamão, cedro, amoreiras, urucum e outros. Na proximidade da estrada e a beira do quintal podemos ver ainda algumas moitas de cana-de-açúcar, bananeiras, ramas de abóboras ou batata-doce.

**Foto 18:** Plantações ao Entorno da Moradia – *tekoha Tajy Poty*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

As áreas destinadas para a agricultura variam conforme o número de famílias, tamanho da área, características do solo e relevo, e o interesse pela prática da

agricultura. O *tekohá Poha Renda* possui 17 famílias, sendo cada uma com uma área destinada para lavoura de aproximadamente 50 m<sup>2</sup> e numa área total de 17 ha.

O *tekohá Marangatu* possui uma área total de 44 hectare e 76 famílias. Apenas 15 famílias possuem áreas de cultivo, de aproximadamente 50m<sup>2</sup>. Muitas famílias ficaram sem área de cultivo devido ao solo ser muito pedregoso e inapropriado para agricultura.

A *tekohá Yvyraty Porã*, possui 44 famílias e uma área de 43 hectares, sendo que cada família cultiva em aproximadamente meio hectare. No *tekohá Jevy* há 72 famílias em uma área aproximada de 30 hectares. Os roçados individuais possuem aproximadamente meio hectare e algumas famílias não possuem área de cultivo.

**Foto 19:** Cultivo de feijão e milho no *tekoha Yvyraty Porã*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

O *tekohá Taturi* ocupa uma área de 28 hectares, onde vivem 25 famílias. Nesta área o solo é raso e encontram-se muitos fragmentos rochosos, visto que funcionava neste local uma mineradora, dificultando a agricultura. As áreas dos roçados deste acampamento possuem aproximadamente 30m<sup>2</sup>, por família.

No *tekohá Guarani*, a área de retomada é de 12 hectares e conta 22 famílias acampadas. A área total destinada para lavoura é de aproximadamente 4 ha. Já no *tekohá Tajy Poty*, estão acampadas 6 famílias em uma área de 24 ha, cada família cultiva em uma área aproximada de meio hectare. No *tekohá Yvy Porã*, 18 famílias ocupam uma área aproximada de 12 ha, cada família tem uma área aproximada de 150 m<sup>2</sup> destinada para lavoura.

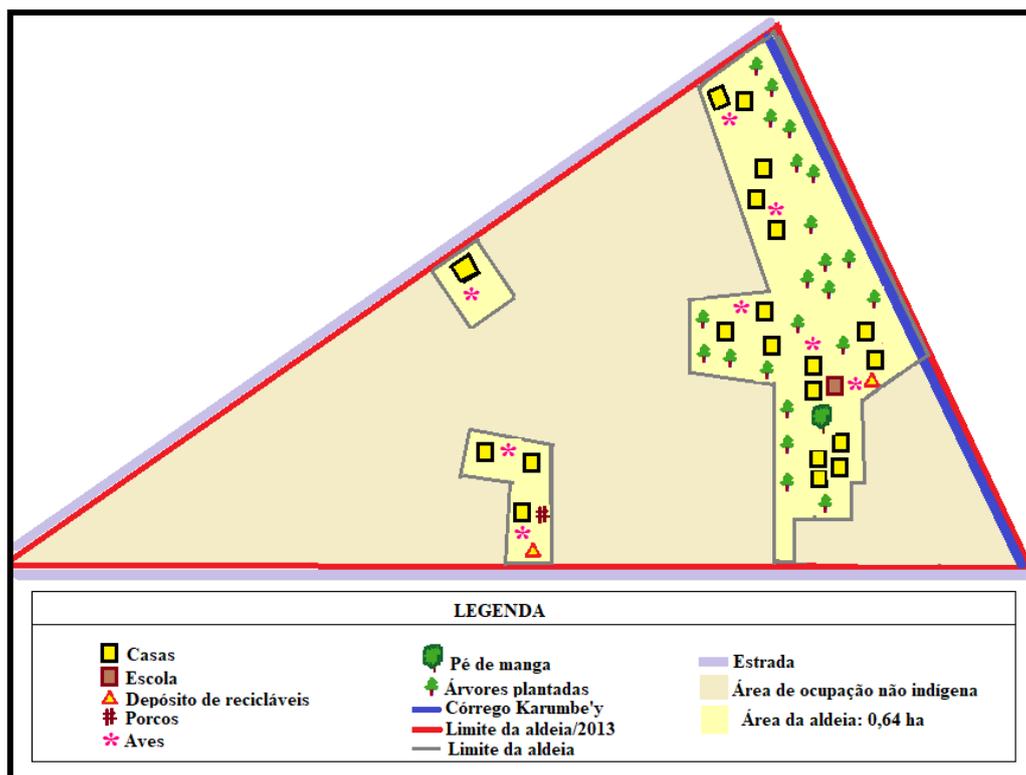
No *tekoha Mirin* a maioria das famílias se dedicam à coleta de recicláveis, contudo, existe uma produção, voltada para o auto sustento como a criação de animais (porcos, galinhas) e os roçados que parte da produção é voltada para o comércio. O *tekoha Mirin* possui 31 famílias em uma área de 10 ha, em que do total 3 ha são destinados para a agricultura.

No *tekoha Araguaju*, 48 famílias ocupam uma área de 30 ha e as áreas de roçados individuais variam de 25 m<sup>2</sup> a meio hectare.

No *tekoha Porã*, 34 famílias ocupam uma área de 10 ha. Cada roça individual varia de 30m<sup>2</sup> a 800 m<sup>2</sup>. Contudo, não são todas famílias que praticam a agricultura. No *tekoha Nhemboete*, 6 famílias ocupam uma área de 5 ha, a área dos roçados é de aproximadamente meio hectare. O *tekoha Y'hovy* possui 49 famílias e uma área total de 30 ha, para a agricultura são destinados 8 hectares.

No *tekoha Karumbe'y*, vivem 22 famílias em uma área inferior a um hectare, não há espaço para a prática dos roçados. Algumas mudas de árvores frutíferas e nativas são plantadas no interior do *tekoha*. Aproximadamente três indígenas têm seus roçados em outros acampamentos de retomada. Como observa-se no croqui 4. (Figura)

**Figura 5:** Croqui do *tekoha Karumbe'y*



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.<sup>49</sup>

O *tekoha Karumbe'y*, e as áreas que constituem hoje o *tekoha Marangatu* e *tekoha Porã*, constituíam uma única área de ocupação Avá-Guarani. Com o crescimento da cidade essa área foi sendo fragmentada e reduzida. O *tekoha Porã* e *tekoha Marangatu* surgiram da retomada de algumas famílias que saíram do *tekoha Karumbe'y* e famílias que retornaram de outras regiões. O *tekoha Karumbe'y* resistiu ao processo de crescimento da cidade, até porque está situado em área de várzea e alagadiça, não despertando o interesse econômico e imobiliário.

Entretanto, devido aos problemas de moradia do município de Guaíra, essa área continua sendo ocupada por famílias não indígenas em situação de pobreza. Parte dessas famílias não indígenas, sofreram em 2012, um processo de reintegração de posse e despejo, vivendo um ano com aluguel social. Uma vez na rua, passaram a comprar de algumas famílias Guarani o direito de uma área no interior do acampamento, que no momento, estava sem liderança. Por essa razão, a partir de 2013, a área do acampamento-*tekoha* sofreu uma nova redução.

Conforme é possível observar no croqui a área delimitada em vermelho constituía o tamanho do acampamento-*tekoha* até o ano de 2013. E os fragmentos delimitados em cinza, é a área que corresponde ao *tekoha Karumbe'y* atualmente. Por

<sup>49</sup> O croqui foi desenhado em conjunto com Idalina Rodrigues – indígena do *tekoha Karumbe'y*.

essa razão, neste *tekoha* as condições de reprodução social dos Avá-Guarani estão bem limitadas, por causa da redução da área.

A urbanização dificultou as práticas de agricultura. No *tekoha Karumbe'y* não há muito espaço para a agricultura indígena, nem as outras práticas como a coleta e a caça, pois não há sequer um fragmento de mata nativa. Entretanto, algumas famílias criam porcos, galinhas e patos. Há também um projeto de reflorestamento, desenvolvido pelo CTI, que alcança também os outros acampamentos-*tekoha* da área urbana, em que são distribuídas sementes e mudas nativas e frutíferas. As mudas das árvores trazidas pelo CTI, ao alcançarem a fase adulta, fornecem sementes, madeiras, frutos e algumas servem para fins medicinais.

**Foto 20:** Distribuição de mudas nativas pelo CTI – *tekoha Karumbe'y*



**Fonte:** MASUZAKI, T.I. Pesquisa de campo. Abril de 2017

O *tekoha Karumbe'y* que não tem terra suficiente, não tem a prática dos roçados no interior do acampamento. Entretanto, o *tekoha Porã*, localizado na área urbana, existem os roçados, onde produzem milho, feijão, amendoim, mandioca, batata-doce, dentre outros.

**Foto 21:** Roçado de mandioca e cebolinha – *tekoha Porã*



**Fonte:** Pesquisa de campo. 2017

Como já evidenciamos, a maior parte da produção agrícola dos acampamentos-*tekoha* é para o próprio consumo, fazendo parte da alimentação dos Avá-Guarani, como também para o trato de animais. Eventualmente, algum produto é vendido para o não-índio que vai ao acampamento-*tekoha* a procura de algum produto agrícola, especialmente mandioca, milho-verde e amendoim. Mas alguns indígenas vendem estes produtos na cidade.

É neste sentido que a negação do direito ao uso da terra é uma dificuldade que os Avá-Guarani enfrentam nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Conforme afirma Gilberto Benites<sup>50</sup>: “A terra que a gente tem é pouca. Não dá para plantar comida para o ano todo.” A área disponível para o plantio é insuficiente para produzir alimentos para o ano inteiro, pois falta produto de uma colheita a outra, gerando uma certa escassez, consequentemente, é muito comum a troca desses gêneros dentro da comunidade.

A expulsão dos Avá-Guarani de suas terras levou a perda de muitas de suas sementes e mudas de plantas que seus ancestrais cultivavam. Entretanto, os Avá-Guarani nas áreas de retomadas têm buscado recuperar muito desses cultivos. O CTI tem contribuído significativamente para a organização produtiva dos indígenas na região, trazendo mudas de árvores nativas, árvores frutíferas, sementes e mudas de

---

<sup>50</sup> Indígena do *Tekoha Poha Renda*. Entrevista realizada em abril de 2017.

plantas que os indígenas costumam cultivar, viabilizando também, através do transporte, a troca de mudas e sementes entre um acampamento-*tekoha* e outro.

A troca de mudas e sementes entre os acampamentos-*tekoha*, seja através do CTI ou mesmo através dos próprios indígenas que se deslocam de um *tekoha* a outro, a passeio ou para morar, viabiliza a continuidade da produção de uma variedade muito grande de diferentes cultivos. Se, por alguma eventualidade ocorre a perda total da produção de uma determinada variedade de cultivo em um acampamento-*tekoha*, essa relação de troca possibilita a sua recuperação.

Na maioria das áreas de retomadas, observamos que os Avá-Guarani guardam consigo muitas de suas sementes e mudas que eram cultivadas pelos “antigos”. Mas em algumas delas, os indígenas estão em busca de recuperar as sementes e mudas que consideram própria dos Avá-Guarani. A título de exemplos, no *tekoha Yvyraty Porã*, Raul Medina guarda consigo algumas variedades de sementes de milho e feijão:

Já tem cinquenta anos que tenho esse feijão aqui. Desde quando eu era pequeno, meu pai já plantava. Ele morreu e eu continuo plantando. Quando fui embora para o Mato Grosso, levei as sementes junto comigo. Um pouco a gente deixa com os parentes que fica, quando a gente volta, aí já tem. A gente nunca perde. Porque um pouco a gente come, outro pouco a gente planta. Se algum parente pede semente ou alguma muda a gente dá pra ele plantar também. O costume Avá-Guarani é assim. (Raul Medina – *tekoha Yvyraty Porã*. Entrevista realizada em abril de 2017)

Os Avá-Guarani, quando perdem algum cultivo, tentam recuperá-lo, buscando as mudas e sementes de outros parentes, em outros *tekoha*, muitas vezes localizadas em outros municípios ou estados. Algumas entidades não-indígenas também contribuem com a troca de mudas e sementes entre as aldeias, especialmente o CTI, entidade que, frequentemente, faz a distribuição de ferramentas e mudas nativas (com recursos da entidade) para os Avá-Guarani do Oeste do Paraná.

O CTI traz mudas de árvores, de frutas. E se pedir, assim, alguma muda de mandioca, semente de milho Avá-Guarani, eles trazem de outra aldeia. Trouxe milho, mandioca, amendoim. O amendoim é pouco, o CTI trouxe bem pouquinho. Então esse ano a gente planto só pra semente. Porque tem família que precisa de semente ainda. (Gilberto Benites – *tekoha Poha Renda*. Entrevista realizada em abril de 2017)

As sementes cultivadas pelos Avá-Guarani são guardadas e passadas de geração em geração. A prática de guardar a semente consiste em reservar parte da produção, mesmo que a colheita seja pouca, para serem replantadas no próximo ano. Sementes como milho e feijão são expostas por um tempo ao Sol, para a secagem e posterior armazenamento em garrafas plásticas ou de vidro bem vedadas. No passado, as

sementes eram armazenadas dentro de porungas. O amendoim é armazenado com a casca depois da secagem em sacos de ráfia.

**Foto 22:** Semente de milho de pipoca e variedades de feijão cultivadas no *Tekoha Yvyraty Porã*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

Os indígenas fazem a secagem das suas variedades de sementes de milho e milho de pipoca no interior da casa, onde é feito o fogo para cozinhar os alimentos e se aquecer. Os Avá-Guarani acreditam que o fogo, além de ajudar na secagem da semente e preveni-las do caruncho, faz com que a fuligem da fumaça, que se deposita sobre as sementes, sirva como “adubo” natural. Esse entendimento se deve a prática da limpeza e queima do mato das áreas de pousio. Da mesma forma que as cinzas servem de nutrientes e adubo para o solo, a fumaça se acumularia nas sementes, deixando-as mais fortes e adubadas para o plantio. Na foto (09) a seguir, verifica-se o armazenamento de variedades de semente de milho no interior da residência, na cozinha, onde todo final de tarde é aceso o “fogo doméstico”.

**Foto 23:** Armazenamento de sementes de *avaxi*<sup>51</sup>



**Fonte:** Trabalho de campo, 2017.

Embora se tenha perdido um pouco da prática, os Avá-Guarani ainda costumam invocar ao sagrado para que as sementes sejam abençoadas e a produção seja boa. Importante neste processo é o rezador, um líder religioso que os Avá-Guarani chamam de *chamo*, capaz de prever através de *Nhanderu* as possíveis eventualidades da produção.

Os Avá-Guarani ainda realizam rituais e reza para as sementes. Em especial é a semente do milho, o *avaxi etei* (traduzido como milho verdadeiro), o mais destacado pelos Avá-Guarani devido a sua relação com um rito religioso importante que acontece anualmente, o *Nimongaraí* ou *Nheemongaraí*. O *Nimongaraí* é um ritual em que acontece o batismo da semente do milho e o batismo das crianças, que recebem o nome Avá-Guarani. Durante o *Nimongaraí* é consumida a *chicha* ou *kavim ju*, uma bebida sagrada para os Avá-Guarani, feita com *avati moroti*.

Outro elemento importante para agricultura Avá-Guarani é o tempo de plantio das ramas e sementes. Os Avá-Guarani se orientam pelo conhecimento que lhes foram passados pelos mais velhos, pais e avós. É neste sentido que acreditam que, para haver uma produção de sementes desenvolvidas e de qualidade, é imprescindível que se faça o plantio e colheita conforme as fases da lua (*jacy*):

Aprendi com meus pais e avós, o mês que tem que plantar e época. A semente não pode plantar na lua nova porque estraga rápido. Então tem que ser na lua crescente e para tirar tem que ser na lua cheia. Aí a semente fica forte, não dá caruncho. (Gilberto Benites – *tekoha Poha Renda*. Entrevista realizada em abril de 2017)

<sup>51</sup> Milho na língua Mbya-Avá-Guarani.

O plantio do milho e do feijão é, preferencialmente, feito pelos Avá-Guarani na lua minguante ou na lua crescente. O plantio na lua cheia ou na lua nova precisa ser evitado, pois influenciaria de forma negativa no desenvolvimento da planta e na resistência das sementes.

O plantio é feito de forma escalonada, plantando um pouco em cada mês. Segundo Damásio, a mandioca e o milho podem ser plantados entre os meses de agosto e fevereiro. Para não haver o cruzamento de diferentes espécies, além da maneira escalonada, também buscam plantar espécies diferentes em lugares não muito próximos. A preferência é que o plantio seja feito na quarta lua crescente. Segundo seu Damásio, se plantar na primeira lua crescente a rama não cresce muito. O milho branco pode ser plantado em Abril, para se desenvolver entre os meses mais frios, levando em consideração o lugar que não ocorre geada.

Conforme Paulina Martines – *tekoha Y'hovy*, são cultivados neste *tekoha* sete variedades de feijão (*kumanda ingá*, *kumanda hũ*, *kumanda pytã*, *kumanda arro*, *kumanda yvyra*, *kumanda rrokõ*, *kumanda para'i*), seis variedades de milho (*avaxy moroti*, *avaxi tupi*, *avaxi tupi sape*, *avaxi tupi sape para*) e quatro variedades de amendoim (*manduvi guasu*, *manduvi hũ'i*, *manduvi moroti*, *manduvi pytã*). Ainda destacou duas variedades de melancia, uma vermelha e outra amarela, moranga, melão e cana-de-açúcar, como os principais cultivos Avá-Guarani nos acampamentos de retomada.

As variedades são classificadas pelos Avá-Guarani conforme a coloração das sementes (branco, vermelho, amarelo e pintado), o tamanho (pequeno ou grande) e o tempo da produção.

Entre os principais cultivos Avá-Guarani estão as cinco variedades de milho: *avati parai* ou *avati mita* (milho maisena pintado), *avati takuara* (milho maisena branco de espiga grande), *avati sayju* (milho maisena amarelo), *avati tupi moroti* (milho canjica branco), *avati tupi pita* (milho vermelho), *avati tupi sape para* (milho vermelho de grãos grandes) e *avati pichinga* (milho de pipoca).

São cultivadas quatro variedades de amendoim: *manduvi guasu* (amendoim cavalo, pode levar o sufixo “*pyta*”, “*moroti*” e “*para*” com as respectivas colorações: vermelho, branco e pintado), *manduvi hũ'i* (amendoim preto pequeno), *manduvi moroti* (amendoim branco pequeno) e *manduvi pytã* (amendoim vermelho pequeno).

Os Avá-Guarani também cultivam seis variedades de feijão: *kumanda pytã* (feijão de corda vermelho), *kumanda pytã guasu* (feijão de corda grande), *kumanda hũ* ou *kumanda ingá* ( feijão de corda pequeno), *kumanda yvyra* ( feijão andu) e o *kumanda arro* (feijão muito pequeno de três meses) e cinco variedades de mandioca: *mandi'o ju* (mandioca amarela), *mandi'o mita* ou *mandi'o pomberi* ( mandioca pequena de três meses), *mandi'o pomberi guasu* (mandioca de três meses alta), *mandi'o kano* (mandioca de um ano) e a *mandio deseá* (mandioca de seda, seca e branca).

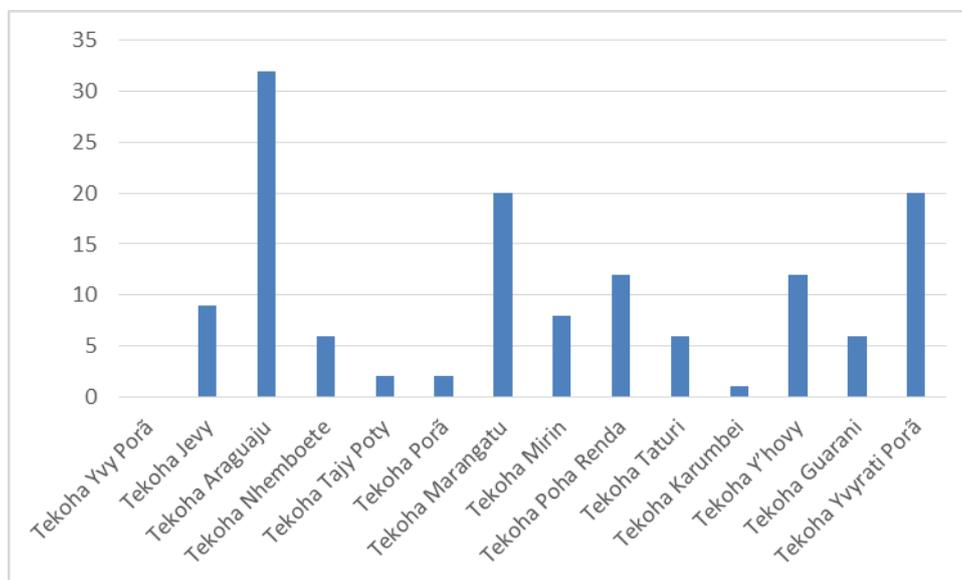
Com a falta de terras para o roçado, a ausência de matas, os indígenas estão perdendo parte de suas práticas de produção tradicional, pois o conhecimento dos mais velhos é repassado aos mais jovens quando estes acompanham nas tarefas ou trabalho diário. Quando não há a prática da agricultura, coleta, caça e pesca, muitos aspectos do saber indígena vão deixando de ser transmitido aos mais jovens. Em algumas famílias não há o interesse dos mais jovens pela prática agrícola, pois preferem buscar alguma atividade fora do acampamento-*tekoha*.

Os Avá-Guarani através do contato com o não-indígena se adaptaram a um novo tipo de alimentação, mas existem muitos pratos típicos que ainda fazem parte de suas refeições. Destacam-se o *reviro* (comida feita com farinha de milho, água e gordura animal), *mbeju* (massa feita com farinha de milho e água), *jopará* (sopa feita com milho seco, feijão e água), *mbojape* ( massa de milho verde colocada em cima da folha de uma planta chamada pelos Avá-Guarani de *kaitê*, assada sobre as cinzas), *xipa ku'a* (massa de milho verde colocada dentro de uma panela, assada no calor das cinzas que ficam abaixo da panela e sobre a massa, separadas pela folha de *kaitê*), *xipa peru* (massa de milho maisena assado sobre as cinzas) e a *chicha* ( bebida feita de milho verde). Muitos desses pratos sofreram algumas adaptações, como o uso de sal, óleo de soja e cheiro verde como a salsinha e a cebolinha.

O não acesso à terra restringe a produção de alimentos dos indígenas e muitas famílias sofrem com a fome. A área do acampamento-*tekoha* é insuficiente para produzir uma quantidade suficiente para sanar a fome durante o ano inteiro. A técnica de plantio dos roçados, utilizada pelos Avá-Guarani ainda é bem rústica com trabalho inteiramente manual e ferramentas artesanais, permitindo apenas produção em áreas muito pequenas. A criação de animais é pequena, especialmente de suínos, que também demanda de espaço para a produção da alimentação destes animais. Por isso, os porcos quando pequenos são criados soltos.

O gráfico a seguir (gráfico 11) representa o total de suínos produzidos em cada *tekoha*.

**Gráfico 11:** Suínos produzidos nos acampamentos-*tekoha*



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017

Os acampamentos-*tekoha* que mais produzem suínos são os *tekoha Araguaçu*, *tekoha Marangatu* e *tekoha Yvyraty Porã*. São os acampamentos-*tekohas* com maior número de famílias e com áreas de terra maiores. Os indígenas do *tekoha Yvy Porã* alegaram falta de espaço e condições para a produção. O *tekoha Porã* e *tekoha Karumbel* dispõem de áreas muito pequenas, inviabilizando uma produção maior e no *tekoha Tajy Poty* vivem apenas seis famílias. A produção de suínos depende das possibilidades de produzir alimentos para os animais. No *tekoha Mirin*, um único indígena criava 20 suínos, isso era possível porque ele tinha posse de uma carroça para buscar soro de leite, descartado pelo laticínio de Guaíra.

**Foto 24:** Criação de suínos – *tekoha Mirin*



**Fonte:** MASUZAKI, T.I. Pesquisa de campo. Dezembro de 2017

Os Avá-Guarani preferem a criação de aves, como marrecos, gansos e galinhas, que podem ser criadas soltas e demandam de uma produção menor de alimentos, pois se alimentam também de insetos e sobras de alimentos.

A área limitada para o cultivo interfere na forma em que os Avá-Guarani manejam o solo, como o sistema de uso e pousio muitas vezes torna-se inviável em alguns acampamentos-*tekoha*. Embora ainda tentam implementar o sistema de pousio, o solo não tem tempo suficiente para recuperar as propriedades naturais que garantam a maior qualidade e produtividade da planta. As áreas em que os cultivos se encontram no antigo território do agronegócio estão ainda mais desgastados.

A forma que os Avá-Guarani aprenderam a cultivar, não se utiliza de nenhum tipo de adubação animal e dificilmente utiliza algum tipo de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. Algumas famílias utilizam agrotóxicos, em alguns cultivos em seus roçados, entretanto, não é uma prática corrente.

A fertilidade depende basicamente das propriedades naturais do solo e do sistema de uso e pousio, que proporciona a maior oxigenação do solo, a produção de nitrogênio pelas raízes das plantas, dos microrganismos que ali se desenvolvem e da limpeza da área para o cultivo, em que é utilizada a matéria orgânica da própria vegetação que ali se desenvolveu no período de pousio. Também é utilizada a técnica da queimada do mato e dos troncos das árvores, pois os Avá-Guarani acreditam que as cinzas servem de “alimentos” para o solo.

O fogo é considerado uma eficiente técnica para os Avá-Guarani para abertura de clareira, ou seja, livrar o solo da vegetação nativa e deixa-lo pronto para o plantio. Essa técnica sempre foi utilizada entre este povo, entretanto, a destruição das áreas de floresta pelo processo de ocupação do não índio impôs alguns limites a esta prática, obrigando-os a adaptar novas técnicas de cultivo.

A adubação verde, sob orientação técnica do CTI foi bem vinda em alguns acampamentos-*tekoha*, como nos *tekohá Poha Renda*, *tekoha Guarani* e no *tekoha Y'hovy*. As plantas mais utilizadas são uma espécie de feijão de corda e a mucuna.

Os Guarani entendem que não é mais possível manter exatamente as mesmas práticas agrícolas dos tempos antigos. Esse é um dos motivos que os deixam mais abertos as novas adaptações para trabalhar a agricultura hoje, tendo em vista uma produção que esteja em consonância com o meio ambiente. Tendo em vista esse objetivo, os Guarani do *tekoha Y'hovy* e do *tekoha Guarani* participaram ativamente de um projeto voltado para agrofloresta, conforme será tratado adiante.

A forma de proteger a planta de ataques de insetos costuma ainda ser através de repelentes naturais, como o “*tipy*”, conhecido popularmente como capim guiné. É feita uma solução de *tipy* com água e banhada as plantas no entorno da área da cultura em que está sofrendo com os insetos. Outro repelente natural que utilizam é o feijão guandu.

Conforme Armindo Benites – *tekoha Tajy Poty*:

Aqui a pra formiga saúva a gente usa o feijão guandu. A gente planta perto das plantas que ela ataca. Não mata a formiga, só espanta. Não sei o que acontece. Acho que é o cheiro das folhas. Ela corta as folhas mas não carrega e não corta as folhas das outras plantas que estão perto. (Armindo Benites – *tekoha Tajy Poty*. Entrevista realizada em abril de 2017)

O conhecimento sobre os cultivos é passado de pai para filho, de geração em geração. Conforme Marciliano Lopes, indígena do *tekoha Araguaçu* “Não tem um começo, quando nasce a criança Guarani já sabe. Isso nasceu do Guarani, o vovô ensina. A criança vai para roça e já vai observando o pai como fazer, como plantar, o tempo de plantar.”<sup>52</sup>

**Foto 25:** Limpeza do roçado – *tekoha Yvyraty Porã*

---

<sup>52</sup> Depoimento colhido em abril de 2017.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2017.

Desde muito cedo as crianças já participam das atividades agrícolas, carregando algumas mudas, cortando as ramas, plantando as sementes ou as ramas juntamente com as mulheres. Também ficam responsáveis para levar a água até o local onde está ocorrendo o trabalho. As mulheres e crianças participam também da seleção das sementes. As atividades que são de maior exclusividade dos homens é a limpeza da área para o plantio, como a capina e a derrubada de algumas árvores para abertura de clareiras. As mulheres ajudam escolhendo o lugar em que cada planta será cultivada e trabalha com os homens na capina. São elas que mais cuidam das ervas medicinais e pequenas hortas nas proximidades das casas.<sup>53</sup>

As ferramentas mais utilizadas pelos Avá-Guarani são a enxada, lima, facão, picareta e o enxadão. Essas ferramentas são obtidas através da compra pelos próprios indígenas e através de doações.

A roçadeira é mais utilizada para a limpeza da área coletiva do acampamento-*tekoha*, como a retirada do mato da beira da estrada, limpeza do campo de futebol, das proximidades das casas, casa de reza e da escola. A serra elétrica é utilizada para retirada de alguma árvore, os troncos mais grossos são utilizados na construção das

---

<sup>53</sup> Importante destacar que não temos elementos suficientes para tecer uma regra geral sobre a divisão das tarefas na roça e o papel da mulher na agricultura Avá-Guarani.

casas, casa de reza, cercado improvisado para criação de animais e escola. Os galhos mais finos das árvores são utilizados para o fogo, que os Avá-Guarani fazem todos os dias para se aquecer, cozer os alimentos e espantar pernilongos e outros insetos.

A falta de recursos financeiros dificulta o acesso as ferramentas manuais comumente usadas na agricultura, como a enxada, lima, enxadão, facão e a picareta. Há um desgaste muito grande dessas ferramentas, haja vista que todo trabalho na roça é feito manualmente. Devido a essas dificuldades, os Guarani ainda utilizam uma ferramenta tradicional, um bastão feito geralmente de cedro para perfurar o solo e plantar a semente, que eles chamam de *sarakuá*. O método consiste em bater o *sarakuá* em um solo mais tenro fazendo uma perfuração e posteriormente ali depositar a semente na abertura e tapar com os pés ou com as mãos.

**Foto 26:** Bastão (*sarakuá*) utilizado para o plantio



**Fonte:**, Trabalho de campo, 2017.

Na agricultura os Avá-Guarani também realizam mutirões nas áreas de cultivos “coletivos”. As pessoas idosas e viúvas costumam receber ajuda de algum parente nos cuidados com os roçados. Também é comum a prática da ajuda mútua entre os roçados individuais.

Conforme se observou anteriormente, há vários elementos da produção Avá-Guarani e das relações comunitárias, que contribuem para sua resistência e na luta pela terra e negação ao sistema capitalista vigente. Os Guarani possuem um conjunto de

conhecimento no manejo das lavouras, armazenamento das sementes, combate ao ataque de insetos, que faz parte de um conjunto de saberes que é passado de pai para filho. Em suma, mesmo diante da territorialização precária que se encontram, disponibilizando de poucos recursos, ainda conseguem produzir para o autoconsumo de suas famílias. Os conhecimentos do passado oferecem autonomia na produção, pois conseguem produzir sem muita dependência do pacote tecnológico do agronegócio, tais como o uso agrotóxicos, sementes transgênicas e adubação química.

### **3.4 Projetos de Fomento à Agricultura, Gestão Ambiental e os Programas Assistenciais como fonte de renda dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa**

Existem alguns projetos de produção desenvolvido junto aos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*. Entre eles, há um projeto desenvolvido pelo CTI, que além de contribuir a regularização fundiárias para a identificação e delimitação das Terras Indígenas, atua também com a gestão ambiental, tendo como base a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas, que consiste no apoio a formas de manejo sustentável e na implementação de ações de recuperação e conservação ambiental. O CTI promove alternativas econômicas sustentáveis, adequadas às necessidades internas dos acampamentos-*tekoha* incentivando o uso de recursos naturais das Terras Indígenas e repasse de tecnologias simples e não-predatórias. Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, o CTI distribuiu mudas e sementes de árvores nativas e frutíferas, ferramentas e recursos para a casa de reza (*opy*).

Entre as principais mudas de plantas frutíferas destaca: cítricas, banana, jussara, pupunha, guabiroba, leitera, jervá, cambará, amora, carambola, coco, jaca, dentre outras, bem como plantas nativas como ipê, erva-mate, cedro, falso pau-brasil, palmito, dentre outros. As mudas são trazidas conforme a demanda dos próprios indígenas para serem utilizadas com fins alimentícios, medicinais e matérias-primas.

Assim como as principais ferramentas agrícolas, como enxadas, enxadão, facão, foice e lima. Contudo, as quantidades de materiais distribuídos são insuficientes frente à demanda.

Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa esse trabalho de distribuição de mudas tem contribuído para o aumento da biodiversidade com a variedades de espécies

vegetais plantadas nos acampamentos-*tekoha*, especialmente nas áreas em que haviam apenas os monocultivos do agronegócio.

**Foto 27:** Antes e depois da retomada dos Avá-Guarani no acampamento-*tekoha Y'hovy*



**Fonte:** Google Earth, 2004/2018.

O CTI auxiliou financeiramente na compra de materiais e alimentação para cursos práticos de agroflorestra e agricultura sintrópica, realizados no *tekoha Y'hovy* e no *tekoha Guarani* promovido pelo Movimento de Agrofloretores de Inclusão Sintrópica – MAIS. Foram desenvolvidos dois projetos de agroflorestra: o primeiro foi o Curso Prático em Agroflorestra e Agricultura Sintrópica para indígenas e quilombolas no *tekoha Y'hovy*, e, a segunda, foi o projeto Agroecossistema e Construção Sustentável, que contemplou através de um edital da Justiça Federal, o financiamento para a implantação de um Sistema Agroflorestral e de um espaço multiuso no *tekoha Guarani*.

Conforme afirma Terésio Ortega<sup>54</sup>, liderança do *tekoha Guarani*, o manejo da lavoura é muito diferente do que eles aprenderam com seus pais e avós. Contudo, acredita que, diante da nova realidade que estão enfrentando tais como os escassos

<sup>54</sup> Entrevista realizada em abril de 2017.

recursos naturais, o solo enfraquecido e a presença do agronegócio no entorno dos acampamentos-*tekoha*, a implantação do sistema agroflorestal contribuiria com a recuperação do meio ambiente e viabilizaria maior produção de alimentos.

Com o projeto (agrofloresta), a gente pretende plantar, qualquer plantação e deixar de lado o sofrimento. Aqui a gente planta, mas muito morre por causa do veneno que o fazendeiro passa. As famílias pretende plantar, cuidar para voltar as árvores, devolver a natureza. O nosso sonho é o reflorestamento. Nós precisamos da árvore, ambiente limpo, recuperar a mina d'água. No Anatólio, uma mina foi recuperada. A agrofloresta, a comunidade tem que cuidar, trabalhar no projeto pelo menos para sobreviver. Porque a gente procura serviço e o branco fala que não tem serviço pra índio. Então pelo menos, reflorestar e plantar as coisas para comer: mandioca, batata, abóbora, banana e outras plantas que não depende de veneno. (...) Agrofloresta é totalmente diferente do jeito Guarani, tudo diferente. O jeito Guarani, a gente vai plantar mandioca, faz um buraco e pisa em cima. Agrofloresta é tudo plantado em pé, tudo 45° (ângulo). (Terésio Ortega – *tekoha Guarani*. Entrevista realizada em abril de 2017)

O desenvolvimento dos projetos de agrofloresta nos *tekoha* não teve muito sucesso. No *tekoha Guarani* há conflitos referente a política interna, quando houve a troca de liderança, levou a descontinuidade do projeto e os equipamentos foram extraviados.

Em ambos os acampamentos-*tekoha* (*tekoha Y'hovy* e *tekoha Guarani*) os projetos tinham como base o “trabalho coletivo” e necessitava da auto-organização dos próprios Avá-Guarani. Houve, alguns meses após o projeto ter se iniciado, um certo abandono da área agroflorestada. É possível que a produção com base no “trabalho coletivo” foi uma ideia vinda “de fora”, pois a organização da produção Avá-Guarani é de base familiar. Neste sentido, os Avá-Guarani tiveram dificuldade de se auto-organizar para realizar uma “produção coletiva”. Considerando também que a produção demandava de custos, como combustível, reparo das máquinas e alimentação, demandando de políticas de fomento para a produção agroflorestal sintrópica

Essas ações tiveram o intuito de divulgar e implantar Sistemas Agroflorestais (SAFs), para promover a segurança alimentar dos indígenas, havendo a anuência das comunidades. Nesse sentido, observa-se que alguns indígenas já participam de discussões com a preocupação de se integrar com a sociedade não indígena através da agroecologia. Uma das propostas em debate, é a “produção agroecológica” nos acampamentos-*tekoha*, evidenciada na fala de uma das lideranças do *tekoha Y'hovy*, em Guará.

Os nossos conhecimentos tradicionais têm um valor próprio, é o conhecimento que nos identifica. Mas somos rodeados pelo agronegócio, de veneno, a terra já não é tão boa. Não é mais como antigamente. A gente planta um milho, um feijão, o fazendeiro passa veneno e mata tudo. Então,

penso que é necessário a gente buscar novos conhecimentos para conseguir recuperar a nossa terra e voltar a ter fartura como antigamente. (Ilson Soares – *tekoha Y'hovy*. Entrevista realizada em abril de 2017)

O termo agroecologia, ainda “assusta”, de certa forma, os indígenas da região de Guaíra e Terra Roxa, pois sugere uma série de definições relacionadas semanticamente à palavra. Mas, de fato, tem sido utilizado para dar sentido a diferentes concepções do que se convencionou chamar de Agricultura Sustentável. (Moreira, 2004)

Na perspectiva indígena de outras regiões do país, a agroecologia tem mostrado ser uma alternativa para a soberania alimentar, uma das questões mais aflitivas nas Terras Indígenas já demarcadas, e, mais ainda, nas não demarcadas. Tanto que o CIMI, trouxe para o debate no Curso de Formação Permanente de 2018, o tema sustentabilidade e a soberania alimentar dos povos indígenas em seus territórios, defendendo que a agroecologia é uma das grandes forças dos povos indígenas. O encontro foi realizado em janeiro de 2018, com indígenas da Região Nordeste.

Da mesma forma, o IV Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em junho de 2018, em Belo Horizonte, promoveu um compartilhamento de experiências realizadas em comunidades indígenas, reunindo índios e funcionários da FUNAI, que vêm realizando projetos onde, segundo eles, levam em consideração a relação intrínseca entre a agroecologia e as práticas com base no conhecimento indígenas.

Todavia, quando se trata de agroecologia, sistemas agroflorestais ou agricultura sintrópica, os termos ainda causam estranhamento aos indígenas que vivem nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa.

A FUNAI apresentou ao MPF o projeto “Alimento e Sintropia: Segurança Alimentar nas Comunidades Avá-Guarani através da Agricultura Sintrópica” em nome da Associação Indígena Kunumi, com objetivo de desenvolver nos acampamentos-*tekoha* a produção agroecológica. O projeto conta com apoio técnico do CTI e acompanhamento da FUNAI, inclusive, foi verificada a possibilidade de se firmar Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com diferentes órgãos públicos e privados com objetivo de apoiar amplo projeto de agroecologia que contemple as práticas produtivas dos Avá-Guarani em todos os acampamentos-*tekoha*. O MPF mediu a tratativa do TAC, na sede da Procuradoria da República de Guaíra. Entretanto até março de 2018, não houve avanços neste sentido.

Conforme Despacho da Procuradoria da República no Município de Guaíra – PRM-GUA-PR 00001067/2018, do Inquérito Civil nº1.25.012.000396/2013-54, o fato

dos Avá-Guarani não estarem em Terra Indígena demarcada, tem sido utilizado como motivo para não se estender aos acampamentos-*tekoha* de retomada os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, contratados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Nos documentos que constam neste inquérito observa-se que os executivos locais utilizaram o mesmo argumento em vários momentos para negar o direito dos indígenas às diferentes políticas de fomento à agricultura, assistência técnica e serviços. Como exemplo, teve ano que algumas lideranças indígenas solicitaram serviços de trator para o preparo do solo e foram atendidas. Todavia, em vários momentos os executivos negaram o serviço de trator sob o argumento que os Avá-Guarani não podem ser contemplados pelas diversas políticas de fomento a agricultura porque não se encontram em áreas demarcadas e os indígenas não estão cadastrados no CAD-PRO, mas tal cadastramento seria a eles impossível por não possuírem terras tituladas em seu nome, tampouco autorização do proprietário para o cultivo no local.

O MPF tem acompanhado a atuação dos Entes Públicos no que se trata de políticas de fomento à agricultura e atuado para obter informações sobre os procedimentos legais necessários para inserção dos Avá-Guarani às diversas políticas de incentivo à produção, bem como, solicitado respostas aos executivos locais e recomendado providências cabíveis para que as demandas dos Avá-Guarani sejam atendidas, afim de que evitem judicialização do processo.

O instituto EMATER desenvolveu e desenvolve projetos de produção em alguns acampamentos de retomadas de Guaíra, em que se destaca a orientação e assessoria às famílias indígenas para organização em associações e melhorar a representatividade visando o acesso às políticas públicas. Atualmente há o fomento para produção de mandioca, milho, hortaliças e criação de galinhas, juntamente com o *tekoha Jevy*, *tekoha Mirin*, *tekoha Marangatu* e *tekoha Porã*. O destino da produção é para o autoconsumo e parte da produção é através do PAA e destinada para as casas de assistência social do município de Guaíra.

Existem vários projetos desenvolvidos no país voltados para as populações indígenas que visam integrar as atividades extrativistas, turismo, produção agrícola, produção de artesanatos ao mercado. No Oeste do Paraná, há o protagonismo da Itaipu, juntamente com municípios e o estado do Paraná, no desenvolvimento de projetos de produção em Terras Indígenas. Exemplos são o Projeto “Sustentabilidade de

Comunidades indígenas”, o Projeto “Sustentabilidade Avá-Guarani” e o “Projeto Cultivando Água Boa”, que abrange a Terra Indígena do Ocoy, no município de São Miguel do Iguçu, e Añetete e Itamarã, em Diamante do Oeste, voltados para a produção agropecuária e pesqueira, além de outras atividades, visando, pelo menos no plano discursivo, a “sustentabilidade” dos indígenas que vivem nesta localidade.

No que concerne a interferência da Itaipu na organização produtiva no *tekoha* Añatete, Trintade (2008) destaca o projeto “Cultivando Água Boa” parte da produção indígena de alimentos foi substituída pela agricultura de grande escala, em que um grupo de famílias, organizados em uma associação, produzem em uma área de 20 hectares, com a produção voltada para a comercialização. O projeto abrange também a produção e comercialização de artesanatos indígenas.

Trindade (2008) aponta que na prática, o projeto substitui a forma tradicional de produção indígena voltada para o autoconsumo, para uma produção de excedentes agrícolas, sob o discurso de alcançar a “independência” econômica. Ocorre a disciplinação da mão de obra indígena por parte da Itaipu, mas não há a transparência sobre os resultados (lucro) da comercialização, que resultou na insatisfação e mobilização por parte dos indígenas.

A intensão de inserir os indígenas na cadeia produtiva muitas vezes é defendida até por representantes da FUNAI, em que se observou na fala de um dos funcionários da FUNAI no CTL de Guaíra, uma perspectiva positiva da interferência da Itaipu no *tekoha Mirin* em Guaíra, quanto ao desenvolvimento de projetos produtivos no acampamento-*tekoha*: “O único *tekoha* que tem a chance de se tornar autossuficiente é o *tekoha Mirin*.”<sup>55</sup> A área foi concedida aos indígenas pela Itaipu. Em reuniões a Itaipu prometeu aos Avá-Guarani desenvolver a atividade pesqueira no *tekoha Mirin*, entretanto, até o momento da pesquisa nenhum projeto de produção foi desenvolvido, ação se reduziu na distribuição de ferramentas para o *tekoha Mirin*.

Existem algumas leis que regulamentam a produção indígena visando as demandas da comunidade, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental e social, tais como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, regulamentada pelo Decreto nº7.74. A Lei nº 11.326 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

---

<sup>55</sup> Pronúncia feita pelo representante da FUNAI no CTL de Guaíra, em entrevista de 2017

Família Rurais, a Portaria Interministerial MDA/MJ nº2, de 3/12/2014 institui o Selo Indígenas do Brasil.

Mas o desenvolvimento de projetos voltados para a produção indígena demanda de recursos. A FUNAI, que é o órgão responsável pelos processos de demarcação de Terras Indígenas e de apoio à gestão territorial e ambiental, assim como pela implementação da Política PNGATI, no início de 2017 sofreu cortes em seu orçamento em mais de 55%, recursos estes que são destinados ao custeio e investimento.

Em maio de 2017 foi aprovado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que tem como relator o Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). A CPI da FUNAI tem objetivo explícito de criminalizar lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e servidores públicos da FUNAI, INCRA e Ministério Público Federal, visando mudar o arcabouço legal para paralisar a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. O documento foi usado pelo Supremo Tribunal Federal para autorizar a quebra de sigilo bancário do CTI, que historicamente, atua em defesa dos direitos indígenas e contribuiu para a organização produtiva desses povos.<sup>56</sup>

Uma leitura possível sobre esses cortes orçamentários das atividades produtivas nas terras indígenas é que eles ocorrem porque esses projetos não se voltam para a cadeia produtiva capitalista, mas sim para desenvolver uma produção visa garantir a sustentabilidade e autossuficiência dos indígenas, que possui uma lógica de produção diferente da lógica de produção capitalista.

O trabalho remunerado fora dos acampamentos-*tekoha* tem sido uma forma encontrada pelos Avá-Guarani para obter uma renda e ter acesso aos meios necessários para a sua reprodução física e espiritual. Entretanto, apenas 3% dos indígenas alvos deste estudo encontram-se com emprego fixo, principalmente nos cargos públicos criados no interior dos acampamentos-*tekoha*. Os Avá-Guarani também comercializam parte de seus produtos, mas são insuficientes para suprir todas as necessidades da comunidade. Por isso, ganha importância o Benefício Assistencial ou Benefício de

---

<sup>56</sup> <http://trabalhoindigenista.org.br/nota-do-centro-de-trabalho-indigenista-sobre-a-cpi-funai-incra-2/>  
<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/relatorio-de-cpi-visa-acabar-com-demarcacoes-e-politicas-indigenistas>

Prestação Continuada – BPC<sup>57</sup>, o repasse Bolsa Família e os programas de distribuição de alimentos.

O Benefício Assistencial que contemplam idosos e pessoas com deficiência. Conforme a tabela (08) abaixo, apenas 5% das pessoas dos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa recebem este benefício, que é equivalente a um salário mínimo. O Benefício de Prestação Continuada, apesar de não suprir todas as necessidades, soma-se a renda de alguns núcleos familiares, auxiliando em sua sobrevivência.

**Tabela 6:** Benefício Assistencial em cada *tekoha*

<i>Tekoha</i>	Pessoas	Aposentados (%)
<i>tekoha Yvy Porã</i>	61	3
<i>tekoha Jevy</i>	245	12
<i>tekoha Araguaçu</i>	163	5
<i>tekoha Nhemboete</i>	21	10
<i>tekoha Tajy Poty</i>	21	5
<i>tekoha Porã</i>	116	5
<i>tekoha Marangatu</i>	258	4
<i>tekoha Mirin</i>	105	1
<i>tekoha Poha Renda</i>	71	7
<i>tekoha Taturi</i>	85	2
<i>tekoha Karumbe'y</i>	62	8
<i>tekoha Y'hovy</i>	167	5
<i>tekoha Guarani</i>	75	4
<i>tekoha Yvyraty Porã</i>	150	3
Total	1600	5

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

O Programa Bolsa Família é outra fonte importante de renda para os Guarani que vivem nos acampamentos-*tekoha* localizados nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Para muitas famílias, o recurso Bolsa Família é a única ou a principal fonte de renda. Conforme mostra a tabela (09) seguinte, 71% dos indígenas dos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa são contemplados com o Programa. Os recursos são utilizados principalmente para a aquisição de alimentos, sendo que a aquisição de outros

<sup>57</sup> Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Fonte: [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br)

itens é uma necessidade secundária, diante da situação de vulnerabilidade em que se encontram a maioria das famílias no interior dos acampamentos.

**Tabela 7:** Benefícios recebidos pelos indígenas

<b>Tekoha</b>	<b>Famílias</b>	<b>Bolsa Família (%)</b>	<b>Cesta Básica (%)</b>
<i>tekoha Yvy Porã</i>	18	72	67
<i>tekoha Jevy</i>	72	100	100
<i>tekoha Araguaju</i>	48	25	100
<i>tekoha Nhemboete</i>	6	50	100
<i>tekoha Tajy Poty</i>	6	33	100
<i>tekoha Porã</i>	34	88	68
<i>tekoha Marangatu</i>	76	57	53
<i>tekoha Mirin</i>	31	84	84
<i>tekoha Poha Renda</i>	17	100	100
<i>tekoha Taturi</i>	25	50	100
<i>tekoha Karumbe'y</i>	22	82	82
<i>tekoha Y'hovy</i>	49	82	55
<i>tekoha Guarani</i>	22	50	73
<i>tekoha Yvyraty Porã</i>	44	50	73
<b>Total</b>	<b>470</b>	<b>71</b>	<b>81</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017.

No site do Ministério de Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania<sup>58</sup>, consta que, em fevereiro de 2018, havia um total de 965 famílias sendo beneficiadas pelo Programa no Município de Guará. As famílias indígenas corresponderam aproximadamente a 27% das famílias beneficiadas pelo programa no município.

Em Terra Roxa, cerca de 69 famílias recebem Bolsa Família, o que corresponde a quase 50% das 139 famílias Avá-Guarani e 21% do total de 343 famílias que recebem o auxílio no município. Conforme o próprio site, sem o Programa, 63 famílias no município estariam em condições de extrema pobreza. Não é possível distinguir no site do Ministério de Desenvolvimento Social, o número exato de famílias indígenas que são beneficiadas, entretanto, através de visitas e trabalho de campo, foi notável a situação de vulnerabilidade em que se encontram as famílias Avá-Guarani no município. A quantia que recebem do Programa Bolsa Família e do Benefício Assistencial não é suficiente

<sup>58</sup> [mds.gov.br/bolsafamilia](http://mds.gov.br/bolsafamilia)

para atender as necessidades básicas das famílias, como alimentação, vestimentas, remédios e outros itens de primeira necessidade, especialmente no caso das famílias que tem esses programas assistenciais como única fonte de renda.

Outro programa assistencial importante para a sobrevivência dos Avá-Guarani é a distribuição de cestas de alimentos. A tabela (09) acima mostra que 81% das famílias indígenas de Guaíra e Terra Roxa recebem cestas, que são distribuídas pela Secretaria de Assistência Social de cada município. A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, também distribui cestas beneficiando todas as famílias nos acampamentos de retomadas. Esta última foi uma determinação feita pela Justiça Federal, para que a União distribuísse cestas de alimentos para todas as famílias indígenas na região, entretanto, com a extinção do convênio do MDA/CONAB em 2016, as famílias não estão recebendo as cestas com regularidade. As lideranças de alguns acampamentos-*tekoha* reclamam da falta de regularidade na distribuição das cestas, tanto da distribuição feita pela CONAB, quanto a distribuição feita pela Secretaria de Assistência Social. A Itaipu também distribui cestas (20kg) para vinte famílias que residiam no momento da retomada no *tekoha Mirin*, área que foi concedida aos indígenas pela Itaipu, entretanto no *tekoha* moram 31 famílias, ou seja, 11 não são contempladas.

Há também o repasse de alimentos para sete acampamentos de retomadas (*tekoha Karumbe'y*, *tekoha Porã*, *tekoha Jevy*, *tekoha Marangatu*, *tekoha Y'hovy*, *tekoha Mirin*, *tekoha Araguaju*) através de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA com Doação Simultânea, sendo o EMATER principal entidade executora. Em 2013, os alimentos distribuídos eram produzidos por 23 agricultores familiares, sendo destes, 15 famílias da comunidade quilombola Manuel Ciriaco dos Santos. Conforme Adir Rodrigues<sup>59</sup>, integrante da comunidade quilombola de Guaíra, atualmente os alimentos são produzidos por aproximadamente 40 agricultores familiares, sendo destes, 18 quilombolas.

Uma variedade de produtos é entregue pelos quilombolas às comunidades indígenas, entre eles, abóbora, batata-doce, milho verde, mandioca, cenoura, alface, beterraba, dentre outros produtos que agregam valor nutricional a alimentação dos Guarani. Entretanto, a periodicidade da entrega dos alimentos depende de uma série de fatores, como o ciclo natural dos cultivos, das condições climáticas e inclusive das

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada em abril de 2018.

políticas de fomento. Conforme Adir Rodrigues<sup>60</sup> – liderança quilombola, houve o aumento da demanda de alimentos e da participação dos agricultores, mas em 2017 houve corte de recursos para cada agricultor familiar, que dificulta a distribuição por meio do PAA. Por esses motivos, a distribuição de alimentos por meio do PAA<sup>61</sup> não mantém uma regularidade, como exemplo, durante o ano de 2018, houve apenas uma distribuição de alimentos nos acampamentos-*tekoha*.

Os Avá-Guarani que vivem nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa são dependentes dos programas assistenciais, pois eles amenizam o sofrimento e as dificuldades de muitas famílias indígenas. Contudo, essas medidas são paliativas, os problemas como a miséria e a fome persistem. No *tekoha Taturi*, por exemplo, houve uma morte infantil causada por desnutrição. A fome também tem sido mencionada pelos indígenas como uma das possíveis motivações das vítimas de suicídio.

Conforme Paulina Martins, indígena do *tekoha Y'hovy*:

Os parentes do jovem que se enforcou no *tekoha Tatury* falou que a família dele estava três dias sem ter o que comer. Dois dias depois do acontecido chegou a cesta básica. Talvez, se a cesta tivesse chegado um pouco antes, teria evitado. A senhora que se matou aqui no *tekoha Y'hovy* (...), algumas pessoas comentam que ela recebeu o benefício, foi pagar a conta do mercadinho e ainda ficou devendo. O dono do mercadinho não quis mais vender pra ela porque a conta estava alta. Aí sozinha, com cinco crianças para tratar, acho que ela não aguentou o sofrimento de ver as crianças passando fome. O pessoal aqui da aldeia acha que esse pode ser um dos motivos que ela se matou. (Paulina Martines – *tekoha Y'hovy*. Entrevista realizada em dezembro de 2017)

As motivações dos casos de suicídios são de imensa complexidade. Mas, é importante destacar a existência, na região, de um movimento de disseminação de ódio e preconceito contra os indígenas, que tem se manifestado através do preconceito no comércio das cidades e nas escolas principalmente.

Diante das dificuldades vivenciadas pelos Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, o reconhecimento ao direito ao uso à terra é essencial para a sua reprodução física e cultural. A terra é a condição material indispensável para a prática produtiva dos indígenas. A ausência de terras para o cultivo os deixa ainda mais dependentes dos programas assistenciais. Os produtos do roçado, da coleta, caça e da pesca, fazem parte da alimentação dos indígenas, e contribuem para que sejam menos dependentes das “cestas básicas” e da necessidade de ir comprar alimentos no mercado.

---

<sup>60</sup> Entrevista realizada em abril de 2018.

<sup>61</sup> No governo de Michel Temer, o PAA foi praticamente extinto, com o corte orçamentário de quase 99,8%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre a luta dos Avá-Guarani pelo uso da terra, pelo seu território, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, pontua-se a sua organização produtiva como uma prática de resistência, visando garantir não só a sua reprodução física, mas também cultural e espiritual. Por lutarem por um território específico, ancestral, entram em conflito com a lógica capitalista de produção, com a especificidade de que tal lógica faz parte do ideário não somente de grandes, mas também de pequenos produtores, igualmente ligados ao agronegócio e a produção de *commodities*.

Ao lutarem pelo direito ao uso da terra, previsto na Constituição Federal, e não pela propriedade privada da terra vista como mera mercadoria, “batem” de frente com a lógica capitalista de produção, baseada no lucro. A negação do direito de uso da terra é a principal dificuldade enfrentada pelos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, para sua reprodução física e cultural. Mas há outras, como o preconceito racial, que sempre enfrentaram nas inter-relações com a população não indígena, seja quando das históricas frentes de expansão e frente pioneira, que tinham o objetivo de ocupar esta região de fronteira, ou na atualidade, quando diferentes classes sociais se colocam contra a luta indígena.

Pautado no discurso ideológico da eficiência e da alta produtividade, gerador de empregos e do desenvolvimento da agricultura, o agronegócio, na verdade, tem se mostrado responsável pela exploração, pobreza e violência, assim como pela degradação do meio ambiente. Neste sentido, os indígenas tem sido suas maiores vítimas desde quando tiveram sua presença simplesmente ignorada pelos órgãos governamentais, ou seja, desde o Brasil Colônia, e, mais recentemente, quando da Marcha para o Oeste, quando as empresas colonizadoras lotearam o Oeste do Paraná, nos anos 50, 60 e 70 do século passado. Nos anos 1980, a construção da Hidrelétrica de Itaipu promoveu mais um êxodo, expulsando os indígenas que resistiam às margens do rio Paraná, com a formação do reservatório que abastece a usina.

Entretanto, perseguidos e relegados a condições sub humanas de sobrevivência, indígenas resistem. Os Avá Guarani da região foco deste estudo, são exemplo disso, vide a relatada história de resistência do *tekoha Karumbe'y*, hoje localizado dentro da área urbana do município de Guaíra. Muitas das famílias que fugiram da violência e espoliação de seu território, principalmente no decorrer da segunda metade do século

XX, têm retornado nas últimas décadas, num processo de retomada, não de seus territórios originais, mas do lugar com o qual eles têm ligações seculares, inclusive espirituais, onde seus antepassados estão enterrados, que os mais velhos reconhecem pela familiaridade com a geografia, a flora e os cursos d'água.

A luta não é apenas pelo direito de uso da terra, mas pelo reconhecimento de sua história enquanto indígenas, com a sua organização produtiva ancestral, embora interagindo com o restante da sociedade. Apesar das perseguições, fugas e inúmeras dificuldades que lhes infligiram, mantiveram sua cultura, seus costumes e sua forma de produzir e reproduzir-se. O que se vê nos acampamentos-*tekoha*, de maneira geral, é a luta pelo reconhecimento de sua existência, da sua cultura e modo de viver.

Diante da nova realidade social encontrada no retorno ao espaço em que viviam, é evidente que as relações com os não-indígenas acontecem num novo patamar. Imersos num contexto econômico capitalista, os Avá-Guarani, embora inseridos nele, não praticam uma organização produtiva capitalista nos acampamentos-*tekoha*. Não trabalham para auferir lucro, mas sim, para garantir a reprodução de seus costumes, de sua cultura, do seu modo de vida.

A produção indígena não pode ser compreendida única e exclusivamente pelo mundo da mercadoria. O indígena adentra o mundo da mercadoria, vendendo sua força de trabalho, transformando produtos de seu trabalho em valores de troca não capitalista, contudo os parâmetros de produção são completamente diferentes dos parâmetros de produção capitalista. A produção indígena não é mediada única e exclusivamente pelo mercado, não há um processo de total alienação das suas relações de produção.

Embora sua organização produtiva seja influenciada pelas relações capitalistas externas, de fora, e que eles destinem parte de seu tempo realizando atividades subalternas e típicas do capitalismo, o fazem para garantir sua sobrevivência. Neste sentido, além da negação do direito ao seu território, outro grande problema consiste na forma como o indígena é visto pela sociedade capitalista. O preconceito contribui para que a mão de obra indígena seja temporária, precarizada e mal remunerada, não garantindo a sua subsistência e os expondo à violência.

A pesquisa mostra que a organização produtiva dos Guarani nos acampamentos de retomada acontece a partir de uma condição de vida precária, com poucos recursos materiais e simbólicos, fazendo com que eles sejam obrigados a desenvolverem um conjunto de estratégias e relações que garantam os meios necessários para sua reprodução física e cultural.

Com isso, o que se verifica é uma busca de ressignificações de várias condutas diárias dos Avá-Guarani nas interações com a população não-indígena. A busca de trabalho remunerado, a compra de produtos industrializados, a venda de seus produtos e outros, não são ações próprias do “modo de vida” Avá-Guarani, contudo, hoje também fazem parte do seu cotidiano, tanto quanto as suas relações sociais e culturais no interior dos acampamentos-*tekoha*, como a participação nos rituais, o trabalho doméstico ou de coleta de matéria-prima para suas atividades, como o artesanato, que, a princípio tem finalidade de uso, mas pode ser comercializado.

Essa ressignificação de elementos simbólicos e culturais importantes, como o artesanato, e comportamentos típicos do modo de vida dos povos originários é assunto instigante para a Geografia. Os movimentos de retomada que estão ocorrendo na Região Sul do Brasil, estão trazendo os indígenas, secularmente isolados ou confinados em áreas terras exíguas, para a convivência com a mesma sociedade que promoveu a urbanização sobre seus lugares sagrados e a devastação de seus antigos territórios. Os conflitos gerados por esta convivência configuram uma realidade que se transforma constantemente, num processo que não se esgota, exigindo apontamentos e considerações mais aprofundadas, a partir de pesquisas teóricas e empíricas, visando ampliar a ótica pela qual se observa a questão indígena e sua organização produtiva.

## REFERÊNCIAS:

ADOUE, Silvia Beatriz. **Terras indígenas ‘paradas no tempo’ e nova fronteira do capital**. Portal Unesp, São Paulo, 24 Abr. 2017.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função Social da Propriedade e Desenvolvimento Sustentável: Camponeses versus Agronegócio. FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiase (Orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.303-326

BRAND, Antônio. Educação Escolar e Sustentabilidade Indígena: Possibilidades e Desafios. In: **Revista Ciência e Cultura**. vol.60, n 4, São Paulo, oct. 2008.

BREDA, Tadeu. Guaranis resistem a preconceito enquanto exigem demarcações no Paraná. **Rede Brasil Atual**, 11 ju. 2014. Cidadania. Disponível em [www.redebrasilatual.com.br](http://www.redebrasilatual.com.br), acessado em agosto de 2014.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terra, O Estado e os Guarani do Oco'y: Violência Silêncio e Luta**. (Tese de doutorado em Geografia) São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHMYZ, Igor Arqueologia e História da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá - PR, v. 1, p. 7-103, 1976.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos Sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araujo da; SANTOS, Edinusa Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza. (Orgs) **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro: Consequência 2014.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA (CGY) **Lançamento de Campanha Resistência Guarani SP**. CGY. 4 abr. 2014. Disponível em: [www.yvyrupa.org.br](http://www.yvyrupa.org.br).

\_\_\_\_\_. Guaira & Terra Roxa: **Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani no Oeste do Paraná**. Ago.2017. Disponível em: [https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relatorio\\_Guaira&TerraRoxa\\_WEB.pdf](https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relatorio_Guaira&TerraRoxa_WEB.pdf)

EMBRAPA diz que terras pedidas pela FUNAI não são ocupadas por índios. **G1**, 8 jun. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/06/embrapa-diz-que-terras-pedidas-pela-funai-nao-sao-ocupadas-por-indios.html>.

FABRINI, João E. Movimentos Sociais no Campo e Outras Resistências Camponesas. In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiase (Orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.303-326

FABRINI, João Edmilson et al. Conflitos entre Ruralistas, Camponeses e Indígenas no

Paraná. **Boletim Data Luta**, Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA: Presidente Prudente, dezembro de 2013, n 72. ISSN2177-446

FARIA, Camila Salles de. **A Luta Guarani Pela Terra na Metrópole Paulistana: Contradições entre a Propriedade Privada Capitalista e a Apropriação Indígena**. São Paulo/SP (Tese de Doutorado), 2015.

\_\_\_\_\_. A luta dos Guarani pelo Uso da Terra. In: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. 1 Jornada de Geografia das Águas**. A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais, João Pessoa: 2013.

FELPIM, Adriana. **O Sistema Agrícola Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso da na aldeia Guarani Ilha do Cardoso, Município de Cananéia**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos Territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades**. 2ed. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2015. p.195-214.

GARFIELD, Seth; COLLEGE, Bowdoin. As Raízes de Uma Planta Chamada Brasil: os índios e o Estado-Nação da era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.20, n.39,p.15-42. 2000 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2980.pdf>

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. UNESP; FAPESP; UNESP: 2008 Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O Trabalho no Lixo**. Presidente Prudente: UNESP Tese (Doutorado), 2006.

GONÇALVES, José Sidney. **Mudar Para Manter: Pseudomorfose da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Gov. Estado São Paulo, 1999.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 1997.

GREGORY, Valdir; SCHALENBERGER. **Guaira: um mundo de águas e histórias**. Marecha Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

GUERRA, Emerson Ferreira. Desordenamento Territorial e a Geopolítica das retomadas na terra indígena Xakriabá. In: SILVA, Onildo Araujo da; SANTOS, Edinusa Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza. (Orgs) **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira:2013** março, 2013.

KNAUSS, Paulo. (Org.) **Oeste Americano: Quadro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EduFF, 2004.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significado, Constituição e Uso**. Maringá/Paraná: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LADEIRA, Maria Inês; FARIA, Camilla Sales de. Os Avá-Guarani em Yvy Mbyete, centro da Terra e os Processos de Transformação de seu Território. In: MAMED, Daniele de Ouro; CALEIRO, Manuel Munhoz; BERGOLD; Raul Cezer Bergold.(Orgs). **Os Avá-Guarani no oeste do Paraná: (re) existência no Tekoha Guasu Guavirá**. Letra da Lei, 2016. p.51

LIMA, Leandro de Almeida. **A Constituição do Território a Partir do Movimento de Trabalhadores do Bairro Jardim das Américas – Guarapuava/PR**. (Dissertação de Mestrado) Marechal Cândido Rondon, 2013.

LORENSETTI, Everaldo. **A relação da dinâmica populacional de Assis Chateaubriand com modernização da agricultura e apropriação da terra**. UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável), 2017.

LÖWY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Actuel Marx**, n.18,1995.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as condições da Sociedade Agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1986

\_\_\_\_\_. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do Humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, vol 1. Civilização Brasileira, 2013.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça: Esbanjamento Econômico, Drama Social e Holocausto Ecológico de Itaipu**. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra /Paraná e São Paulo: Loyola, 2003.

MELIÀ, Bartolomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia, **Revista de Antropologia**. Vol.33,São Paulo: FFLCH/USP, 1990. p. 31-46

MELO, Kelli Carvalho. **“Gente de Verd@de”**: Entre as Coisas de Índio e as Coisas de não Índio: Novas Geografias. (Tese de Doutorado) Dourados: UFGD, 2018.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A Construção do Conceito de Agronegócio**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2013.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando os “novos” personagens entram em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 20, n.39 Dossiê. p.39-59. 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4896/3972>

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno Mota. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Descolonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS** Unesp: Presidente Prudente (Tese Doutorado), 2015.

\_\_\_\_\_. Territórios de Resistência e Práticas Descoloniais: Estratégias de Luta Guarani e Kaiowa pelo Tekoha Mato Grosso do Sul/Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 10, n.20. p. 416-439, jul.,2015.

\_\_\_\_\_. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa**: Da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade. Dourado/MS (Dissertação de Mestrado), 2011.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de Terra no Oeste do Paranaense (1961/1966)**. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado), 2002.

OLIVEIRA, Diogo. “Você vai entender porque o Guarani tá vivo até hoje aqui nessa fronteira!?”: Apontamentos sobre os Avá guairenses contemporâneos (Paraná/Brasil). In: **Reunião de Antropologia del Mercosur**, 10., Córdoba, Argentina, jul. 2013. *Anais...* Córdoba, [s.l.], 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização da Agricultura Brasileira. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo, Brasil, set 2014. *Anais Estudios Territoriales*, 2014.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. Barbarie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. Ano.19, v.2.n.1 jul/dez:2003,p.113-156

PACKER, Ian. **Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídio para a Comissão Nacional da Verdade**. Centro de Trabalho Indigenista, outubro de 2013. Disponível em [www.trabalhoindigenista.org.br](http://www.trabalhoindigenista.org.br), acessado em julho de 2014.

PARELLADA, Cláudia Ines. **Um Tesouro Herdado: Os vestígios Arqueológicos da Cidade Colonial Espanhola de Villa Rica del Espíritu Santo/Fênix-PR.** UFPR: Curitiba. Dissertação ( Mestrado em antropologia), 1997.

\_\_\_\_\_. O Paraná espanhol: cidades e missões Jesuíticas no Guairá. In: Secretaria de Estado e Cultura do Paraná (org). **Missões: conquistando almas e territórios.** Curitiba: Imprensa Oficial, p.50-80

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e processos de territorialização entre os kaiowá atuais. **História em reflexão.** Vol.1, n.1 UFGD, jan/jul. 2007

\_\_\_\_\_. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno** (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Parentesco e organização social Kaiowa. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas. 1999

\_\_\_\_\_. A criança Kaiowá, o fogo doméstico e o mundo dos parentes: espaços de sociabilidade infantil. **Encontro Anual da ANPOCS**, 30. Jun/2008

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

RIBEIRO, Sara I. G. T. A construção de um discurso historiográfico relativo aos Guarani: Ensaio de Teoria e Metodologia. Revista: **Tempos Históricos.** Marechal Cândido Rondon, v.05/06, p.161-183, 2003/2004.

SANTOS, Ederson F. M. **Fronteira, Capitalismo, Democracia: Estados Unidos e Brasil (Século XIX e XX).** Marechal Cândido Rondon/PR (Dissertação de mestrado), 2011.

SILVA, Edycleber de Oliveira. Desbravadores de Guaíra: a história da 5ª Companhia de Fronteira. Guaíra, 2011.

SILVA, José Graziano. **O que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975

TRINDADE, Carlos Mauricio. Trabalho e produção capitalista no Tekoha Añatete. In: **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina** “Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado? Londrina/Paraná, Brasil. Set.2008. Anais:2013. Disponível:[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/carlos\\_mauricio.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/carlos_mauricio.pdf)

VELHO, Otávio G.. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** Um Estudo Comparativo a partir da Fronteira em Movimento. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (edição online): 1979. ISBN 978-85-99662-92-2 disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>

WELCH, Clifford Andrew; BERNARDO, Maçano Fernandes. Agricultura e Mercado: campesino e Agronegócio da laranja nos EUA e Brail. In: In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiase (Orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.p.161-190

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** 2ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

# APÊNDICES

## **Entrevista :Agricultor**

Entrevistado \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

- 1- Você sempre morou em Guaíra?
- 2- Quando e de quem você comprou a terra?
- 3- Qual é o tamanho da sua propriedade? O que você planta nela? Você tem outra renda?
- 4- O que você pensa sobre os indígenas estarem lutando pela demarcação de suas terras?
- 5- Alguma vez, você já contratou os indígenas para trabalhar com você? O que você pensa sobre o trabalho dos indígenas?
- 6- Alguém já falou para não chamar os indígenas para trabalhar?
- 7- Atualmente, você contrata mão de obra indígena?
- 8- Com quem você se informa sobre a situação sobre situação do conflito indígena aqui na cidade?
- 9- Você participou das reuniões que teve na cidade e na região sobre o conflito indígena? Quem chama para reuniões?

**ENTREVISTA: FUNAI**

Data: \_\_\_\_\_

A FUNAI sofreu vários desmontes, corte de recursos, dentre outros. Quais foram as consequências diretas dessas medidas para o CTL daqui de Guaíra?

---

---

---

---

---

---

---

Quantos indígenas tem nos municípios de Guaíra e Terra Roxa? Quantas famílias? \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_

Quantas famílias recebem bolsa família? \_\_\_\_\_

Quantas famílias recebem bolsa escola? \_\_\_\_\_

Quantas famílias recebem cesta básica? \_\_\_\_\_

Quantos trabalham como funcionários da FUNAI? \_\_\_\_\_

Quantos trabalham como professores contratados? \_\_\_\_\_

O ex-presidente da FUNAI, Toninho Costa afirmou que é necessário ensinar o índio a pescar, que o momento da FUNAI assistencialista não cabe mais. No sentido que os indígenas precisam ser auto-sustentáveis. Como você analisa a inserção dos indígenas no sistema produtivo?

Existe algum projeto voltado para a produção nas aldeias? Existe alguma parceria?

---

---

---

---

---

Qual é o destino da produção?

---

---

Existe um decreto Nº 7.747/2012 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras indígenas – PNGATI, as formas de produção dos indígenas em áreas de retomada também

podem ser sustentadas por este decreto? Há alguma iniciativa neste sentido, de produção nas áreas de retomada?

Particularidades sobre a segurança jurídica das ocupações, que facilita ou impede apoio do poder executivo municipal. Quais seriam essas particularidades que diferenciam as aldeias?

---

---

---

Como o poder executivo dos municípios de Guaíra e Terra tem auxiliado para fomentar as formas de produção desenvolvidas pelos indígenas?

Como tem sido a atuação da EMATER nos municípios de Guaíra e Terra, para fomentar a produção nas aldeias indígenas?

A Itaipu oferece algum apoio ou possui algum projeto de produção e comercialização junto às aldeias indígenas?

## ENTREVISTA NOS ACAMPAMENTOS-TEKOHA

Aldeia: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Número de famílias: \_\_\_\_\_

1-Quando a área foi ocupada?

2-Eram quantas famílias? De onde vieram?

3- O que influenciou na decisão de retornarem e retomar a área?

4- Por que esta área foi escolhida para retomada?

5-Como foi o processo de retomada? Houve violência por parte dos proprietários ou ainda há?

6-Qual é a importância da conquista da terra para os Avá-Guarani? Por que a terra é importante para a cultura e religiosidade Avá-Guarani?

7- Quais são os principais cultivos realizados pelos na aldeia? (para fins medicinais, matéria-prima e alimentação)

8- Como são adquiridas as sementes e mudas?

9-As áreas de cultivos são individuais ou coletiva? Se individuais, quantas famílias possuem áreas de cultivo?

10-São realizados mutirões para plantio, capina e colheita? Quais são as principais dificuldades enfrentadas?

11- Qual é o destino da produção agrícola? ( venda, troca, próprio consumo)

12- Como vocês adquirem os materiais necessários para construção das casas, casa de reza e escola?

13- Que outras atividades são realizadas nesta aldeia para garantir a sobrevivência?

14- Como vocês adquirem a matéria prima para fazer os acessórios e instrumentos da casa de reza?

15- Quem fica responsável para fazer os instrumentos e a organização da casa de reza?

16- Vocês produzem artesanato? Quais são as matérias-primas utilizadas e como são adquiridas?

17-Como o CTI vem auxiliando a organização produtiva dos Guarani?

18- Vocês recebem outro apoio externo para desenvolver agricultura, artesanato e outras formas de produção na aldeia?

19- Vocês participam de algum projeto de gestão territorial e ambiental, como planos de ação, oficinas ou cursos de formação voltados para horticultura, agrofloresta, artesanato e outros?

## QUESTIONÁRIO

Aldeia: TEKOHÁ KARUMBE'Y

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Número de famílias: \_\_\_\_\_

- 1- Quanto tempo vocês vivem neste local?
- 2- Como foi o processo de redução da área territorial?
- 3- Qual é a importância da conquista da terra para os Avá-Guarani? Por que a terra é importante para a cultura e religiosidade Avá-Guarani?
- 4- O que vocês conseguiram preservar da cultura vivendo em uma área tão restrita?
- 4- Quais são as fontes de renda das famílias desta aldeia?
- 5- Existe algum outro tipo de atividade realizada pelas crianças ou mulheres que ajudam no complemento da renda familiar?
- 6- Como vocês adquirem os materiais necessários para construção das casas?
- 7- Como vocês adquirem a matéria prima para fazer os acessórios e instrumentos religiosos?
- 8- Vocês produzem artesanato? Quais são as matérias-primas utilizadas e como são adquiridas?

## QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS INDÍGENAS

Data: \_\_\_\_\_

Aldeia: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Número de famílias: \_\_\_\_\_ Número de Pessoas: \_\_\_\_\_ Número de Adultos: \_\_\_\_\_

### QUAIS SÃO AS FONTES DE RENDA

1-Pessoas aposentadas: \_\_\_\_\_ Quantas pessoas dependem dessa aposentadoria? \_\_\_\_\_

Bolsa família \_\_\_\_\_ Bolsa Escola \_\_\_\_\_ Cesta básica \_\_\_\_\_

Quantas pessoas atualmente estão trabalhando fora? Em quais atividades? Qual a renda mensal?

---

---

---

---

---

2-Quantos indígenas foram para colheita da maçã? Período do ano?

---

---

3-Quantos trabalharam nas cooperativas na entressafra?

---

---

4-Quantas indígenas trabalharam no corte do pendão do milho?

---

---

**5- Quantas pessoas trabalham na catação de materiais recicláveis?** \_\_\_\_\_ Quantas famílias dependem da catação? \_\_\_\_\_ Qual é a jornada diária de trabalho? \_\_\_\_\_ Qual a renda mensal? \_\_\_\_\_

Alguém trabalha na associação de catadores ou é associado?

---

---

**6-Quais os principais cultivos?** Quantas famílias possuem área de cultivo? \_\_\_\_\_

a) \_\_\_\_\_; área de cultivo (número de pés) \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_; área de cultivo (número de pés) \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_

c) \_\_\_\_\_; área de cultivo (número de pés) \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_

d) \_\_\_\_\_; área de cultivo (número de pés) \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_

7- Quem trabalha nas áreas de cultivo?

---

---

---

**8- Criação de animais:** Quantas famílias criam animais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_; número de cabeças \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_; número de cabeças \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_; número de cabeças \_\_\_\_\_;  
destino \_\_\_\_\_; onde comercializa? \_\_\_\_\_.

9- Quem trabalha na criação de animais?

---

---

**10- Artesanatos:** Quantas famílias tira alguma renda de artesanato? \_\_\_\_\_ Quantas  
pessoas? \_\_\_\_\_

Quem faz o artesanato, homem, mulher, criança? \_\_\_\_\_

Artesanatos:

\_\_\_\_\_; quantidade \_\_\_\_\_ destino \_\_\_\_\_ onde  
comercializa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_; quantidade \_\_\_\_\_ destino \_\_\_\_\_ onde  
comercializa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_; quantidade \_\_\_\_\_ destino \_\_\_\_\_ onde  
comercializa? \_\_\_\_\_

11- Quais alimentos fazem parte das refeições diárias?

---

---

---

---

12- Como são construídas as casas? Como e onde conseguem a matéria-prima? Quem constrói as casas?

---

---

---

---

---

13-Quantas famílias ainda usam fogo a lenha? Quantas possuem fogão a gás?

---

---

---

14-Como é feito o fogo? (Como retiram a lenha? Quem ajuda fazer o fogo? Para que serve o fogo?)

---

---

---

---